**Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”**

**O PETAR e os modos de vida dos moradores do Bairro Ribeirão
dos Camargo**

Gricelda Lily Gutierrez Alvarez

Tese apresentada para obtenção do título de
Doutora em Ciências, Programa: Recursos
Florestais. Opção em: Conservação de
Ecossistemas Florestais

**Piracicaba
2016**

Gricelda Lily Gutierrez Alvarez
Engenheira Agrônoma em Recursos Naturais Renováveis

**O PETAR e os modos de vida dos moradores do Bairro Ribeirão dos
Camargo**

versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011

Orientadora:
Profa. Dra. **TERESA CRISTINA MAGRO**

Tese apresentada para obtenção do título de
Doutora em Ciências, Programa: Recursos
Florestais. Opção em: Conservação de
Ecossistemas Florestais

Piracicaba
2016

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA - DIBD/ESALQ/USP**

Gutierrez Alvarez, Gricelda Lily

O PETAR e os modos de vida dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo /
Gricelda Lily Gutierrez Alvarez. - - versão revisada de acordo com a resolução CoPGr
6018 de 2011. - - Piracicaba, 2016.
205 p. : il.

Tese (Doutorado) - - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz".

1. PETAR 2. Modos de vida tradicionais 3. Conservação 4. Conflito I. Título

CDD 333.75
G984p

"Permitida a cópia total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte – O autor"

A meu país, Guatemala, por ele,
por minha Universidade de São Carlos de Guatemala,
por minha Faculdade de Agronomia e
por minha família, Gutierrez Alvarez,
posso lhes assegurar que dei todo o melhor que tinha,
com a esperança de não defraudar vocês,
dedico-lhes esta pesquisa

AGRADECIMENTOS

Ao Brasil e a seu povo. A aquela pessoa anônima que me ofereceu ajuda quando necessitei. A todas as pessoas maravilhosas que conheci.

A Teresa, minha orientadora. Por me deixar voar, conduzir esta pesquisa como eu planejei, por não limitar meus pensamentos, apesar de que no princípio parecia não compartilhar muitos deles. No entanto, acho que prontamente percebeu que eu era uma teimosa estrangeira, cabeça dura, que mal podia falar português, que dificilmente cambiaria de parecer. Obrigada pela leitura detalhada dos meus rascunhos, teus aportes enriqueceram grandemente o documento e me fizeram perceber novas perspectivas da conservação no Brasil.

À família Biasetti Zacarias por me receber na sua casa cada vez que precisei renovar a alma. Especialmente a minha querida Nydia, por me obsequiar com tanto mimo e me deleitar com suas conversas.

A Elaine que me convidou para morar na sua casa no início de meu trabalho de campo sem me conhecer.

A Giovana Oliveira que me sabendo longe de casa me chamou para passar o natal com sua família.

A Pedro e Aline por aquele convite para compartilhar com seus pais o jantar do fim de ano.

A Miriam porque foi ela a primeira em me aceitar como amiga, quando eu estava me sentindo tão sozinha e naquela tarde ela duvidando me falou para ir naquele bar da esquina, o Largo dos Pescadores? E ali iniciou esta amizade que adivinho será por longos anos.

Aos amigos emprestados (amigos de amigos) e aos próprios, já estou com saudade de vocês...

A meus entrevistados, moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo, que nem sequer me atrevo a mencionar seus nomes. Estou com temor, tomara infundado, que uma indiscrição minha possa agravar sua situação.

A meus entrevistados, funcionários da Fundação Florestal, que pediram para não citar a fonte. Ao parecer a cultura organizacional da Fundação podia punir eles. Não com medidas óbvias claro, mais sim com a desaprovação de alguns de seus colegas preservacionistas.

A todos os outros dos meus entrevistados, que agora não poderei citar, para não ser injusta com aqueles que só podiam falar sob o anonimato. Vocês sabem que sempre estarei grata pelas suas falas, me perdoem por não poder-lhes homenagear publicando seus nomes.

A minha consciência. Essa vozinha incômoda que não me deixava dormir até as três, quatro da manhã, quando ainda não estava satisfeita com o trabalho do dia. Que me olhava de soslaio quando queria passar por alto uma dúvida no uso correto de uma palavra. Que ria de mim quando usava uma palavra com significado oposto no Brasil que no meu país. Por sua insistência em procurar meu melhor. Por não deixar que alguma ideia ficasse inacabada ou insuficientemente fundamentada com o observado em campo, com o lido, com o intuído. Por não me permitir desistir em passar horas e horas revisando os depoimentos de meus entrevistados até encontrar aquele que melhor se ajustava à ideia central que queria expressar. Ela, que não me deixava ceder ao cansaço de horas e horas de leitura. Também por reconhecer aquelas tardes que a inspiração fugia e me deixava em paz para dar uma volta a pé pelo Bairro ou me escapar ao shopping para saborear um sorvete e assim deixar em liberdade meus pensamentos que eram prontamente encarrilados em um novo parágrafo que ia se tecendo enquanto olhava para um livro que me interessou em alguma vitrine e então já voltava calma e inspirada para continuar com a tarefa acadêmica que me impus quando planejei me doutorar no Brasil. Ao fim meu grilo falante parece que está satisfeito com o trabalho feito... para minha fortuna.

A meus colegas e amigos do "lab". Compartilhando esse espaço que fizemos nosso, nosso cantinho, onde vertíamos nossos pensamentos científicos, compartilhávamos algum mate da Josi, um bolinho da Teresa, um chá ou uma fruta anônima, uns chocolates doados pela Caro, para quando a fome batia daquele que ficava até altas horas da noite trabalhando. Também pelas risadas as vezes como escape da tensão, outras pelas piadas. Pelo início, quando ninguém entendia o que eu falava e em ocasiões me enrolava toda querendo seguir o ritmo de uma conversa muito rápida entre os colegas. Obrigada meus queridos, que nos encontremos novamente, tomara que em Guatemala. Ah, e não achem que esqueci o roubo daqueles chocolates de que fui vítima, furto liderado pelo Lucas, a Luciane e não tenho certeza se também o Ricardo... seus bandidinhos.

Antes de realizar esta pesquisa, já intuía minha dívida com o camponês. Era por ele que tinha feijão vermelho na nossa mesa.

Era por sua mulher que comíamos tortilhas feitas com milho amarelo recém-saídas do "comal". Era por ele que nos deleitávamos com um queijo fresquinho e sobremesa de batata doce. Era por ele que desfrutava das idas ao campo a sentir o aroma da terra molhada, recém-arada para receber a semente crioula que nos alimentava.

Agora, com este estudo, e finalmente o entendimento profundo de seu modo de vida, essa dívida se tornou enorme, espero que minhas futuras ações possam pagar parte da conta

SUMÁRIO

RESUMO.....	11
ABSTRACT	13
LISTA DE SIGLAS	15
1 INTRODUÇÃO.....	17
2 MÉTODO	29
3 OS MORADORES DO BAIRRO RIBEIRÃO DOS CAMARGO.....	37
3.1 Antecedentes.....	37
3.2 Posseiros, proprietários ou invasores?	44
3.3 Bairro Ribeirão dos Camargo, uma comunidade tradicional?.....	51
3.4 A prática da agricultura de coivara	60
3.5 Laços de sangue, todos parentes.....	66
3.6 Estratégias de ocupação do espaço.....	72
3.7 O extrativismo.....	77
3.8 Estratégias para permanecer na área	81
3.9 Reserva de Desenvolvimento Sustentável, a saída?.....	89
4 TURISMO, A SOLUÇÃO?	97
4.1 Antecedentes.....	97
4.2 A renda dos moradores locais	100
4.3 Programas sociais do Governo	105
4.4 Agricultor, monitor ambiental ou pedreiro?	110
4.5 A emigração nos jovens	117
4.6 Iporanga, uma estância turística?.....	121
4.7 Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação –ICMS	125
4.8 Organizar-se para o turismo	129
4.9 Apoio externo na organização comunitária.....	133
4.10 Turismo de base comunitária	139
5 A GESTÃO COMPARTILHADA DOS ESPAÇOS PROTEGIDOS.....	143
5.1 Antecedentes.....	143
5.2 Conflitos ambientais	149
5.3 Instrumentos para uma gestão compartilhada.....	152

5.4	O gestor de uma unidade de conservação	165
5.5	Avaliação rápida da gestão do Núcleo Casa de Pedra	170
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
	REFERÊNCIAS	191

RESUMO

O PETAR e os modos de vida dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo

Esta pesquisa analisa o modo de vida dos moradores locais no interior de uma unidade de conservação de proteção integral, o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR). Quando o Parque foi criado já residiam vários grupos humanos na região, entre eles o Bairro Ribeirão dos Camargo, que constitui o local de estudo. O Bairro está composto por aproximadamente 50 famílias. Com a implantação da área protegida, mais da metade das famílias foram incluídas nos limites do Parque, dividindo espacialmente os moradores do Bairro em dois grupos; os de dentro e os de fora do PETAR. As principais atividades econômicas dos habitantes do Bairro, até finais da década de 1980, eram a agricultura de coivara, a caça, a pesca, a criação de suínos, de aves de curral e o extrativismo, como reserva monetária em caso de escassez ou de emergência. Também usavam a floresta como fonte de lenha, plantas medicinais e alimentícias, material para artesanato, materiais para construção e reparação das vivendas e demais infraestrutura, e elaboração de cabos de ferramentas simples para uso na lavoura. Com o estabelecimento do PETAR, e a consequente instauração da legislação ambiental, as principais atividades geradoras de renda dos moradores locais foram criminalizadas, repercutindo na reprodução e manutenção de seu modo de vida. Diante da desproteção do Estado dos direitos de acesso à terra dos agricultores familiares locais, eles se organizaram e desenvolveram uma série de estratégias para permanecer no território que eles acreditam como próprio. Apresentando ante a Fundação Florestal, em 2014, a proposta de criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável, fundamentados na Lei N° 9.985 de 18 de julho de 2000, melhor conhecida como Lei do SNUC, que possibilitaria os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo permanecerem na área. Contudo, vários dos antigos residentes abandonaram o local devido às restrições de uso agrícola do solo e do extrativismo. O Bairro sofre de uma contínua emigração, principalmente dos jovens, que logo depois de completar o colegial, não encontram uma ocupação lícita que gere uma renda que lhes permita permanecer na área. No caso do cenário atual não mudar, a descaracterização do agricultor familiar do Bairro é inevitável. O agricultor irá desaparecer, vai passar de mateiro, agricultor familiar, artesão, criador de suínos para guarda noturno, motorista, cozinheiro, servente. Com ele se perderá a agrobiodiversidade local e um cúmulo de conhecimentos da relação ser humano-natureza que poderiam ser valiosos para aprimorar a conservação da biodiversidade no PETAR.

Palavras-chave: PETAR; Modos de vida tradicionais; Conservação; Conflito

ABSTRACT

PETAR and the livelihood of Bairro Ribeirão dos Camargo' residents

This research analyses the livelihood of local residents in a state park, PETAR (Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira in portuguese). When the Park was created several human groups habited the region, among them, the study area the community called Bairro Ribeirão dos Camargo. The community is composed of approximately 50 families. With the establishment of the protected area, more than half of the families were included on the boundaries of the Park, the neighborhood residents were spatially divided in two groups; on the inside and the outside of the PETAR. The main economic activities of the inhabitants of the community were slash-and-burn agriculture, hunting, fishing, raising pigs and chicken, and extractivism as monetary reserve in case of scarcity or emergency. They also made use of the forest as a source of firewood, medicinal and food plants, material for crafts, materials for construction and repair of houses, other infrastructure and simple farm tools for agriculture. With the establishment of PETAR, and the consequent fulfillment of environmental legislation, the main income-generating activities of local residents were criminalized, with consequences on the reproduction of their livelihood. Face the State' unprotecting of the local farmers' rights to access to land, they organized and developed a series of strategies to remain in the territory that they believe own. They presented at Forest Foundation, at 2014, the proposal for the creation of a Sustainable Development Reserve –RDS- (Reserva de Desenvolvimento Sustentável in portuguese), based on the SNUC law, a RDS would allow the residents of the Bairro Ribeirão dos Camargo remain in the area. However, many of the former residents have left the site due to restrictions on agricultural use of soil and extractivism. The community suffers a continuing emigration, especially of young people, who soon after completing high school are not finding a lawful occupation to generate an income that allows them to remain in the area. If the current scenario does not change the disappearance of community' family farmer is inevitable. The small farmer will disappear. He will move from family farmer, craftsman and pigs farmer to night guard, driver, cook, and servant. With family farmer' disappearance will be lost a local agro-biodiversity and an accumulation of knowledge of the relationship man-nature that could be valuable to improve biodiversity conservation in PETAR.

Keywords: Park; Livelihood; Conservation; Conflict

LISTA DE SIGLAS

ABRISA	Associação de Moradores e Produtores Arraial do Santo Antônio do Bairro Ribeirão
ACCBRC	Associação das Comunidades Caboclas do Bairro Ribeirão dos Camargo
ASA	Associação Serrana Ambientalista
CRASS	Centro de Referência da Assistência Social
EAACONE	Equipe de Articulação e Assessoria às Comunidades Negras
FJP	Fundação João Pinheiro
GPS	Global Positioning System
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IDESC	Instituto de Desenvolvimento Sociocultural e Cidadania
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MOAB	Movimento dos Ameaçados por Barragens
NUPAUB/USP	Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Úmidas Brasileiras da Universidade de São Paulo
PEAR	Parque Estadual do Alto Ribeira
PETAR	Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira.
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAPPAM	Metodologia para Avaliação Rápida e a Priorização do Manejo de Unidades de Conservação
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
SBE	Sociedade Brasileira de Espeleologia
SIG	Sistemas de Informação Geográfica
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UICN ICMS	União Internacional para Conservação da Natureza
	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
WWF	World Wide Fund for Nature

1 INTRODUÇÃO

O PETAR antes de ele ser parque já era reconhecido por espeleólogos e geólogos... 1930 por aí... já começavam a descobrir essas cavernas... pesquisadores do Instituto Geológico já apontavam aquela região como altamente prioritária para conservação... um tesouro geológico... que é o segundo maior polo de biodiversidade do planeta (Ex-funcionário do PETAR).

Foi multa por roça, me processaram por roça... me quebrou... eu era bem avançadinho... arrumando minha terra... plantando mandioca... plantando milho... criando porco... eu era fortinho... mas com essa derrota ali... é duro... eu que estou trabalhando... considero meu direito... o cara chegar... para fazer uma multa... porque eu estou produzindo para mim comer... eu acho um absurdo... você vai para onde? Se está trabalhando para ganhar um pão... que eu faço então? Alimentação sai da terra (Morador do Bairro Ribeirão dos Camargo).

A subscritora encontrou nesta pesquisa, duas realidades consideradas antagônicas e incompatíveis dentro de unidades de conservação de proteção integral, contudo, ambas válidas; (i) o imperativo de preservar o remanescente da Mata Atlântica do país e (ii) a necessidade de obter alimento para sustentar à família, dois fatos que se entrelaçam na área de estudo. Também observou como o ser humano urbano intelectual pode influir de maneira decisiva na vida dos moradores rurais. Como o poder político e econômico molda as ações do Estado no tema ambiental. Como a criação de unidades de proteção¹ tem um custo diferenciado; quem obtém os maiores benefícios e quem leva o ônus da conservação.

Normalmente, os espaços protegidos brasileiros desconsideram o valor cultural das populações locais como sujeito de proteção. No entanto este valor estar incluído na definição de área protegida proposta pela União Internacional para Conservação da Natureza (UICN) e aceita mundialmente.

Segundo o artigo 2º da Lei do SNUC, as unidades de conservação são consideradas como um:

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

¹ Neste documento se usa unidades de conservação, áreas protegidas, unidades de proteção e espaços protegidos como sinônimos.

Contudo, o paradigma da conservação clássico, que exclui a presença humana dentro de unidades de conservação de proteção integral, está atualmente sendo contestado por linhas de pensamento que advogam por uma mudança. Pelo estabelecimento de um modelo que inclua a justiça social e o alívio à pobreza daqueles que contribuem com a conservação da natureza. Estas tendências de pensamento reconhecem a íntima relação entre ser humano e ambiente.

A interação ser humano-ecossistema natural parece ser tão intensa, que cada vez se discute mais a possibilidade de uma construção cultural do que hoje se reconhece como biodiversidade. A natureza como produto das interações culturais de povos que desenvolvem uma relação de íntima interdependência com o ambiente, adaptando-se ao meio natural e modificando-o para seus próprios fins. A natureza hoje poderia ser produto de todo o conhecimento tradicional acumulado das interações com o homem (PRUGH, 1995).

Esta relação se materializa quando os indivíduos, ao obter benefícios das propriedades químicas, físicas e alimentícias de plantas e animais, atuam como agentes seletivos na natureza, alterando o ciclo de vida, padrões de mortalidade, reprodução e sobrevivência das espécies, ocasionando que elas evoluam sob as pressões seletivas do ambiente (ALBUQUERQUE; ANDRADE, 2002; BERKES; FOLKE, 1997).

As formas de obtenção dos recursos naturais, preferências e técnicas de manejo, refletem adaptações ecológicas, culturais, sociais e econômicas às situações flutuantes do meio (ALBUQUERQUE; ANDRADE, 2002). Consequentemente, os seres humanos, provavelmente, sejam os responsáveis de parte da paisagem natural atual e a biodiversidade encontrada na maioria daqueles ambientes que se acreditavam virgens, provando uma intensa e longa interação ser humano-natureza (DIEGUES, 2000).

Este processo coevolutivo é específico para cada conhecimento, tecnologia e organização social. Diversas sociedades têm elaborado práticas de uso dos recursos naturais e organização do capital natural² sem depleção. As adaptações, o conhecimento dos ancestrais, a diversidade cultural e a biológica, têm contribuído para vários grupos humanos sobreviverem a longo prazo. Essa diversidade

² Neste trabalho entende-se como capital natural os ativos materializados em recursos naturais em qualidade e quantidade a que se tem acesso (ATRIA et al., 2003), que produzem um fluxo constante de bens e serviços valiosos (COSTANZA; DALY, 1992) que melhoram o bem-estar humano.

representa um estoque de sistemas de adaptações sociais e ambientais que abrange vários séculos, uma biblioteca da qual os órgãos ambientais poderiam sintetizar o melhor do conhecimento tradicional e científico (BERKES; FOLKE, 1997) para subsidiar uma melhor gestão dos espaços protegidos.

Do anterior se conclui que a administração das unidades de conservação de proteção integral com presença humana, não permite mais uma abordagem preservacionista tradicional que isola a natureza e impede sua interação com o ser humano. Pretender a conservação dos ecossistemas naturais sob essas condições parece arriscado. Nesse modelo, o perigo dos recursos naturais serem mais facilmente degradados e apropriados de forma indevida parece maior.

No Brasil existem 1.940 unidades de conservação que abrangem cerca de 1,5 milhões de quilômetros quadrados (em torno de 17% do território nacional) (IRVING, 2015). Entre 2003 e 2010, aproximadamente 75% da superfície mundial sob a categoria de área protegida pertencia ao Brasil (WORLD WIDE FUND FOR NATURE – WWF; INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBIO, 2012). No entanto, nem sempre os procedimentos de criação de áreas protegidas seguiram os processos técnicos atuais, ocasionando que alguns espaços protegidos fossem criados com populações humanas no seu interior. Originando-se assim, conflitos com as populações locais que dependem em um alto grau dos recursos naturais para sua sobrevivência.

Esse é o caso do PETAR que foi criado desconsiderando a existência de populações humanas na área. Isso originou o conflito que persiste até hoje, em razão das comunidades locais serem impedidas de reproduzir seu modo de vida³ tradicional.

A construção do conceito de modo de vida teve início ao final do século XIX com Paul Vidal de La Blache. Para ele, o gênero de vida era “o conjunto de relações, costumes e técnicas que o homem desenvolve a partir de sua relação com o meio” (NABARRO, 2014, p. 17). Na década de 1930, Pierre Mombeig agrega um elemento fundamental ao conceito; a ideologia. Posteriormente Max Sorre soma a técnica como outro elemento essencial. O modo de vida seria entendido como “o conjunto de elementos técnicos, sociais, culturais e jurídicos que utiliza para a sua reprodução” (NABARRO, 2014, p. 44).

³ Nesta pesquisa se usa modo de vida, estilo de vida e gênero de vida como sinônimos.

No Brasil, Darcy Ribeiro estudou o modo de vida do sertanejo, crioulo, caboclo, caipira e sulino. A partir de 1990, o conceito de modo de vida mais usado é a “construção social, formado por um conjunto de relações que lhe confere sentido, bem como a maneira como as pessoas vivem, percebem e concebem o espaço” (NABARRO, 2014, p. 53).

O espaço que antes era ocupado pelos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo para a reprodução de seu modo de vida foi afetado pela criação do PETAR. A fundação do Parque aconteceu em 1958, mas sua implantação efetiva foi até o ano de 1986. Seu estabelecimento gerou uma aceleração das atividades ilícitas de aproveitamento dos recursos naturais, processos de emigração da população local, maior dependência de ajudas governamentais, perigo de se descaracterizar o agricultor familiar pela atividade turística não planejada e consequentemente o desaparecimento da agrobiodiversidade. Em face das restrições legais, o agricultor familiar não tem possibilidades de se desenvolver financeiramente e abandona as atividades consideradas tradicionais que seus ancestrais desenvolveram por séculos.

É sabido que o desenvolvimento econômico de uma população depende de sua autonomia de decisão. Com a perda de controle sobre o território e a maior dependência das ajudas governamentais para sobreviverem, as possibilidades de gerar um desenvolvimento endógeno no Bairro Ribeirão dos Camargo foram dizimadas. O Bairro, o local de estudo, está composto por aproximadamente 50 famílias⁴, 29 delas habitando no interior do PETAR (Ver Figura 1),.

O Bairro Ribeirão dos Camargo foi selecionado como área de estudo, em primeiro lugar, por constituir um povoado com alta dependência dos recursos naturais para manter e reproduzir seu estilo de vida, localizado no interior de uma unidade de conservação de proteção integral, o PETAR. Em segundo lugar, a anuência do Gestor do Parque e da Presidente da ACCBRC para realizar esta pesquisa. Ambas condicionantes foram consideradas como prioritárias.

⁴ Neste documento o termo família se usa no sentido de residência habitada, em vista que existem pessoas solteiras e viúvas morando em uma vivenda independente do resto da família.

Figura 1 - Localização da área de estudo, Bairro Ribeirão dos Camargos no PETAR, Iporanga, São Paulo

Além disso, o tamanho do Bairro Ribeirão dos Camargos e os escassos estudos realizados com a população, apontavam o local como altamente promissor para realizar esta pesquisa. A dimensão da população possibilitou que a autora chegasse a conhecer praticamente todos os habitantes do Bairro e a estabelecer, senão uma relação íntima com todos eles, mas sim uma relação cordial, o que facilitou realizar as entrevistas em um ambiente relaxado e livre de ameaças ou intimidações pela presença da pesquisadora que se tornou uma figura conhecida para eles. Uma pessoa que compartilhava as caminhadas a pé para a cidade, as caronas no transporte escolar ou era convidada a compartilhar a viagem para a cidade nos escassos veículos de propriedade de algum vizinho. Foi assim que a

autora iniciou o contato com os moradores da área e se aproximou da complexa realidade local.

O fato do Bairro Ribeirão dos Camargo não ser foco de projetos de pesquisa, ainda, o torna um campo fértil para a investigação. Os moradores não têm nenhum receio em compartilhar suas opiniões e pensamentos, que em diversas ocasiões se atropelam para serem expressados e não conseguem ser articulados completamente. Diante da pergunta: e, onde você mora? A resposta era seguida de uma série de indicações para chegar à residência, as correspondentes recomendações com os cachorros do vizinho, que eram muito bravos, e o convite para ir a tomar um café. Logo depois a autora perguntava: e será que posso entrevistar você? A resposta foi sempre afirmativa. Inclusive, se a subscritora demorava em realizar a visita, ela era lembrada repetidamente de que o convite ainda não tinha sido aceito, com simulações de enfado ou de ofensa pela pessoa não ter sido até então visitada.

Os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo são muito cordiais, ainda não aprenderam todos os artifícios do ser humano urbano para desculpar-se em ajudar ao próximo. Porque seus depoimentos subsidiaram imensamente a elaboração desta pesquisa, são a alma do estudo.

Realmente as pessoas, especialmente os mais velhos, gostam muito ao conversar e relatar os fatos marcantes em suas vidas. Como foi que conheceu o cônjuge atual; como obteve a terra que ocupa, onde tem morado, o ano de uma excepcional produção de arroz ou milho, os encontros com diferentes animais silvestres, a história de uma cicatriz visível e até aquelas localizadas em lugares inconvenientes para se mostrar; como morreu um ser querido; como os filhos migraram e como eles foram ficando velhos; como já não dá para fazer aquelas grandes roçadas, nem para caçar, nem para pescar; como que se implantou o Parque e com ele as restrições legais para reproduzir seu estilo de vida; como os moradores do Bairro se organizaram e como defendem o que eles acreditam ser seu território, herdado dos ancestrais e sagrado pelo pai, pela mãe ter morrido lá.

A problemática local é gerada, principalmente, pelas restrições legais de uso agrícola do solo e do extrativismo, surgidas imediatamente após a implantação do PETAR. Diante dos conflitos, os habitantes do Bairro Ribeirão dos Camargo se organizam e propõem, em 2014, a criação de uma RDS como uma opção viável

para a resolução das divergências surgidas com a administração do Parque na tentativa de manutenção e reprodução de seu modo de vida.

Segundo o artigo 20 da Lei do SNUC, uma RDS é uma área natural que abriga populações tradicionais que vivem do manejo sustentável dos recursos naturais contribuindo com a manutenção da diversidade biológica. A RDS objetiva conservar simultaneamente à natureza e os meios de vida das populações tradicionais, aperfeiçoando o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente.

Os conflitos em unidades de conservação de proteção integral com presença humana são numerosos. As controvérsias têm sido amplamente documentadas em diversas áreas protegidas nacionais e internacionais. No entanto, na área de estudo, este tipo de pesquisa é incomum. Das investigações realizadas no PETAR, não tem sido registrada nenhuma que se refira aos efeitos do Parque no gênero de vida dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo. Esta é a primeira pesquisa à respeito.

Esta é uma investigação pertinente no momento atual com a existência da problemática estabelecida entre os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo e a administração do PETAR. Especialmente, pela possibilidade de se incrementar por falta, provavelmente, de veículos adequados de diálogo entre os atores e o conhecimento parcial do modo de vida dos moradores locais e de seus efeitos sobre a conservação da biodiversidade do Parque. No momento de concluir o trabalho de campo, os canais de comunicação entre estes agentes sociais tinham sido interrompidos.

Espera-se que a compreensão do estilo de vida dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo, através desta pesquisa, auxilie a amenizar tal situação. A autora pretende, além de retratar como os moradores do Bairro vivem, como enxergam a natureza, como se relacionam com o ambiente e quais as mudanças com a implantação do PETAR nos seus modos de vida, possibilitar um novo caminho de pensamento para os administradores de unidades de conservação de proteção integral com população humana no seu interior e aumentar o conhecimento atual das relações entre conservação e modos de vida das comunidades locais. Por último provocar, por meio de uma leitura atenta, uma reflexão sobre o paradigma atual da conservação.

A autora se dará por satisfeita se ao menos despertar uma dúvida no leitor sobre a origem dos paradigmas da conservação, se foram modelos próprios ou simplesmente cópia de padrões estrangeiros, gerados em condições diferentes das

nacionais, com outras necessidades, prioridades, lógicas, olhares com relação a natureza e grau de dependência das comunidades locais dos recursos naturais para reproduzir seu modo de vida.

A pergunta inicial de pesquisa era se a gestão do PETAR se guia pelo estabelecido no artigo 42, inciso 2º da Lei do SNUC, que ordena não prejudicar a reprodução dos modos de vida das comunidades humanas morando em unidades de conservação de proteção integral até que sejam realocadas. Intuíu-se uma resposta negativa. Nesse sentido se concebeu a hipótese de que o PETAR impacta na manutenção e reprodução do modo de vida dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo. Os resultados obtidos confirmam tal hipótese.

Os habitantes do Bairro, com a implantação do PETAR e as consequentes restrições legais do livre uso do solo para fins agrícolas e do extrativismo, correm o risco de se descaracterizar como agricultores familiares. Coloca-se em perigo o conhecimento e práticas de uso dos recursos naturais, a agrobiodiversidade e a inter-relação que o ser humano tem mantido com a natureza local desde a fundação do garimpo, em 1576, até o presente. Saberes e práticas que têm contribuído para manter a biodiversidade que é observada na área até hoje.

A pesquisadora apresenta ao leitor três capítulos, além da presente introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo proporciona uma breve revisão da questão agrária no país para colocar em contexto a agricultura de coivara como o principal eixo diretor de vários aspectos decisivos no estilo de vida dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo. Propõe uma relação entre agricultura de coivara e o *status* de posseiro, o número de filhos, o matrimônio, redes de parentesco e tipo de moradia.

Com a implantação do PETAR e a consequente proibição da prática da agricultura de coivara vários elementos do gênero de vida dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo mudaram. Colocando-se em perigo sua identidade como agricultor familiar. Instauram-se sentimentos de temor, desconfiança, frustração, impotência e desesperança na população local.

Também se discute o papel do extrativismo como fonte complementar de renda ou como reserva para ser usada em casos de emergência ou escassez. Sugere-se uma relação entre a distribuição espacial das vivendas e o exercício da principal atividade econômica de seus moradores. Estratégias diferentes de apropriação do espaço são adotadas pelas famílias do Bairro Ribeirão dos Camargo

dependendo de sua atividade econômica principal; agricultores familiares ou extrativistas.

Analisa-se como são construídas as redes de parentesco ao redor da agricultura de coivara e as diferenças que a implantação do PETAR introduziu na estrutura do tecido social. No interior do Parque apresenta-se uma rede densa enquanto que no entorno as famílias são praticamente independentes.

Ainda se trata, neste capítulo, da organização local com suas particularidades/fragilidades na busca de um amadurecimento e consolidação de liderança. Provavelmente, por ser uma organização ainda nova, nem todos os moradores estão plenamente identificados com ela, o que parece vital para o sucesso da implantação de uma RDS.

De grande importância são as considerações sobre os esforços dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo para se enquadrar em alguma categoria politicamente favorecida para permanecer no território que eles reclamam como próprio. Servindo-se das categorias, não no sentido antropológico senão político, de grupos historicamente desfavorecidos, na tentativa de obter algum tipo de proteção do Estado de seus direitos, principalmente o de acesso à terra.

Comentam-se também as lides travadas entre preservacionistas e socioambientalistas na aprovação da Lei do SNUC. A conquista dos primeiros contribuiu para a instauração da visão biocêntrica do Estado materializada na cultura organizacional da Secretaria do Meio Ambiente.

Ainda são discutidas categorias construídas pelo ser humano urbano intelectual com a intenção de conservar a natureza e proteger grupos humanos, política e historicamente desfavorecidos. Uma tentativa de enquadrar as populações locais em comportamentos politicamente corretos. Discutem-se, principalmente, as categorias de unidade de conservação de proteção integral e a de comunidades tradicionais e suas repercussões no modo de vida dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo. Aqui, a categoria legal de comunidades tradicionais sofre uma desconstrução para entender seus elementos.

Neste capítulo foram fundamentais as contribuições dos autores como Antonio Candido, para o entendimento do modo de vida do camponês brasileiro e de Ariovaldo Umbelino de Oliveira para entender a questão agrária no Brasil.

Ante as restrições legais de uso agrícola de solo e do extrativismo como fontes geradoras de renda para os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo, o

segundo capítulo se dedica ao turismo como uma possível alternativa de rendimento para a população local.

Nesta parte, comenta-se a atividade turística como fonte geradora de renda para os moradores locais que perderam o livre uso do solo e o acesso aos recursos naturais nas áreas onde são implantadas unidades de conservação de proteção integral. Discute-se a distribuição de renda que o turismo gera e os empecilhos para montar uma estrutura turística que possibilite um desenvolvimento dos habitantes locais e não unicamente como uma alternativa de emprego que os descaracteriza como agricultores familiares convertendo-os em cozinheiros, motoristas, guardas noturnos, serventes.

Analisa-se os índices econômicos da população local e a percepção dos moradores no estabelecimento de uma relação entre a implantação do PETAR, a desaceleração da economia local e a emigração dos jovens. Fenômeno este que contribui para o desaparecimento gradual da agricultura familiar, motivado principalmente pela proibição de sua prática pelas leis ambientais, o desinteresse das novas gerações e a obtenção de uma renda pouco atrativa que a agricultura de subsistência reporta para os jovens permanecer no local, que somado à inexistência do setor industrial, provoca os altos índices de emigração dos adolescentes para as cidades vizinhas.

Explora-se a atividade turística dependente dos atrativos do Parque e os perigos que isto representa. Nitidamente exemplificados na interdição das cavernas em 2008 e a potencialidade de Iporanga se tornar uma estância turística independente do PETAR e as principais razões porque isto não ter acontecido.

Analisa-se como é investido o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS-Ecológico) e a alta dependência dos Programas Sociais de Governo, com efeito positivo na vida das mulheres beneficiárias, mas com perigo de se descaracterizar a população do Bairro Ribeirão dos Camargo como agricultores familiares. Sugere-se uma relação do desaparecimento da agricultura de coivara pelo desconhecimento agrícola dos jovens, a aplicação da legislação ambiental e a influência de outras culturas.

Discutem-se os esforços da organização local para gerar renda através do turismo de base comunitária e como o PETAR foi o detonante que motivou os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo se organizarem, resultado no aumento

do capital social individual e comunal do Bairro e o papel dos agentes externos nesse desenvolvimento.

Neste capítulo, valiosos foram os aportes de Robert David Putnam e de Jules Pretty e Hugh Ward para compreender a formação e consolidação do capital social e o estudo de Francesca Antoniella Borsanelli e Heros Augusto Santos Lobo sobre o efeito do turismo no Bairro da Serra.

O terceiro capítulo aborda a administração das áreas protegidas e a possibilidade de uma cogestão com as comunidades locais. Aqui se oferece uma crítica ao processo de criação de unidades de conservação e o império de sua concepção preservacionista, anulando a interação e interdependência ser humano-natureza. Aprofunda-se na concepção de áreas protegidas isoladas do ser humano, produto da visão preservacionista do Estado, que em algumas ocasiões, inclusive provoca conflitos internos para os gestores das unidades de proteção.

Discutem-se os empecilhos da gestão das unidades de conservação e os principais instrumentos de gestão compartilhada; o Conselho Consultivo e o Plano de Manejo e os maiores obstáculos para ainda não ser completamente implantados no PETAR. Faz-se uma revisão dos conflitos ambientais, seu surgimento e o papel das políticas públicas em sua instauração.

Explora-se a Metodologia para Avaliação Rápida e a Priorização do Manejo de Unidades de Conservação, melhor conhecida como Método RAPPAM, e se aplica este instrumento na avaliação da gestão do Núcleo Casa de Pedra, analisando-se os resultados obtidos.

Neste capítulo, os aportes de Gustavo Henrique Cepolini Ferreira permitiram a compreensão da situação fundiária no país e especialmente nas unidades de conservação. Rinaldo Arruda, Carlos Rodrigues Brandão, Marcelo Gustavo Aguilar Calegare, Maria Inês Gasparetto Higuchi e Ana Carla dos Santos Bruno foram fundamentais no estudo das comunidades tradicionais, sua identidade e os conflitos gerados com a implantação de espaços protegidos em seus territórios. Marcos Antonio Reis Araújo e Antonio Luiz Menezes de Andrade contribuíram para a análise da criação das áreas protegidas e sua gestão.

Finalmente se encerra com as considerações finais que discutem as principais descobertas, as leituras feitas da realidade observada no Bairro Ribeirão dos Camargo e os apreendidos durante esta pesquisa.

Sendo a crise das unidades de conservação de proteção integral com populações humanas em seu interior similares, a autora acredita que este estudo pode aportar elementos aplicáveis em outros parques do Estado de São Paulo, já que todos eles compartilham as mesmas visões paradigmáticas. Assim, estudando a relação do PETAR com o Bairro Ribeirão dos Camargo, podem-se alcançar algumas considerações válidas na gestão dos espaços protegidos de outras unidades de conservação do Estado com populações humanas no seu interior.

A subscritora acredita que a criação de áreas protegidas com presença humana deveria conceber-se como espaços territoriais em uma relação sinérgica ser humano-natureza e não como um ambiente alheio ao indivíduo. A presença das pessoas poderia ser considerada uma oportunidade de trabalho compartilhado para a conservação da natureza e não como uma ameaça. Elas oferecem a possibilidade de valorizar, renovar e reinterpretar os enfoques tradicionais de gestão das unidades de conservação. A interação com as comunidades locais proporciona uma maior probabilidade de garantir a permanência dos espaços protegidos.

As oportunidades de encontrar novas maneiras de agir com o ambiente, em forma sustentável, diminuem se predominar apenas uma visão do mundo. A diversidade cultural é chave, não unicamente devido às diversas adaptações ao ambiente, senão também devido às distintas maneiras de enxergar o mundo (BERKES; FOLKE, 1997).

A forma dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo se relacionar com o ambiente pode ser útil para a administração do PETAR. Lograr uma cogestão efetiva asseguraria uma melhor e mais produtiva convivência e conservação da biodiversidade do Parque e da reprodução do estilo de vida dos moradores do Bairro.

2 MÉTODO

O efeito da implantação do PETAR sobre os modos de vida dos habitantes do Bairro Ribeirão dos Camargo foi estudado em campo com o apoio de diferentes autores. A primeira aproximação com a área de estudo foi realizar uma revisão bibliográfica como recomenda Da Matta (1978). Nesta etapa foi feita a leitura atenta do Plano de Manejo do PETAR 2010 e dos documentos relacionados com o tema da pesquisa. Para a busca dos documentos, foi usado, principalmente, o Sistema Dedalus⁵. Para os arquivos consultados, preferiu-se os trabalhos realizados após do ano 2000. As palavras chaves usadas foram principalmente: PETAR, Bairro Ribeirão dos Camargo, modos de vida, conflitos ambientais, unidades de conservação, parentesco, agricultura de coivara, Vale do Ribeira, turismo, organização social, capital social, gestão das unidades de conservação.

Como sugeri Malinowski (1986) a pesquisa social precisa de uma aproximação de campo intensiva. Carlos Rodrigues Brandão (1981) apud Nabarro (2014) afirma que mais que trabalho de campo é necessária a convivência. Conviver, para ir além da identificação das práticas óbvias aos de fora, possibilitou o entendimento de como os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo pensam e como expressam seus pensamentos.

Essa convivência se deu através da permanência da autora no Bairro Ribeirão dos Camargo de janeiro a julho de 2015, com idas ocasionais para a Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”. Isto permitiu uma maior e melhor aproximação da realidade diária do estilo de vida dos moradores do Bairro e possibilitou a coleta de informação através de entrevistas e a observação participante.

Tentou-se a abordagem sugerida por Foladori (2001) da relação ser humano-ambiente não como um todo homogêneo senão como uma relação entre congêneres, seres contraditórios que interagem de diversas maneiras com o ambiente e não como uma massa uniforme em razão de ter entre si diferente posse, acesso e uso dos recursos naturais. Isto permitiu classificar os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo em diversos grupos; os de dentro e os de fora do PETAR; os

⁵ O Sistema Dedalus é um catálogo de consulta dos acervos das bibliotecas da Universidade de São Paulo.

agricultores familiares e os extrativistas; os velhos e os novos; os membros da ACCBRC e os membros da ABRISA, entre outros.

As entrevistas não foram baseadas em um questionário predeterminado, apenas em um roteiro contendo as categorias principais de estudo. Estas categorias estimulavam o depoimento do entrevistado, mas eram ajustadas de acordo com o desenvolvimento da entrevista. As pessoas eram convidadas a falar abertamente sobre sua história de vida e sua relação com o PETAR. No início das entrevistas era comum o surgimento de novas categorias. Nesse caso a pesquisadora tentava obter mais informação a respeito, inclusive se a questão não tivesse sido contemplada no roteiro original.

Os sujeitos da pesquisa são os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo e a unidade de estudo é a unidade doméstica⁶, em ocasiões nuclear e em outras extensa. Os entrevistados foram selecionados em forma aleatória. Para as entrevistas dos diretores das organizações locais se usou a amostragem não probabilística. Da ACCBRC se entrevistou a Presidente, o Secretário, o Tesoureiro e um Fiscal. Da ABRISA foram entrevistados o Presidente, o Vice-presidente, a Tesoureira e um Fiscal.

Nesta investigação se entrevistaram em total 58 pessoas; 43% do sexo feminino (25 mulheres) compreendidas entre as idades de 20 a 87 anos e 57% do sexo masculino (33 homens) entre as idades de 29 a 96 anos. Quanto aos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo, foram entrevistadas 27 pessoas, que correspondiam a 36% das famílias. Em algumas ocasiões se conversou com mais de um membro da família, não obstante se registrou como só uma família entrevistada. Da Fundação Florestal se entrevistou 15 funcionários entre eles cinco gestores e quatro guarda parques de unidades de conservação do Estado de São Paulo.

Entrevistou-se o Professor da Escola Lírio do Vale do Bairro Ribeirão dos Camargo. Com seus quatorze estudantes, compreendidos entre as idades de cinco a dez anos, se realizou uma dinâmica de desenho, buscando descobrir a ocupação dos progenitores e a profissão desejada pelas crianças no futuro. O método que se

⁶ “O conjunto de pessoas que vive em um domicílio particular, cuja constituição se baseia em arranjos feitos pela pessoa, individualmente ou em grupos, para garantir alimentação e outros bens essenciais para sua existência” (IBGE, 2010). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000010435610212012563616217748.pdf>. Acesso em: 16 maio 2016.

utilizou com sessenta e três estudantes, com idades entre 15 a 18 anos, da Escola Estadual Nascimento Sátiro da Silva em Iporanga foi o de pergunta direta, visando encontrar sua visão de seu futuro em cinco e dez anos.

As entrevistas dos funcionários da Fundação Florestal, Diretores da ACCBRC, ABRISA, ASA, historiadores, Prefeito de Iporanga, funcionária do CRASS de Iporanga, a gerente de uma ONG de conservação local, uma especialista em turismo de base comunitária e um funcionário da Defensoria Pública sede Registro, foram realizadas em forma não probabilística.

O número de entrevistados se mostrou suficiente em razão dos conteúdos dos depoimentos serem repetidos e coerentes entre si.

O critério usado para a seleção dos entrevistados, além dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo, foi a existência de um vínculo com a área de estudo ou expertise na gestão de unidades de conservação no Estado de São Paulo.

Os entrevistados são citados conforme a seguinte convenção: os habitantes do Bairro Ribeirão dos Camargo: Morador 1, Morador 2, Morador “n”; Funcionários e ex-funcionários da Fundação Florestal: Funcionário FF “n”; Ex-funcionário FF “n”; Diretores da ACCBRC: Diretor ACCBRC “n”; Diretores da ABRISA: Diretor ABRISA “n”; e Diretores da ASA: Diretor ASA “n”; Historiador “n”.

As entrevistas foram gravadas e transcritas. Os nomes foram omitidos para guardar a confidencialidade das pessoas. O material transcrito foi lido e confrontado numerosas vezes com a gravação, o que permitiu o surgimento de novas categorias de estudo e a captação de detalhes ignorados na primeira vez. Ao escutar novamente as entrevistas, as expressões faciais e os gestos corporais foram visualizados de novo. A união das imagens, a gravação e a transcrição da entrevista favoreceu a interpretação feita pela subscritora.

A autora desistiu da proposta do Discurso do Sujeito Coletivo⁷ de Lefèvre e Lefèvre (2003). Considerou mais importante manter a individualidade de cada entrevistado que se perderia ao confeccionar um discurso coletivo das diferentes categorias estudadas. Julgou que pela riqueza do depoimento de cada entrevistado,

⁷ Depoimentos coletivos confeccionados com extratos de diferentes depoimentos individuais – cada um desses depoimentos coletivos veiculando uma determinada e distinta opinião ou posicionamento, sendo tais depoimentos redigidos na primeira pessoa do singular, com vistas a produzir, no receptor, o efeito de uma opinião coletiva, expressando-se, diretamente, como fato empírico, pela “boca” de um único sujeito de discurso.

este merecia ser citado literalmente, sem arranjos nem misturas de outras declarações, puro, tal e como foi captado pelo gravador.

A autora se negou a fazer uso de um intermediário ou de um metadiscurso científico. São os próprios entrevistados que expõem seu ponto de vista. O papel da pesquisadora foi buscar uma integração com o observado em campo e com o marco teórico científico na tentativa de encontrar relações entre os fenômenos observados.

De igual importância que os depoimentos foram as observações que se fizeram em campo. Constatando-se a veracidade do exposto nas entrevistas ou a contradição do relatado com a realidade. Foi comum que as primeiras entrevistas oferecessem novas categorias a se pesquisar, novas leituras e novas pessoas a serem entrevistadas que enriqueceriam o estudo e facilitariam a compreensão da realidade.

A pesquisadora está consciente de que as respostas dos indivíduos continham o ponto de vista desde seus interesses particulares. Em ocasiões exagerando uma afronta recebida, em outras diminuindo a importância dos impactos no aproveitamento dos recursos naturais ou ocultando a ineficiência de mecanismos administrativos. Consequentemente, cada entrevista relatava somente parcialidades da realidade. A autora precisou aguçar a observação e aprofundar a leitura para realizar uma integração e construir uma representação a mais próxima com à realidade. Compor o quebra-cabeça requereu tempo e paciência.

A tentativa de dividir as categorias e arriscar sua abordagem separada foi impossível. Os depoimentos mesclavam o número de pessoas falando, fatos passados, presentes ou futuros em ordem dificilmente clara, e em ocasiões, confunde-se o verdadeiro com o imaginado. A triangulação metodológica, sugerida por Duarte (2009), auxiliou enormemente o trabalho. Somente a triangulação de fatos permitiu discernir a realidade da invenção.

Os relatos sempre foram adotados com rapidez, um café recém-feito, uma banana, um bolinho, oferecido com muita gentileza pelos entrevistados, e pela insistência de visitar a roça, experimentar um doce feito em casa, admirar os artesanatos elaborados pelo pai, pela mãe, oferecimentos de ovos caipiras, uma banana da terra, um mel recém-coletado. Assim foi como se acompanhou o estudo dos modos de vida dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo.

Assim foi como a autora estudou as categorias da história do povoamento, da posse de terra, das atividades econômicas, da interdependência com a natureza,

das relações sociais comunitárias, das organizações, do parentesco, do desenvolvimento local, dos planos futuros e das relações com o PETAR e seus funcionários. Sendo este o ponto crítico, quando o entrevistado falava com desprazer.

Os dados apresentados em forma de mapas foram manipulados em ambiente de Sistemas de Informação Geográfica (SIG). As bases de dados de livre acesso, como os limites municipais, limites estaduais, estradas e unidades de conservação foram coletadas no portal de dados georreferenciados do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Os dados de localização espacial, como as residências e demais infraestrutura, foram coletados pela autora por meio do aparelho GPS durante o trabalho de campo.

Quanto à análise dos dados, fez-se uma integração da realidade observada, os depoimentos, a leitura da teoria social, técnica e ambiental, as normativas ambientais e os resultados de outras pesquisas. Abandonou-se qualquer tentativa de análise usando a Estatística Descritiva, as médias e as variâncias demonstraram-se sem utilidade no estudo da relação dos modos de vida dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo e o PETAR.

Do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira –PETAR

O PETAR se localiza ao sul do Estado de São Paulo, a 350 km da cidade de São Paulo no Alto Vale do Rio Ribeira de Iguape (MURILLO, 2013; SARFATI; SANO, 2012). Ocupa uma área de 35.712 ha, aproximadamente 78% da superfície pertence ao município de Iporanga e o restante ao município de Apiaí. Posiciona-se entre as coordenadas 24°31' e 24°34' de latitude sul e 48°40' e 48°44' de longitude oeste (SARFATI; SANO, 2012), limita com os municípios de Guapiara (norte e noroeste) e Itaoca (sudoeste).

A história do Parque inicia em 1910 quando o Estado desapropriou propriedades particulares com o objetivo de proteger as cavernas com interesse turístico que integrariam posteriormente o PETAR. Sua origem remete as atuações de José Epitácio Passos, funcionário do Instituto Geológico e Geográfico (IGG), cuja iniciativa culmina em 1957 com a constituição de uma comissão especial para viabilizar a criação do Parque (MURILLO, 2013; SANTOS, 2011). Em 19 de maio de 1958 o Decreto Nº 32.283 cria o PEAR. Posteriormente, em 1960, a Lei Nº 5.973

modificou seu nome para PETAR como é conhecido atualmente outorgando-lhe mais peso legal por ser contemplado em uma lei federal.

A administração do Parque foi delegada ao IGG, posteriormente passa a ser administrado pelo Serviço Florestal do Estado (Decreto N° 41.626 de 1963) para finalmente, em 2007, ser gerenciado pela Fundação Florestal até hoje. Contudo, somente foi implementado em campo até 1983 com a instalação de equipes de apoio à visitação no Núcleo Caboclos (SÃO PAULO, 2010).

O PETAR possui exuberante flora e fauna característica da Mata Atlântica, destacando-se seu rico patrimônio espeleológico (MURILLO, 2013). Forma parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no contínuo ecológico do Paranapiacaba. O contínuo ecológico possui mais de 120.000 ha, abarcando grandes extensões de habitat natural. Está formado pelos Parques Estaduais Carlos Botelho, Intervalos, Turístico do Alto Ribeira e a Estação Ecológica de Xitué, configurando significativos trechos protegidos de Mata Atlântica que abrigam considerável número de espécies (SARFATI; SANO, 2012).

A fauna da região é caracterizada pela elevada riqueza de espécies e o alto grau de endemismo. Perante a grande heterogeneidade de ambientes e tipos vegetacionais associados, verifica-se a ocorrência de composições faunísticas características e uma elevada riqueza de espécies de diferentes grupos taxonômicos (SÃO PAULO, 2010).

Em diversos trechos do PETAR, são encontrados afloramentos rochosos com lapiás, feições, que se formam por processos de dissolução das rochas carbonáticas, nas quais as árvores se fixam diretamente sobre as rochas ou nas aberturas entre as mesmas. Trata-se de ambientes únicos, principalmente porque a água disponível para as plantas provém da água de percolação ou da umidade relativa do ar. Estes fatores contribuem para a seletividade das espécies presentes nesta formação. Desse modo predominam espécies decíduas ou semidecíduas, abundantes leguminosas (*Fabaceae*), como a caviúna (*Machaerium scleroxylon*) espécie ameaçada de extinção em São Paulo, apresentam-se também algumas figueiras. Esses habitats únicos são relevantes por apresentar fisionomia e florística própria que contribuem com a biodiversidade regional (SÃO PAULO, 2010).

O PETAR concentra parte significativa das cavernas e relevos cársticos do Vale do Ribeira (MURILLO, 2013) apresentando feições típicas e sistemas de drenagem subterrânea com ampla variedade espeleomorfológica. Os levantamentos

efetuados indicam a presença de 397 cavidades naturais na unidade de conservação e sua zona de amortecimento. Os sistemas de cavernas estão associados aos principais rios que cruzam a unidade de conservação: Betari, Iporanga, Pescaria/Pilões e Taquaruvira. O acesso às principais cavidades se dá, na maioria delas, por entradas associadas a sumidouros ou ressurgências dos cursos de água subterrâneos (ALBERIGI, 2006; SÃO PAULO, 2010).

O Parque possui quatro centros de visitação; Núcleo Caboclos, Núcleo Ouro Grosso, Núcleo Santana e Núcleo Casa de Pedra. De interesse para esta pesquisa é o Núcleo Santana, que se situa no Vale do Rio Betari a 17 km de Iporanga, que recebe o maior número de turistas, principalmente a Caverna Santana, e o Núcleo Casa de Pedra que se localiza a 10 km de Iporanga cujo maior atrativo é a Caverna Casa de Pedra, que apresenta uma entrada de quase 300 m de altura, o maior pórtico no mundo de uma cavidade natural, no sumidouro do Rio Maximiliano (ALBERIGI, 2006; MURILLO, 2013, SÃO PAULO, 2010).

Com relação aos aspectos sociais, o IDH-M de Iporanga é de 0.703 (ano 2010), apresenta um dos índices paulistas mais baixos, inferior a média estadual de 0.820, e mesmo nacional de 0.766 (IBGE, 2015). Ao examinar os componentes do IDH se observa que é a longevidade, (0,816) a que mais contribui no índice, seguida de educação (0,668) e o último, o rendimento (0,637). Uma renda per capita baixa, R\$ 421,14⁸.

A situação econômica contribui para o agravamento dos conflitos relativos ao uso ilegal dos recursos naturais das unidades de conservação, particularmente o corte de palmito Juçara (*Euterpe edulis*, Martius) e a caça de animais silvestres que se viram intensificados com a implantação de normas de visitação turística.

Em 1986 o Departamento de Parques e Áreas Naturais, o Instituto Florestal e a Sociedade Brasileira de Espeleologia definem propostas de manejo das cavernas e sítios arqueológicos no PETAR. Mais tarde, em 1992 se institui uma portaria para regulamentação de atividades na unidade de conservação (SÃO PAULO, 2010) que impacta nas populações que moram no interior do Parque, sendo uma delas o Barrio Ribeirão dos Camargo.

⁸ Fonte: PNUD, IPEA e FJP. Disponível em http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/iporanga_sp. Acesso em: 01 maio 2016.

3 OS MORADORES DO BAIRRO RIBEIRÃO DOS CAMARGO

Ignoraram todas essas coisas... pra o Parque não existe morador... na lei que fizeram... ignoraram que existia morador... não viram isso aí... só assinaram lá, o deputado acho... não fizeram assembleia... nada... acho que nem sabia onde era Iporanga (Morador 5).

3.1 Antecedentes

Segundo a Organização das Nações Unidas (2015), a população mundial urbana tem crescido a uma velocidade alarmante. Atualmente, 54% dos habitantes do planeta vive em áreas urbanas. O contrário acontece com a população rural mundial, que vem apresentando um crescimento lento desde 1950.

No Brasil, tem-se observado o êxodo rural a partir da década de 1960 devido, principalmente, à industrialização e modernização agrícola. A partir dessa década, houve uma evolução negativa da população rural e um crescimento constante da população urbana. No presente, a população brasileira é predominantemente urbana (GIRARDI, 2008).

No entanto, na área rural ainda persistem conflitos gerados pelo acesso à terra. Isto tem provocado uma série de ações, algumas com sucesso, de invasão de propriedades privadas⁹ por trabalhadores rurais sem terra. Mais recentemente, as unidades de conservação tem sido também foco destas práticas de apropriação de espaços na tentativa de reproduzir modos de vida voltados para o campo¹⁰.

Geralmente, os conflitos sobre a terra constituem uma acumulação de reivindicações e processos em diversos níveis econômicos e políticos. A terra não representa somente um bem a mais da unidade familiar rural. Constitui a base sobre a qual se desenvolve seu sistema de vida e sua subsistência. Consequentemente, as ameaças de acesso à terra têm graves repercussões sociais (HERRERA; PASSANO, 2005).

As reivindicações pela terra no Brasil iniciaram a partir da modernização agrícola, na segunda metade no século XX (NABARRO, 2014). Luta associada a

⁹ Em 2015, no oeste do Estado de São Paulo, 21 fazendas foram invadidas por grupos de sem-terra.

¹⁰ Na década de 1980 incrementou-se a violência contra camponeses que buscavam obter acesso à terra, concomitantemente aumentou o apoio da sociedade civil para estes movimentos. A Central Única dos Trabalhadores (CUT), Partido dos Trabalhadores (PT), partidos de esquerda e os Bispos Brasileiros (CNBB) manifestaram seu amparo para estes grupos na Campanha da Fraternidade de 1980. As Comunidades Eclesiásticas de Base (CEB) inclusive elaboraram um documento sobre a terra e pobreza no país (OLIVEIRA, 2001).

terra se dá principalmente visando manter a identidade como camponês, para manter e reproduzir seu modo de vida tradicional.

O Brasil ocupa o segundo lugar mundial em desigualdade de distribuição de renda (AMARAL; MONTEIRO, 2013). Ostenta um dos maiores índices de concentração de terras. Em 2003, o índice de Gini era de 0,816 (GIRARDI, 2008), sendo que 1% dos produtores rurais controlam 45% da superfície agrícola e 37% dos produtores possuem somente o 1% da área cultivável (CARTER, 2006).

No Vale do Ribeira, onde está inserida a área de estudo, os minifúndios (áreas menores que 50 ha) representam 81% do total de propriedades e ocupam 20% da área agrícola e os latifúndios (áreas maiores que 500 ha) representam 1,8% do total de propriedades e ocupam 44% da superfície (INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO-CULTURAL E CIDADANIA – IDESC, 2006 apud BIM; FURLAN, 2013).

A modernização agrícola não transformou os latifundiários em empresários, senão, converteu os capitalistas industriais e urbanos em latifundiários. Assim, os empresários urbanos tornaram-se os maiores proprietários de terra no Brasil. Aparecem extensões de terra até então nunca registradas, a soma das 27 maiores propriedades privadas no país é igual à área que ocupa o Estado de São Paulo (OLIVEIRA, 2001).

O problema da indisponibilidade de terra para os pequenos agricultores se agrava com o fato de que algumas unidades de conservação de proteção integral, instituídas antes da década de 1980, foram declaradas em áreas com populações humanas já estabelecidas.

Tal o caso do PETAR. Quando o Parque foi criado, em 1958, já existiam na região vários povoados, entre eles a área de estudo, o local conhecido como Bairro Ribeirão dos Camargo. O Bairro abriga atualmente cerca de 50 famílias, das quais 29 se localizam no interior do Parque, compondo um total de 162 pessoas. No entanto, existem relatos de que a área já conteve mais de 6000 pessoas no período de maior auge do ciclo do ouro (Historiador 2, informação pessoal).

Segundo Murillo (2013) o nome dado ao Bairro Ribeirão dos Camargo seria parte dos denominativos da população que ocupou o território. Assim o lugar se vincula, provavelmente, ao nome da família do morador mais antigo. A denominação materializa a apropriação do espaço pelo ser humano.

Segundo as entrevistas realizadas, a maioria das famílias do Bairro Ribeirão dos Camargo, está constituída por descendentes diretos dos fundadores do povoado. Os outros membros do local são produto da união dos originários do Bairro com moradores das populações vizinhas. No entanto, nem todas as comunidades do Bairro estão atualmente habitadas. Vários dos antigos residentes foram abandonando paulatinamente a área por causa, na maioria dos casos, das restrições legais para o uso agrícola do solo e do acesso aos recursos naturais, uma vez que ambas as atividades constituíam a principal fonte de renda das famílias. O resultado foi a redução significativa da população e seu envelhecimento.

Antes da implantação do PETAR, de acordo com os moradores consultados, a subsistência dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo baseava-se em uma combinação de várias atividades: a agricultura de coivara, a criação de suínos e aves de curral, a caça e a pesca. A produção agrícola tinha como destino principal a alimentação da família e dos animais de criação. O excedente era comercializado e o dinheiro obtido era utilizado para adquirir artigos que a unidade familiar não produzia como sal, vestimenta e querosene.

Segundo Candido (1964), a vida do pequeno agricultor depende do equilíbrio entre o volume de produção e os gastos em dinheiro por um lado e o consumo familiar e as vendas por outro. Devido à falta de técnicas agrícolas para obter um maior rendimento, é através da agricultura de coivara que o produtor consegue estabelecer o dito equilíbrio.

No Bairro Ribeirão dos Camargo a ampla disponibilidade de terra nova e fértil, sem algum ônus de compra ou locação, possibilitava os moradores locais a constante renovação de sua área de cultivo.

O funcionamento deste sistema se baseava no pousio. Atualmente, as limitantes legais obrigaram ao pequeno agricultor, morador de unidades de conservação de proteção integral, a diminuir o tempo de pousio (ADAMS et al., 2013), o que impede a reposição dos nutrientes do solo por meio da sucessão vegetal e pode conduzir à infertilidade da terra (HADDAD, 2012; MUNARI, 2010). Além disso, impedidos de obter renda a partir do extrativismo, as oportunidades de desenvolvimento econômico para os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo, se veem seriamente limitadas pela legislação ambiental.

A Lei N° 11.428, de 22 de dezembro de 2006, melhor conhecida como Lei da Mata Atlântica, estabelece no artigo 11 a proibição do corte de vegetação primária

ou nos estágios avançado e médio de regeneração, o que impossibilita fazer uso daquelas áreas deixadas em pousio por mais de 10 anos (inciso III, artigo 3º).

Eles querem que não cortem nada... que vire floresta lá... onde está derrubado pode trabalhar... onde tem matinho de oito anos pra baixo pode fazer... já vem a ordem de PETAR do Apiaí... pra medir qual mato você pode tombar... não pode derrubar mato bruto aí... a Presidente vai lá no PETAR, ali pergunta pra eles se pode roçar... só que não está livre, livre... demora a inspeção (Diretor ACCBRC 3).

Pessoal lá em cima né... eles são bem vigiados por conta disso né... estão dentro do Parque mesmo... nós tamos fora do Parque né... mesmo que estejamos fora né... a gente não pode fazer muita coisa... se você vai fazer uma roça tem que ver onde vai fazer a roça que não esteja perto do rio... não pode fazer roça na encosta de uma montanha... onde tá limpo permanecer limpo não passar de 3 m pra não o florestal [polícia ambiental] não chegar e multar depois de novo... passou certa altura já... é mato... passou de 3 m não pode cortar mais (Diretor ABRISA 2).

As restrições legais limitam igualmente a extensão da área que os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo localizados no interior do PETAR podem cultivar. Adams et al. (2013) estudando os quilombos do Vale do Ribeira, reportam que no passado cada família cultivava até quatro hectares. Hoje, a área máxima a licenciar é de dois hectares (artigo 23 do Decreto N° 6.660 de 21 de novembro de 2008).

Agricultura de subsistência, você planta pra você, e o que sobra você comercializa né? Na subsistência... você não licencia grandes áreas, você licencia 10.000 m², 15.000 m² se é uma família muito grande 20.000 m², mas nunca mais que isso (Funcionário FF 12).

Segundo Candido (1964), dez alqueires¹¹ é o mínimo para uma família se manter a si mesma e à criação e obter excedentes para a venda. Mas, considerando a variação da fertilidade das terras, 30 alqueires seria o limite desejável para a reprodução da pequena propriedade.

Tomando em consideração as circunstâncias anteriormente descritas, a única agricultura possível de realizar no Bairro Ribeirão dos Camargo é a de subsistência, que não produz uma renda interessante. Como consequência, os jovens não vislumbram um futuro promissor nas atividades agrícolas e optam por migrar para as cidades vizinhas onde são empregados em atividades comumente pouco remuneradas. Para a emigração dos jovens contribui também a baixa valorização, em geral, do pequeno produtor rural. Sendo os habitantes mais velhos,

¹¹ Um alqueire paulista equivale a 24.200 m² ou 2,42 hectares.

possivelmente pelo apego ao lugar, os que permanecem até agora no Bairro Ribeirão dos Camargo.

A emigração dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo localizados no interior do Parque é contínua. No Plano de Manejo de 2010, por exemplo, se cita a comunidade de Taluá habitada por três famílias. Hoje todas elas migraram, dando como resultado outra comunidade abandonada.

O Parque implantou lá... nós já vivíamos lá já muito tempo... o território nosso é donde criaram esse Parque... o direito de posse meu é dentro da área do Parque... mas muito já abandonou... por conta de criar esse Parque encima de nós... sem perguntar que se nós tinha direito... quanto tempo morava... implantaram esse parque com nós... daí foi indo, foi indo... quando o Parque começou fazer o trabalho deles, começou a pisar em nós... eu fui uma das pessoas... chegava lá a multar eu... por causa de que eu estava roçando uma terra pra plantar... mas como que vou fazer? Se eu vivo aqui disso (Morador 10).

A emigração igualmente ocorreu no Quilombo de Bombas, outra comunidade localizada no interior do PETAR, com apenas 20 famílias restantes. Vários de seus habitantes emigraram por estar impedidos, pela legislação ambiental, de continuarem com seu modo de vida tradicional de agricultura de coivara e do extrativismo (KJERSTI, 2014).

Apesar de tudo, os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo ainda persistem, constituindo atualmente um bairro rural. Um bairro rural se define como uma unidade geográfica produto das relações sociais desenvolvidas ao longo do tempo, em um espaço determinado, por um grupo de pessoas vizinhas morando no meio rural (BOMBARDI, 2004) que apresenta como características fundamentais a noção de pertencimento, a identidade local e a ajuda mútua entre seus membros (CANDIDO, 1964; HALLEY, 2014).

Para Candido (1964) o bairro é a essência da sociabilidade camponesa. Ele o define como grupo territorial com limites definidos pela participação dos habitantes em trabalhos de ajuda mútua. Neste conceito os elementos fundamentais são o território, o sentimento de pertencimento e a obrigação de ajuda mútua.

No Bairro Ribeirão dos Camargo as relações sociais estabelecidas entre seus integrantes são produto, geralmente, de laços de parentesco. Segundo Bombardi (2004) e Paoliello (2006) o parentesco desempenha um papel preponderante na construção coletiva dos espaços chamados de bairro.

No bairro o termo vizinhança se usa no sentido *lato sensu*. Considera-se vizinho não unicamente àquele que está próximo da residência, senão toda pessoa com quem se estabelece relações sociais de colaboração e compartilhamento. No Bairro Ribeirão dos Camargo existem residências distantes até 12 km uma da outra. No entanto, os moradores se consideram vizinhos. Seja pelo parentesco consanguíneo, a afinidade ou pela ajuda mútua prestada.

O Bairro Ribeirão dos Camargo está conformado pelas comunidades de Ribeirãozinho, Sete Quedas, Camargo, Taluá, Morro do Chumbo, Caraíba, Monjolinho, Passa Vinte e Fartinho. Não obstante, com o êxodo de muitos dos antigos moradores, nem todas as comunidades estão habitadas (Ver Figura 2). A maior concentração de pessoas localiza-se em Ribeirãozinho com aproximadamente 18 famílias.

Figura 2 - Distribuição das comunidades habitadas que conformam o Bairro Ribeirão dos Camargo (parte A) junto a outros pontos de interesse (parte B). Destaca-se o fato que o Bairro, com a implantação do PETAR, foi dividido em duas partes. As comunidades de Sete Quedas e Águas Claras permaneceram no entorno, enquanto as comunidades de Morro do Chumbo, Passa Vinte, Os Camargo e Ribeirãozinho foram incluídas nos limites do Parque

Algumas pessoas foram abandonando... a estrada que tinha lá, ia até perto do Caboclos. Chegou um momento que não podiam fazer mais manutenção, então a estrada foi se perdendo. Aí já ficou difícil o acesso, aí começou a questão da fiscalização que proibia o desmatamento, ainda não tinha licenciamento, até o 2000 qualquer tipo de desmatamento era punido com multa e embargo da área... então isso acabou desestimulando as pessoas a ficarem né... aí pra ir pra a escola ficou mais longe... pra fazer agricultura não podia (Funcionário FF 12).

Apesar da criação do PETAR ter acontecido em 1958, é até finais da década de 1980 que se deu sua implantação real em campo (SANTOS, 2011). E inicia-se uma fiscalização mais intensiva das atividades econômicas dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo localizados no interior do Parque.

PETAR foi criado em 58, mas ele foi demarcado assim, fisicamente, e começou a gestão no PETAR mesmo em 86. Então ele ficou esse período todo ali, uns 30 anos, meio que abandonado... a partir daí que se começou a fazer gestão, fiscalizar as áreas e reprimir algumas questões ambientais aí de degradação que aconteciam né (Funcionário FF 12).

85 eu estava lá... pai e eu trabalhava junto... plantava lá... reabriram a divisa... 58 eles já começaram a primeira divisa né... 85 foi demarcação... eu não sei quem aceito o negócio do Parque... colocaram marco... saía ali no campinho... levavam com o helicóptero... jogavam marco de concreto... redondinho com chapinha aí... todos os cantos... todos os pontos... tem um pertinho no sítio... tem um lá (Diretor ACCBRC 3).

No intuito de continuar com as atividades de agricultura de coivara e o extrativismo, os residentes do Bairro Ribeirão dos Camargo iniciam em forma mais organizada, em 2010, uma série de ações para permanecer na área e continuar com seu modo de vida tradicional. Nesse ano encaminham uma petição de desafetação do Parque na área que eles consideram própria, sem embargo essa iniciativa não prosperou.

Em 4 de junho de 2014, os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo, protocolaram ante a Fundação Florestal a solicitação de criação de uma RDS que segundo o artigo 20 da Lei do SNUC, asseguraria a permanência dos moradores do Bairro localizados no interior do PETAR. Tal iniciativa estava em estudo na Fundação Florestal até a data de finalização desta pesquisa.

3.2 Posseiros, proprietários ou invasores?

Eu tinha meus documentos... eu pago imposto daqui... eu sou nascido e criado aqui... mas eu não tenho direito... nós que somos posseiros das terras por tudo esse tempo... que tenha nosso direito representado... você chega um fora ali... perguntam, que você faz? Eu sou lavrador... cadê documento da terra... eu sou posseiro... mas agora não dá valor pra a gente mais... a gente fica... como invasor aqui... nós temos posse... tenta legalizar, mas não consegue (Morador 10).

Historicamente, a necessidade do camponês de acesso à terra e o direito de permanecer nela produzindo, têm sido ignorados pelas políticas públicas do Brasil (OLIVEIRA, 2001) gerando assim milhares de posseiros que reclamam a propriedade da terra.

Um posseiro, segundo Candido (1964), não tem autorização oficial e geralmente desconhece a situação legal da terra que ocupa. Define-se como a pessoa que trabalha e mora em uma terra sem possuir o título legal da mesma (SIMMONS, 2004) praticando agricultura de subsistência, comumente, em áreas de floresta primária (CALDAS et al., 2007).

Os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo se reivindicam, na maioria dos casos, como posseiros. Alguns indicam ter títulos de propriedade, fato que em nenhum caso foi comprovado pela autora. Negam enfaticamente serem invasores, senão famílias ocupantes na área por mais de 150 anos.

Eles não aceitavam ser chamados de pessoas de má-fé... então o Estado chegou e diz: olha... onde vocês moram, é minha casa agora... e eles saíram, não porque eles estavam com medo... não porque eles não podiam ter um progresso... mas eles saíram porque a religiosidade deles... a cultura deles... a moral deles... não permitia que eles fossem ameaçados... com estigma de ser invasores... de serem ladrões de terra... de serem dominadores de solos (Ex-funcionário FF 2).

A história do Bairro Ribeirão dos Camargo inicia com a fundação do Garimpo de Santo Antônio (SANTOS, 2011). O garimpo foi fundado em 1576 por aventureiros chefiados por Garcia Rodrigues Paes (MURILLO, 2013), Nuno Mendes Torres, Antônio Lino de Alvarenga e José de Moura Rolin¹². No entanto, um dos historiadores locais entrevistados, afirma que a fundação do arraial ocorreu 179 anos depois, no ano 1755 quando Garcia Rodrigues Paes buscava ouro no garimpo Santo Antônio no Rio Iporanga, no limite das terras de seu avô, Fernão Dias Paes.

¹² Disponível em: <http://www.camaraiporanga.sp.gov.br/index.php?mod=historia-historiaiporanga>. Acesso em: 15 out. 2015.

Os aventureiros subiram pelo Rio Ribeira explorando, bateando, buscando ouro (MURILLO, 2013). Ao encontrar uma quantidade considerável deste mineral fundaram o Arraial de Santo Antônio no que hoje é o Bairro Ribeirão dos Camargo (Historiador 1 e 2, informação pessoal).

Os primeiros moradores construíram cabanas rústicas de madeira. Permaneceram no lugar 150 anos garantidos por uma agricultura de subsistência. Edificaram muralhas de pedras para se proteger dos ataques dos índios chamados bugres, provavelmente índios tupi-guarani (MURILLO, 2013). Os nativos reagiam à antiga prática dos exploradores de “casada de laço” que consistia em sequestrar mulheres indígenas, provavelmente, para constituir famílias mestiças. Ao longo do tempo surge uma povoação suficientemente importante para fundar, em 1625, uma capela própria (Historiador 2, informação pessoal).

Em 1776 o ouro começa a escassear. Simultaneamente se dá a descoberta deste mineral em Minas Gerais (SANTOS, 2011), tornando economicamente inviável continuar a extração de ouro no Ribeirão (MURILLO, 2013; Historiador 2, informação pessoal).

Arruda (1999) cita que a colonização portuguesa se dedicou à exploração intensiva de produtos com alto valor no mercado. Fomentando o estabelecimento de povoações nas regiões onde a exploração era proveitosa. A perda econômica ou o esgotamento do recurso trasladava o povoamento, gerando núcleos populacionais isolados e dispersos dedicados a uma economia de autossuficiência, como aconteceu com o Arraial de Santo Antônio.

Em 1802, o padre Bernardo de Moura Prado inicia um movimento para mudar a sede do Arraial de Santo Antônio para o Porto no Ribeira. A maioria da população tinha se mudado já para as margens do Ribeira. Lá, com uma navegação melhor, possibilita-se a instalação de um porto comercial que conectasse as cidades da baixada e das do planalto do Vale do Ribeira (MURILLO, 2013; Historiador 1, informação pessoal). Lugar, onde até hoje, persiste a cidade de Iporanga. Desta vez constroem casas mais sofisticadas (Historiador 2, informação pessoal).

Iporanga se destacou como uma cidade de importância. Constituindo-se na quarta cidade do Estado de São Paulo a contar com iluminação pública, proporcionada por lâmpões importados de Bélgica, abastecidos com óleo de baleia. Em 1841, a cidade recebeu a Companhia Lírica Francesa que chegou a Rio de Janeiro em comemoração à coroação do Pedro II (Historiador 2, informação pessoal).

e posteriormente viajou para Iporanga a inaugurar o Teatro Recreativo Santana (MURILLO, 2013).

Segundo Murillo (2013) a cidade era muito próspera. Em 1830 havia 16 indústrias de fumo, 52 engenhos de cana, 14 fábricas de rapadura, 12 fábricas de aguardente e diversos monjolos de cereais, 1200 moradores se dedicavam à criação de suínos e ao cultivo de arroz e cana.

Por volta de 1830 aparece um dos principais patriarcas do Bairro Ribeirão dos Camargo; Salvador Henriques e posteriormente, em 1884, Guilherme Looze (alemão) que construiu a Torre da Igreja de Iporanga (MURILLO, 2013; Historiador 1, informação pessoal).

Ali [Caboclos] é uma posse aberta pelo meu tataravô Salvador Henriques em 1830... documento de posse da Igreja... cartório naquela época era a Igreja... depois ele se estabeleceu aqui no Bairro Ribeirão dos Camargo. Os Looze chegaram cá por volta de 1850... Guilherme Looze... e esposa... com filho Teodoro Looze... Guilherme Looze construiu aquela torre da Igreja lá... 1874... depois morreu lá (Historiador 1).

Não tenho uma data precisa quando que ele veio né... de Alemanha né... a gente só faz uma estimativa... que a torre foi feita em 1884... o tataravô da minha mãe veio só com um filho... Theodoro Looze... casou com uma Adelaide... o bisavô da minha mãe... Theodoro teve 14 filhos... morava ali no Camargo (Morador 5).

Em ambos os casos os residentes do Bairro Ribeirão dos Camargo afirmam que a terra foi genuinamente ocupada. Por Henriques por meio de posse e por Looze por doação de terra que a Igreja lhe fez como parcela do pago pela construção da torre dela. Fatos nos quais os descendes destes patriarcas se fundamentam para assegurar seu direito de herança sobre a terra. Direito para eles suficientemente garantido pela ocorrência destes dois eventos considerados legítimos. O que explicaria em parte que não se empenhassem por obter os títulos legais da terra que atualmente ocupam.

Antes de 1850 o direito de “dono” era estabelecido pela abertura da terra, sua habitação e cultivo. É com a Constituição de 1891 que a terra devoluta é transferida aos Estados. Posteriormente o Decreto N° 19.924, de 27 de abril de 1931, estabelece que a terra não seja mais apropriável por usucapião (PAOLIELLO, 2006). Acabando assim, legalmente, com a prática costumeira de apropriação da terra através da posse.

Não obstante, na área de estudo, a compra e a venda de terras sem títulos de propriedade registrados, é uma prática comum. Aparentemente é suficiente saber que o vendedor é o ocupante legítimo da área para reconhecê-lo como proprietário e com o direito de dispor da propriedade. Direito para alugá-la ou vendê-la a outra pessoa, que através da compra, se constitui no novo proprietário. Isso sem ter, necessariamente, o registro da terra nem dar aviso da compra e venda realizada em cartório autorizado para o efeito.

Tinha um tio meu que vendeu pra ele... faziam [a venda] de boca assim mesmo... nem documento... depois que faz documento... vão vivendo... as pessoas nem se preocupam... o pessoal do sítio não liga... as pessoas nem documento têm próprio... não liga... vai passando... vai passando... não faz documento (Morador 5).

A família de Seu José comprou quando ele era jovem ainda... um sitiozinho... o papel que ele tem é um recibinho lá de bar... ele tem o direito de estar ali porque ele comprou o direito... na cabeça dele, ele sabe que tem o direito... ele agiu honesta e corretamente (Ex-funcionário FF 2).

Klaas Wootmann (1990) apud Nabarro (2014) explica que na área rural o que se pratica é a troca. Guiada por valores éticos e morais que não precisa de registros documentais, mas tratos. O trato é um compromisso oral, assumido com seu par, que deve ser cumprido. A oralidade substitui documentos formais, a palavra tem mais valor que o papel, o documento, o contrato.

Ao se perpetuar, desde a fundação do Bairro Ribeirão dos Camargo, essa prática de ocupação e compra e venda de terras, são excepcionais os casos dos moradores que possuem títulos de propriedade registrados. Esse costume teve graves consequências para os atuais moradores. Hoje, eles não contam com os meios legais para se proclamar como proprietários nem como posseiros. Fato que dificulta solicitarem uma indenização do Estado.

De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial 945055 DF 2007/0092986-1, não é viável indenizar ao ocupante de uma área pública. Unicamente é possível a indenização pelas benfeitorias úteis e necessárias, no caso do possuidor de boa-fé.

Além disso, a falta de registro das terras teve como consequência a incapacidade dos moradores de se defenderem legalmente das pessoas vindas do exterior do Bairro Ribeirão dos Camargo que se aproveitaram da falta de inscrição das terras, que os moradores antigos ocupavam, para solicitar lavra de minas em seu próprio nome e/ou registrarem as terras como sua propriedade.

Ele fazendeiro comprou direito de posse das pessoas... do antigo... foi assim... então ele foi avançando... foi grilando... ele comprava por exemplo do morador de lá... ia lá e conversava com o posseiro... comprava por mixaria... e o cara engravatado né... e o cara... vamos sair daqui porque seu Bernardo quer comprar... então vamos embora daqui... aí largava a terra pra ele lá... tinha um tio meu que vendeu pra ele... vendeu baratinho lá perto da guarita (Morador 5).

A situação fundiária do Bairro Ribeirão dos Camargo não é simples. Envolve uma série de atores desde posseiros, proprietários privados, mineradoras, grandes fazendas e o Parque. Isto contribui para que o *status* dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo não tenha sido resolvido até hoje. Apesar de que no imaginário popular, o fato de ter morado já três gerações na área ou de contar com um documento (sem as formalidades legais necessárias) de compra venda da terra, são provas suficientes da propriedade legítima da mesma.

A convicção de propriedade está arraigada na maioria dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo. Nesse sentido, um dos residentes do Bairro, sem registro da propriedade da terra, solicitou a indenização correspondente para abandonar a área que possui no interior do PETAR. Na lógica dele, é incompreensível porque esta não tem sido outorgada.

Eu tinha meus documentos... aí eu falei... eu quero meu dinheiro de volta... eu pago imposto daqui e não posso usar do jeito que eu quero minha posse aqui... o Diretor do Parque, eu falei pra ele... eu acharia que se vocês avaliassem, me dessem 5% do que eu uso aqui dentro e me dessem dinheiro... indenizasse... seria melhor pra mim... porque eu fico preso não posso fazer nada. O Parque sempre vem ganhando... não quer perder... indenizar nós nem fala... eu mandei uma carta assim ao Meio Ambiente pedindo 8% daquilo que eu tinha feito lá pra me dar... porque tinha um terreno pra vender pra eles me dar... nem responderam nada pra mim... e nós não quer perder o que nós temos lá pra dentro... só que aí estamos sem condição de usar... nós viveu a vida inteira lá... nós tem dez alqueires de pasto formado... avaliar e dar outro valor pra a gente... a serra nem conta (Morador 10).

Por outro lado, as populações tradicionais ocupando terras públicas, de acordo com o artigo 42 da Lei do SNUC, deverão ser “indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes”. É claro que tal extremo não ajuda em muito às comunidades tradicionais que usualmente possuem residências de materiais perecíveis que no mercado não alcançam valores altos.

A gente tem trabalhando o processo de realocação... inclusive tem uma minuta de decreto do Estado pra estudar essa questão de realocar moradores tradicionais ou pequenos agricultores... dando parâmetros pra trabalhar a realocação... ou mesmo indenização né? É muito discutida essa

questão de indenização porquê... se você pensar, a pessoa mora lá... 300 anos... se olha a casa onde ele mora... o que que você vai indenizar? Se for usar critérios imobiliários... você não pode fazer assim do dia pra noite... tem que estudar muito a fundo... se for indenizado... tem que considerar essa questão do custo [mais bem valor] social... porque aquela casinha não vale nada (Funcionário FF 13).

Porém, no Bairro Ribeirão dos Camargo, dificilmente acontecerão as indenizações pertinentes enquanto a situação fundiária não seja estabelecida definitivamente. Ainda não se tem esclarecida a origem legítima de algumas grandes fazendas no interior e no entorno do PETAR e a dominialidade de uma mineradora que se reivindica como proprietária de uma parte da área ocupada pelos moradores do Bairro.

O finado Belizário, comprou um direito de um herdeiro de minha avó, esposa do Honório... que tinha uma propriedade na Serra da Dúvida... onde se desenvolvia a mineração... e um daqueles parentes dela... pegou e vendeu um pedaço... num papel qualquer... e o Belizário pegou e documentou tudo e requereu uma lavra de mineração... e ficou explorando lá... depois passou pra outro né... ele tinha lá dois alqueires grilou o resto (Historiador 1).

O estado fundiário do Bairro Ribeirão dos Camargo não é claro e está longe de ser resolvido. Dos residentes do Bairro localizados no interior do Parque dois terços se encontram em terrenos reclamados pela mineradora. A situação observada no Bairro retrata a condição fundiária geral do PETAR, complexa. O Parque apresenta casos de terras devolutas, terras particulares, terras em processo final de discriminação e terras em processo de desapropriação, alguns casos se encontram na justiça até hoje.

Grande problema que é a questão da dominialidade do PETAR... 30% é terra pública... e o resto é terra particular... incluído Ribeirão dos Camargo... quem tem a escritura, quem tem a dominialidade... é uma Companhia de Mineração... é um processo que tem mais de 40 anos. Se é uma terra particular, não é terra pública... onde Ribeirão está... mas até dizer que tem um dono, aí que o Estado pode indenizar (Funcionário FF 6).

No país, a situação fundiária constitui uma das principais limitações para a gestão das unidades de conservação. A propriedade da terra está estreitamente vinculada aos direitos de uso, controle, cessão, venda e herança. E consequentemente, ao controle e acesso aos recursos naturais (SILVA; MELO, 2013).

Na história do PETAR apresentam-se eventos pouco transparentes. Como o ocorrido em 1969, quando o Governador do Estado de São Paulo excluiu uma área de 609,17 hectares para legitimá-la, em 1971, à Companhia de Cimento Sul Paulista. Posteriormente foi iniciada uma ação judicial de declaração de nulidade de titulação que ainda se encontra em andamento (São Paulo, 2010). Existem também ações de desapropriação indireta promovidas pela Companhia Industrial Rio Guahyba, Companhia Mineração Iporanga e Exportadora Paulista de Café.

De interesse especial para este estudo é a ação de desapropriação indireta promovida pela Companhia Mineração Iporanga que reclama a propriedade dos terrenos localizados no Morro do Chumbo onde moram seis famílias do Bairro Ribeirão dos Camargo.

Apesar de todos os empecilhos para os moradores permanecerem na área, um avanço é o fato de ser reconhecido o Bairro Ribeirão dos Camargo, no Plano de Manejo de 2010, com evidências de tradicionalidade. Circunstância baseada principalmente na condição dos habitantes estarem na área antes da criação do PETAR ou de serem descendentes das famílias estabelecidas nessa época e à existência de uma relação de dependência direta da terra para reproduzir seu modo de vida.

Esse reconhecimento possibilita aos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo, de acordo com o artigo 42 da Lei do SNUC, permanecerem no interior do Parque, enquanto sua situação é resolvida.

Existem exemplos no Estado de São Paulo, de populações que resistiram o deslocamento e obtiveram a desafetação da unidade de conservação de seu território. O caso mais próximo é o do Bairro da Serra, distante apenas 20 km do Bairro Ribeirão dos Camargo, que obteve a desafetação do PETAR de uma parte de seu território.

Bairro da Serra... chama ao gestor em 1990... e fala: olha como é que é parque aqui? Nós estamos aqui tantos anos... o Bairro que é isso aqui... não dá pra ser parque... vocês veem, e ficam aqui nas nossas casas, não dá pra ser parque... uma situação onde ele consegue desafetar o primeiro Bairro (Ex-funcionário FF 2).

Isso é fruto de uma discussão que venho lá de atrás... quando houve embargo do Bairro da Serra... nós fizemos as reuniões comunitárias... então a ASA encampou toda numa movimentação... elegemos representantes do outro lado do rio... deste lado do rio... formamos uma comissão... pra enfrentar o problema... conseguimos recuar o parque do PETAR... foi a primeira comunidade em recuar uma unidade de conservação... os

quilombos vieram a rebote disso... nós abrimos as portas pra que houvesse todo esse remodelamento né (Diretor ASA).

Outro ato em andamento é o do Quilombo de Bombas. Ele obteve, em 16 de novembro de 2014, seu reconhecimento como remanescente de quilombo. O primeiro passo para lograr a desafetação do PETAR de seu território. Direito plenamente garantido no artigo 68 das Altas Disposições da Constituição Federal de 1988.

Existe também a possibilidade de uma recategorização do PETAR. Isto já aconteceu em algumas unidades de conservação do Estado de São Paulo com presença humana no seu interior. É o caso do Mosaico de Jacupiranga transformado, através da Lei Estadual N° 12.810 de 21 de fevereiro de 2008, em 16 unidades de conservação (ADAMS et al., 2013; BIM; FURLAM, 2013); o Mosaico de Unidades de Conservação de Juréia-Itatins, por meio da Lei Estadual N° 12.406 de 12 de dezembro de 2006, convertido em seis unidades de conservação; e o Monumento Natural dos Pontões Capixabas estudado por Bortoleto (2010), entre outras.

Apesar de uma recategorização ou desafetação do PETAR ser possível, a tradicionalidade da comunidade parece ser uma condicionante essencial para que isso aconteça. Por esse motivo a importância de ter sido catalogado o Bairro Ribeirão dos Camargo com evidências de tradicionalidade, embora não seja a condição ideal, abre a possibilidade para se realizar estudos mais detalhados a respeito.

3.3 Bairro Ribeirão dos Camargo, uma comunidade tradicional?

No plano de manejo... o conceito que a gente aplicou lá [no Bairro Ribeirão dos Camargo] moradores com evidência de tradicionalidade... a intenção da equipe da época... se faz o Plano de Manejo 2010 e começa a fazer uma discussão sobre o que significa isso (Funcionário FF 6).

Em razão da forte discussão que persiste sobre o que constitui uma comunidade tradicional, a situação se torna ainda mais confusa quando se trata de uma comunidade com evidências de tradicionalidade. Categoria outorgada ao Bairro Ribeirão dos Camargo no Plano de Manejo 2010.

Cunha e Almeida (2000) definem uma comunidade tradicional através de suas características: grupos com identidade pública que fazem uso de técnicas de baixo impacto ambiental, que apresentam formas equitativas de organização social e instituições com legítimo exercício do poder, dotados de liderança local e com rasgos culturais seletivamente reafirmados e melhorados.

Para Arruda (1999) as populações tradicionais se caracterizam por apresentar um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais especificamente para a subsistência, com fraca articulação ao mercado, baseado no uso intensivo da mão de obra familiar e tecnologias de baixo impacto, derivadas de conhecimentos ancestrais e usualmente sustentáveis.

Brandão (2012) agrega ao conceito de comunidade tradicional o auto reconhecimento da coletividade e o compartilhar uma memória de resistência para permanecer em um território ameaçado pelo deslocamento.

A proposta da Lei do SNUC, no inciso XV do artigo 2, definia uma população tradicional como:

Grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há, no mínimo, três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável.

Porém, o artigo foi vetado pelo Poder Executivo arguindo que o conceito proposto era tão amplo que poderia se aplicar a praticamente toda a população rural de baixa renda do país. Consequentemente não se protegeria unicamente aquelas comunidades intrinsecamente tradicionais. De tal forma que na lei aprovada unicamente restaram, nos artigos 18 e 20, alguns elementos do que deveria se entender por comunidade tradicional, sendo o artigo 20 o que mais se aproxima a uma definição de comunidade tradicional:

A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

Não obstante, esta descrição é demasiado genérica para estabelecer com precisão o que é uma comunidade tradicional *stricto sensu*. Nela se englobariam, por exemplo, várias das povoações rurais com traços urbanos, localizadas na zona de

amortecimento do PETAR, que explorassem o palmito Juçara, *Eturpe edulis* Martius, de uma forma sustentável.

Posteriormente, a Lei da Mata Atlântica no inciso II do artigo 3º, define a população tradicional como aquela que vive “[...] em estreita relação com o ambiente natural, dependendo de seus recursos naturais para sua reprodução sociocultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental”. Da mesma forma que o observado no artigo 20 da Lei do SNUC, esta definição padece de exatidão, sendo demasiado ampla para caracterizar com precisão uma comunidade tradicional. Desconsiderando, por exemplo, aspectos culturais, que na opinião da subscritora, constituem um elemento importante para a definição de população tradicional. Além disso não se estipulam os critérios para determinar as atividades de baixo impacto ambiental.

Finalmente, é o Decreto N° 6.040 de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, no artigo 3º, quem estabelece uma definição mais precisa de comunidades tradicionais.

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Esta definição é adotada posteriormente no artigo 44 do Decreto N° 60.302 de 27 de março de 2014, que cria o Sistema de Informação e Gestão de Áreas Protegidas e de Interesse Ambiental do Estado de São Paulo, melhor conhecido como Lei do SIGAP.

A definição de comunidade tradicional contém quatro elementos fundamentais:

- Grupos culturalmente diferenciados.
- Formas próprias de organização.
- Ocupação de um território.
- Conhecimentos transmitidos e gerados pela tradição.

Para compreender melhor a razão pela qual o Bairro Ribeirão dos Camargo foi catalogado no Plano de Manejo 2010 com indícios de tradicionalidade e não como uma comunidade tradicional é preciso analisar esta definição.

Inicia-se pelo que significa grupos culturalmente diferenciados. Isto é, que as práticas culturais do grupo não tenham semelhança com as observadas nos lugares próximos à comunidade. Isto não ocorre na área de estudo, devido, seguramente, à proximidade das povoações vizinhas. A cidade de Iporanga, por exemplo, se localiza a escassos 8 km do Bairro Ribeirão dos Camargo.

Dentro das circunstâncias que possibilitam desenvolver uma cultura diferenciada se encontra o isolamento. Quando isso não acontece, ao menos se deveria apresentar alguma dificuldade para estabelecer contato direto, frequente e íntimo com outras povoações. Condição ausente no Bairro Ribeirão dos Camargo, que mantém comunicação habitual com os demais centros povoados vizinhos, principalmente Iporanga.

Iporanga concentra uma série de serviços que os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo utilizam comumente. Desde o comércio de artigos de consumo diário até a provisão da cesta básica semanal e a obtenção das ajudas governamentais proporcionadas através do banco sediado na cidade, o que resulta na constante relação mantida com vizinhos e entes governamentais de saúde, educação, bancos e outros.

Além disso, acontece a participação cotidiana dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo, nos principais eventos festivos, religiosos e esportivos que têm lugar na cidade de Iporanga. Essas relações são facilitadas pela visita diária do transporte escolar que percorre grande parte do Bairro três vezes ao dia de segunda a sexta-feira. Possibilitando assim, um intercâmbio de visitas entre as pessoas da cidade de Iporanga e os moradores do Bairro. Vários dos residentes se servem deste meio de transporte para se trasladar à Iporanga e vice-versa. Desenvolver uma cultura diferenciada nestas condições parece difícil.

Ainda se os progenitores dos escolares não frequentassem os povoados vizinhos e decidissem se segregar, a influência das culturas destas povoações sobre seus filhos é praticamente inevitável. Os estudantes mantêm um contato direto e frequente com os residentes da cidade. Expõem-se a seus costumes que causam grande atração para eles, adotando-os de bom grado, desde o gosto musical até a compra de aparelhos de comunicação modernos.

Essas comunidades também sabem do celular último modelo né... os meninos também sabem que um carro isso... que uma moto aquilo né... esses jovens acessam necessidades de mercado... de celular... de roupa... de status... de isso de aquilo (Ex-funcionário FF 2).

Outra possibilidade para o Bairro Ribeirão dos Camargo ter desenvolvido uma cultura distinta poderia ser apresentar uma origem diferente dos habitantes dos arredores. Exemplo disto é a comunidade pomerana estudada por Mundin (2010). Uma comunidade que se estabeleceu em Espírito Santo proveniente de Europa. Este povoado manteve-se isolado por vários anos, devido, principalmente, às difíceis condições de acesso, conservando a maior parte de sua cultura intacta. Hoje, ainda se apresenta como um grupo culturalmente diferenciado na região. Não é o caso dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo que compartilham a mesma origem com os habitantes de Iporanga e bairros vizinhos.

Com relação à segunda condição para ser considerada uma comunidade tradicional, formas próprias de organização, ao não serem enunciadas se assume que são aquelas inominadas ou ainda não completamente conhecidas. Em semelhantes circunstâncias as formas comuns de organização social estariam excluídas. Tais como as consideradas dentro do grupo de Desenvolvimento e Defesa de Direitos: Associações de moradores, Centros e associações comunitárias, Desenvolvimento rural e Defesa de direitos de grupos e minorias.

Isto é, para cumprir com esta premissa é requisito contar com uma organização diferente às anteriormente enunciadas. No Bairro Ribeirão dos Camargo, se observou a presença de duas instituições: Associação das Comunidades Caboclas do Bairro Ribeirão dos Camargo (ACCBRC), registrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica com o número 11.575.603/0001-38 datado em 11 de fevereiro de 2010 e a Associação de Moradores e Produtores Arraial do Santo Antônio do Bairro Ribeirão (ABRISA), anotada com o número 19.038.106/0001-02 de 21 de agosto de 2013. Ambas inscritas como associações privadas com o objetivo principal de defesa dos direitos sociais.

Não se tem conhecimento de outra forma de organização social formal na área de estudo. Existe sim, uma rede de parentesco característica do local que posteriormente será analisada.

A terceira premissa a analisar é a que se refere à ocupação de um território coletivo. Entendendo-se este como uma construção abstrata e multidimensional, produto de práticas e experiências sociais e representações de um grupo de pessoas que se apropriam de um espaço físico conferindo-lhe um valor central de sua existência (COELHO, 2013; ITABORAHY, 2010).

Eu tentei minha vida fora... não consegui de jeito nenhum... eu saio daqui eu fico doente... ficou sem se alimentar... sem dormir... não consigo... teve que vir pra o mato... no mato vivo sossegado (Morador 10).

A saída mais triste de todas... porque são as pessoas que se lembram do lugar... que choram quando se lembram do lugar... que tem histórias pra contar até hoje... neles você sente essa amargura... de ter cumprido a ética deles... mas sabendo que não eram eles os errados (Ex-funcionário FF 2).

Legalmente o território é definido no inciso II do artigo 3º do Decreto N° 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 “[...] os espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária [...]”.

Alguns autores (COELHO, 2013; FERREIRA, 2013; ITABORAHY, 2010; SILVA; MELO, 2013) afirmam que um elemento importante do conceito de território é o poder. Poder de usufruir os recursos naturais contidos em um espaço físico por aqueles que são membros do grupo e poder de excluir aqueles que não formam parte do coletivo que se apropriou do espaço.

Neste sentido o PETAR é tido como o invasor que arrebatou os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo o poder de controle sobre seu território. Provavelmente, é dali que se originam muitos dos sentimentos de aversão de alguns dos residentes do Bairro para com os funcionários do Parque.

Os velhos, a maioria deles alegam isso... vergonha de ter um cara dizendo o que ele pode fazer na porta da casa dele, entendeu? Então você não pode mais queimar uma roça... você não pode mais isso... você não pode mais aquilo né... e pra um chefe de família, que não está fazendo nada de errado, ficar ouvindo não pode, é muito difícil pra eles... dentro da cultura caipira mesmo, isso é muito complicado... fere muito autoridades internas... dentro da organização das famílias... das comunidades... ter que viver esses momentos de trauma... vergonha de um cara dizer; você está invadindo uma terra... uma terra que ele comprou (Ex-funcionário FF 2).

O Parque, ao retirar dos habitantes do Bairro Ribeirão dos Camargo o controle sobre seu território, inicia uma mágoa que ainda permanece latente na relação Parque-moradores¹³. Esta situação é nitidamente retratada no seguinte depoimento, onde sutilmente se estabelece que ninguém goste dos funcionários do PETAR, nem sequer os animais de estimação.

¹³ Vedeld et al. (2012) observaram o mesmo descontentamento dos moradores do entorno do Parque Nacional Mikumi em Tanzânia.

O Diretor do Parque foi lá... a cadela nunca foi brava pra ninguém, e ela estava querendo pegar a canela dele... olhei pra ela... eu falei... para com isso... até você... ela esperava eu me descuidar... querendo catar a canela dele (Morador 2).

A autora observou, que em nenhuma entrevista os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo referem-se aos funcionários do PETAR pelo nome, apesar de ser plenamente conhecido por eles. Estabelecem assim, a distância emocional entre eles e os funcionários do Parque. Porque chamar a alguém pelo nome, já é algo mais íntimo. Intimidade, que ao parecer, os moradores do Bairro não almejam criar com os funcionários do PETAR.

Situação compreensível em razão de que desde a fundação do garimpo os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo controlavam seu território. Antes das ajudas governamentais eles dependiam unicamente de seu trabalho para sobreviverem. Posteriormente, com a implantação do PETAR, e a consequente perda de controle sobre seu território, passam a depender praticamente da cesta básica e dos programas sociais governamentais para sua subsistência.

O efeito deste fenômeno na vida dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo não tem sido estudado ainda. A autora acredita que teve um efeito prejudicial, demonstrado pelos depoimentos que expressam sentimento de impotência, medo e frustração.

Nossa sociedade tá com briga com eles... nós estamos querendo afastar eles de lá... a gente se reúne... como fazer pra ficar livre... porque se eles estão perto ali já fica meio ruim né... fica com medo né. Se tirar a guarita de lá melhor... tem gente que tem medo deles... se sente magoado (Diretor ACCBRC 3).

O ano passado multaram a roça que saiu... não liberou nada... a gente tem medo... agora diz que vão dar autorização pra quem é reconhecido na área... mas esse tem que demarcar e dar quantia... puxaram o nome de todas as pessoas... e daí nós estamos até com medo de nós roçar ali. Um dia eu fui levado pra a delegacia... eu respondi pra o delegado... depois fiquei com medo... a maioria da pessoa que trabalha não quer problema... nós trabalhamos pra bem não é pra mal... eu cheguei a fazer cinco alqueires em um trecho só... agora estou plantado só um pedacinho pequeno... não dão autorização, não dão... um pouquinho com medo... faz obrigado... tem que trabalhar (Morador 10).

Tinham medo, porque eles vinha, entravam à casa abrir as panelas e ver si tinham peixe... se pegava criança com anzol... assustavam (Diretor ACCBRC 2).

Os mesmos sentimentos de habitantes em unidades de conservação foram reportadas por vários autores: Castelo e Silveira (2010) e Kjersti (2014) no Quilombo

de Bombas; Ferreira (2011) no Mosaico da Juréia-Itatins; Bortoleto (2010) nos Pontões Capixabas; Derkyi et al. (2013) na Reserva Florestal Tano Offin em Ghana e Himmelfarb (2006) no Parque Nacional Monte Elgon em Uganda.

O temor está baseado, em parte, no fato que o artigo 43 da Lei da Mata Atlântica estabelece penas de detenção até três anos ou multa ou ambas a quem suprima a vegetação primária ou secundária, em estágio avançado ou médio de regeneração. O que se traduz na constante sensação de ameaça dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo para manter e reproduzir seu modo de vida tradicional.

Os moradores [do Bairro Ribeirão dos Camargo] vivenciam há tempos sentimento de insegurança jurídica, omissão do poder público com relação à garantia de direitos sociais e, por outro lado, repressão intolerável dos órgãos de segurança, especialmente da polícia ambiental, que age muitas vezes de forma desproporcional e arbitrária (Funcionário da Defensoria do Ministério Público, sede Registro).

Além do temor, aparece a desconfiança. Os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo consideram quase todo evento novo uma ameaça a seu território e à reprodução e manutenção de seu gênero de vida. A autora o constatou ao ser lhe negado o acesso à Ata de Constituição da ACCBRC e a seus estatutos e na dificuldade de obter uma entrevista com o Secretário da Associação.

Então identificada essa associação [ACCBRC], eu me aproxime deles, mas as pessoas aqui são muito assustadas né... todo mundo que veio de fora, trouxe impactos negativos... pra o olhar do simples... do caboclo, ah o Parque veio de fora... que é o maior vilão deles né... polícia que é ambiental... pra eles tá ligado ao parque... parece uma conspiração contra eles (Diretor ABRISA 4).

Por outro lado, nas entrevistas efetuadas, observou-se um apego ao lugar difícil de descrever. Apesar das condições precárias de vida no Bairro Ribeirão dos Camargo, os moradores não consideram a possibilidade de se mudar da área.

[O PETAR] nunca propôs nada... não interessa também não... eles vão pagar baratinho... não compensa... foi puxado esse assunto aí... não tem cabimento aí... dinheiro... não... né... eu acho que o lugar é sagrado né... se vai sair, vai sair pra onde? Os antigos nossos já morou ali (Morador 5).

Intui-se que o afeito pelo lugar vai além das práticas agropecuárias constituírem a principal atividade econômica dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo, e em alguns casos, a extração de palmito Juçara. Alguns habitantes estão

já aposentados e não exercem mais estas atividades como a principal fonte geradora de renda senão como atividade de lazer que dá sentido a sua vida.

Eu tenho ainda no lugar pasto formado... tenho criação da gente lá... agora que o Diretor foi lá... viu uma vaca minha lá, e falou assim... vamos negociar essa criação... não é bom aqui... daí eu falei assim... eu não tenho condição de fazer um movimento grande... isso daí é uma vaquinha de quintal que eu tenho... pra diversão minha... isso não vou largar nunca... ficou assim... eu crie essa ali... é minha diversão... eu não tenho como aumentar muito... isso daí vou manter sim... daí ficou quieto (Morador 10).

Eu saí um pouco, depois voltei... aqui é gostoso, a gente vê o passarinho cantando... a gente não paga água... a gente bebe água do rio... água pura mesmo... cheio de passarinhos... o duro é chegar lá... depois que a gente chega lá, parece que a gente tá num paraíso encantado... num paraíso encantado de tão bonito que é (Morador 2).

Os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo se apropriaram do território ao projetar seu trabalho nele, adaptando as condições ambientais em função das necessidades de sua família. Como afirmam Itaborahy (2010) e Coelho (2013) o território é uma construção social.

É nesse espaço onde se leva a cabo a vida rotineira dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo. É ali onde eles tecem a história de sua vida e o apego ao lugar através de manifestações e experiências coletivamente vividas: a derrubada do morro, a estrada interditada, a enchente.

Do anteriormente exposto, se colige que a ocupação do território e a dependência direta da terra e dos recursos naturais para reproduzir seu gênero de vida é uma condição absolutamente cumprida pelos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo para ser considerado como comunidade tradicional.

A última condição para julgar uma comunidade como tradicional é a transmissão e geração do conhecimento através do costume. No Bairro Ribeirão dos Camargo, esta circunstância vinha sendo habitualmente realizada de progenitor para filho. A riqueza do conhecimento tradicional transmitido permitia, por exemplo, os moradores saberem quando mudar de área.

Tem um tempo que a gente vai trabalhando, trabalhando fica lavada [a terra]... uma parte plantar milho... outra parte plantar arroz... aqui que eu plantei arroz... agora vou aproveitar... eu sei quando a terra ainda tá boa (Morador 2).

Atualmente, a transmissão e geração do conhecimento nas comunidades localizadas no interior do PETAR, estão sendo obstaculizadas pelas restrições legais

do uso agrícola do solo (MUNARI, 2010; KJERSTI, 2014) e do extrativismo impostas pela normativa ambiental e pela proibição de trabalho infantil estabelecida na legislação nacional. Circunstâncias ambas que dificultam que os progenitores transmitam o conhecimento da prática da agricultura de coivara e do extrativismo, especialmente a extração de palmito, impossibilitada de se exercer legalmente, aos filhos nos primeiros anos de vida senão até cumpridos os 18 anos. Possivelmente quando já perderam todo interesse por estas atividades.

O conhecimento tradicional é adquirido na prática diária ao longo de várias gerações e precisa ser repetido, fortalecido, adaptado ou abandonado como consequência dos câmbios circundantes. Os modos de aquisição e transmissão de conhecimentos relacionados com a sobrevivência e a formação da personalidade podem-se ver afetados pela desafetação dos territórios das populações locais que provoca a desorganização social, a desconstrução de seus laços familiares e coloca maior pressão sobre a floresta, a fauna, os rios e o solo, afetando seriamente as formas tradicionais de subsistência (PERRELLI, 2008).

Desta maneira, se esperaria que ao desaparecerem as restrições legais se restabelecesse novamente essa forma de geração e transmissão de conhecimento do progenitor para o filho e resgatar-se-ia o conhecimento tradicional que está atualmente ameaçado de desaparecer.

Depois desta sucinta análise se entende o motivo de ser o Bairro Ribeirão dos Camargo catalogado com evidências de tradicionalidade e não como uma comunidade tradicional. Porém, esta circunstância abre a possibilidade para os moradores permanecerem na área e reproduzir seu modo de vida, ao menos temporariamente.

3.4 A prática da agricultura de coivara

Tudo mundo vivia da lavoura... cada um tirava seu sustento da lavoura... uma delícia... a vivência do povo era isso aí viu... eu gostava muito... porque eu também me criei na lavoura né... meu pai era lavrador... meu marido também era... eu plantava mandioca, cana, milho, arroz, feijão... tudo mundo engordava porco... matava porco pra tirar a gordura pra passar aí um mês, dois meses, três meses enquanto engordava outro porco... era tempo muito bom né... tinha muita fartura de tudo também né... eu lembro a fartura que tinha naquele tempo de peixe nesse rio... de caça... todo mundo caçava... tinha paca, tinha veado, tinha esse porco do mato... cateto... tudo tinha de sobra nesse mato... pra o pessoal viver numa boa né (Morador 19).

Logo depois que o ciclo de ouro diminuiu a população remanescente voltou-se para as atividades agropecuárias de excedentes (MURILLO, 2013; SANTOS, 2011). Alguns moradores passaram da agricultura de subsistência para a venda do excesso da produção, mas sem ainda ter como objetivo principal o comércio. Quase simultaneamente se deu o estabelecimento de grandes fazendas agrícolas e de gado. Houve apropriação de amplas extensões de terra por parte de pessoas vindas do exterior do Bairro Ribeirão dos Camargo, principalmente de São Paulo. Na maioria dos casos, as fazendas foram à falência logo depois da implantação do Parque, propiciando a emigração de alguns dos povoadores.

Partindo da disponibilidade de terra praticamente ilimitada, os moradores restantes na área adotaram a agricultura de coivara como a técnica agrícola mais adequada para suas condições de vida, que lhes garantiria a sobrevivência. A agricultura de coivara influiria em vários aspectos da vida dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo: a falta de registro das terras que ocupam, o tipo de moradias que constroem, o número de filhos que geram e as escolhas no matrimônio, entre outros.

a. A falta de registro das terras

Antigamente, a agricultura de coivara requeria que as famílias estivessem constantemente se mudando. Impedidas de ficarem mais de três ou quatro anos em um mesmo lugar devido à rápida perda de nutrientes do solo (CANDIDO, 1964). Esta técnica agrícola é praticada, geralmente, nas florestas tropicais que apresentam solos pouco férteis ou deficientes em determinados nutrientes (ADAMS, 2000). Nestas florestas a maior concentração de nutrientes minerais se encontra na biomassa vegetal e não no solo.

Devido a esta característica o agricultor usa o fogo para que por meio das cinzas o cultivo obtenha os nutrientes necessários para seu desenvolvimento (ADAMS, 2000; MUNARI, 2010). Transcorridos dois ou três anos os nutrientes do solo têm sido aproveitados completamente pelo cultivo, precisando ser repostos através da prática do pousio.

Porque a nossa terra aqui também não é a terra boa né... é muito ruim... ela se plantar duas vezes ou três vezes aí ela não dá mais nada, depois tem que adobar né... tem que adobar pra poder dar alguma coisa (Morador 19).

O último estabelecimento deles foi ali onde nós estamos... porque eles moravam em tudo lugar... meu pai conta... pra frente... lá por Caboclos... lá por Guapiara... cada dois anos eles mudavam... mudavam quando a terra ficava fraca mudava... casa durava dois anos (Morador 5).

Em tal sentido, a extensão da área a adquirir para exercer a agricultura de coivara, teria que ter sido consideravelmente extensa devido ao tempo de pousio. Para o Quilombo de Bombas Kjersti (2014) Reporta pousio de até 30 anos. Roder et al. (1997) apud Pedroso, Murrieta e Adams (2008) estudando a agricultura de corte e queima em Laos, referem pousios de 38 anos como média.

Do anteriormente exposto, resulta a impossibilidade, para um pequeno agricultor, de adquirir uma propriedade que contivesse a roça e as áreas deixadas em pousio, para exercer a agricultura de coivara de forma tradicional. Por exemplo, um agricultor do Bairro Ribeirão dos Camargo relatou que chegou a cultivar cinco alqueires. Supondo um pousio de 15 anos, resultaria em uma propriedade de 181,5 hectares. Considerando 30 anos de pousio, converte-se em uma área de 363 hectares. Extensões, que de acordo com a Lei N° 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, constituiriam grandes propriedades. Perdendo sua característica de pequenos produtores, uma vez que a Lei da Mata Atlântica define, no artigo 3º inciso I, ao pequeno produtor rural com uma posse de gleba rural não superior a 50 hectares.

É claro que além do investimento para adquirir a propriedade, caso fosse privada ou os serviços de medição das terras e registro no cartório, caso fosse pública, a pessoa teria que possuir também o recurso financeiro para cobrir o Imposto Territorial Rural (ITR), regido pela Lei N° 9.393 de 19 de dezembro 1996, que estabelece que apenas as pequenas glebas rurais estejam isentas do pagamento do ITR. Levando em consideração o *status* econômico da maior parte dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo tal presunção seria pouco menos que impraticável.

Nós aqui... não tem experiência de nada... não tem leitura... a gente todo é pobre... nós que fomos criados no sertão aqui que considera tudo mato... a gente tira das coisas que tem no mato e do que a gente planta... vive assim... pobre não tem avanço pra qualquer um... a pessoa crescer... não tem nada pra se desenvolver... então a gente planta um feijão, um arroz... colhe e come aquele plantando o outro... nós planta sem segurança... se perdeu a lavoura... uma vez no ano... perdeu, fica sem (Morador 10).

Outra consideração importante é que no Bairro Ribeirão dos Camargo, não é necessário possuir título de propriedade da terra para fazer uso exclusivo dela. A simples posse tem efeito *erga omnes*¹⁴.

Adams et al. (2013) no estudo sobre os Quilombos do Vale do Ribeira, reportam que os direitos de usufruto da terra seguiam uma regra simples: o primeiro a chegar é o primeiro em direito. Uma vez derrubada a área, esta pertencia a seu desbravador. O direito de usufruto era transmitido per gerações e respeitado por todos.

Sabourin (2011) afirma que na gestão dividida dos recursos naturais, as relações de compartilhamento favorecem o desenvolvimento de sentimentos de respeito. Tal o caso dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo que reconhecem a propriedade do outro, de roça e de pousio. Não se tem conhecimento de algum conflito de limites entre vizinhos do Bairro.

O pessoal respeita o limite de outro... cada um respeita o limite do outro... [conhece] até onde chega o limite de outro... não põe um pé (Morador 5). Uma vez até eu fui multado por causa de um palmito, fui lá e cortei... só que eu cortei no meu limite... não estava roubando (Morador 10).

Do anteriormente exposto, se colige que para fins práticos o registro da terra não teria nenhuma utilidade. Desde a lógica camponesa essa ação representaria um investimento inútil de tempo e dinheiro, recursos valiosos para reproduzir o modo de vida tradicional.

Além disso, no Bairro Ribeirão dos Camargo, uma parte importante dos moradores antigos é analfabeta o que dificultaria concluir com sucesso os procedimentos necessários para registrar a terra. Somam-se ao anterior, as dificuldades para se trasladar à cidade devido à inexistência de um transporte público que comunicasse Iporanga com o Bairro. Naquela época não existia transporte escolar como atualmente ocorre. Sob estas condições a probabilidade de sucesso no registro da terra seria consideravelmente baixa e requereria um notável investimento de tempo, tempo precioso para se investir na produção de alimento para sustentar à família.

Meu pai pobre... sem noção... agricultura de subsistência... criava porco... ficava no sítio né (Morador 5).

¹⁴ Contra todos. A propriedade considerada como um poder absoluto e perpétuo da pessoa, oponível *erga omnes* e exclusivo de seu titular, que poderia dispor dela com total plenitude.

O pai de família criava os filhos todos na lavoura... não tinha aula (Morador 19).

Eu mesmo... cresci num tempo que não tinha escola... a gente viveu... tipo índio mesmo... num lugar que não tinha escola... os pais não tinha condição de estudar a gente... mesmo eu, meu filho que já cresceu... pegou dois ano, já não teve condição de estudar mais (Morador 10).

b. Tipo de construção das moradas

No Bairro Ribeirão dos Camargo, a maior parte das residências é construída de matérias perecíveis. As paredes de tábuas de madeira ou madeira roliça rústica e o teto de telhas de amianto, taquara ou de palha.

Existem diferenças nas construções dos moradores localizados no interior e no entorno do PETAR. Sendo as residências destes últimos, geralmente, as que se apresentam construídas com matérias mais duráveis e com o maior número de ambientes. Segundo Lecoq Muller (1951) apud Nabarro (2014) isto representa o caráter permanente do morador com a terra, mostra sua condição de proprietário.

A presença das construções precárias das residências localizadas no interior do Parque se explica, provavelmente, pelo costume herdado dos progenitores que construíam moradas com caráter provisório de ocupação, obrigado pela prática de agricultura de coivara que prevalecia na área. Não teria sentido construir uma casa de material permanente que ficaria abandonada pelo menos quinze anos, coincidindo com a duração do pousio, até os nutrientes do solo se recuperarem e a área estar novamente disponível para o cultivo e a família voltar a ocupar a residência. Consequentemente, na maioria dos casos, a construção dos domicílios atuais ainda segue esta lógica, apesar de que os moradores já não exercem a agricultura de coivara *stricto sensu*, como o faziam seus ancestrais. Contribui também o fato que é mais fácil construir com o material disponível na área por não requerer investimento econômico para sua obtenção. De acordo com Lecoq Muller (1951) apud Nabarro (2014) o estilo da moradia depende dos recursos naturais disponíveis na região.

Este sistema provisório de moradia no Bairro Ribeirão dos Camargo parece diferente ao reportado por Munari (2010) estudando os quilombos de Eldorado e Iporanga.

c. Número de filhos

Segundo Candido (1964), a superfície cultivada e o sucesso na produção agrícola antigamente dependiam da força humana disponível. Consequentemente a importância econômica de constituir uma família numerosa. O ônus da infância seria prontamente compensado na puberdade.

De acordo com alguns relatos, o número de filhos gerado pelos primeiros povoadores a se estabelecer no Bairro Ribeirão dos Camargo, era consideravelmente alto. Cada família chegava a se constituir até por quinze filhos. Ainda hoje, se observa famílias formadas por seis ou oito filhos. Número necessário na agricultura de coivara considerando que ela não usa mecanização de nenhum tipo. Tudo é feito com ferramentas simples e unicamente utilizando a força humana.

Antigamente o fator limitante para a produção agrícola era a mão de obra (MUNARI, 2010) já que os primeiros ocupantes desfrutavam de terra sem limites. O essencial era dispor de força humana suficiente para levar a cabo as atividades agrícolas misteres para sustentar à família e à criação. Partindo do fato que quase todo o alimento da família provinha da roça, a área a ser cultivada teria que ter sido extensa e o investimento de mão de obra alto. A contratação de mão de obra estava fora de cogitação, baseado nas condições econômicas dos moradores. Portanto a melhor estratégia seria produzir na unidade familiar a força humana necessária.

O pai de família criava... aquele bando de filho... todos ajudando aí na lavoura né... tirava lavoura pra o gasto... tirava lavoura pra vender... aqueles pais de família quando o filho ia crescendo... ficando aí dos seus doze anos em diante... já mandava, vai fazer uma rocinha pra você... cada um dos filhos ia fazer uma rocinha pra ele... ajudava ao pai... e fazia uma roça pra ele também... um ajudava ao outro lá... todos irmãos na casa do pai... quando chegava que estava maduro tudo mundo colhia... aí o pai falava... isso daí pra nosso comer... isso daí pra seu vender... você tirava seu dinheiro... o pai comprava o sal e comprava o querosene... o resto tudo era da lavoura... naquele tempo ninguém usava açúcar... era a rapadura... tudo mundo plantava cana... fazia rapadura... e a gordura... era gordura de porco... que tudo mundo tinha seu porco... tirava porcada me lembro... engordava porcada (Morador 19).

A agricultura de coivara também influenciou em outro importante aspecto da vida dos moradores locais: o matrimônio. Devido a que esta técnica agrícola suporta um número determinado de pessoas em uma extensa área de terreno, de dez a vinte pessoas por quilômetro quadrado (WHITMORE, 1190 apud ADAMS, 2000), os

possíveis contatos com famílias do exterior do Bairro Ribeirão dos Camargo eram limitados. De tal sorte que muitos dos matrimônios foram realizados entre primos, gerando relações de consanguinidade e afinidade entre quase todos os moradores do Bairro.

3.5 Laços de sangue, todos parentes

Aqui atira em um e bate em todos (Diretor ACCBRC 3).

A maior parte das famílias do Bairro Ribeirão dos Camargo localizadas no interior do PETAR descende dos patriarcas anteriormente citados: Salvador Henriques e Guilherme Looze. Eles geraram filhos que perpetuaram o costume, observado até hoje, de contrair núpcias entre primos, característico das comunidades pequenas (SILVA, 2004) e dos bairros rurais (BOMBARDI, 2004). O que resulta em uma intrincada rede de parentesco na qual praticamente todos os moradores do Bairro localizados no interior do PETAR apresentam uma relação consanguínea ou de afinidade entre eles.

Novamente, a técnica agrícola praticada antigamente na área, explicaria este fenômeno. A agricultura de coivara precisa de um alto investimento de mão de obra. Através do matrimônio entre parentes se garantiria sua ajuda nas épocas de maior demanda de força humana.

Candido (1964) afirma que a necessidade de colaboração na agricultura de coivara e sua reciprocidade automática, determinavam a constituição de uma extensa rede. Unificando os vizinhos e fomentando sua unidade estrutural e funcional. As redes de parentesco tinham sua origem no estabelecimento de determinada família, que desbrava a terra e formava as bases de sua exploração e povoamento. Com o transcorrer do tempo, os filhos cassavam-se e se estabeleciam no local aumentando a rede.

A agricultura de coivara é uma construção social que precisa de fortes redes sociais para funcionar. No Bairro Ribeirão dos Camargo essas redes foram construídas baseadas no matrimônio entre parentes, primos, principalmente.

Para a elaboração da rede de parentesco (Ver Figura 3) a autora precisou de intensa observação, dedução e triangulação de dados. Em ocasiões a família estava

constituída por somente um progenitor, a ausência do cônjuge não era claramente justificada pelo entrevistado.

A pessoa poderia ter morrido em circunstâncias pouco agradáveis de lembrar; assassinato, eletrocussão ou suicídio, ou simplesmente ter fugido ou se acomodado em outro novo casamento na vizinhança. Isto resultava em uma intrincada rede onde em ocasiões o companheiro/a atual não era o progenitor/a de um dos filhos ou de vários deles. Mas sim de crianças em outra família.

Figura 3 - Rede de parentesco no Bairro Ribeirão dos Camargo. A parte superior (cor verde) descreve a rede dos moradores do Bairro localizados no interior do PETAR. A parte inferior (cor azul) representa os habitantes do Bairro estabelecidos no entorno do Parque. As relações tecidas no interior do PETAR são muito mais densas que no entorno. Observando-se que praticamente todos os moradores tem uma relação consanguínea ou de afinidade entre eles. O contrário sucede com os habitantes do entorno, cujas relações se limitam quase que exclusivamente à família materna

A autora chegou à elaboração da rede de parentesco que apresenta auxiliada de diversas fontes; os próprios entrevistados, os registros do posto de saúde de

Iporanga, os expedientes das famílias cadastradas no CRASS de Iporanga e os relatos dos vizinhos sobre as circunstâncias passadas e atuais da composição particular de determinada família. No entanto, às vezes, apesar dos esforços da subscritora não foi possível estabelecer com clareza a relação de parentesco do cônjuge ausente, nestes casos se optou por apresentar a família tal e como se observou em campo.

A densa rede observada nos moradores localizados no interior do PETAR explicaria a relativa homogeneidade nas atividades econômicas realizadas por eles em comparação com os moradores localizados no entorno do Parque que diversificaram um pouco mais suas atividades. Isto pode ser explicado pela dominância de um pensamento único nas redes fortemente coesas de grupos pequenos como sucede no interior do PETAR. Os espaços para a criatividade e novos empreendimentos dos jovens são escassos.

Atualmente a rede de parentesco apresenta-se diferente entre as famílias do Bairro Ribeirão dos Camargo morando no interior e no entorno do PETAR. As primeiras mostram uma rede muito mais complexa e rica em múltiplos graus de inter-relação entre as famílias (Ver Figura 3, parte superior). Já as segundas estabelecem nexos muito mais fracos entre elas (Ver Figura 3, parte inferior).

A densidade desta rede pode se dever à circunstância de que as famílias estabelecidas no interior do PETAR estão em uma situação de maior vulnerabilidade daquelas do entorno. As restrições legais implantadas pelo Parque provocam uma maior dependência emocional, social e econômica entre as famílias morando no interior do PETAR que naquelas constituídas ao redor dele.

É preciso salientar a contribuição, para o estabelecimento desta situação ambígua, as particularidades da implantação do Parque na área, que impedia, ocasionalmente, uma efetiva execução das diretrizes vindas de São Paulo.

A presença de restrição do Estado... ela se deu de maneira relativa... porque os funcionários que estavam lá, executando essas ações... eram parentes... desses grupos... ou eram dali... daquela realidade... e eles entendiam, até certo ponto, as dificuldades que essas pessoas viviam... as precariedades... a falta de opção que elas tinham também... o relacionamento delas com os degradadores... muitas vezes era até familiar... a presença do palmiteiro e a presença do guarda parque estava dentro da mesma unidade familiar... eram primos, eram sobrinhos, eram cunhados, eram parentes... sei lá... mas aí vem a figura do Estado... e diz pra ele... olha, você está dentro de unidade de conservação... mas o funcionário da unidade de conservação... que não é o cara do Estado que vai lá, a dizer isso pra ele... que está todo dia lá... o funcionário... é primo dele... o PETAR teve essa característica... o Estado diz que a posse não é

deles, ao mesmo tempo que eles continuavam ali, porque quando os caras iam embora, dava pra dar um encaixe na história (Ex-funcionário FF 2).

Porém, os residentes do Bairro Ribeirão dos Camargo localizados no interior do PETAR vivem sob ameaça, real ou imaginária, de expulsão do território, imposição de multas por roça e/ou por extração de palmito, entre outras. Consequentemente, requerem de uma maior e mais forte rede que lhes proporcione segurança e sensação de proteção para enfrentar estes possíveis eventos. A construção de uma rede social baseada no parentesco parece ser uma das estratégias adotadas por eles para obter confiança, manter o território e poder reproduzir seu modo de vida.

Além disso, a dependência dos moradores do Bairro localizados no interior do PETAR, dos recursos naturais requer a consolidação de uma rede social forte. Sendo a rede construída com base nas relações de parentesco, se obtém, mais facilmente, o acesso aos recursos naturais em um território mais amplo e de uma forma mais segura. De tal forma que quando se ingressa em um território alheio, acidental ou propositalmente, as probabilidades de que este pertença a um parente da rede são altas o que evita confrontos sérios.

A rede apresenta-se mais forte por estar construída por casamentos entre parentes. Essa característica facilita a reciprocidade e a coesão das relações sociais observada no Bairro Ribeirão dos Camargo nos momentos de crise. Compartilhar entre parentes está na base do Bairro.

Realidade diferente das famílias do Bairro Ribeirão dos Camargo que se localizam no entorno do PETAR. Sem uma ameaça real próxima de deslocamento da área e com menores restrições para o uso agrícola do solo, vivem submersos em suas atividades econômicas rotineiras na tentativa de manter ou aumentar seu *status* de vida.

Esta rede está conformada por casais de origens diversas. Pessoas originárias do Bairro Ribeirão dos Camargo e pessoas da cidade de Iporanga e de bairros vizinhos. A constituição destes casais é facilitada em razão deles contarem com uma via de acesso que comunica o Bairro com os povoados vizinhos, dispor de meios próprios para se locomover com maior facilidade e interagir com possíveis parceiros. Consequentemente a probabilidade de se formar matrimônios de origem mista é mais alta que aquela dos moradores do Bairro localizados no interior do Parque que não contam com estas facilidades.

Na rede dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo estabelecidos no entorno do PETAR, se observa que a maior relação se dá dentro da família, principalmente entre irmãos que formam um novo núcleo familiar. Estabelecendo-se relações fracas com os vizinhos. Constituem-se famílias quase autônomas para seu desenvolvimento. Aqui não existe uma ameaça real sentida pelos moradores. As relações mantidas com os vizinhos são mais úteis para o empréstimo de ferramentas, contratações temporárias, intercâmbio de informações, entre outros.

Outra consideração importante, para entender a construção destas redes, são as diferenças dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo em relação ao mercado. Os residentes localizados no entorno do PETAR têm uma relação mais estreita com o mercado, fornecendo alguns produtos comercializados em Iporanga. Os moradores localizados no interior do Parque nem sequer alcançam um excedente para comercializar e se obtivessem algum, o custo do transporte para o mercado seria um fator limitante para conseguir qualquer lucro.

A obtenção de produtos comercializados no mercado de Iporanga se facilita para os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo estabelecidos no entorno do Parque. Os moradores do Bairro localizados no interior do PETAR dependem de sua rede social para obter produtos que eles não produzem. A rede de parentesco serve igualmente como um meio de intercâmbio de produtos onde o dinheiro raramente é envolvido.

Gezelius (2014) afirma que a estrutura da comunidade pode facilitar a confiança, os intercâmbios recíprocos e os intercâmbios não monetizados. Observa-se que o capital social tende a ser maior naquelas comunidades com grau de parentesco entre os seus habitantes. O parentesco facilita, além de recursos humanos e materiais, o estabelecimento de fortes laços que possibilitam a cooperação e a reciprocidade entre os membros da rede (ATRIA et al., 2003).

A relação de dependência contínua e prolongada de ajuda mútua entre os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo situados no interior do Parque, produz, em maior grau, a amizade, que em ocasiões afirma-se por meio do matrimônio da filha com o colega que explora junto os recursos naturais, por exemplo. O capital social se caracteriza pelas relações que se estabelecem entre duas pessoas (DURSTON, 2002) é produto de laços que frequentemente duram a vida toda (ARRIAGADA, 2005; ATRIA et al., 2003). Segundo Sabourin (2011) a estrutura de compartilhamento é quase que obrigatória na gestão de recursos naturais comuns.

As redes de parentesco no Bairro Ribeirão dos Camargo estão constantemente se reconfigurando, por novos matrimônios, por separações, por idas, por voltas. Imprimindo-lhe um dinamismo a esta rede que nunca é estática. Hoje alguém se encontra viúvo, amanhã constitui uma nova família, há separações, há reencontros.

Aparentemente as redes de parentesco originaram as atuais redes sociais. Foram aparecendo paulatinamente produto do intercâmbio frequente entre parentes, desenvolvendo laços mais fortes. Comportamentos repetidos com o passar do tempo, com o almoço compartilhado de hoje, na visita para tomar o café da tarde, com o intercâmbio da carne de suíno pela rapadura, a banana pelo feijão.

As relações e instituições sociais caracterizam-se por comportamentos de reciprocidade e cooperação constantemente fornecidas por atitudes de confiança (DURSTON, 2002). Os comportamentos de reciprocidade baseiam-se em intercâmbios de tipo relacional e não mercantil, consistindo na troca de presentes e favores com o único fim de fortalecer os laços de amizade e confiança (ATRIA et al., 2003), complementa-se com atitudes de cooperação na procura de atingir objetivos comuns.

O intercâmbio recíproco, entre os atores, desenvolve-se através do tempo. Nessa relação existe uma norma moral de reciprocidade em que ambas as partes confiam, e que estabelece que a pessoa que recebe é devedora de aquela que dá e que em algum momento terá que pagar essa dívida (GEZELIUS, 2014).

As relações de parentesco são a base primigênia da construção das redes sociais (PALÁCIO, 2009). Nestas redes primárias se produzem e reproduzem formas de atuar, perceber e valorar. Em consequência é compreensível que praticamente todos os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo apresentem uma forma homogênea de se relacionar com a natureza, com aspirações, valores e temores semelhantes, manifestando percepções e interpretações similares da realidade.

O tipo de rede social determina as habilidades dos atores para se adaptar aos câmbios ambientais, sendo a densidade das relações e o grau de coesão decisivo (BODIN; CRONA, 2009). Os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo têm se adaptado a estes câmbios ambientais por mais de 150 anos. Esta capacidade poderia ser aproveitada pela administração do PETAR no que Bodin e Crona (2009) chamam de coadministração adaptativa, uma ampliação da cogestão, que se concentra na adaptabilidade da gestão conjunta em resposta aos câmbios

ambientais e à aquisição contínua de conhecimentos, em vez de insistir no modelo tradicional de gestão de unidades de conservação.

3.6 Estratégias de ocupação do espaço

Eu que moro no último... o lugar que sobrou pra mim... pra cá já morava Isaias... tempo que ele mora lá... então o lugar de Isaias já estava ocupado... daí mais pra lá que era um lugar bonzinho já tinha o Edgar meu irmão... daí, junto com minha mãe e o Dito, eu não queria ficar... que era o lugar de meu pai... daí eu pensei e eu? Onde que vou morar? Fui mais pra lá um pouquinho... achei um lugar... só que lá pertinho é o caminho da onça... só que lá não vou.... ela fica em seu cantinho, eu fico no meu... pertinho a casa da mamãe... quinze, dez minutos (Morador 2).

Segundo Lindner (2012) a disposição espacial das residências depende dos modos de vida dos que ocupam o local. O espaço organiza-se obedecendo às necessidades, desejos e possibilidades do grupo social. Para compreender a ocupação humana do ambiente, é preciso analisar a dinâmica de seus habitantes, suas experiências, sua cultura e sua cosmovisão.

Em seus primórdios, a configuração espacial das residências no Bairro Ribeirão dos Camargo não foi planejada. Em ocasiões ocorreu pelo acaso, quando um casal foi contratado para cuidar da propriedade de um dono ausente. Em outros casos, produto de uma ação pensada por cônjuges que decidiram se estabelecer em determinado local por encontrar que serviria melhor aos fins de reprodução e manutenção de seu estilo de vida.

Eles estão aqui trabalhando... posseiros... aqui é de um dono particular... daí eles chamaram eles pra trabalhar aqui... pra morar aqui nessa parte desse terreno... e eles estão morando aqui até hoje... 27 anos... o dono mora em São Paulo... fazenda... bem grande... 300 alqueires... mais mato... não planta nada... não faz nada... só tá ai... por enquanto tamos aqui... não sei como vai ficar essa história... se a gente tem direito ou não... mas a gente já tá como posseiro não tem como tirar a gente daqui (Diretor ABRISA 2).

O espaço do Bairro Ribeirão dos Camargo está sempre em construção. Evoluindo de acordo com os arranjos dos casais e o estabelecimento de jovens cônjuges, das novas atividades econômicas dos habitantes ou o abandono das antigas.

Geralmente existe uma correspondência direta entre a organização espacial das residências, a proximidade física e a natureza e intensidade das relações sociais de seus ocupantes.

A distribuição espacial da maior parte das residências do Bairro Ribeirão dos Camargo obedece à presença da Estrada Municipal Espírito Santo (Ver Figura 4, Seção A) que lhes facilita o trânsito pela área e que coincide com o curso do Rio Iporanga que lhes provê do vital líquido.

O ordenamento territorial das moradias segue também a intensidade das relações intra e interfamiliares caracterizado por uma proximidade física e afetiva. Os núcleos residenciais se estabelecem, na maioria dos casos, de acordo a laços de consanguinidade e afinidade.

As acomodações dos progenitores, principalmente, são os responsáveis pela maneira como os moradores se organizam no espaço. As terras são herdadas, geralmente, dos pais para os filhos. Da Silva (2004) observou que os irmãos que formam novas famílias tendem a preferir morar próximos com vistas aos futuros casamentos de seus filhos que consolidam as alianças por várias gerações.

As famílias do Bairro Ribeirão dos Camargo apropriaram-se do espaço de duas formas principais: ao redor da casa paterna ou afastado da mesma. Dependendo, na maioria dos casos, do exercício da principal atividade econômica dos residentes: agricultura de subsistência ou extrativismo (Ver Figura 4, seções B e C).

a. No entorno da casa paterna

As novas famílias iam-se constituindo próximo da casa paterna, no mesmo terreno ou contíguo dele. Este caso se observa quando a atividade principal das famílias é de agricultura de subsistência. Nesta circunstância, as moradas acostumam-se colocar próximas, entre 10 a 1.700 metros (Ver Figura 4, seção B).

Este é o caso da maior parte dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo. Nele se observam vários agrupamentos familiares representados por números (de 1 a 12). Destaca-se o aglomerado de famílias representado pelo número 4 que está constituído por cinco famílias de irmãos, que se localizam na comunidade Morro do Chumbo, com uma das habitantes mas velhas, 87 anos e no lugar mais remoto do Bairro.

Figura 4 - Distribuição das residências do Bairro Ribeirão dos Camargo em núcleos familiares. Originalmente, a maior parte dos moradores distribuiu-se seguindo a principal via de acesso (Seção A). Atualmente, a maioria das famílias se organizam espacialmente de acordo ao exercício da principal atividade econômica: agricultura ou extrativismo. A Seção B corresponde à distribuição dos agricultores. As casas dos núcleos familiares aparecem próximas, provavelmente pela necessidade de contar com mão de obra em momentos de semeadura e colheita. Com a proximidade do parente se assegura tal ajuda. A Seção C mostra a distribuição dos extrativistas, cuja estratégia de ocupação de espaço é abranger a maior área possível e principalmente nos pontos mais afastados da Guarita do Núcleo Casa de Pedra, onde a densidade dos recursos naturais procurados é maior

O agrupamento das famílias encontra sua explicação na necessidade de contar com mão de obra dos parentes para realizar as atividades agrícolas que são feitas manualmente, sem nenhum tipo de maquinaria. A proximidade das residências garante que a força humana esteja disponível nos momentos de maior requerimento, como a semeadura e a colheita. Além disso, a circunstância das residências localizarem-se próximas permite economizar tempo no deslocamento ao momento de serem convocados para ajudar nas tarefas agrícolas.

Neste caso, os parentes também dispõem as roças e os terrenos em pousio próximos. Isto possibilita se dirigir junto para a lavoura, proporcionando uma proteção mútua em face de possíveis perigos e acidentes como mordedura de cobras ou ataque de animais silvestres. A proximidade viabiliza ainda o intercâmbio de informações valiosas e conhecimentos que de outra forma se dificultaria e perderia efetividade ao chegar tarde ao destinatário como a informação sobre o ataque de uma praga ou de um animal ao cultivo. Conselhos no momento oportuno sobre o desenvolvimento da cultura que cresce sob o olho observador do parente.

b. Distante da casa paterna

Aqui a nova família se estabelece em uma área afastada da casa paterna. Esta situação ocorre quando se precisa abranger a maior área possível. É o caso típico daquelas famílias cuja principal fonte de renda está constituída pelo extrativismo, principalmente do palmito Juçara. Nesta circunstância a localização das moradas dos familiares pode se dar em distâncias de até 8 km entre elas. Geralmente, se localizam nos lugares mais remotos do Parque, onde a vigilância e a competição pelos recursos naturais são menores (Ver Figura 4, seção C).

Neste caso, se observa um agrupamento de famílias maior no conglomerado simbolizado com o número 1 que agrupa sete famílias de parentes. O conjunto de famílias representados com o número 2 está constituído por famílias jovens, que ainda está na etapa de consolidação do espaço. Este grupo incorpora alguns adolescentes que ainda não têm estabelecido uma família própria.

Esta estratégia de ocupação do espaço permite melhorar a colheita do palmito, recurso escasso, facilitando a mobilidade dentro de um território maior. A abrangência de uma superfície maior a explorar, se logra através da incorporação da área do parente dentro da própria. Constituindo assim uma extensão que pode ser

aproveitada por vários membros da família simultaneamente. Através desta estratégia se alcança coletar de uma forma mais eficiente o valioso e raro palmito, tornando-o indisponível para possíveis concorrentes. Incorpora-se assim o espaço a um circuito de relações sociais composto por irmãos, primos, sobrinhos, sogros e cunhados. Favorece o fluxo de familiares, principalmente adolescentes, que se integram à rede de exploração do palmito. Outorgando-lhe ao território abrangido uma maior dinâmica em razão de que o palmito é um recurso rapidamente esgotado pelos concorrentes dentro e no entorno do Bairro Ribeirão dos Camargo. É preciso explorar a área no menor tempo possível. É claro que esta é unicamente uma descrição da atividade e não uma análise da legalidade da extração do palmito Juçara.

Através da rede de parentesco se facilita o compartilhamento, construção, difusão e aquisição de conhecimento sobre o uso e manejo do recurso palmito. Além disso, permite a localização do recurso e o cumprimento das regras para seu aproveitamento.

O palmito do mato é melhor trabalhar com ele que o pupunha... é melhor... fosse um caso que houvesse fiscalização para cuidar da lavoura do palmito Juçara... aí nunca acaba... porque cortava que nem nós cortávamos na nossa época... nós só cortávamos o grande... não cortava assim de meia bitola... nós mesmos fiscalizávamos... não cortava e exigia que os outros não cortassem também... aí onde nós passávamos cortando assim... daí um ano podia voltar cortar de novo... e ganhava dinheiro (Morador 20).

Os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo, aprenderam com a prática perpetuada por anos que quanto maior a densidade da rede maior o êxito da ação coletiva de aproveitamento dos recursos naturais, neste caso palmito Juçara. Coincidindo com a teoria exposta por Bodin e Crona (2009) de que as redes sociais podem melhorar os processos de governança colaborativa dos recursos naturais.

Segundo Cunha (2004), os grupos desenvolvem continuamente regras que orientam sua relação com o ambiente do qual dependem. Essas regras são modificadas de acordo com as oportunidades e limitações ambientais e sociais.

3.7 O extrativismo

Iporanga era uma comunidade de agricultores, extrativistas, mineradores, exploradores né... todos os palmiteiros... moram em Iporanga... a economia que se gera em Iporanga, pelo extrativismo predatório... é mil vezes maior que no Bairro da Serra... talvez dinheiro gire mais em Iporanga que no Bairro da Serra, só que de forma ilegal né (Ex-funcionário FF 2).

A geração de renda dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo tem sido, desde sua fundação, composta de atividades extrativistas e agropecuárias de excedentes. O próprio Bairro Ribeirão dos Camargo se fundou com o intuito da exploração do ouro. As primeiras pessoas que se estabeleceram na área de estudo eram garimpeiros que batiam ouro nas margens do Rio Ribeirão.

Na época que nós começamos a trabalhar aqui... nós fizemos muita fundação ali... nós levantávamos muito material bom... eu manjava do negócio né... eu comecei a tirar naquela ponte... no Ribeirão... ali era tudo sertão... não tinha nada ali... entrava trabalhando... eu sempre vinha com quatro, cinco rapazes novos, da minha idade... amigos meus... nós sempre tirávamos... onde nós batíamos, nós tirávamos... esse é o Fundão ali... até diamante nós tiramos daqui... esse rio é bom (Morador 20).

Posteriormente, com o abandono das atividades mineiras, as terras foram habitadas por famílias que se dedicavam às atividades agropecuárias de excedentes. Iniciando a produção agrícola em maior escala com o cultivo de arroz, seguido da cultura de cana de açúcar (MURILLO, 2013) e a criação de gado e de suínos.

Ribeira acima... muita gente morava lá... tudo mundo plantava... colhia... trazia... tudo mundo vinha de canoa... de lá carregado... arroz, feijão, farinha... palmito... frango, leitoa... tudo trazia de canoa... no sábado... vai tudo mundo pra a beira do rio... vinha canoa, mais canoa e mais canoa... vinha toda carregada... tudo o que você queria tinha ali... era arroz, feijão, farinha de mandioca... frango, porco, carne de porco... outro trazia leitoa viva... trazia o peixe... que dava muito peixe na ribeira também... sábado tudo mundo enchia à beira do Ribeira aqui na cidade... pra comprar das pessoas... que encostava ali no porto... aqui em Iporanga era bom... fatura de tudo mesmo (Morador 19).

A caça, a pesca e o extrativismo eram frequentemente praticados pelos habitantes locais. De acordo com Kjersti (2014) na área existiam três fábricas de palmito que sofreram de falência logo após a implantação do PETAR.

Ainda com dificuldades, a agricultura persiste até hoje na região. No entanto, deixou de produzir excedentes para a venda como antigamente fazia, dando lugar a

uma agricultura de subsistência, que em muitos casos, nem é suficiente para sustentar à família o ano todo. As atividades extrativistas, principalmente do palmito Juçara, ainda são praticadas na área, não obstante serem ilícitas.

A questão aqui muito forte é a extração ilegal de palmito né... que isso existe até hoje (Funcionário FF 12).

A caça também é realizada com regularidade, fato comprovado pela presença frequente de cachorros de caça nas moradias.

O extrativismo, principalmente a extração de palmito, ocasionou frequentes confrontos entre a polícia ambiental e os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo.

Foi a sorte... milagre de Deus... a sorte foi minha de não pegar, porque ele atirou pra matar... vigia do parque... sem autorização andava armado... eu estava tirando um palmitinho ali... quando estava saindo no meu ponto de entrega... eu corri o guarda atirou... tomaram meus animais... tomaram meu palmito... esse tiro dali, eu fiquei fora um ano... é duro... eu que estou trabalhando... não reagi contra o cara... eu corri... o cara atira contra mim... eu perdi a cabeça... fiquei um ano fora daqui (Morador 10).

Atualmente a fiscalização tem diminuído. Provavelmente, pela proibição de porte de arma pelos guarda parques do PETAR e os constantes cortes orçamentários para a gestão das unidades de conservação que usualmente impossibilitam o efetivo monitoramento em campo.

No passado vinha a polícia muito pra trás deles [dos palmiteiros]... hoje não... hoje tá tudo muito fácil, porque o florestal não tá sempre aqui... o Parque não tem funcionário suficiente... no passado tinha os guardas... que tinha armas e a gente ia detrás lá no monte, onde estavam cortando... e capturava eles... hoje não têm mais... o governo tirou as armas... não tem como você ir ao mato sem arma... porque eles estão armados... até porque eles caçam... a vida deles tá fácil hoje... eles trabalham quase que tranquilos... de vez em quando tá uma equipe que acha eles lá... mas correm e pronto (Funcionário FF 10).

Tem a fiscalização, o problema que eles só cuidam ali nas cavernas... na Serra... na volta das cavernas... no mato não (Morador 20).

É o caso do Núcleo Casa de Pedra que conta com apenas três guarda parques. Não obstante, pelos períodos de descanso e observância das leis trabalhistas, é usual encontrar unicamente um funcionário em serviço, sendo sua principal função permanecer na guarita e registrar os visitantes que percorrem a

trilha de acesso à Casa de Pedra, uma vez que o acesso ao interior da caverna está temporariamente proibido.

Os guarda parques estão impedidos de realizar monitoramentos em campo ou fazer inspeção dos automóveis que transitam pela área. A autora acredita que alguns dos veículos que circulam pela estrada trasladam recursos naturais extraídos ilegalmente do Parque. Os guarda-parques também intuem a possibilidade de isto estar acontecendo, principalmente no período noturno quando eles ficam recolhidos na sede. Sem embargo, estão impossibilitados de atuar ao não contarem com os recursos necessários para a ação.

Apesar da proibição legal, a extração do palmito é praticada na área como atividade econômica principal de alguns moradores e como complemento de renda para outros. Constitui uma atividade rentável, em comparação com a agricultura de subsistência. Comporta poucos riscos, em razão de serem os monitoramentos da área pouco frequentes, e não requer maior investimento de capital.

O palmitero ele ganha bem... hoje ele vai pra o mato quatro dias na semana... três, quatro dias... ele tira 600 reais... ele fica o resto da semana parado... na outra semana ele vai três, quatro dias... mas aqui não tem bastante... é um produto quase escasso... eles vão oito horas de caminhada... pra encontrar o produto... dorme, corta lá uns dois, três dias volta... não traz nas costas, porque ele não aguenta, é muito longe... leva um burrinho... traz aí dois feixes... aproximadamente 160 cabeças de palmito... é o produto que ele corta... talvez dá duas viagens nesses três dias... é a produção da semana... é o que mantém eles... se não tivesse isso daí seria pior... porque quem não sobrevive do turismo sobrevive do palmito... e alguns também não conseguem trabalhar empregado porquê... ele vai ganhar na meia 1.000 reais e no palmito ele ganha muito mais (Funcionário FF 10).

Essas características conferem à extração do palmito um atrativo especial para muitos dos jovens do Bairro Ribeirão dos Camargo que se confrontam com a impossibilidade de obter um emprego nas vizinhanças. Também não conseguem exercer uma atividade agropecuária rentável em razão das restrições legais de uso agrícola do solo que os impedem de obter a área suficiente para produzir excedentes para a comercialização. Paoliello (2006) conclui que a diminuição de habitantes de Iporanga ocorre devido à impossibilidade ocupacional e produtiva provocada pela implantação do PETAR.

Os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo dividem os recursos naturais do local sem conflitos sérios. Segundo Ostrom (1990) existem oito princípios para a gestão dos bens comuns: limites definidos, regras de uso, elaboração e modificação

conjunta dessas regras, respeito dessas regras pelas autoridades externas, monitoramento, sanções e instâncias para resolver desacordos.

Porém, apesar de no Bairro Ribeirão dos Camargo não existirem todos os elementos mencionados por Ostrom (1990), especialmente a imposição de sanções e instituições de resolução de conflitos, a autora do presente trabalho observou que se dá um manejo compartilhado dos recursos naturais entre vizinhos. Circunstância similar foi observada por Schmitz, Da Mota e Da Silva Júnior (2009) na gestão compartilhada das catadoras de mangaba no nordeste do Brasil onde não existiam sanções formais para as infratoras.

É possível que a inexistência de sanções e instituições de resolução de conflitos se deva a que os vizinhos do Bairro Ribeirão dos Camargo, nas suas interações frequentes no uso dos recursos naturais desenvolveram, ao longo do tempo, relações de respeito como a melhor estratégia para evitar conflitos.

Contudo, quando existe alguma disputa no Bairro Ribeirão dos Camargo, a falta de instituições de sanção local, faz com que os moradores recorram à denúncia como o método mais eficaz para frear esse tipo de comportamento. Durante sua estadia, a autora observou a denúncia anônima de três acontecimentos considerados ilícitos pelas autoridades ambientais. Denúncia provavelmente feita pelos mesmos vizinhos.

O extrativismo parecia funcionar adequadamente até o momento em que pessoas vindas do exterior do Bairro Ribeirão dos Camargo iniciaram atividades extrativistas no território que o Bairro reivindica como próprio. Esse fato colocou em perigo o equilíbrio do ecossistema devido a que os novos extrativistas não tinham vínculo com o lugar e começaram a sobre explorar, procurando o máximo lucro em curto tempo, sem considerar a sustentabilidade do recurso como o faziam os moradores locais.

Habitantes de outros povoados comumente acessam ao PETAR para caçar e extrair palmito. A fragilidade organizacional do Bairro impede os habitantes de agir contra estas ameaças a sua reprodução e manutenção social, deixando-os vulneráveis aos impactos dos fatores externos.

Cortava que nem nós cortávamos na nossa época... nós só cortávamos o grande... aí quando começou o povo daqui [Iporanga] mesmo trabalhar... eles começaram a cortar fininho, de muda... aí acabo com a mercadoria da região... hoje não tem mais (Morador 20).

Fenômeno similar é relatado por Spínola, Teixeira e Andriguetto Filho (2014) na Reserva Extrativista (RESEX) do Pirajubaé em Florianópolis (SC) onde a construção da Via Expressa Sul provocou uma situação de desregulação no uso dos recursos pesqueiros, provocando conflitos ao gerar uma situação de livre acesso na RESEX ante a qual os moradores não conseguiam reagir.

A organização do extrativismo na área é bastante precária. Apesar de ser a base econômica de várias famílias do Bairro Ribeirão dos Camargo e de povoados vizinhos. Eles não conseguem se organizar para melhorar suas atividades extrativistas.

O maior erro do palmiteiro foi ele não ter isso nunca como profissão... nós não temos o pescador? Nós não temos o garimpeiro? Temos o garimpeiro... nós não temos o seringueiro? Temos o seringueiro... porque que nós não podemos ter o palmiteiro? Trabalhando em áreas legalizadas... trabalhando com um plano de manejo... você pode produzir o palmito, não só explorar... era criar uma forma de trabalhar isso melhor né... cortando palmito já no tempo correto... um certo limite de palmito por hectare... seria um plano de manejo mesmo né... fazer da floresta... um manejo certinho... um manejo sustentável... daria pra viver assim tranquilo... só que infelizmente virou uma profissão clandestina e até hoje não foi aceita pelos órgãos governamentais... mas essa profissão sempre existiu... foi culpa do próprio trabalhador... ele nunca defendeu a profissão dele... o caso do seringueiro... quando ele começou a defender a mata pra poder trabalhar... ele virou uma profissão (Funcionário FF 3).

Uma oportunidade interessante surge quando os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo propõem um uso integrado do território através da criação de uma RDS. Isto abre a oportunidade de estabelecer uma experiência piloto no manejo do palmito Juçara que poderia ser exitosa.

3.8 Estratégias para permanecer na área

Eu sou nascido e criado aqui... não tenho estudo de nada... eu aprendi o que meu pai ensinou... eu planto pra mim sobreviver... é o que todo mundo faz... mas eu não tenho direito... vocês têm que dar alguma solução... só que você não pode estar desmatando e tal... eu tentava... não conseguia... até que um tempo agora a turma formou essa associação e tá entrando com briga em cima... mas é difícil vencer... só que eles não mandam mais ir embora (Morador 10).

As restrições legais para os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo, localizados no interior do PETAR, continuarem realizando suas principais atividades econômicas e a percepção coletiva da constante ameaça de serem expulsos do

Parque levou os residentes do Bairro executarem uma série de ações no intuito de permanecer na área e continuar com a reprodução de seu modo de vida.

A primeira tentativa foi a de se proclamar quilombo. Pretendendo se enquadrar na proteção do artigo 68 das Altas Disposições da Constituição de 1988 que tutela a propriedade dos quilombos e assegura sua permanência no território. No entanto, esta estratégia foi rapidamente abortada.

Paulatinamente as lideranças do Bairro Ribeirão dos Camargo foram amadurecendo e os habitantes se organizando para finalmente arquitetar a melhor estratégia para continuarem na área. Apresentando em 2014 uma proposta mais elaborada e com possibilidades de sucesso: criação de uma RDS.

a. Primeira estratégia: a etnia

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 tutela especificamente os direitos dos indígenas e dos quilombolas. No artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias se reconhece a propriedade definitiva das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras e se ordena ao Estado a emissão dos títulos atinentes. Já no artigo 231 se trata o relativo aos indígenas, iniciando com o reconhecimento de sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. Delega-se na União a demarcação e a proteção de seus bens.

Sendo esta normativa taxativa, os restantes povoadores rurais, como os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo, que se auto definem como caboclos encontram-se desprotegidos. Veem-se sem tutela específica de seus direitos, especialmente aqueles relacionados ao direito à terra. Andrade (2007) estimou que nos parques nacionais existissem 47.376 camponeses sem nenhuma proteção jurídica.

Ante esta desproteção e a ameaça, real ou imaginária, de serem deslocados do PETAR, os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo preparam a primeira estratégia para permanecer no território e reproduzir seu modo de vida tradicional: pretendem ser reconhecidos como quilombolas. Circunstância imediatamente abandonada, ao perceber que um estudo antropológico demonstraria de modo irrefutável que não pertenciam a esse grupo.

Nós tem uma associação, acunharam como caboclo... não pegou como quilombo (Morador 10).

Aparentemente esta tentativa foi motivada pelo contato direto e frequente que os líderes da ACCBRC mantêm com representantes das ONG que defendem os direitos dos quilombolas e com lideranças dos quilombos vizinhos de Ivaporunduva, São Pedro, Maria Rosa, Pilões e Pedro Cubas.

Esta iniciativa visava o Bairro Ribeirão dos Camargo ser reconhecido como quilombo. Consequentemente obteriam a titulação das terras para garantir sua permanência no território. Apesar de estarem cientes que a origem da maioria dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo apontava para os patriarcas Salvador Henriques e Guilherme Looze, ambos homens brancos e livres.

Provavelmente a intenção dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo era se enquadrar na categoria não antropológica senão política do termo Quilombo; grupos historicamente desprivilegiados, isolados, alheios às políticas do desenvolvimento do Estado de São Paulo. Supuseram que ao adotar uma categoria politicamente favorecida era mais fácil obter o reconhecimento de suas práticas de manejo agrícola do solo e da floresta e conservar seu território. Nesse sentido seria uma estratégia puramente instrumental servir-se da categoria quilombola e não uma identificação antropológica.

Bombas por exemplo... é uma comunidade quilombola... comunidade quilombola você não consegue realocar... uma das questões do reconhecimento quilombola... da origem quilombola... é o território... não pode tirar daqui e pôr em outro lugar... lá o que acontece legalmente... o Parque tem que recuar (Funcionário FF 12).

A maior parte dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo, em seus depoimentos, se identifica mais com a categoria de caipira ou pobre que com a categoria de caboclo ou de comunidade tradicional. No entanto, a maioria deles está ciente da importância de se enquadrar em alguma das categorias politicamente favorecidas.

Os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo, já tinham conhecimento da demarcação de terras para quilombolas vizinhos. A autora supõe que daí surge a estratégia de uma reelaboração da identidade dos residentes do Bairro para enquadrá-la em uma categoria com maiores probabilidades de proteção jurídica do

Estado. Tal estratégia tem o objetivo do Bairro permanecer com o controle do território e o consequente uso dos recursos naturais.

Assim, os habitantes do Bairro decidem fundar a ACCBRC, auto definindo-se como caboclos. Ser caboclo, apesar de não ser uma categoria politicamente protegida, serviria para apelar ao direito à diferença. Teria maior peso político do que a categoria de pobre por exemplo. Daria a oportunidade de propor reivindicações de direitos sociais especiais, principalmente a regularização fundiária com base em direitos específicos para grupos desfavorecidos.

Os esforços pelo reconhecimento emergem em face da perda do direito ao uso do território imposto pelas restrições legais e de acordo com uma maior ou menor quantidade de direitos reconhecidos pelo Estado para cada categoria, principalmente o território.

É necessário entender que a tentativa de se proclamar quilombolas, apesar de não ter se materializado formalmente ante nenhuma instância governamental, criou mal-estar entre alguns residentes do Bairro Ribeirão dos Camargo e de uma liderança do bairro vizinho que expôs uma opinião crítica ante esta circunstância.

Tem muita gente de fora ali, metendo bedelho... perde muito da validade da história... começou querendo afirmar que era quilombo... ali depois não deu... porra não deu... então porque já tentaram? Então você vê que existe uma má fé na proposta... desde o início há má fé... ah a gente se declara quilombo porque assim sai do Parque... aí você vai fazer um estudo antropológico porra não é né... não era... ah então a gente vai falar que é caboclo não sei o que (Diretor ASA).

A autora, ao perguntar o que significa para o entrevistado ser caboclo, obteve definições pouco claras do termo. Percebeu-se, na maioria dos depoimentos, certa dificuldade para expressar seu significado. Na maioria dos casos a categoria mais usada para auto definir-se era a de pobre.

Caboclo é do lugar... a pessoa nasceu ali... é um sertanejo... a tradição né (Morador 5).

Quem pega um cabo de inchada é caboclo... não tem trator só ferramenta simples... que não vai dar dano (Diretor ACCBRC 2).

Já o Secretário da ACCBRC expressa um conceito mais elaborado. Provavelmente pelo contato direto e contínuo com funcionários de instituições acadêmicas como o NUPAUB/USP, instituições de defesa dos direitos sociais como

a EAACONE e entes governamentais como a Defensoria Pública do Estado de São Paulo/Núcleo Registro.

Caboclo é a maneira de ser própria... fazer o trabalho coletivo... companheiro com as pessoas... colocar no lugar das outras pessoas... ter relação de companheirismo... se preocupar por outro... conservar parente... seja preservado isso daí... essa relação tá estreitamente ligada como o território e o modo de vida nosso (Diretor ACCBRC 3).

Provavelmente o NUPAUB/USP colaborou na auto identificação dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo como caboclos. Segundo Lima (1999), o termo caboclo é usado no âmbito acadêmico para se referir aos pequenos produtores rurais de ocupação histórica.

Historicamente o termo caboclo tem sua origem no descobrimento e colonização do Brasil, quando houve uma miscigenação de indígenas e portugueses. A pessoa nascida de tais uniões era chamada cabocla (BOLAÑOS, 2010; CANDIDO, 1964) que se usa no Brasil como sinônimo de rústico (CANDIDO, 1964).

b. Segunda estratégia: a organização

Depois das inúmeras dificuldades para continuar com seu estilo de vida, devido às restrições legais, os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo decidem se organizar para tentar se defender contra o que eles consideram uma invasão de seu território.

A primeira tentativa de organização surgiu em 2007. Nesse ano a Presidente da ACCBRC participou em uma reunião em Itapeva onde líderes comunitários e representantes de organizações que simpatizavam com as populações rurais aconselharam-na a se organizar.

Foi depois de algumas dessas reuniões que a Presidente atual da ACCBRC, em companhia de outro vizinho, começou a visitar os moradores do Bairro casa por casa e motivar às pessoas a se organizarem. Finalmente em 2010, os habitantes do Bairro, conseguem registrar a ACCBRC, conformando a Junta Diretiva com Presidente, Vice-presidente, Secretário, Tesoureiro e Fiscais. A organização surge como uma estratégia de sobrevivência para permanecer na área e reproduzir seu modo de vida tradicional.

Não foi possível ter acesso aos estatutos da ACCBRC para conhecer os mecanismos de eleição dos diretores. Porém, algumas pessoas expressaram que desde a fundação da Associação não tem tido novas eleições. Aparentemente a votação para renovar os quadros de direção tem que ser a cada dois anos. A Presidência não tem mudado desde sua fundação.

Fui votado né... a comunidade tem que aceitar... pra escolher né... de dois anos em dois anos... proclamação né... muda... eu sou da fiscalização... eu audito... foi renovada já uma vez (Diretor ACCBRC 3).

Montamos uma chapa, aí fomos boicotados e aí fizeram uma eleição sem assembleia, sem convocação totalmente irregular (Diretor ABRISA 3).

Apesar da totalidade das famílias do Bairro Ribeirão dos Camargo que moram no interior do PETAR pertencer à ACCBRC, a identificação de uma parte importante deles com a Associação é aparentemente precária.

Essa associação... medindo terra pra nós trabalhar... é a associação dela [da Presidente da ACCBRC] que tá fazendo a turma medir... como foi ele [Secretário da ACCBRC] junto... ele é da associação... aquela associação que mediu pra nós... é a mesma dela [da Presidente da ACCBRC] (Morador 2).

Observa-se neste depoimento que não se fala de “nossa” associação senão da associação “dela”, é claro o sentimento de não pertencimento com a Associação. Daí que a subscritora afirma que o compromisso total com os fins da ACCBRC é exercido quase que exclusivamente pelos diretores dela, principalmente pela Presidente e o Secretário.

Contudo, este fenômeno também poderia ser explicado pelo problema do *free-rider* (PETERSEN, 1992). Ou seja, os indivíduos, cooperando ou não, desfrutam dos resultados da ação coletiva. Usufruem dos benefícios sem ter algum custo na sua produção (MACHADO; ANDRADE, 2014). A tentação de se comportar como um *free-rider* parece ser maior que a de cooperar na ação coletiva (MARTINS; VAZ; CALDAS, 2010).

Mais ainda, o empenho na consecução dos fins da ACCBRC não é plenamente reconhecido pelos moradores do Bairro. Isto baseado nos resultados obtidos pela Presidente e o Secretário nas eleições municipais de 2012 quando se candidataram para vereadores. Obtiveram escassos oito votos. Quando a autora perguntou por esse resultado, os candidatos não conseguiram justificá-lo. Daí surge

a dúvida de sua legitimidade como dirigentes, porque se houvessem vencido, as vantagens de exercer o cargo de vereador eram múltiplas para o Bairro Ribeirão dos Camargo.

Por outro lado, Ferreira (2011) trabalhando com lideranças do Mosaico de Juréia-Itatins, afirma que os dirigentes comumente são alvo de difamações.

Provavelmente os votos obtidos pelo Secretário encontre sua explicação na circunstância que ele não mora mais no Bairro Ribeirão dos Camargo, senão a 20 km, no Bairro da Serra e suas visitas ao Bairro estejam quase que restritas à celebração de reuniões da Associação.

Com respeito às funções dos diretores, não estão suficientemente claras. Observa-se uma transposição das responsabilidades da Presidente e do Secretário. O Secretário tem assumido o papel da imagem pública da Associação, participando de fóruns, congressos, seminários e audiências públicas, entre outros. Na maioria dos casos, é ele quem se identifica como representante do Bairro e da ACCBRC.

Segundo Natrielli e Guimaro (2011), o Presidente é o representante oficial da associação. Essa representação é exercida interna e externamente. O Secretário é o responsável pela organização da documentação da associação e da elaboração das atas das reuniões.

A participação da Presidente em reuniões de importância no exterior do Bairro Ribeirão dos Camargo é mínima. Normalmente se esperaria que se a Presidente estivesse impedida de representar à ACCBRC a representação fosse delegada no Vice-presidente, isto não acontece. Invariavelmente é o Secretário quem exerce a representação do Bairro e da ACCBRC.

Inclusive na elaboração do Estudo para Subsidiar a Proposta de Criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Caboclas do Bairro Ribeirão dos Camargo (Iporanga, Vale do Ribeira -SP) como parte do Mosaico de Paranapiacaba o nome da Presidente da ACCBRC nem sequer aparece nos créditos.

O secretário é quem tem a papelada né... ele é quem resolve os problemas por fora né... da comunidade né... sai batalhar por fora pra ver se consegue alguma coisa pra acumular lá dentro né (Diretor ACCBRC 3).

Provavelmente é o Secretário quem está mais capacitado para representar o Bairro e à ACCBRC. No entanto, é possível que os moradores do Bairro não aceitassem que ele ocupasse a presidência morando no exterior do local.

É com estas particularidades/fragilidades que se apresenta a organização no Bairro Ribeirão dos Camargo que teria que suportar um novo embate. Um evento que imprime uma dinâmica diferente às relações dos povoadores do Bairro entre os moradores do interior e do entorno do Parque; a chegada de um novo membro ao Bairro.

Rentería e Delgado-Serrano (2014) expõem que o advento de pessoas alheias à comunidade afeta negativamente as relações entre os moradores. Devido à introdução de outros costumes que podem entrar em conflito com as tradições dos moradores locais adotando comportamentos mais individualistas e comerciais o que conduz à criação de novas redes sociais e arranjos que podem destruir as antigas (SHILOH; TYNON; WESTERN, 2012).

Esta nova moradora ocasionou uma reorganização do Bairro introduzindo uma mudança significativa: a criação de outra associação. Este fato causou uma fratura da antiga associação devido à saída de alguns membros da ACCBRC para conformar a nova organização: a ABRISA.

Porque ela [a nova moradora do Bairro Ribeirão dos Camargo]... ela queria participar... ela é muito participativa né... e ela [a Presidente da ACCBRC] é meio... radical... daí ela queria ajudar... ela é bem prontificadora né... mas acharam que ela estava nova ali no lugar... ela não sabia muito a história também... tem que saber um pouco a história do lugar também né... mandou a dar um tempo né... ela já queria montar o dela... tem uns que saíram né... pessoal mais de embaixo... ajudaram ela a montar outra né... a razão... não estavam se agradando (Diretor ACCBRC 3).

Com este acontecimento se fazem evidentes as diferenças entre os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo, os do interior e os do entorno do Parque. Para os moradores localizados no interior do PETAR o maior interesse é conseguir permanecer no que eles consideram seu território e reproduzir seu modo de vida tradicional.

Já para os residentes do Bairro Ribeirão dos Camargo localizados no entorno do PETAR a implantação do Parque não teve efeitos tão drásticos. Para eles o mais importante é montar uma estratégia que lhes permita gerar uma fonte de renda maior, devido a que a maioria das atividades agrícolas não gera recursos econômicos importantes pelas normas legais aplicadas pelo Parque.

Com a chegada desta nova moradora se amplifica o mal-estar que provinha de algumas divergências relativas ao manejo dos fundos arrecadados e desejo de alguns dos membros de renovação nos quadros de direção. Iniciativas que ao não serem satisfeitas resultaram na saída de alguns de seus membros.

Eu era vice lá da presidência... ali nós começamos brigar porque a gente falava alguma coisa não entrava num acordo... a mensalidade foi avaliado em dois reais... depois a turma achou... não, dois reais é muito pouco... começaram pagar cinco... daí eu falei... que esse dinheiro vai pra uma conta... na hora de precisar ser declarado porque que usou aquele dinheiro... esse dinheiro tem que ir pra uma conta e ser declarado e nunca ia... aí começou a discussão... eu falei, não eu vou sair... havia pedido pra arrumar uma ponte lá pra tirar um barranco... dependia de máquina pra tirar... eu falei nos mesmos poderíamos alugar um trator e tirar... ficou aquela briga... aquela briga... eu falei eu vou sair... daí eu pedi pra tirar meu nome fora... não tiraram porque se eu saísse de lá... muita pessoa [sairia]... eu falei eu vou sair porque estava certo... mas então, eu faço parte lá... eu ajudo lá quando eu posso... a associação tá caminhando... só que tá fraca... muito mal administrada... esse dinheiro nunca foi pra uma conta... esse dinheiro some... tudo mal organizado (Morador 10).

Apesar de que as lideranças manifestaram a pouca importância que teve a saída de alguns dos membros da ACCBRC, a autora acredita que a fratura da organização causou certa fraqueza ao movimento na reivindicação do território. Algumas pessoas que se opõem ao estabelecimento da RDS vaticinaram a saída desses membros como o fim da organização.

Segundo Sabourin (2011), o manejo exitoso dos recursos comuns se caracteriza pela existência da união social, da solidariedade e da preocupação com as necessidades do conjunto da comunidade.

O sentimento de grupo como um todo, aparentemente, era muito forte. Com a criação da nova associação, a ABRISA, o sentimento de pertencimento a um ser coletivo ou comunitário como um todo, foi rompido. Agora, a expulsão dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo localizados no interior do PETAR é problema deles, dos de dentro.

3.9 Reserva de Desenvolvimento Sustentável, a saída?

Daí agora eles viram, diz que demarcar o lugar pra nós... só falou que vai demarcar o lugar de roçar... e não sei o que... tá enrolado... daí a associação entrou em briga e deram levantamento numa área ali, e diz que pediu um território pra afastar o Parque e não mexer... pra virar RDS nosso território... a terra não ia poder vender... mas ia favorecer... arrumar a estrada que eles vivem de proibir... só que por enquanto, nada... só de falar... só de falar (Morador 10).

A existência de comunidades humanas em unidades de conservação é uma situação que não tinha sido abordada pelas instituições ambientais até o ano de 2000. Com a emissão da Lei do SNUC se considera a presença das comunidades tradicionais e se reconhece o direito das mesmas para reproduzir seu modo de vida até serem realocadas. Abre a possibilidade da permanência das populações tradicionais em unidades de conservação através da criação de RDS.

Mattos, Nobre e Aloufa (2011) afirmam que a RDS é uma categoria socioambiental que incorpora, aos objetivos de conservação, ações de inclusão social, valorização do conhecimento local e práticas de manejo ambiental. Segundo Andrade (2007) as RDS surgem como alternativas de desenvolvimento sustentável para produtores extrativistas, objetivando impulsionar sua economia.

O artigo 20 da Lei do SNUC define a RDS como:

Uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

A Lei do SIGAP, no artigo 5º adota também essa definição.

Por meio deste artigo o Estado reconhece, oficialmente, o papel das comunidades tradicionais na preservação da biodiversidade de várias florestas ainda presentes no país. A existência das comunidades tradicionais serviu, em numerosos casos, para impedir o avanço ou a apropriação irregular de grandes extensões de floresta primária por empresas ou fazendeiros que, na maioria dos casos, removiam completamente a vegetação para o estabelecimento de atividades agropecuárias.

Ainda no inciso 1º do artigo 20 da Lei do SNUC, se estabelece que a RDS objetiva conservar a natureza e simultaneamente prover os meios para melhorar os estilos de vida e a exploração dos recursos naturais das populações tradicionais através do respeito e aperfeiçoamento de suas práticas ambientais.

Não obstante, o artigo é taxativo quanto à tradicionalidade da população beneficiada com uma RDS.

Pra ser uma RDS... eles [moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo] precisam provar que são uma comunidade tradicional (Funcionário FF 6).

Novamente a tradicionalidade, somada à complexa situação fundiária no território que ocupam os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo, parece ser o ponto chave da questão.

Aquela área, ela tem um proprietário... é uma mineradora... a área toda é de uma mineradora... é uma área particular... a mineradora investiu no local... depois foi criado o Parque, não podia mais mexer... esses moradores ficaram na área... ocuparam essa terra e continuaram lá... é complicado pra o Estado nesse momento até criar uma RDS... porque precisaria ter no mínimo 60% da área... tem que ser pública... precisaria expropriar... indenizar ao proprietário... ou o proprietário doar pra o Estado (Funcionário FF 12).

Além disso, os moradores do Bairro enfrentam posições de pessoas contra o estabelecimento de uma RDS no Bairro Ribeirão dos Camargo.

A questão ali do Ribeirão... eu acho que eles estão com a boca maior do que eles podem comer... querendo justificar algo... não cabe... esse discurso também aí... começa todo um discurso... não porque a gente sempre circulou por aqui... não é não... não é não... nunca houve nos Camargo um trabalho comunitário que todos se movimentaram... pra apoiar a família A ou família B... isso... tem um discurso que o nego tá fazendo agora quando vem advogado... procurador... os caras fazem um discurso... na realidade isso nunca houve... nunca houve... você entendeu... mas isso é pra justificar o pedido que eles estão fazendo (Diretor ASA).

A declaração da tradicionalidade do Bairro Ribeirão dos Camargo é vital para poder criar uma RDS. A justificativa para a proteção dos povos tradicionais é precisamente que eles sejam detentores e produtores de saberes únicos, pertencentes somente a eles, se este requisito não é cumprido, existe escasso interesse para a sociedade a proteção de grupos pouco diferenciados dos demais.

Apesar de alguns defenderem, incluindo a autora, que o fato de ter um baixo impacto ambiental no uso dos recursos naturais e contribuir para a conservação da biodiversidade deveria ser suficiente para justificar a proteção desses povos.

Ribeirão dos Camargo tem muitos moradores com indícios de tradicionalidade... pela questão do uso do solo, a forma que eles trabalham a agricultura, pelo tempo que eles estão lá, eles se enquadram em uma RDS... não são tradicionais mais eles têm os mesmos costumes e hábitos que uma comunidade tradicional como o caso daquelas quilombolas (Funcionário FF 12).

É preciso salientar que o conflito atual se instala a partir do fato que não se considere a existência de populações humanas na área a ser declarada como Parque e à implantação de uma série de restrições legais para reproduzir o modo de

vida tradicional dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo. Ante esta situação, eles encontraram na declaração de uma RDS a única saída para permanecer no território. No entanto, a realocação é uma possibilidade legal que a Secretaria do Meio Ambiente poderia tomar para resolver a problemática. Esta ação, se não é bem planejada, poderia trazer impactos altamente prejudiciais para os moradores do Bairro.

Ribeirão dos Camargo... tem indícios de tradicionalidade, mas ela não é uma comunidade tradicional... então o Parque pode ser recategorizado, virar uma RDS, como eles pediram, ou pode chegar num acordo e realocar, sai tudo mundo de lá e o Estado realoca em outro lugar e cria uma RDS também (Funcionário FF 12).

Em fim pra ter a possibilidade de você realocar aquelas pessoas... a gente tem que trabalhar critérios... e um dos critérios é assim... pegar pessoas que estejam próximas a aquela área... a mesma coisa que realocar uma pessoa do sul realocar pra o norte... ele vai perder sua característica... ele perde... a ideia não é isso... a ideia é leva-lo mais próximo daquela sua região... sua realidade... pra não ter esse impacto... perder sua identidade... imagina você sair de um extremo ir pra outro... a questão de identidade local isso tem que priorizar (Funcionário FF 13).

Na criação do Parque Estadual de Jacupiranga (PEJ) em 1969, sucedeu um fenômeno parecido. Ignorou-se a presença das populações em seu interior e os usos tradicionais do solo e dos recursos naturais no território. Como consequência se estabeleceu um conflito (BIM; FURLAM, 2013) que resultou na criação do Mosaico de Jacupiranga.

Cunha e Almeida (2000) afirmam que deslocar as pessoas das unidades de conservação sem assegurar a eles os meios adequados de subsistência é um caminho seguro ao desastre.

Os residentes do Bairro Ribeirão dos Camargo consideram que o estabelecimento de uma RDS lhes garantiria à reprodução de seu gênero de vida tradicional e conservaria a biodiversidade. Consequentemente, segundo eles, é a figura ideal a ser implantada na área. É assim que, em Assembleia Geral da ACCBRC realizada no dia 30 de novembro de 2013, propuseram que sejam desmembrados do PETAR 3.231 hectares, para constituir uma RDS.

Provavelmente, nesta proposta a academia tenha um papel fundamental. NUPAUB/USP, desde 1989, pesquisa comunidades tradicionais localizadas em unidades de conservação de proteção integral. É mais, propôs uma nova categoria de uso sustentável denominada Reserva Ecológico-Cultural que mais tarde seria

aprovada com o nome de Reserva de Desenvolvimento Sustentável na Lei do SNUC. Daí que não é de surpreender que em sua relação com o Bairro Ribeirão dos Camargo os moradores optassem por essa categoria de manejo para possibilitar sua permanência na área.

Com o estabelecimento da RDS os membros do Bairro Ribeirão dos Camargo pretendem implantar o beneficiamento artesanal de produtos locais para gerar valor agregado e aumentar a renda dos moradores do Bairro. Visam também a melhora das vias de acesso e a construção de um posto de saúde.

O estabelecimento da RDS, pode levar algum tempo. Os processos do Estado geralmente têm uma dinâmica diferente. Enquanto os povos se deparam com ações dia a dia para assegurar sua sobrevivência, os processos do Governo se caracterizam por serem burocráticos e políticos. Algumas decisões podem demorar anos, senão décadas para serem implantadas.

Apesar de todos os empecilhos, a Resolução SMA-029 de 30 de março de 2010 abre uma oportunidade para os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo. Esta resolução é a primeira a considerar os direitos de moradores além de indígenas, populações tradicionais e quilombolas, aparecem os pequenos produtores de boa-fé de ocupação mansa e pacífica.

É assim como no artigo 10º desta resolução se estabelece a possibilidade de permanência definitiva de pequenos produtores de boa-fé que ocupam áreas de forma mansa e pacífica através do Contrato de Direito Real de Uso. Claro que a permanência estaria sujeita a várias condicionantes: delimitação das áreas para moradia, lavoura, extrativismo e pesca artesanal; condições para reformas e expansão de moradas e agrupamento de moradores isolados; regularização da captação de água, controle de animais domésticos e criações; manejo sustentável dos recursos naturais; proibição de corte raso, uso do fogo, caça e exploração de espécies ameaçadas de extinção; alocação de infraestrutura para transporte, energia e comunicação, entre outros.

Seguramente o Bairro Ribeirão dos Camargo precisará de uma ampla colaboração externa para a elaboração dos estudos requeridos pela normativa ambiental. Satisfazer estes estudos unicamente com os recursos do Bairro Ribeirão dos Camargo poderia levar anos. O artigo 1º desta Resolução estabelece que para mudar a categoria de manejo de uma unidade de proteção se requer a apresentação de vários estudos técnicos entre eles: diagnósticos do meio físico, biótico e

antrópico; diagnósticos da regularização fundiária e solução de conflitos de uso e ocupação do solo; níveis de capacidade de suporte do meio para permitir a reprodução social e cultural sustentável dos habitantes locais; a possibilidade de realocação de moradores isolados; as justificativas de mudança da categoria de manejo da área protegida; áreas com atributos naturais que possam ser anexadas de modo manter a área do bioma protegido equivalente ou superior à área excluída ou recategorizada; a necessidade de anexação de áreas limítrofes ou incorporação de remanescentes de imóveis adquiridos ou em processo de aquisição, inclusive judicial, pela Fazenda Pública, na vizinhança; e a interferência de ações judiciais sobre a área.

Além disso, o artigo 4º requer de um laudo histórico e laudo antropológico, que confirmem o histórico da população, de sua relação de dependência dos recursos naturais da respectiva unidade de conservação para sua reprodução sociocultural, por meio de atividades de baixo impacto ambiental.

Contudo o artigo 5º estabelece que em se tratando de unidades de conservação de proteção integral os estudos devem priorizar as possibilidades de realocação dos moradores para áreas similares ou outras formas de ressarcimento e compensação social.

Matta e Alavalapati (2006) afirmam que os resultados na tentativa da preservação da biodiversidade em áreas protegidas administradas pelo Estado são pobres. Daí a importância de incorporar as populações locais na gestão dos espaços protegidos. Uma gestão exitosa pressupõe a real e efetiva participação das comunidades locais como se dá em uma RDS através de seu Conselho Deliberativo nele pode se dar a incorporação de suas ideias, experiências, valores e capacidades.

Além disso, é preciso entender que o Bairro Ribeirão dos Camargo é uma entidade heterogênea, com conhecimentos, problemas e anseios diferentes em cada um de seus membros. Suas expectativas e necessidades em face da criação de uma RDS são diferentes. Os custos e os benefícios, com a criação de uma RDS, com certeza diferem para cada um deles. Por exemplo, alguma parte do Bairro estará satisfeita com a situação atual, pouca fiscalização em campo que permite uma exploração do palmito ilimitada. Com a criação da RDS o território de exploração se vê reduzido com o comprometimento de parar com atividades ilícitas implícito na criação da RDS. Os próprios moradores se convertem em fiscais do

recurso, cientes disto, ao examinar a ata da proposta de criação da RDS se observa que nem todos os extrativistas a assinaram.

Para ter certeza no êxito da RDS é preciso homogeneizar o conhecimento do que é uma RDS e o que implica seu estabelecimento para o Bairro Ribeirão dos Camargo, e implantar processos mais transparentes e participativos que assegurem a compreensão de todos os moradores ao optar pela criação deste tipo de unidade de conservação.

4 TURISMO, A SOLUÇÃO?

O povo só acredita a partir do momento em que começa a ver o resultado, e nem sempre o resultado é imediato... acho que a partir do momento que... esse projeto do turismo começar a funcionar, e a gente veja um turismo consolidado, como tem na Serra, por exemplo, ... que toda semana os moradores sabem que vai vir, aí não tem por que ir embora... porque o melhor lugar do mundo para morar é aqui (Diretor ABRISA 3).

4.1 Antecedentes

Em ocasiones a atividade turística é considerada como a solução ideal para os moradores locais que têm sido afetados pela criação de uma unidade de conservação de proteção integral e a consequente restrição do uso agrícola do solo e do acesso aos recursos naturais no território que eles usavam.

Uma alternativa para as comunidades aí que colaboraria muito com os objetivos do parque se eles trabalhassem com turismo... busca-se desenvolver atividades de turismo dentro da comunidade... reduziria aí a pressão pelos recursos naturais geraria um recurso econômico para eles maior que a própria agricultura de subsistência... seria bom para os dois na verdade (Funcionário FF 12)

Diversos países têm optado pelo turismo como uma alternativa para revitalizar a economia das comunidades afetadas (VEDELD et al., 2012) em razão de que uma atividade turística bem-sucedida incentiva os moradores locais a não recorrerem a atividades ilegais como fonte alternativa de geração de renda, além de velar pela conservação da área.

Tem sido demonstrado que se os moradores locais estão ativamente envolvidos no planejamento e desenvolvimento do turismo, é mais fácil para a administração da unidade de conservação ganhar seu apoio (UDAYA, 2003).

O apoio local está frequentemente vinculado à obtenção de benefícios econômicos (UDAYA, 2003; VEDELD et al., 2012). Em tal sentido, o turismo teria que gerar renda suficiente para compensar a perda do exercício das principais atividades geradoras de rendimento local.

O principal problema da atividade turística clássica é a inequidade na distribuição dos benefícios (UDAYA, 2003; VEDELD et al., 2012). Normalmente os povoadores locais são empregados nos cargos de menor remuneração o que dificulta o desenvolvimento local.

Usualmente são os capitais externos à comunidade os que obtêm os maiores lucros e os moradores locais passam a ser empregados, perdendo a autonomia que a agricultura lhes oferecia, se descaracterizando como pequenos agricultores familiares. Este fenômeno já foi observado no PETAR, em um povoado próximo à área de estudo; o Bairro da Serra. Neste Bairro mais de 80% da população depende do turismo como principal fonte geradora de renda. Neste local a atividade turística não foi devidamente planejada, ocasionando efeitos indesejados como a venda de terrenos para pessoas vindas do exterior do Bairro (MURILLO, 2013) que perceberam o potencial turístico do PETAR.

Udaya (2003) estudando a Reserva do Tigre Sariska na Índia, reporta que 76% dos entrevistados expressaram que não tinham recebido algum benefício do turismo, só perdas nos cultivos e morte de seus rebanhos pela vida selvagem. São os estranhos ao local, os que recebem os maiores benefícios; guia de turistas, safaris e operadores de hotéis.

O PEAR foi criado em 19 de maio de 1958, através do Decreto N° 32.283, visando à preservação das cavernas da região e ao ordenamento de sua visitação. O fim turístico do Parque foi sugerido no artigo 6° ao declarar que “o Estado fomentará a construção de um grande hotel” prevendo albergar os numerosos turistas que a unidade de conservação receberia posteriormente. O uso público era regulado no artigo 8° estabelecendo-se “módicas taxas de acessão e permanência” destinando parte das arrecadações para os fundos do Parque.

No intuito de evidenciar o fim turístico da unidade de conservação, em 28 novembro de 1960 por meio da Lei N° 5.973, o nome do Parque foi modificado para Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR).

O propósito turístico do Parque está plenamente justificado pela presença de cerca de 397 cavidades naturais no interior e na Zona de Amortecimento da unidade de conservação (São Paulo, 2010). Não obstante 20 cavernas contarem com os Planos de Manejo Espeleológico, o uso público é permitido unicamente em 12 delas.

Teve um acidente dentro dela [Caverna Casa de Pedra] acabou morrendo o guia e o turista... uma tromba de água... fecharam... todos os dias que fala que vai ter um Plano de Manejo... uma estrutura que você tem que ter dentro de uma caverna para poder fazer visitação... ter uma escada, uma ponte, um corrimão... naquela caverna não tem nada... vai ser muito difícil acho, abrir aquela caverna... pode ser que abram... para mim vai demorar (Diretor ABRISA 2).

O Plano de Manejo¹⁵ da unidade ainda não foi concluído... mesmo que a caverna tenha condição de ter uma visita... ela não está no Plano de Manejo nem no plano espeleológico... ela continua fechada por questão de segurança e manter... o patrimônio sem depredação (Funcionário FF 3).

Segundo o Registro Oficial de Uso Público do PETAR, aproximadamente 25 mil a 35 mil turistas por ano visitam o Parque. No entanto, a visita não é homogênea em toda a unidade de conservação. O PETAR se divide administrativamente em quatro núcleos; Ouro Grosso, Casa de Pedra, Caboclos e Santana. O mais visitado, provavelmente por contar com maior infraestrutura para uso público, é o Núcleo Santana que concentra entre 75 e 80% dos visitantes.

Este Núcleo reporta máximos de 3.500 excursionistas na Páscoa e por volta de 700 no mês de menor visita. Segundo Lobo (2011), só a Caverna Santana, que forma parte do Núcleo Santana, apresenta uma capacidade de carga máxima, de acordo a sua dinâmica atmosférica, de 1.344 visitantes por dia. Claro que na prática este número de visitantes se tornaria desconfortável para o turista, redundando na qualidade da experiência.

De acordo com as normas de uso público do PETAR, cada cavidade natural pode receber como máximo 216 turistas por dia, em grupos de até oito pessoas a cada 20 minutos. Este número de visitantes pode parecer mais razoável para garantir a proteção das cavernas e proporcionar à pessoa uma alta qualidade de visita. No entanto, dependendo da composição e do comportamento dos grupos, pode existir interferência na experiência dos visitantes de grupos distintos.

Para subsidiar o êxito dos fins turísticos do PETAR, até a presente data, foram capacitados aproximadamente 316 monitores ambientais. Dos quais, cerca de 60% (189 monitores) encontram-se efetivamente atuando no Parque.

Segundo as normas de visita, o Parque conta com um potencial de 27 monitores por dia estarem guiando visitantes em cada caverna. Ou seja, 324 monitores diariamente poderiam conduzir grupos de turistas no PETAR. O que resulta em uma coincidência próxima ao total já capacitado de 316 monitores ambientais. Claro que alcançar este número de monitores acompanhando turistas no Parque, depende diretamente da afluência de excursionistas durante o ano e da distribuição homogeneia dos mesmos nos diferentes núcleos do PETAR.

¹⁵ Ao momento de concluir esta tese, o Plano de Manejo do PETAR estava em análise no CONSEMA.

Para guiar no Parque o monitor ambiental tem que ter sido formalmente capacitado através dos cursos aprovados pela Secretaria do Meio Ambiente ministrados a cada dois ou três anos.

Iporanga apresenta o maior número de monitores ambientais capacitados, em uma relação de 1:3 com Apiaí. Dentro do município de Iporanga, o Bairro da Serra integra 30% dos monitores certificados. Além da proximidade do Bairro com a maior parte das cavernas onde o uso é permitido, provavelmente essa proporção se deva ao fato de que a capacitação para monitor ambiental nasceu neste Bairro como iniciativa de uma organização local: a ASA.

A ASA (Associação Serrana Ambientalista) exerce desde sua fundação um papel determinante no desenvolvimento do Bairro da Serra. De acordo com as diversas fontes consultadas, a ASA apresenta como característica fundamental que em sua composição se encontram profissionais vindos do exterior do Bairro, que com uma alta bagagem de conhecimentos e experiência, contribuem em boa medida ao desenvolvimento da estrutura turística, física e humana do Bairro da Serra.

A diferença entre a estrutura turística do Bairro da Serra e do Bairro Ribeirão dos Camargo e Iporanga é óbvia. No presente, tardiamente, a Prefeitura de Iporanga em parceria com a ABRISA está iniciando um projeto de turismo de base comunitária no Bairro.

Os empreendimentos turísticos nestes povoados respondem a uma série de fatores, entre eles, o histórico de modo de produção, o apoio externo, a localização geográfica e a idiossincrasia de seus habitantes, entre outros.

O exercício das principais atividades econômicas destes três centros humanos se reflete no rendimento dos moradores locais. A renda dos habitantes do Bairro Ribeirão dos Camargo é baixa e as condições de vida são altamente precárias se comparadas com Iporanga e o Bairro da Serra.

4.2 A renda dos moradores locais

A gente, nós do mato... nossa criação é muito pobre... se tiro um centavo de um ovo que a galinha bota... eu crio um porco tiro um centavo dali... eu crio um cavalo tiro um centavo dali... cada coisa que eu faço eu tiro um centavo... a gente vive apurado (Morador 10).

Os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo fazem uso de uma série de estratégias para sobreviver. Como pequenos agricultores não dependem só da produção agrícola para sua sobrevivência. Os recursos naturais proveem a eles proteína animal, plantas medicinais, material para construção e reparação de vivendas, de currais e de cercas, plantas alimentícias e medicinais, matéria prima para artesanato, lenha, cabos para ferramentas, entre outros muitos produtos. Além disso, proveem uma fonte segura de recursos econômicos em casos de emergência ou escassez.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística¹⁶ (IBGE), em Iporanga o PIB per capita para 2013 era de R\$ 8.527,80. Apenas 29% da população economicamente ativa encontrava-se com ocupação total. O rendimento mensal de 50% dos domicílios rurais era no máximo de R\$ 226,67 e de R\$ 396,67 para a área urbana.

O rendimento médio da pessoa era um pouco maior que o salário mínimo de R\$ 678,00 (em 2013) para aqueles empregados com carteira assinada (Ver Tabela 1).

Tabela 1 - Renda mensal média em Iporanga 2013

Rendimento médio	R\$
Empregado com carteira assinada	848,60
Empregado sem carteira assinada	474,05
Por conta própria	590,65

Fonte: IBGE (2010)

O rendimento de 50% dos empregados com carteira assinada era no máximo de R\$ 600,00; de R\$ 400,00 para aqueles sem carteira assinada e de R\$ 500,00 para os que trabalham por conta própria.

Segundo o IBGE¹⁷, no ano de 2010, em Iporanga a população maior de 16 anos economicamente ativa era de 2.077 pessoas (48% da população total), com uma ocupação de 92% para mulheres e 95% para homens. Os homens dominavam o campo agrícola e as mulheres o ramo de serviços (Ver Tabela 2).

¹⁶ Disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=352120&idtema=16&search=||s%EDntese-das-informa%E7%F5es>. Acesso em: 15 jan. 2016.

¹⁷ Disponível em:

<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=352120&idtema=132&search=sao-paulo%7Ciporanga%7Csistema-nacional-de-informacao-de-genero-uma-analise-dos-resultados-do-censo-demografico-2010>. Acesso em: 15 jan. 2016.

Tabela 2 - Percentagem de ocupação por gênero em Iporanga 2010

Ocupação	Gênero (%)	
	Homens	Mulheres
Agricultura	46,80	35,10
Industria	20,10	2,30
Serviços	33,10	62,5

Fonte: IBGE 2010

Em relação ao crescimento demográfico, Iporanga nos últimos 20 anos, segundo o IBGE (2010), não tem mostrado aumento. Pelo contrário a população vem constantemente decrescendo. De 4.736 habitantes, em 1996, passou a 4.299 em 2010. Mais ainda, a população já apresenta indícios de envelhecimento (Ver Gráfico 1, parte superior).

A composição da população de Iporanga se comparada com a de São Paulo, observa-se as classes das crianças e dos jovens relativamente menores, enquanto as camadas dos mais velhos são maiores.

A diminuição mais marcante na população de Iporanga 2000-2010 ocorreu nas crianças (de 0 a 4 anos) com 2,4% em homens e 1,9% em mulheres. Devido, provavelmente, ao fato de que as famílias optaram por ter menos filhos. Antigamente as famílias estavam compostas por até onze filhos, atualmente a média é de três filhos por família. Uma explicação possível é a diminuição da necessidade de contar com mão de obra familiar para a prática da agricultura de coivara em vista das restrições legais para o uso agrícola do solo. Esta técnica de agricultura, praticada antigamente, precisava de um grande investimento de força humana, ocasionando que as famílias fossem numerosas.

Nas faixas etárias dos jovens, 15 a 19 anos, observa-se uma diminuição média de 1,35%, decrescimento devido, provavelmente, à emigração. Os jovens têm poucas oportunidades de se desenvolver no local em razão das restrições legais para o uso agrícola do solo, proibição das atividades extrativistas e a inexistência do setor industrial.

Gráfico 1 - Comparação da distribuição etária da população de Iporanga (parte superior) e de São Paulo (parte inferior) 2010

Fonte: IBGE 2010

Por outro lado, apresentam-se ganhos constantes nas idades de 50 anos ou mais, que vão desde 0,2 até 0,8%. Configurando uma população cada vez mais velha e sem previsões de renovação. Enquanto o Brasil crescia a uma taxa média anual de 1,17%, entre 2000 e 2010, Iporanga crescia a uma taxa de 0,59%. A taxa

de envelhecimento passou de 6,20% para 9,03%. Observou-se também um aumento na taxa de população urbana de 45,51% para 55,85%¹⁸.

Segundo Murillo (2013) o decréscimo da população se deve em parte à falta de perspectiva de formação e de ocupação dos jovens no local o que induz sua emigração para cidades vizinhas com mais oportunidades de desenvolvimento.

Devido a que a maior parte do município está destinada à proteção ambiental, as atividades agrícolas e industriais têm diminuído na região. A população de Iporanga no passado dedicava-se a atividades agropecuárias de excedentes e atividades extrativistas. Com a implementação do PETAR e a aplicação das leis ambientais, no final da década de 1980 e inícios de 1990, se proibiu continuar com estas atividades, base da economia local.

A agricultura de subsistência e as atividades agropecuárias começaram a ser fiscalizadas e punidas com multa, provocando desânimo em vários moradores que optaram por abandonar o lugar.

Atualmente a Prefeitura é o maior empregador da cidade. Obviamente com uma população economicamente ativa de aproximadamente 2.100 pessoas, não consegue empregar todas elas.

Não tem emprego... nós temos aqui hoje, na Prefeitura... 10% da população é funcionário (Prefeito).

Não tem indústria por conta das restrições que o Parque coloca... não pode isso porque é poluente, não pode melhorar as estradas... as empresas não querem vir para cá. A única fonte de renda de trabalho registrado é a Prefeitura e os comércios locais, e os comércios locais geralmente eles inserem familiares porque aqui não tem indústria, aqui não tem indústria (Funcionária CRASS).

Além das restrições legais, as vias de acesso ao município encontram-se em mal estado e o transporte público é deficiente. Isso contribui para que a visitação à cidade seja baixa e esta mostre-se pouca atrativa para investidores se estabelecerem no lugar. Apesar de que a Prefeitura Municipal recebe uma transferência considerável advinda do ICMS-Ecológico, ela não tem investido esse recurso financeiro em gerar oportunidades de desenvolvimento econômico para o município.

¹⁸ Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 divulgado pelo PNUD, IPEA e FJP, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/iporanga_sp. Acesso em: 01 maio 2016.

A demanda de diaristas na região para atividades agrícolas e de serviços é baixa, insuficiente para absorver a oferta local. Vários jovens ainda moram no lar dos progenitores à espera de uma oportunidade de emprego. O comércio local é escasso e frequentemente contratam pessoas de mais idade e com mais experiência, o que torna o futuro dos jovens pouco promissor. As jovens que permanecem na cidade têm, geralmente, o destino de se converter em donas de casa em idades que oscilam entre 18 e 22 anos, por falta de opções de emprego.

Segundo o IBGE mais de um quinto da população economicamente ativa (21,9%) de Iporanga não tem rendimento. No Bairro Ribeirão dos Camargo a renda média familiar reportada é aproximadamente de R\$ 400,00 por mês.

Iporanga apresenta um IDH-M de 0,703 localizando-se abaixo da média estadual de 0,820, e mesmo nacional de 0,766. Ante este desalentador panorama, as ajudas governamentais são altamente requeridas na região. Estima-se que aproximadamente 75% da população do município (Funcionária CRASS, informação pessoal) é beneficiária dos Programas Sociais do Governo.

4.3 Programas sociais do Governo

Ajudas governamentais... é o que está mantendo a cidade... melhorou um pouco a vida deles... porque eles estavam piores... sem isso ali, estava bem difícil a vida deles... mas você vai ver esse cara que ganha a cesta básica, que ganha lá a bolsa família... agora ele tem alimentação, ele poderia fazer algo mais, ele não faz, fica esperando, achando que vai ser pelo resto da vida isso ali... não vai ser... falta coragem neste povo (Funcionário FF 10).

As ajudas governamentais são, provavelmente, um dos temas mais polêmicos no Brasil. A população toma posições totalmente opostas; aqueles convictos com a Política de Governo e aqueles que afirmam que é unicamente uma medida política populista.

Alguns autores (AMARAL; MONTEIRO, 2013; CASTRO; MODESTO, 2010; HOFFMAN, 2006) afirmam que no Brasil a desigualdade social diminuiu contínua e significativamente¹⁹, devido aos programas de transferência de renda a partir da

¹⁹ Castro e Modesto (2010) afirmam que os programas sociais representam menos de 0,8% da renda familiar e respondem por 16% da diminuição global da desigualdade entre 1999 e 2009 e de 31,4% no período de 2002 e 2004. Segundo Hoffman (2006) o impacto chega a 86,9% na região Nordeste. Cavalcanti, Costa e Silva (2013) estudando a região do Nordeste, afirmam que em 2006 existiam 2,7% (106.823 famílias) menos abaixo da linha de pobreza que em 2004. O impacto é maior nas famílias extremamente pobres.

década de 1990. Os beneficiários constataram um alívio imediato da pobreza (BITHER-TERRY, 2014), da fome e da redução da insegurança alimentar²⁰ (SANTOS et al., 2014).

Os inscritos no Programa Bolsa Família manifestaram que atualmente têm possibilidade de adquirir produtos destinados a pessoas com maior poder aquisitivo (BITHER-TERRY, 2014; FERREIRA; CHRISTOPOULOS, 2012) e aumento no consumo de alimentos que as crianças gostam (SANTOS et al., 2014). Além disso, na percepção dos beneficiados, ascenderam ao menos uma escala de classe social (FERREIRA; CHRISTOPOULOS, 2012) e perceberam uma melhoria geral da qualidade de vida de sua família (SANTOS et al., 2014).

Ademais, entre 1999 e 2003, se evitou um aumento da pobreza em 40% (AMARAL; MONTEIRO, 2013). Assim como um efeito positivo na diminuição da evasão escolar em razão de ser esta uma condicionante para outorgar a ajuda²¹. Os programas sociais apresentam a possibilidade de romper o ciclo de pobreza, formando capital humano (AMARAL; MONTEIRO, 2013; BITHER-TERRY, 2014; CAVALCANTI; COSTA; SILVA, 2013).

No entanto, Santos et al. (2014) concluem que não se percebe a emancipação sustentada das famílias atendidas. Poucos beneficiários relataram buscar capacitação para melhorar seu acesso ao mercado laboral ou para obter um melhor emprego. Este fenômeno se dá porque a maioria dos beneficiários cria uma relação de dependência com as ajudas governamentais e não é capaz de planejar ou conceber o fim do Programa.

Vários dos fenômenos anteriormente descritos foram igualmente observados no Bairro Ribeirão dos Camargo. Constatou-se que praticamente todas as crianças em idade escolar vão à escola. Especialmente aquelas das famílias beneficiadas com as ajudas governamentais. O mesmo fenômeno se observa com os jovens. O problema aparece depois de se concluir os estudos ante as poucas opções de ocupação.

²⁰ Santos et al. (2014) reportam uma redução de 17% no índice de mortalidade infantil entre os anos de 2004 e 2009 devido ao melhor controle da saúde e alimentação das crianças e das nutrizes e do cuidado pré-natal.

²¹ Cavalcanti, Costa e Silva (2013) encontraram, em 2006, 923.757 famílias a mais em que seus filhos frequentavam a escola em comparação com 2004.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Fundação João Pinheiro (FJP)²², no município de Iporanga 94,03% das crianças entre cinco a seis anos frequentam à escola; 74,39% dos jovens de 15 a 17 anos contam com ensino fundamental completo e 52,37% dos jovens de 18 a 20 anos têm ensino médio completo. De 1991 a 2010, essas porcentagens aumentaram em 84,11 pontos percentuais, 69,61 pontos e 45,85 pontos respectivamente.

No Bairro Ribeirão dos Camargo 63% da população é beneficiária de algum programa de ajuda do Governo (Ver Tabela 3). Doze por cento usufruem de dois programas simultaneamente. O restante da população, que não goza destas ajudas, geralmente, recebe uma aposentadoria.

Tabela 3 - Famílias do Bairro Ribeirão dos Camargo beneficiadas com algum programa de ajuda governamental

Programa	Bolsa Família		Renda Cidadã		Ação Jovem	
	No.	%	No.	%	No.	%
Famílias	20	40,8	17	34,69	4	6,12

Fonte: Elaboração própria

As ajudas governamentais no Bairro Ribeirão dos Camargo têm influenciado, além da frequência escolar, no comportamento e hábitos de consumo dos moradores do Bairro, na composição familiar, no uso do solo e conservação de cultivos, entre outros.

A transferência de renda governamental disponibiliza dinheiro, que na percepção dos moradores locais, se transforma em um maior *status* social. Anteriormente o dinheiro obtido da comercialização do excedente agrícola era destinado exclusivamente à compra de produtos básicos para o funcionamento da unidade familiar (querosene, vestimenta, calçado).

A existência da família rural dependia do equilíbrio entre o produzido e os gastos em dinheiro e entre o necessário para o consumo familiar e o excedente para a venda (CANDIDO, 1964).

No presente, com a provisão da cesta básica e as ajudas governamentais, se tem disponibilidade de dinheiro para se adquirir outro tipo de produtos

²² Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013 divulgado pelo PNUD, IPEA e FJP, com dados extraídos dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/iporanga_sp. Acesso em: 01 maio 2016.

industrializados, que antes se consideravam de luxo. Artigos que vão desde os alimentícios, bolachas ou refrigerantes, até aparelhos de comunicação modernos como os *smarthphones*. O fato de ser beneficiário de algum Programa Social de Governo, transforma ao indivíduo em sujeito de crédito e, portanto, com mais opções de compra.

Apesar de que a quantidade outorgada pelas ajudas governamentais pode ser relativamente baixa, entre R\$ 77,00 e R\$ 300,00, aparentemente tem consequências na psique das pessoas. Não obstante, não ter sido estudado o efeito nos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo, a autora observou que foi gerada certa independência e tranquilidade nas mulheres beneficiadas.

A cesta básica dá segurança alimentar para a família e as ajudas em dinheiro lhes outorgam poder e independência. Já não é mais necessário estarem submetidas ao esposo, em um matrimônio inconveniente, para sobreviver. Pode-se ter uma vida independente e livre. Não existe mais a obrigação de permanecer em um matrimônio desfavorável. No Bairro se observam várias mulheres solteiras ou separadas que sobrevivem dos programas sociais governamentais. O cônjuge se está tornando prescindível para a sobrevivência.

Por outro lado, o uso agrícola do solo no Bairro Ribeirão dos Camargo está constantemente diminuindo. A primeira mudança aconteceu com a implantação do PETAR. Com a proibição de cortar vegetação arbórea e implantar cultivos. Reduzindo-se significativamente tal atividade em razão das multas impostas aos infratores. A segunda modificação ocorreu com a obtenção das ajudas governamentais. A cesta básica provê os moradores do Bairro alimentos básicos que antes eram cultivados, como feijão e arroz. Isto, somado às proibições legais, provoca que poucos residentes pratiquem hoje em dia a agricultura como meio de aprovisionamento do alimento necessário para a subsistência da família.

O anteriormente citado ocasiona que no Bairro Ribeirão dos Camargo os cultivos estejam diminuindo. A agrobiodiversidade está-se reduzindo. Antigamente era comum a troca de sementes entre os agricultores do Bairro, o que possibilitava a conservação de um banco genético diverso. Atualmente, essa troca é escassa entre os poucos agricultores que restam na área.

Você procura aí um feijão plantado no mato, não tem mais... procura um porco criado no mato, está-se acabando... não tem mais criador de porco... essa criação foi natural daqui a vida inteira... esse meio ambiente [a Secretaria do Meio Ambiente] criou problema e não deu um lance para o

povo trabalhar... está-se acabando na região... os plantadores de roça que trabalhava, está-se acabando tudo... daqui, de nosso lado, eu conheço três pessoas que plantam só, daí... com dificuldade ainda... eu vou lá no sítio... tenho uma rocinha lá (Morador 10).

Antigamente eles faziam roça grande né... agora já tem uma ajuda aí... de cesta... tem uns que nem roça fazem... antigamente tiravam dali o produto para se manter (Morador 5).

Aparentemente, o costume da horta familiar também foi abandonado paulatinamente no Bairro Ribeirão dos Camargo. Cada vez é mais difícil encontrar pessoas cultivando a terra. Em Iporanga, as verduras, frutas e legumes são trazidas da cidade vizinha de Apiaí e inclusive de Curitiba. É comum observar moradores do Bairro indo para a cidade a procura de vegetais para seu consumo.

Do sítio também começaram a comprar açúcar... comprar café... e começou essa preguiça do povo... o povo do sítio hoje vem comprar tudo aqui na cidade... ninguém planta... ninguém trabalha... tem pouca pessoa que tem seu sítio que planta... que ainda tira da lavoura para se alimentar... compra alface... toda classe de verdura compra aqui para levar para o sítio... a gente acha estranho... porque não era para acontecer né... vem comprar ovo... sendo que galinha... a gente cria muita galinha... se aproveita da situação (Morador 19).

No Quilombo de Bombas, outra comunidade localizada no interior do PETAR, ocorreu o mesmo fenômeno. Diminuição do interesse por exercer a agricultura e maior demanda e dependência de produtos de mercado para a alimentação (HADDAD, 2012; KJERSTI, 2014; PEDROSO et al., 2008). Os efeitos para a saúde se predizem prejudiciais. Drummond (2002) afirma que seria melhor os agricultores continuarem produzindo seu próprio alimento ao contrário de comprarem no mercado.

De outro ponto de vista, segundo Santiago (2015) os programas de ajudas governamentais têm um efeito psicológico positivo, tanto em adultos como em crianças. Cria expectativas positivas, dando-lhes esperança de poder melhorar seu futuro.

No Bairro Ribeirão dos Camargo a autora observou que uma parcela dos moradores vive de uma maneira mais relaxada quando conta com esta ajuda. Essa tranquilidade provê do fato de saber que o alimento, através da provisão semanal da cesta básica, não faltará. Além disso, disponibiliza dinheiro para obter produtos que normalmente não estariam ao alcance dos moradores do Bairro. Em contrapartida,

parece haver uma desvalorização do trabalho e um conformismo com a situação precária em que vive a maioria das pessoas.

Eles dão ajuda... para eles fazer horta para vender e para o gasto deles... eles pegam... não cultivam... não tem aquele interesse de fazer... dão cesta básica... vem ajuda para que eles continuem trabalhando... para que eles não tenham muita perturbação... que tenham a parte separada já para eles usarem né... mas eles ficam nessa fiúza ali... vem a cesta básica por que trabalhar então? Ficou ali... vem ajuda para a pessoa ir para frente... não depender de ninguém... depois fica eles esperando tudo isso ali... não trabalha... bem pouco deles que trabalha... de boca aberta esperando tudo. O próprio governo deixa as pessoas sem vergonha viu... deixa as pessoas preguiçosos... tem aí essa renda cidadã também né... o governo dá para as pessoas que têm filho na escola... e não têm emprego... eles têm uma ajuda... aí pronto, acabou, não quer trabalhar mais... se precisar de um serviço aí, por exemplo, e chamar a pessoa para varrer o quintal ali... se eles tiveram renda cidadã... eu não vou trabalhar... não tenho precisão de trabalhar mais... acostumou na aquela vida né... é feito até para a pessoa... o governo ajuda para que a pessoa tenha sua força para continuar trabalhado... ele se acomoda fica ali esperando... não quer trabalhar mais (Morador 19)

A implantação do PETAR, e consequentemente a aplicação da legislação ambiental, proibiu as atividades que antes eram praticadas livremente pelos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo e reduziu as oportunidades de ocupação.

4.4 Agricultor, monitor ambiental ou pedreiro?

Os nossos monitores ambientais, hoje, são contratados pelas firmas que prestam serviços para Vale do Rio Doce, por exemplo... quantos deles estão na Amazônia? Quantos jovens nossos não foi para Amazônia para fazer levantamento de fauna, de flora? Ser guia de pessoas? De pesquisadores e todo demais? Nós temos vários jovens aí, que passam meses fora assim... foi abrindo a oportunidade também... agora, eu prefiro que meu jovem aqui saia, com um nível de instrução... com oportunidade de emprego legal... melhor do que ser um servente de pedreiro jogado lá... naqueles containers... essa que é a diferença (Diretor ASA).

Nessas três profissões se resume, basicamente, as oportunidades de ocupação dos jovens do Bairro Ribeirão dos Camargo que finalizam o ensino médio e enfrentam o desafio de exercer uma atividade econômica lícita para sua sobrevivência.

Historicamente, as atividades produtivas do Bairro Ribeirão dos Camargo têm sido agropecuárias e extrativistas. Tal padrão teve início em 1576 com a exploração de ouro. Forma instaladas, quase simultaneamente, as atividades agropecuárias e

extrativistas de recursos naturais da floresta que sustentaram, por volta de 150 anos, as atividades dos garimpeiros (MURILLO, 2013).

Posteriormente, por se tornar economicamente inviável, abandona-se a exploração de ouro (SANTOS, 2011). Parte da população migra. Permanecem na área pequenos e médios agricultores que continuam com as atividades agropecuárias, a caça, a pesca, o extrativismo e a criação de suínos para venda.

O Ribeirão teve... a questão do ouro que foi o crescimento da comunidade... depois a exploração do chumbo... teve serrarias... a pecuária no município era forte naquela região... tanto com búfalo como com gado... onde movimentava as finanças mesmo era lá... porque era plantação de banana... foi introduzido até o búfalo... o Ribeirão era assim a região mais próspera... fazendeiro de poder (Funcionário FF 3).

Ainda hoje, as atividades agropecuárias constituem a principal atividade econômica para aproximadamente 70% dos moradores do Bairro, 11% dedicam-se à monitoria ambiental, o restante a diversas atividades, entre elas dois professores. No entanto, o futuro da agricultura não parece promissor. Em virtude, principalmente, das restrições de uso do solo impostas pela legislação ambiental e ao pouco interesse dos jovens por exercer esta ocupação. Desinteresse surgido por várias razões, entre elas:

a. O desconhecimento agrícola das novas gerações

Antigamente a profissão de agricultor era inculcada desde a infância, na prática. A criança acompanhava o trabalho do progenitor no campo dia após dia. De tal sorte que o pequeno ia vivenciando e pondo em prática diariamente os conhecimentos agrícolas transmitidos pelo pai. Aprendendo com o erro e o acerto seguido por perto pelo progenitor, ia-se interessando pela agricultura, assumindo que no futuro próximo ele seria um agricultor, devido, principalmente, as escassas opções de ocupação ao não contarem com um sistema educativo efetivo.

O pai de família criava os filhos todos na lavoura... não tinha aula... aquele bando de filho... todos ajudando aí na lavoura né. Aqueles pais de família, quando o filho ia crescendo... ficando aí dos seus doze anos em diante... já mandava, vai fazer uma rocinha para você... cada um dos filhos ia fazer uma rocinha para ele... ajudava ao pai... e fazia uma roça para ele também... um ajudava ao outro lá... todos irmãos na casa do pai (Morador 19).

No Bairro Ribeirão dos Camargo esta forma de ensino-aprendizado está diminuindo. Uma causa provável são as proibições legais relativas ao trabalho infantil. O Estatuto da Criança e do Adolescente, as leis trabalhistas e a Constituição Federal de 1988, não contemplam taxativamente esta prática de aprendizado. O artigo 60 da Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990, melhor conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente e os artigos constitucionais 7, inciso XXXIII e 227, inciso 3º estabelecem a proibição do trabalho para menores de idades, exceto como aprendiz, a partir dos quatorze anos.

O emprego como aprendiz requer um contrato. Segundo o artigo 428 da Consolidação das Leis do Trabalho, Decreto-Lei Nº 5.452 de 1º de maio de 1943, o contrato de aprendizagem deve ser por escrito e com prazo determinado.

Não é possível determinar se a omissão de considerar a dedicação das tarefas agrícolas sob o cuidado do pai dos menores de idade foi uma omissão intencional do legislador ou simplesmente um olvido. O certo é que a legislação, em se tratando desta prática costumeira na área rural, é muito obscura e ambígua. Ocasionalmente que o progenitor tenta continuar com esta prática habitual e se encontra impedido de transmitir seus conhecimentos ao filho nos primeiros anos de vida, como antigamente fazia, e abandone seu exercício por temor a infringir a lei.

De tal sorte que o jovem inicia sua relação de trabalho com a terra, geralmente, a partir dos 18 anos. Provavelmente quando já perdeu todo interesse por esta ocupação e manifeste, na maioria dos casos, total desapego pela terra. Fato que se reflete nos resultados obtidos na Escola Lírio do Vale do Bairro Ribeirão dos Camargo²³ onde, de 14 escolares, unicamente um manifestou seu desejo de ser agricultor como seu progenitor.

Pelos resultados obtidos, se deduz que a valorização do trabalho em campo não é altamente apreciada pelos alunos. As aspirações dos pequenos para as profissões futuras vão desde soldado até médica, passando por artista de circo, montadora de rodeio, delegada policial e ganadeiro, esta última é a ocupação do progenitor do menino.

Os resultados refletem, em parte, a diminuição da forma tradicional de ensino-aprendizado do cultivo da terra. Colocando-se em risco a construção do

²³ Dinâmica realizada com 14 estudantes (100% dos alunos), compreendidos entre as idades de cinco a 10 anos, visando averiguar a ocupação desejada para seu futuro através dos desenhos realizados por eles.

conhecimento coletivo, a aquisição de habilidades agrícolas e a integridade da cultura. Elementos importantes que fornecem os meios pelos quais as pessoas respondem e adaptam-se ao meio natural e modificam-no para sua sobrevivência (PRUGH, 1995).

Figura 5 - Exemplos dos desenhos realizados pelos alunos da Escola Lírio do Vale do Bairro Ribeirão dos Camargo. No desenho da esquerda, a criança desejava ser professor quando crescer. Na ilustração da direita a menina ansiava ser cantora e modelo. Profissões claramente inspiradas pelos meios de comunicação modernos que refletem a influência de outras culturas nos moradores do Bairro, sobre tudo nas crianças e adolescentes

Kjersti (2014), estudando o Quilombo de Bombas, manifesta que as restrições ambientais têm tido um impacto negativo ao contribuir com a perda de conhecimento tradicional, redução da prática da agricultura e diminuição da agrobiodiversidade.

b. As restrições legais para o uso agrícola do solo e do extrativismo

A legislação ambiental não permite, no interior de unidades de conservação de proteção integral, o estabelecimento ou a ampliação da área agrícola para uso comercial. É admitida unicamente a agricultura de subsistência que impossibilita o desenvolvimento econômico que muitos dos jovens do Bairro Ribeirão dos Camargo almejam. Borsanelli e Lobo (2015) reportam que a partir da criação do PETAR se limitou o desenvolvimento socioeconômico dos habitantes de Apiaí e de Iporanga.

Jovem está procurando uma fonte de renda... uma atividade que gere... o jovem está procurando renda, sei lá para tomar cerveja... para pagar a pizza para a menina... sei lá, jovem é jovem... precisando dinheiro para a balada... para o perfume (Diretor ASA).

De acordo à legislação ambiental, até o ano 2000, qualquer atividade de desmatamento era punida com embargo e multa. O Decreto N° 750, de 10 de fevereiro de 1993, estabelecia “[...] é proibido o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica”.

É com a Lei do SNUC, que se possibilita o uso temporário do solo com fins agrícolas no interior das áreas protegidas. Através do artigo 42, inciso 2°, se ordena não afetar os modos de vida nem as fontes de subsistência das comunidades tradicionais localizadas no interior de unidades de conservação de proteção integral, até que sejam realocadas ou indenizadas.

Seguidamente, o Regulamento da Lei do SNUC, Decreto N° 4.340 de 22 de agosto de 2002, no artigo 39, inciso 1º, norma a identificação das áreas ocupadas pelas comunidades localizadas no interior de unidades de conservação de proteção integral, e garante o acesso a suas fontes de subsistência e à conservação de seus modos de vida.

Posteriormente, o Decreto N° 6.660 de 21 de novembro de 2008, estabelece nos artigos 23 e 30 a permissão de supressão da vegetação de até dois hectares por ano. Exclusivamente para fins de sobrevivência das comunidades localizadas no interior de unidades de conservação de proteção integral.

Por último, a Resolução SMA-027 de 30 de março de 2010 no artigo 1º contempla o licenciamento para supressão de vegetação unicamente para o estabelecimento de agricultura de subsistência.

Resultando assim, nitidamente constituída através do ordenamento jurídico anteriormente citado, a impossibilidade de se autorizar os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo, localizados no interior do PETAR, suprimirem vegetação para o estabelecimento de agricultura com outros fins que os de subsistência. Impedindo-lhes a obtenção de uma fonte de renda atrativa, por meio da agricultura, para os jovens do Bairro permanecerem na área.

A agricultura praticada pelos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo localizados no interior do PETAR não gera um rendimento econômico significativo. Sua principal finalidade é prover o alimento necessário apenas para uma família se sustentar. Uma família que pratica a agricultura de subsistência precisa de um complemento de rendimento para adquirir artigos de mercado que a unidade familiar não produz. Antigamente esse complemento de renda era feito através da colheita

do palmito Juçara, a criação de suínos para a venda ou o comércio do excedente da produção agrícola. Atualmente, estas atividades possuem serias limitações de serem exercidas pelas restrições impostas pela legislação ambiental vigente.

A produção de suínos, por exemplo, precisa de ração ou de milho para alimentá-los. Considerando as condições econômicas dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo, a opção mais provável é incrementar a área do cultivo de milho para obter suficiente grau para manter a família e a criação dos animais. No entanto, o agricultor se depara com o fato de que a área agrícola possível de licenciar pelo PETAR é unicamente a necessária para a subsistência da família dificultando assim a reprodução de animais para venda.

A área agrícola autorizada pelo Parque não gera excessos de milho para comercializar nem para a reprodução de suínos para a venda. Em alguns casos, nem é suficiente para alimentar a família durante o ano. Em razão de ser a agricultura uma atividade incerta e altamente dependente de fatores biofísicos, se um fator climático afetar ou uma praga atacar o cultivo, e a família não tiver outra fonte de renda, as probabilidades de se passar fome são altas.

A outra atividade, anteriormente praticada como complemento de renda, a extração de palmito Juçara, atualmente é uma ação ilícita e punida com embargo, multa e prisão.

Um dia eu fui levado para a delegacia... a gente vive apurado... mas se você corta palmito, agride o verde... porque isso é ilegal... uma vez até eu fui multado por causa de um palmito, fui lá e cortei... eu precisei... foi lá e cortei... tomaram meus animais... tomaram meu palmito... levaram meus animais, que era caro... o que eu gastei para retirar esses animais que prendeu... doía muito... eu trabalhei para retirar... eu tirei três animais ainda... mas o que eu gastei... eu não estava roubando de ninguém... é o território que eu mesmo uso (Morador 10).

Baseada nestas proibições legais, se conclui que para os jovens do Bairro Ribeirão dos Camargo é difícil exercer alguma atividade econômica lícita com possibilidades de gerar um rendimento financeiro interessante para se manterem na área.

c. Influência de outras culturas

No Bairro Ribeirão dos Camargo, quase todos os jovens completaram a educação escolar básica. Mesmo aqueles que moram em lugares remotos, que

percorrem cerca de uma hora para alcançar o ponto de ônibus que os conduz à escola. Consequentemente todos os jovens estão expostos aos meios de comunicação modernos. Aqueles que não possuem energia elétrica em suas residências, utilizam esses meios de comunicação nos centros educativos, nas residências dos amigos ou na cidade de Iporanga. De tal forma que estão constantemente assediados pela propaganda consumista do ocidente que coloca os maiores valores para aqueles que possuem bens de mercado e que valoriza pouco o trabalho no campo. Provocando nos jovens, o desejo de possuir bens que unicamente se obtém no mercado, através do dinheiro. Recurso financeiro que a agricultura de subsistência dificilmente disponibiliza.

Esses jovens acessam necessidades de mercado... de celular... de roupa... de status... de isso, de aquilo né... e esse jovem já não tem mais uma ligação de redes de mercado... para ter um estímulo de ir lá plantar horta... fazer horta virar dinheiro... eles não têm mais essa ligação né (Ex-funcionário FF 2).

Em tal sentido os jovens optam por se empregar em alguma ocupação que ofereça dinheiro em uma forma mais rápida. Comumente na área de serviços com baixa remuneração.

Eles também sabem do celular último modelo né... os meninos também sabem que um carro isso... que uma moto aquilo né... eles também sabem quantos pés de mandioca ele tem que vender para comprar uma roupa e ele sabe quantos dias de trabalho na oficina mecânica ele faz para comprar a mesma roupa (Ex-funcionário FF 2).

Do anteriormente exposto se conclui que na área de estudo as opções para um jovem obter renda são limitadas. Devido, principalmente, às restrições legais para o exercício das atividades extrativistas e agropecuárias de excedentes somado à quase inexistência dos setores secundário e terciário da economia no lugar.

A falta de fontes geradoras de emprego e o desinteresse e dificuldade de se dedicar às atividades agropecuárias, explica o desejo de migrar dos jovens. Eles não enxergam possibilidades de se empregar no futuro nas atividades que consideram atraentes para obter um melhor *status* social e econômico.

Quando eu era adolescente, eu também não queria ficar aqui... eu queria sair... porque Iporanga não é muito atrativo mesmo né para a juventude... é bem comum os jovens não quererem ficar... são poucas possibilidades... inclusive de você ter uma carreira profissional... porque aqui hoje em Iporanga são: ou você trabalha na Prefeitura ou você trabalha na educação... municipal ou estadual... têm poucas pessoas empregadas na

iniciativa privada... a grande maioria das pessoas estão na Prefeitura, então não tem emprego para tudo mundo... espaço para tudo mundo (Funcionária ONG).

As pessoas terminam o estudo... cai fora para ganhar... fazer sua vida lá fora... aqui fica cabelo branco e não sai daquilo... não sai daquilo... fica ali... parado no tempo (Morador 18).

4.5 A emigração nos jovens

O desafio é implantar políticas de desenvolvimento sustentável... políticas que possam gerar renda... conservar a natureza... você conseguir trabalhar... em geração de alimento... conseguir manter os jovens... que eles não precisem ir para Curitiba... ter condição de gerar oportunidades de trabalho... jovem se forme pedagogo, biólogo, agrônomo... ele consiga trabalhar... consiga se desenvolver... esse é o desafio... melhorar as condições de vida da população... você dar condições das pessoas viverem bem... e ali vai ser natural a contribuição à conservação (Funcionário FF 14).

A falta de opções de desenvolvimento financeiro, principalmente, provoca nos adolescentes o desejo de migrar. Entre 73 e 91% dos entrevistados²⁴ manifestaram a vontade de deslocamento da área. A menor percentagem obteve-se entre os estudantes mais velhos. Provavelmente, devido à circunstância próxima de tomar a decisão de migrar e não contar com os recursos necessários para o efeito (Ver Gráfico 2).

Gráfico 2 - Relação dos estudantes da Escola Estadual Nascimento Sátiro de Silva que expressaram sua aspiração de migrar

²⁴ Resultados do estudo conduzido na Escola Estadual Nascimento Sátiro da Silva em Iporanga com 63 alunos (aproximadamente 25% do total de estudantes) do Ensino Médio na Jornada Matutina e Noturna com idades compreendidas entre 15 a 18 anos, provenientes, em um 44%, da área rural dos Bairros Betari, Coqueiro, Feital do Lago, Jurumirim, Nhunguara, Pilões, Poço Grande, Ribeirão dos Camargo e a Serra e o restante 56% da cidade de Iporanga. Eles responderam as perguntas: 1. O que meus pais fazem? 2. O que eu faço? 3. O que eu farei daqui a 5 anos? O que eu farei daqui a 10 anos? 4. Onde vou morar?

Fenômeno similar é relatado por Sousa et al. (2006) estudando o Núcleo Pedro de Toledo (Parque Estadual da Serra do Mar), onde a inexistência de condições atrativas de trabalho e ineficiente prestação de serviços de saúde, transporte, serviços e infraestrutura, estimula a emigração dos mais jovens para as cidades vizinhas.

Entre os destinos mencionados pelos jovens do Bairro Ribeirão dos Camargo como preferidos para migrar estão as cidades de Sorocaba (25%), Curitiba (20%) e São Paulo (9%). Borsanelli e Lobo (2015) estudando o Bairro da Serra coincidem com estes centros urbanos como os prediletos dos moradores locais para migrar; São Paulo (32%), Curitiba (22%) e Sorocaba (17%).

É importante salientar que se obteve respostas de “longe de Iporanga” e “fora daqui”. Estas expressões refletem a desesperança do jovem que não percebe um futuro promissor no local e acredita que a emigração é sua melhor possibilidade de obtenção de rendimento.

*É que eles não têm geração de renda... que estrutura familiar pode dar para uma família? Não têm (Funcionária CRASS).
Diz ela [se referindo à filha] que não pretende ficar... desde criança ela fala que vai... a gente gostaria que ficasse, porque aqui... é vida tranquila... é ruim de emprego, mas é bem mais tranquila que cidade grande... se ela conseguisse trabalhar por aqui... na área que ela quer, acho que não (Funcionário FF 10).*

O índice de emigração dos jovens diminuiria se em Iporanga fosse possível cursar uma faculdade. Muitos deles expressaram a aspiração de continuar com estudos superiores (Ver Gráfico 3).

Gráfico 3 - Relação de jovens da Escola Estadual Nascimento Sátiro de Silva que expressaram sua intenção de continuar estudos superiores

Esta que está aqui não sei... ela terminou também... ela terminou ensino médio... agora não sei o que ela pretende estudar... ou ficar aqui né... eh

[filha] para que você, se tivesse condições, para que quisesse estudar? Médica ou que? Segurança de trabalho... ah? Segurança de trabalho... ela gostaria de estudar para segurança de trabalho (Morador 18).

É interessante observar que a maior percentagem de estudantes com desejos de ingressar à Faculdade são os mais novos com dedicação exclusiva para o estudo. A percentagem vai diminuindo conforme aumenta a idade e nos alunos que estudam e trabalham. Possivelmente por ter uma noção mais clara do custo de cursar a Faculdade e de se sustentar por si mesmos o que resulta em uma aproximação mais realista das probabilidades de atingir suas aspirações acadêmicas.

Nas entrevistas realizadas com 41 moradores da área, compreendidos entre as idades de 29 a 96 anos, todos concordam que as oportunidades de emprego em Iporanga são mínimas. Principalmente pela falta de indústrias e das restrições legais para o desenvolvimento de atividades agropecuárias de excedentes e atividades extrativistas.

Iporanga não vai para lugar algum por quê? Porque não pode montar uma indústria, se montasse uma indústria vai ter que derrubar uma grande área (Professor).

Iporanga... está difícil de mudar... porque aqui não tem fábricas... ou é funcionário público, ou trabalha na Prefeitura, ou no Estado ou na escola ou na saúde, o restante sobrevive do turismo como guia ou tira palmito... pessoas que entram no mato e vai procurar uma fonte ali de sustento... alguns tiram madeira (Funcionário FF 10).

Em Iporanga o maior empregador é a Prefeitura, que claro não é suficiente para contratar cada ano os jovens que finalizam o ensino médio e que estão em procura de um emprego. A percepção dos moradores locais aponta o PETAR como o responsável pelas restrições legais que impedem a reprodução e manutenção de seu modo de vida. No imaginário coletivo o grande vilão é o Parque. É nos funcionários do PETAR que se materializa o poder público que impõe as restrições do uso agrícola do solo e da extração dos recursos naturais. Os moradores locais culpam ao Parque de todos os infortúnios, reais ou imaginários, que ocorrem na região.

*O Parque começou a fazer o trabalho deles, começou a pisar em nós... eu fui uma das pessoas... chegava lá a multar eu... por causa de que eu estava roçando uma terra para plantar (Morador 10).
Tem aqueles que defendem o meio ambiente... eles podem até falar diferente... mas, eu e a pessoas mais velhas daqui... a gente sabe como é*

que era... e como é que está hoje... a gente fala isso aí... porque é isso mesmo. A estrada não é boa... podia asfaltar a estrada... por causa do meio ambiente... esse negócio de proibição que meio ambiente só faz atraso no lugar... a estrada de Apiaí não pode asfaltar por causa do meio ambiente... assim fica desse jeito... o pessoal sofrendo e atraso no lugar (Morador 19).

Fenômeno parecido foi observado por Domingos et al. (2012) que relatam resquícios de animosidade de alguns moradores do Bairro da Serra para com o PETAR. Produto, principalmente, da proibição do livre uso agrícola do solo que provocou que alguns dos moradores migrassem.

Himmelfarb (2006), pesquisando no Parque Nacional do Monte Elgon em Uganda, relata grande aversão dos moradores locais para com o Parque e com seus funcionários.

Bim e Furlam (2013) afirmam que a política ambiental restringiu as comunidades locais o uso agrícola do solo e o acesso aos recursos naturais, impedindo-as de exercerem suas principais atividades econômicas, sem lhes proporcionar alternativas de geração de renda. Isto ocasionou que a população local se afastasse do processo de conservação do ambiente e muitas vezes serem adversos ao funcionamento das unidades de conservação de proteção integral que precisa do auxílio das comunidades locais para ser exitoso.

Em face das limitações legais, uma alternativa seria o turismo. Bem planejado, poderia dar a oportunidade dos jovens obterem uma fonte de renda e se ocuparem em trabalhos melhor remunerados. Também diminuiria a emigração para as cidades vizinhas onde geralmente são empregados em ofícios com menor remuneração, na área de serviços. Como monitores ambientais os jovens poderiam obter rendimentos financeiros mais atrativos.

Eu trabalho de agente fundiário de saúde que é meu emprego fixo, registrado na carteira ganho um salário mínimo... daí eu tenho de monitor ambiental... os finais de semana, feriados, essas coisas... e aí chego a ganhar bem mais que meu salário mínimo durante três quatro dias... no ano passado eu trabalhei na faixa de 150 a 170 vezes no ano (Diretor ABRISA 2).

Um empreguinho... na Prefeitura... lá R\$ 1000,00 fixo por mês... ganhar dois, três, quatro paus por mês [se referindo à renda média de um monitor ambiental] entendeu... R\$ 400,00; R\$ 500,00 por final de semana... então você ponha... na faixa de R\$ 2000,00... a maioria mora todo com os pais e as mães ainda até hoje... então... é dinheiro livre... só trabalha o que? Oito dias ao mês (Diretor ASA).

Domingos et al. (2012) concluíram que no Bairro da Serra o desenvolvimento turístico, ao proporcionar uma fonte de renda atrativa, motivou o jovem a permanecer na área.

4.6 Iporanga, uma estância turística?

Hoje você transformar numa estância turística além de gerar emprego... é monitor que vai se formar... é o dono de pousada que vai contratar mais gente... é obras que você consegue fazer mais no município... recurso vai vir... você consegue empregar mais pessoas... através do turismo... conseguir trazer quem foi embora de volta (Prefeito).

O potencial turístico da área de estudo é consideravelmente alto. Além das cavernas, existe uma rede hidrográfica densa que origina várias quedas de água, cachoeiras e rios. Também apresenta uma rica avifauna e exuberante vegetação. No plano cultural conta com uma ampla rede de quilombos e vestígios de povoados antigos.

Era interessante um desenvolvimento da região lá sim... porque o que tem lá daria para... turismo... até porque lá tem a parte histórica... no Ribeirãozinho... né... como a fundação de Iporanga foi lá, ainda têm muito vestígio da exploração do ouro (Funcionário FF 3).

A questão do Ribeirão dos Camargo a gente tem que olhar que ali tem uma cidade velha, ainda está no meio do mato... as ruínas da antiga Iporanga que estão lá (Diretor ASA).

Não obstante, a oferta turística atual depende apenas das cavidades naturais no interior do Parque e quase exclusivamente do Núcleo Santana. O fato que a atividade turística esteja limitada unicamente à visita das cavernas no interior do PETAR coloca a população, que vive do turismo, em uma situação altamente vulnerável.

Esta dependência foi evidente quando o IBAMA interditou, dia 20 de fevereiro a 19 de abril de 2008, 46 cavernas que estavam abertas para uso público e a principal fonte de geração de rendimento de muitos dos moradores locais foi ameaçada. Isso levou alguns deles a migrarem às cidades vizinhas em busca de renda.

O Bairro da Serra, hoje, não trabalha com agricultura... 85% das pessoas trabalham com turismo... mas é um turismo que ele é bem perigoso... na realidade é um turismo que está atrelado ao parque, e qualquer atitude que o Estado tome com relação ao Parque... qualquer mudança... qualquer

alteração... esse turismo está à mercê disso... Vamos pôr que o Parque feche essas cavernas... o Bairro da Serra está no meio do Parque... não teria do que sobreviver. Acho um risco muito grande ter uma atividade turística atrelada ao Parque... porque futuramente pode ser terceirizada as atividades... pode privatizar o Parque... pode acontecer um monte de coisas né... corre o risco a comunidade ficar à mercê né (Funcionário FF 3).

Borsanelli e Lobo (2015) reportam o Bairro da Serra e Iporanga sendo seriamente afetados pelo embargo das cavidades naturais do PETAR. A economia local foi desequilibrada, gerando desemprego e o êxodo rural de vários moradores locais.

O fechamento da Caverna Casa de Pedra diminuiu drasticamente o número de visitantes. Provocou um decréscimo no rendimento dos monitores ambientais do Bairro Ribeirão dos Camargo e a emigração de aproximadamente um terço deles, afetando também os serviços associados ao turismo nas cidades vizinhas.

Para que as cavernas fossem reabertas, o mais pronto possível, foi necessário a elaboração de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC). No entanto, não foi possível definir particularidades de cada cavidade natural, impondo restrições gerais. Cavernas como Morro Preto e Teminina II apresentam uma capacidade de carga maior da que foi designada. Consequentemente, em algumas cavernas a capacidade de suporte foi subestimada e pela falta de opções de atrativos, se geram períodos de espera longos nos núcleos mais visitados (BORSANELLI; LOBO, 2015).

Com as opções de renda dos moradores locais diminuídas, houve um incremento da extração do palmito Juçara, caça de animais silvestres e tráfico de avifauna no interior do PETAR. Borsanelli e Lobo (2015) relatam que durante o embargo alguns moradores dedicaram-se ao corte de palmito Juçara e ao aproveitamento de madeira.

Algumas pousadas fecharam ou diminuíram suas atividades, se atenuou o comércio e a prestação de serviços. O fechamento das cavernas afetou toda a cadeia produtiva associada ao turismo.

Apesar que o TAC estipulava que em até dois anos se implementariam os Planos de Manejo Espeleológico das 12 cavernas reabertas, isto não ocorreu. Até abril de 2015 o Plano Emergencial ainda estava vigente (BORSANELLI; LOBO, 2015).

Quando fechou as cavernas do PETAR... a gente pensou... puxa Iporanga vai ser super atingida né... quem brigou mesmo para as cavernas serem abertas? Apiaí... sabe quantos monitores tem Apiaí? Tem 40 acho... por que

eles brigaram? Porque todos os produtos de mercado... vêm de Apiaí... é tão assim quando o turismo fechou né... o monitor parou de trabalhar mais o mercado parou de vender né (Ex-funcionário FF 2).

O turismo realmente seria... uma porta de sustentabilidade... o turismo organizado né, de preservação... por uns dez anos ficou essa história, faz monitor... vai caverna, foi indo... aí identificou-se que o fluxo dentro das cavernas estava muito grande, estava prejudicando... aí o Parque simplesmente cortou da noite para o dia, bom de 200 pessoas só pode dez agora. Esse jovem que era um monitor, que um dia acreditou que ele tinha uma carreira, ele vai ser pedreiro lá na periferia de São Paulo... ele não volta mais pra cá, não tem como viver aqui. Nós temos mais de 50 pousadas em Iporanga que vive em função do turismo... Parque também controla o turismo na forma que ele quer... ele fechando as cavernas desse jeito... mais uma ação de expulsão de pessoas daqui (Diretor ABRISA 4).

Segundo Arruda (1999), a criação de unidades de conservação com populações humanas no seu interior, tem promovido, geralmente, um agravamento de suas condições de vida. Provocando a expulsão das populações tradicionais para as periferias das cidades, aumentando o número de pessoas em situação de miséria e a proliferação de cinturões de pobreza.

Do anteriormente exposto se colige as inúmeras vantagens de se constituir Iporanga como uma estância turística. No entanto, se requer o trabalho coordenado do governo local e a população. Uma parte significativa do êxito desta iniciativa radica na atitude dos moradores locais. Os residentes teriam que se preparar para se converter em uma cidade turística, independente da visita das cavernas do PETAR. Porém, os empreendimentos no ramo turístico são escassos. Uma parte, devido à idiossincrasia do habitante local e outra à falta de planejamento municipal.

Falta de criatividade local... falta de criatividade local sabe... essa coisa muito de depender da ideia dos outros... não tem ideia própria... Iporanga tem atrativo suficiente pra superar aqui... sabe... o próprio rio... o próprio Rio Ribeira ele é um atrativo que se soubesse explorar... mas depende das pessoas... tem aquele negócio de banana bote que falam né... puxa faz uns pontos... tenham coragem... ao longo do rio... você vai faturar com isso... vai faturar com isso. Se acomoda... faz uma pesca e pague... não precisa ser um negócio chique não... faz um negócio simples... porque chique já está lá na cidade... a pessoa vem ver a natureza... pra ver a coisa o mais natural possível (Funcionário FF 9).

A atitude dos moradores locais provavelmente está relacionada com a história do povoamento da área, marcada pela abundância e a riqueza. Inicia-se com o ciclo de ouro, posteriormente o estabelecimento de grandes fazendas de gado, cultivos de arroz, de cana e algumas serrarias. Isto possibilitou a constituição de uma

pequena elite que chegou inclusive, segundo relatos locais, às damas da sociedade acudirem às festividades acompanhadas de escravas cobertas com ouro em pó.

Iporanga é uma antiga capital... era um porto de ouro... uma cidade histórica... imponente... era o último grande porto do Ribeira... sua situação de liderança se estabeleceu... por quase 200 anos (Ex-funcionário FF 2). Esse povoamento [Iporanga] vai se dando desta forma... casas assobradadas, mais sofisticadas... estilo colonial... já se fazendo uma elite... uma nobreza (Historiador 2).

Na minha infância era a região mais rica [Bairro Ribeirão dos Camargo] ela tinha fazenda... gado... onde movimentava as finanças mesmo era lá... então não tinha interesse dessas pessoas que moravam nessas regiões... desenvolver o turismo... não queria mesmo mostrar esse lado (Funcionário FF 3).

Em 1909 Iporanga contava com cinco indústrias extrativas de cal, 26 destilarias, seis açougues e 42 casas comerciais. Ainda em 1940 existia mineração de furnas e fábricas de processamento de palmito Juçara (MURILLO, 2013). Daí se infere a riqueza que naqueles tempos Iporanga ostentava. Ainda hoje, nos relatos dos moradores mais antigos se entrevê a nostalgia pelos tempos antigos de riqueza.

Teve indústria de pinga né... nos anos 50 tinha umas dez fábricas de pinga ainda... exportava... tinha muita lavoura... aqui produziu muito arroz... Coronel Lester produziu mais de 20.000 sacos de arroz (Historiador 1).

Esse rico passado baseado nas atividades extrativistas e agropecuárias de excedentes explicaria a relutância de muitos dos moradores em se dedicar às atividades turísticas. A maioria acredita que a riqueza provem exclusivamente da indústria e das atividades agropecuárias de excedentes. Permanecem almejando os tempos passados voltarem.

Outra vantagem, de Iporanga se constituir em uma estância turística, seria a diminuição da rivalidade entre os monitores ambientais²⁵ e a pressão sobre as cavernas do Núcleo Santana.

Você tem um Ribeirão e um Iporanga que poderia ser explorado e não é... um rio que Iporanga poderia fazer passeios de barco... e eles não exploram... eles preferem vir aqui e disputar ao mesmo mercado dos monitores daqui... eles não conseguiram criar um mercado próprio... por incompetência... incompetência administrativa... falta de ideias... falta de planejamento... falta de competência pra executar um plano de desenvolvimento pra o município (Diretor ASA).

²⁵ Domingos et al. (2012) reportam competição entre os monitores de Apiaí e de Iporanga para guiar nas cavernas do Núcleo Santana

O turismo dinamizaria a economia local. Por meio do dinheiro gasto pelo turista no lugar, se disponibilizaria recursos para os moradores investirem na compra de produtos, provocando uma maior circulação de moeda no local. Beneficiando fornecedores de insumos e prestadores de serviços, gerando novas fontes de empregos diretos e indiretos. Iporanga se tornaria mais competitiva e atraente para novos investimentos.

Hoje compensa mais investir no turismo... porque você hoje monta uma fábrica num município... ele vai gerar 500 empregos vai... até quando? É um ano, dois anos e depois? Porque ele acaba... não tem mais estabilidade pra você manter funcionário... o turismo não, ele é eterno... a caverna está lá... água está aqui... a cachoeira está ali... as pousadas estão movimentando... a pousada ganha... o cidadão ganha... a comunidade ganha... forma os monitores (Prefeito).

Atualmente, apesar de ter aproximadamente 80% do território sob alguma categoria de unidade de conservação, o mercado para o turismo está praticamente ausente em Iporanga. São as cidades vizinhas, como Apiaí, as mais beneficiadas com o turismo. É esse mercado que provê da maior parte dos produtos necessários para o funcionamento da estrutura turística nos povoados próximos aos núcleos mais visitados do PETAR.

Fato similar foi observado por Frederico (2011) em Maputo, Moçambique, onde os produtos consumidos na comunidade turística eram adquiridos em estabelecimentos da cidade vizinha com um mercado mais desenvolvido.

Devido à ampla cobertura de áreas protegidas no município, a maior fonte de arrecadação de fundos da Prefeitura, resulta do repasse do Estado através do chamado ICMS-Ecológico.

4.7 Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação –ICMS

Tem uma questão também política né... se você olhar no valor que Iporanga recebe do ICMS-Ecológico... é um valor muito alto... politicamente, como é que isso é tratado né? Acho que você tem também uma sucessão de dirigentes políticos locais que fizeram questão de manter o município estaque sabe... uma proposta política das coisas serem assim né (Funcionário FF 6).

A Lei Estadual N° 8.510, de 29 de dezembro de 1993 que modificou a Lei N° 3.201 de 23 de dezembro de 1981, regula o repasse de 25% aos municípios, direito garantido constitucionalmente no artigo 158, do produto da arrecadação do ICMS,

baseado no Índice de Participação dos Municípios (IPM), que toma em conta um critério ambiental, gerando assim o popularmente chamado ICMS-Ecológico.

Este repasse tem seu fundamento na circunstância de que a criação de unidades de conservação de proteção integral pode diminuir as oportunidades de desenvolvimento econômico de alguns municípios (FERNANDES et al., 2011; MONTE; LOPES, 2009; PINHEIRO, 2013; SAUQUET; MARCHAND; FERES, 2012; SOUZA, 2014). Em tal sentido o ICMS-Ecológico constitui um instrumento previsto para compensar a perda de arrecadação de receita proveniente de atividades econômicas no território municipal, de tipo industrial, principalmente. Atividades impedidas de se realizar pelas restrições legais para o uso do solo e das operações extrativistas em áreas protegidas.

A transferência de recursos encontra sua lógica no custo de oportunidade do município que deixa de realizar uma atividade econômica produtiva em cada hectare que é destinado para conservação. É de considerar que quando um hectare é retirado do mercado produtivo para constituir uma área protegida o dinheiro gerado por esse hectare entra nos cofres da Prefeitura e não em um patrimônio particular. A Prefeitura é a responsável pela redistribuição desse recurso, geralmente, através da execução de obras públicas.

O ICMS-Ecológico pode atuar como incentivo para os municípios criarem unidades de conservação em seu território. Em Iporanga, apenas em 2011, se instituíram três Parques Naturais Municipais através do Decreto N° 659 de 19 de dezembro de 2011, abarcando uma área de 14.313,12 hectares localizados no limite com o PETAR.

Em Minas Gerais, a criação de unidades de conservação municipais foi estudada por Euclydes e Magalhães (2006) apud Fernandes et al. (2011). Eles reportam que em 1995 existiam 109 áreas protegidas, em 2005 este total passou para 440. A categoria de maior aumento foi a de unidades de conservação municipais, de seis se incrementou para 155. Fernandes et al. (2011) expõem que para os municípios mineiros com renda baixa, poderia ser vantajoso criar unidades de conservação.

Contudo, é importante ressaltar que o aumento em número dos espaços protegidos não assegura a qualidade de sua gestão (SOUZA, 2014).

No Estado do Paraná, Sauquet, Marchand e Feres (2012) encontraram uma relação entre as principais atividades econômicas do município e a tendência de

criar unidades de conservação. Os municípios com uma agricultura mais desenvolvida tendem a instituir menos áreas protegidas municipais.

Uma fraqueza do ICMS-Ecológico é que não vincula o investimento do recurso financeiro na área ambiental. O dinheiro transferido vai direito a um caixa único municipal cujo destino é decidido pela Prefeitura. Em Iporanga as arrecadações são destinadas, principalmente, ao pagamento de salários que se poderia interpretar como desvio de sua função principal. Perde-se assim a oportunidade de criar um ciclo de arrecadação de recursos econômicos cada vez maior com o desenvolvimento de infraestrutura turística, por exemplo.

Como consequência, a população local não percebe a importância das unidades de conservação e o apoio proporcionado às iniciativas da Fundação Florestal é escasso.

Segundo a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, para 2014 a Prefeitura de Iporanga teve arrecadações de R\$ 17.778 milhões. Originadas em 89,89% de transferências intergovernamentais, destas 41,4% proveniente do ICMS²⁶. Das despesas, apenas 1,56% era destinado a investimentos. Das despesas correntes 60,25% era destinado ao pagamento de salários²⁷.

Em Iporanga aproximadamente 74% do ICMS proveem do componente ambiental. Para o ano de 2013 (Ver Tabela 4) Iporanga ocupava o quarto lugar dos municípios do Estado de São Paulo²⁸ com maior repasse, com mais de quatro milhões de reais anuais.

A decisão de criar uma unidade de conservação deveria ser uma ação bem planejada. Com implantação de infraestrutura turística que gerasse rendimento para os moradores que perderam a oportunidade de usar o solo para fins econômicos. Em Iporanga não ocorre tal investimento.

Na zona rural aí... você vê as pessoas que plantam e colhem... mas é aquela lavourinha que é só pra eles sobreviver... não plantam pra comércio... só pra sobreviver... e vem a verba do verde pra a Prefeitura... que é pra ajudar a pessoa do verde... na mata que é preservada pelo meio ambiente... mas eles não investem essa verba do verde que é pra ajudar eles... eles não veem... eles não veem... então que eles fazem quando veem que a coisa está difícil? Eles vão desobedecer ao meio ambiente e faz

²⁶ Disponível em: <https://www.fazenda.sp.gov.br/RepasseConsulta/Consulta/repasse.aspx>. Acesso em: 24 jan. 2016.

²⁷ Disponível em: <http://www.meumunicipio.org.br/meumunicipio/municipio/352120>. Acesso em: 24 jan. 2016.

²⁸ Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/cpla/repasse-de-icms-para-os-municipios-paulistas-considera-as-areas-protegidas-no-calculo/>. Acesso em: 24 jan. 2016.

o pequeno desbastamento de mato ali... pra plantar o sustento... pra sobreviver (Morador 18).

Tabela 4 - Repasse do ICMS para Iporanga, São Paulo

Ano	Valor (R\$)
2006	2.425.873,40
2007	2.580.852,84
2008	2.970.951,75
2009	3.006.555,33
2010	3.189.776,41
2011	3.442.293,00
2012	3.822.475,75
2013	4.410.932,07
2014	4.274.824,79

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo

Uma boa administração do ICMS-Ecológico, ofereceria a oportunidade para que Iporanga se transformasse em um destino turístico importante. Conseguiria fixar os jovens que estão em busca de uma fonte de rendimento no local. Segundo o Prefeito esses são os planos de sua administração que vê no turismo a saída para o desenvolvimento da região.

Iporanga inteiro já é uma reserva... preserva a água... nós estamos trabalhando em cima pra que se transforme em estância turística o município... nós temos mata... já temos água... cavernas... cachoeiras... temos todo pronto... é a alternativa hoje de Iporanga, da região nossa é o turismo (Prefeito).

No entanto, de acordo com ele, se depara com alguns problemas com a Secretaria do Meio Ambiente para poder montar a infraestrutura necessária para melhorar o atendimento ao turista. Ainda hoje, estão presentes as divergências entre as diferentes esferas do poder público que dificulta a harmonia entre a conservação e o desenvolvimento econômico.

A maior concentração de turismo hoje é no Bairro da Serra... só que hoje o que que eles pedem? Infraestrutura... infraestrutura tem que ter... você vai instalar uma torre de celular lá... você não pode tombar uma árvore pra construir uma torre... como que você vai fortalecer um turismo? Nós temos uma riqueza muito grande aqui no nosso município... no Bairro Ribeirão por exemplo... que vai fortalecer a economia da comunidade e principalmente a economia do centro aqui... nós temos lá hoje o maior portal do mundo em caverna que fica em Casa de Pedra no Ribeirão... mas é questão de infraestrutura... você vai passar uma máquina lá o meio ambiente já esbarra... não pode... entendeu... hoje do ponto onde é pra chegar a estrada... já tem estrada... até chegar à caverna... o turista hoje ele vai gastar em torno de uma hora... hora y meia pra chegar até à caverna... mas

se deixar o cara aqui na guarita... ele já vai demorar duas horas e meia... três horas... olha o tempo que perde (Prefeito).

No entanto, considerando que a cavidade natural atualmente está fechada para visita interna, a proposta mais adequada seria fazer uma caminhada contemplativa até o portal da Caverna Casa de Pedra. O que implica em um percurso de ida e volta de durante o dia todo, por se tratar de uma trilha com dificuldade média que apresenta vários trechos com alta declividade.

Por outro lado, Santos (2011) afirma que os governos locais utilizam incorretamente o discurso de que as políticas preservacionistas do Estado são nocivas à população, que obstaculizam a instalação de indústrias e a expansão da agricultura comercial, desacelerando a economia local.

Ao parecer existe uma falta de comunicação efetiva entre os atores governamentais do poder local e a Secretaria do Meio Ambiente. Uma parceria interessante que poderia resultar em um desenvolvimento sustentável da região através da atividade turística.

A escassa infraestrutura turística somada à proibição do uso agrícola do solo e do extrativismo ocasiona que a população do Bairro Ribeirão dos Camargo viva em condições altamente desfavoráveis. Desde uma baixa renda familiar até problemas de prestação de serviços básicos deficientes. Em tal sentido os habitantes estão atualmente iniciando algumas ações para melhorar esta situação. O primeiro passo foi se organizar legalmente em uma organização que busca fontes alternativas de rendimento: a ABRISA.

4.8 Organizar-se para o turismo

Têm pousadas que recebem muita gente, mas isso não se distribui pra todos... o turismo que poderia empregar mais gente teria que ser mais bem estruturado... mais bem divulgado porque o fluxo precisaria aumentar... não dá pra você ter um fluxo significativo só nos feriados, porque são poucos feriados no ano... precisa-se organizar melhor... divulgar melhor... organizar melhor pra receber mais gente (Funcionária ONG).

Não resta dúvida que a atividade turística, para ser bem-sucedida, requer uma forte organização e participação dos habitantes locais. No PETAR existe um caso bem conhecido de moradores locais que vivem quase exclusivamente do

turismo; o Bairro da Serra. Eles encontraram no turismo uma opção viável para subsistir na área, graças à organização local, principalmente à ASA.

a. A Associação Serrana Ambientalista –ASA

A ASA teve, desde sua fundação, aproximadamente há 20 anos, um papel determinante na capacitação dos jovens da região como monitores ambientais. Inicia suas atividades com um projeto piloto de capacitação que visava fixar o jovem do Bairro da Serra que migrava para cidades vizinhas. Os adolescentes com uma bagagem pobre de educação, não tinham um futuro muito promissor. Empregavam-se, na maioria dos casos, na área da construção. A ASA motivou o jovem a se preparar melhor, concluir o ensino médio, requisito para participar das capacitações para monitor ambiental.

A gente conseguiu resgatar o jovem que saía, porque em Iporanga ia até o colegial... o colegial já era um Magistério... o jovem não queria estudar mais... isso dá pra que? Os próprios pais falam... pra pegar num cabo de enxada não precisa de estudo... com esse estímulo fica difícil o jovem ficar na escola... então com esse curso de monitoria fez com que esse jovem enxergasse que eles precisavam voltar à escola (Diretor ASA).

Santos (2011) afirma que com a implantação do PETAR foi preciso capacitar os moradores locais no ramo turístico.

A ASA apresenta a característica especial de ter em seus quadros de direção, ambientalistas vindos do exterior do Bairro da Serra que se estabeleceram no local há mais de duas décadas.

A ASA nasce 94... 95 de um grupo de pessoas que vinham pra cá, de um grupo de ambientalistas... já estavam morando aqui, mas vieram de fora... como eu... Maria Sílvia... tinha Ana... e os jovens e algumas famílias daqui (Diretor ASA).

Estes profissionais eram guias ambientais que perceberam o potencial turístico da área. Organizam-se e iniciam um Projeto Piloto de Monitoria Ambiental. Um curso de capacitação de monitores ambientais que visava prover uma oportunidade de renda para os jovens que saíam para o mercado de trabalho, para incentivá-los a permanecerem no local. É assim que nasce o curso de monitor ambiental que até hoje em dia é ministrado. Contabiliza-se atualmente 316 monitores ambientais capacitados por esta iniciativa.

Fevereiro do 95 saindo o primeiro curso de monitor... hoje já foram oito cursos... a Reserva já foi tomador... a ASA já foi tomador de recurso pra fazer um curso de monitoria... como a gente teve muito problema com a metodologia do curso que a gente queria aplicar... nós tomamos um recurso pra mostrar a forma como a gente achava que tinha que ser um curso de monitor... a partir daí a Reserva da Biosfera já deu uns cursos... já no formato que a gente queria... porque hoje o menino faz o curso, hoje o curso está com 400, 450 horas... começou com 40 (Diretor ASA).

Uma característica importante destes cursos é que para participar a pessoa tem que morar no lugar. Uma conquista importante da organização local: para guiar no PETAR o monitor tem que residir na região. De tal sorte que a competição se restringe aos moradores dos povoados vizinhos. O que facilita o emprego para os originários da região, contribuindo para evitar o êxodo rural do adolescente.

A ASA... que vem dar carona aos grupos de espeleologia e dos grupos de geólogos pesquisadores... de próprio punho... de próprio peito... já tinha forçado ao governo a ter os monitores... fazer cursos... a normativa de que eles tinham que ser locais (Ex-funcionário FF 2).

Vários dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo participaram nestes cursos e são hoje eles os que estão tentando promover um movimento turístico próprio no Bairro através da ABRISA.

b. A Associação de Moradores e Produtores Arraial do Santo Antônio do Bairro Ribeirão –ABRISA

O Bairro Ribeirão dos Camargo está organizado em duas associações com finalidades distintas. A ACCBRC e a ABRISA. A primeira com o objetivo principal da defesa do território e a segunda visando o desenvolvimento econômico do lugar.

A gente criou o que é o estatuto da associação pensando numa linha de desenvolvimento econômico fora do parque, pra buscar uma saída... essa associação nasceu da necessidade de criar um movimento econômico (Diretor ABRISA 4).

Tinha uma organização lá em cima né... daí aquela associação está com outras finalidades na verdade... está querendo recuar o Parque mais pra cima né, outros interesses e nós e a associação ABRISA está com outros interesses. A gente está tentando montar um roteiro... um roteiro de... como é que fala? Estudo do meio pra escolas particulares e o turismo convencional também (Diretor ABRISA 2).

A ABRISA está formada por monitores ambientais e pequenos agricultores do Bairro Ribeirão dos Camargo que perseguem gerar renda para os moradores locais.

Esta organização nasce como iniciativa de uma moradora nova vinda de São Paulo com experiência em turismo que motiva os monitores ambientais, principalmente, a se organizarem em uma nova associação. Dando-se a saída de alguns membros da ACCBRC para formar a ABRISA.

Eu participava de uma outra associação e aí chegou determinado momento em que essa associação... assentia coisas que eu não achava legal... e alguns interesses que pra abaixo aqui era interessante lá pra cima não era... e aí resolvemos fundar uma outra... na verdade a ideia não era fundar uma outra... era tentar uma conciliação lá acima, debater melhor... mas aí como não chegamos num acordo, aí decidimos fundar uma outra (Diretor ABRISA 3).

A fratura da antiga organização do Bairro Ribeirão dos Camargo provavelmente diminuiu a força política do Bairro e trouxe alguns conflitos de ordem interno entre os moradores.

Ela [a nova moradora] é uma boa pessoa... só que eu já estava fichado na outra [associação]... daí começou aquela briga de intriga assim... um sai de lá vinha pra cá... daqui a pouco voltava lá (Morador 10).

Por outro lado, com a fundação desta nova organização, se abriu a oportunidade para aqueles jovens interessados em empreendimentos turísticos de se desenvolver em novos projetos econômicos.

É possível que a experiência futura, montando uma estrutura turística, proporcione às novas lideranças da ABRISA o amadurecimento necessário para maiores empreendimentos tal como aconteceu no Bairro da Serra. De forma bem planejada a ABRISA poderia auxiliar a gerir o turismo no local. Segundo o artigo 30, da Lei do SNUC, “as unidades de conservação podem ser geridas por organizações da sociedade civil de interesse público [...]”.

Nós aqui tivermos que nos organizar, ir lá atrás de um deputado pra ir lá e conseguir... o Bairro é nosso... então talvez seja por isso que o Bairro da Serra tenha esse desenvolvimento... porque existe, bem o mal, uma proatividade, um tanto vem do próprio jeito que o povo é... um tanto vem a rebote da monitoria e desse processo nosso que vai tornando eles mais críticos... desse processo, desse passar dos anos... desse amadurecimento... da crítica... das ações pessoais... vai fazendo esse diferencial... você vai empurrando... cada um no seu modo, em um canto... pressionando vereador... isso aqui vai puxando pra que a coisa aconteça (Diretor ASA).

É claro que montar uma estrutura turística requer investimento e organização dos poderes governamentais locais, que segundo se observou ainda são incipientes nesse sentido.

Segundo Rodrigues e Godoy (2013), a frequência de turistas depende, principalmente, das condições de acesso, da qualidade de hospedagem e de alimentação, da promoção turística e da diversidade de atrativos. As iniciativas de pequeno porte (visitação anual de 30 mil pessoas) possibilitam a participação das comunidades locais na prestação de serviços de apoio turístico. Tais empreendimentos requerem um reduzido investimento com base em insumos locais. Estas iniciativas tendem a fomentar a liderança local.

A participação comunal estaria plenamente justificada pela aparente carência de recursos humanos e financeiros na gestão do PETAR, principalmente no relativo a implementar a infraestrutura de apoio à visitação na Caverna Casa de Pedra.

Existem várias experiências de desenvolvimento turístico em locais próximos ao Barrio Ribeirão dos Camargo. Na maioria dos casos, tais experiências têm tido um acompanhamento externo de pessoas, ONG, funcionários, universidades e instâncias governamentais, que têm sido fundamentais para a implantação da atividade turística no lugar.

Normalmente o maior número de organizações e a diversificação dos objetivos delas é uma boa oportunidade para gerar o desenvolvimento de um povoado. Neste caso, aparentemente a fundação da nova organização, a ABRISA, foi contraproducente e ocasionou um maior distanciamento dos moradores do Bairro entre os de dentro e os de fora do PETAR. Provavelmente essa diversificação de organizações funciona melhor em populações grandes e não do porte do Bairro Ribeirão dos Camargo que para compor uma nova associação necessariamente tem que se desligar de outra organização.

4.9 Apoio externo na organização comunitária

Nos anos 80 e 90... principalmente a Igreja Católica... movimentos sociais... começaram a dizer pra eles... puxa, mas vocês não estão errados... será que é assim mesmo? É só fechar a porta e dizer eu não quero briga... será que não é uma briga justa? Começou-se a ver uma conscientização dessas comunidades sobre os direitos próprios... a MOAB... as freiras do Vale do Ribeira, os próprios pesquisadores depois, os funcionários mais elitizados do Estado também começaram a dizer... pessoal... vocês não são invasores... vamos olhar diferente essa história (Ex-funcionário FF 2).

Em ocasiões as pessoas, sem ajuda externa, se organizam para melhorar suas condições de vida, motivadas, na maioria dos casos, por algum evento traumático que requer a ação coordenada do grupo para sua solução.

A capacidade de se organizar está intimamente ligada ao grau de desenvolvimento do capital social de cada grupo humano. Pretty e Ward (2001) afirmam que quando o capital social está consolidado as pessoas são capazes de fazer mais que aqueles indivíduos trabalhando sós ou em concorrência.

Neste documento entende-se como capital social o conjunto de instituições (ATRIA et al., 2003), estruturas (DURSTON, 2002) e relações sociais de cooperação (ARRIAGADA, 2005; PUTNAM, 1996) verticais e horizontais (RENTERÍA; DELGADO-SERRANO, 2014) baseadas na confiança, na reciprocidade (HOOGESTEGGER, 2013; PRETTY; WARD, 2001; PUTNAM, 1996), no intercâmbio, nas normas e sanções (PRETTY; WARD, 2001; PUTNAM, 1995), na conectividade, nas redes e nos grupos (PRETTY; WARD, 2001; SHILOH; TYNON; WESTERN, 2012) que possibilita as pessoas ampliarem suas oportunidades, gerando benefícios e ativos (PUTNAM, 1996), individuais e grupais, constituindo a capacidade efetiva de mobilizar os recursos das redes sociais em benefício dos membros do grupo (ATRIA et al., 2003).

Uma importante consequência do capital social comunitário é que permite que a comunidade entre em contato com outras instituições distantes, entes acadêmicos, organizações governamentais e não governamentais (ARRIAGADA, 2005; DURSTON, 2002) por meio de interconexões (LÓPEZ-GUNN, 2012) vinculando às pessoas e aos grupos similares em locais geográficos distintos (ARRIAGADA, 2005; DURSTON, 2002).

O papel das ONG e universidades no desenvolvimento comunitário tem sido fundamental para algumas comunidades (ARAUJO, 2011; DOMINGOS et al., 2012; ESTIMA et al., 2013; FONSECA; LIMA, 2015).

O Bairro Ribeirão dos Camargo, por exemplo, inicia seus primeiros passos de organização logo depois de ter tido contato com lideranças de outras comunidades já organizadas e com representantes das ONG que as acompanhavam. Atualmente os dirigentes do Bairro estão estreitamente interconectados com outras comunidades, universidades, ONG e organismos governamentais.

Nem sabia... eu fui... não levei caderno... conversa... em Registro... o pessoal se apresentava né... comunidade tal... comunidade tal... associação... então eu falei pra um rapaz... como é que é associação? Como é que é isso? Vocês têm que se reunir... e conversar... ali teve todo aquele trabalho, apresentação de todos os problema... a solução... falava tudo o que aconteceu na comunidade... que estava acontecendo... o cara anotava tudo na lousa... o que podia ser feito e tal... contar a situação do Parque estava fazendo com o pessoal ali... ouvi o pessoal também lá de outros lugares... parecido com a gente ou pior... ver os direitos da gente... pessoal que sabia sobre os direitos da comunidade (Morador 5).

Através destas conexões se tem facilitado a interação dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo com grupos diversos. As lideranças do Bairro têm tido acesso a outros recursos, conhecimentos e informações novas. Exemplo disto é a elaboração, por uma equipe mista de moradores locais e profissionais de várias universidades (Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, a Universidade Estadual Paulista – UNESP/Registro e a Universidade de São Paulo – USP), do Estudo para Subsidiar a Proposta de Criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Caboclas do Bairro Ribeirão dos Camargo (Iporanga, Vale do Ribeira - SP) como parte do Mosaico de Paranapiacaba que o Bairro apresentou para a Secretaria do Meio Ambiente em 2014.

Os dirigentes do Bairro Ribeirão dos Camargo trabalham constantemente na construção destas interconexões. Atualmente mantêm relação com várias ONG, entre elas a EAACONE e a Prosa na Serra. Além disso, estão em contínua comunicação com órgãos governamentais como a Defensoria Pública do Estado de São Paulo, Unidade Registro.

Estas conexões permitem que o Bairro Ribeirão dos Camargo tenha acesso a diversas fontes de recursos, ideias, informações e poder político, que de outra forma seria muito difícil de acessar. Recursos de outro tipo e potencialmente de outro nível, o que permite seu acúmulo e/ou conversão em outros capitais além da comunidade.

Shiloh, Tynon e Western (2012) afirmam que a formação do capital social é afetada pela presença de estruturas e instituições externas. Elas podem consolidar ou destruir a confiança, as redes sociais, a cooperação, o modo de vida e os processos de tomada de decisões, desestabilizando a coesão e criando conflitos entre os vizinhos. Aparentemente no Bairro Ribeirão dos Camargo a influência de entes externos tem sido também no aspecto político.

Tem muita gente de fora ali metendo bedelho... ali já começa a ter uma coisa política partidária no movimento... perde muito da validade da história (Diretor ASA).

Rentería e Delgado-Serrano (2014) estudando os ejidos mexicanos²⁹, demonstraram que a intervenção do Estado provocou desconfiança nos ejidatarios e consequentemente fez com que eles agissem de forma individualista. Efeito contrário foi constatado no Bairro Ribeirão dos Camargo. É precisamente a presença do Estado, personificada nos funcionários do PETAR, que motivou os moradores do Bairro se organizarem e lutarem contra as restrições à manutenção e reprodução de seu modo de vida fortalecendo o capital social comunal.

O papel da Defensoria Pública do Estado de São Paulo/Unidade Registro tem sido fundamental na formação do capital social dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo. Facilitando o desenvolvimento de relações de cooperação e intercâmbio de experiências das lideranças do Bairro com pessoas-chaves de várias comunidades e organizações, acrescentando o capital individual e comunal do Bairro.

Pretty e Ward (2001) e Hoogesteger (2013) afirmam que o papel de um agente externo, em aliança com moradores locais, pode incentivar o fortalecimento do capital social comunal; o desenvolvimento das relações de confiança mútua e a reciprocidade entre os indivíduos e as comunidades; a criação de relações com agentes externos e desenvolver as capacidades técnicas e de gestão organizacional; incrementar nos moradores conhecimentos e habilidades, capacidades de liderança e motivações para atuar, entre outros.

A influência externa na organização é facilmente observada no Bairro da Serra com o nascimento da ASA que consegue unir o Bairro através da formação da Associação.

Aqui no Bairro da Serra sempre houve um problema muito grande... quando um grupo de pessoas por exemplo os Mota, decidiam fazer uma associação os Denis, os Mendes... os caras não queriam... não faziam parte... aí quando uma outra família, os Rezende queriam fazer uma associação os outros já não participavam... então esses conflitos históricos que vêm lá, que ninguém sabe bem de onde... o avô com a avó de alguém pulando as cercas... eles não conseguiam se juntar pra formar uma associação... se organizar pra alguma coisa (Diretor ASA).

A abundante estrutura turística do Bairro da Serra é, provavelmente, consequência de uma contínua e prolongada influência de agentes externos que foram construindo as circunstâncias para tal desenvolvimento acontecer.

²⁹ Os ejidos mexicanos são estruturas complexas de propriedade coletiva da terra, instituídas pelo Governo Pós-revolucionário (1915-1992).

Aí veio o Cleiton... pessoal da SBE... começaram a fazer estudos sobre as cavernas... matos... financiaram algumas famílias assim né... não tinham onde ficar... então eles falavam assim... vamos ficar aqui... a dona da casa fazia o alimento... e aí eles começaram a fazer com que o povo comesse a enxergar outra perspectiva de vida... esses pesquisadores levavam os jovens para... andar no mato. Usaram mão de obra nessa pesquisa... quando foram sentir na cidade... já estava o turismo implantado... pouquinho, mas já estava... pessoa fazia um salgadinho... com a história da espeleologia muita gente veio pra cá né (Funcionário FF 3).

Os moradores do Bairro da Serra tiveram um contato mais intenso e duradouro com funcionários do Estado, turistas e pesquisadores. Relação que iniciou por volta de 1930 com os primeiros espeleólogos que chegaram ao Bairro para explorar as cavernas.

A gente começou a guiar aqui né também... já tinha turismo, mas o turismo era muito incipiente... não tinha monitores nem nada... não tinha pousadas, a gente ficava na Diva, ainda nem existia o Machu Picchu que era o quarto alojamento lá em cima... que era só um estradão, uma cama que a pessoa falava cama de índio... um estradão grande... botava cinco, quatro pessoas pra dormir... opção era acampar no Parque... você não tinha nada aqui... não tinha mercadinho (Diretor ASA).

Esses pesquisadores incentivaram o desenvolvimento turístico do local. O Bairro da Serra transformou-se na porta de entrada dos turistas para as cavernas da região.

Até a década de 80... o PETAR não tinha gestor... não tinha nada... até 1986... com a implantação do PETAR o Bairro da Serra passou a ter um foco de desenvolvimento... tudo o que poderia... se enfocar em Iporanga... acabou sendo transferido pra o Bairro da Serra... só que a demanda era uma demanda assim, sei lá muito rústica né... era uma demanda de espeleólogo... de gente que gosta de aventura... e ao longo do tempo... fosse concentrando no Bairro da Serra... ninguém investia em Iporanga porque as pessoas queriam ficar perto de onde as coisas estavam acontecendo (Funcionário FF 6).
Iporanga tem um contexto né de evolução diferente do Bairro da Serra... que já na década de 40 e 50... era um ponto de pesquisadores... de geólogos... de grupos de interesse né... foi o local a onde eles construíram um pensamento de que a comunidade participaria da unidade de conservação (Ex-funcionário FF 2).

O crucial do apoio externo foi evidente na consecução das terras que atualmente ocupa o Bairro da Serra. A maior parte delas pertenciam a Alfredo Blanes, proprietário da Mineração Furnas. No entanto, os moradores tinham ocupado as terras por várias gerações. Apoiados por pesquisadores ligados ao PETAR, em 1977 iniciaram uma ação de usucapião coletiva contra Blanes. Ganharam o processo em 1983. Inclusive, foi o Instituto Florestal quem elaborou a

proposta de anteprojeto da Lei N° 12.042, de 16 de setembro de 2005, para formalizar a redefinição dos limites do Parque no Bairro da Serra.

É claro que o processo de empoderamento pelos atores locais toma, em alguns casos, vários anos.

Estamos aí no mínimo 15 anos tentando formar a cooperativa de monitores... está tudo discutido... mas eles não querem assumir responsabilidade... ninguém quer assumir a presidência... quer que eu o Maria assuma... nós não vamos assumir... a gente quer que eles vão pra frente... mas eles são que têm que ir pra frente... não adianta a gente ficar tutelando, entendeu? Eles estão acostumado tudo a tutela... bolsa isso... bolsa aquilo... a gente quer que eles sejam independentes e proativos... críticos sim... então se você me guia pela mão eu vou... então não funciona (Diretor ASA).

É evidente que tanto elementos tangíveis como intangíveis mudam a vida dos moradores do Bairro da Serra com a influência de elementos novos que visitam ou se estabelecem no Bairro. Aspectos desde o tipo de material de construção das moradias até o pensamento e forma de comportamento se vêm influenciados por turistas e moradores novos no local.

O Bairro da Serra é diferente... todo esse movimento trouxe um nível cultural tal que mesmo as mulheres daqui não querem mais ter quatro, cinco, seis filhos como nos outros bairros... aqui não... a menina tem um, dois já para no segundo... isso acabou influenciando muita coisa aqui no Bairro sabe... culturalmente inclusive (Diretor ASA).

Ferreira (2011) relata como lideranças do Mosaico de Juréia-Itatins foram influenciadas por pesquisadores e ambientalistas de tal forma que em seus discursos comumente incluíam partes que aqueles usavam e inclusive reelaboram os discursos dos pesquisadores e ambientalistas para incorporá-los no próprio.

Do anteriormente exposto se deduz a importância da influência externa na organização das populações locais. Apoio em ações que vão desde reivindicações territoriais até empreendimentos turísticos. O mesmo fenômeno está ocorrendo com o Bairro Ribeirão dos Camargo. Atualmente se está iniciando o planejamento para a implantação do turismo de base comunitária no Bairro, apoiado por uma especialista no tema e a Prefeitura de Iporanga.

4.10 Turismo de base comunitária

Turismo de base comunitária foi algo que Iporanga me despertou... morando aqui... descobri que está ligado natureza e homem... e a gente tem que olhar pra isso também (Especialista em turismo).

O Ministério de Turismo brasileiro (BARTHOLO; SAN SOLO; BURSZTYN, 2009, p. 31) define o turismo de base comunitária como:

[...] toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, de acordo com as práticas de cooperação e equidade no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos.

O turismo de base comunitária se caracteriza, segundo a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (TURISOL)³⁰, por ser planejado, desenvolvido e gerenciado pela própria comunidade que oferece diversos serviços ao visitante. Com estas atividades se cria emprego e empreendedorismo de pequenos e médios negócios que geram rendimento complementar à atividade principal dos moradores locais, contribuindo para incrementar a qualidade de vida da comunidade.

Este tipo de turismo inicia-se com uma base interna, na própria comunidade. São os moradores locais que decidem se envolver no turismo na busca de um desenvolvimento local (HALLACK; BURGOS; ROCCO, 2011).

O turismo tem que ser minuciosamente planejado. Comumente, no processo de implantação da atividade turística clássica, a população local pouco participa dos benefícios econômicos, sociais e culturais que a operação proporciona.

Não obstante, o turismo de base comunitária não prometer uma renda elevada para os moradores locais (MACÊDO; RAMOS, 2012), sob as circunstâncias presentes, parece ser a opção mais viável para proporcionar um complemento de rendimento e contribuir com a diminuição da emigração dos jovens do Bairro Ribeirão dos Camargo.

Turismo que emprega pouco... mas nosso turismo é muito sazonal... durante semana ou fins de semana que não são feriados... o movimento é mínimo... então poucas pessoas conseguem viver disso efetivamente... não tem um fluxo constante de visitantes assim (Funcionária ONG).

³⁰ Disponível em:

http://eventos.fecam.org.br/arquivosbd/paginas/1/0.735565001254246828_thaise_guzzatti_turismo_d_e_base_comunitaria.pdf. Acesso em: 20 fev. 2016.

Borsanelli e Lobo (2015), estudando o Bairro da Serra, reportam que 53% dos entrevistados têm duas atividades profissionais e 18% três. Isto devido, provavelmente, à necessidade de complementação de renda ou de disposição de tempo ocioso ocasionado pela sazonalidade do turismo.

O turismo de base comunitária seria uma atividade complementar a outras atividades econômicas já praticadas no Bairro Ribeirão dos Camargo. É dizer, não substitui as atividades econômicas tradicionais dos moradores locais, somente as complementa. Porém, as famílias que optarem por trabalhar com turismo de base comunitária, precisam fazê-lo paulatinamente, com algum investimento e manter suas atividades cotidianas. A atratividade do local está em relação direta com os aspectos culturais existentes na região. Alterações radicais no gênero de vida, na paisagem, nas construções, nos sistemas de produção de alimentos podem contribuir com a perda de interesse pelo local.

O ideal é não só viver de turismo... o produto desse tipo de turismo... é o modo de vida das pessoas... geralmente entra a agricultura... é integrado... o turismo tem que ser encarado... como algo a mais... mas não dá... se abandonada as atividades que eles fazem... o artesanato... a agricultura... não vai ter um atrativo... não vai ser atraente pra as pessoas visitarem (Especialista em turismo).

O turismo de base comunitária precisa de um compromisso e de uma identidade absoluta com o processo para ser exitoso. Desse modo a participação e a liderança no planejamento do projeto têm que ser principalmente feita pelos próprios residentes locais. Pelo tipo de turismo desejado o impacto ambiental e social tem que ser limitado. Valoriza-se especialmente a cultura e a identidade própria dos moradores do lugar. Finalmente no tocante aos benefícios econômicos, estes têm que ser distribuídos diretamente entre a população local.

Precisa ter esse planejamento participativo... que todo mundo saber o que está acontecendo... no turismo comunitário todo mundo tem que ganhar mesmo que não está participando diretamente do desenvolvimento do turismo, mas eles têm que ser beneficiado... com alguma melhoria da comunidade... na minha opinião é o desenvolvimento né... e é todo mundo ganhar (Especialista em turismo).

Na região, o turismo de base comunitária já tem sido implementado com sucesso no Quilombo de Ivaporunduva, fixando o jovem na comunidade, diminuindo a emigração e inclusive fazendo com que o adolescente que foi embora esteja voltando.

Ivaporunduva... eles querem crescer... eles querem se desenvolver... mas não cada um por si... eles querem como um todo... hoje funciona uma pousada comunitária... tem rodízio das pessoas que vão trabalhar... na pousada... uma semana um grupo... trabalham alguns cozinheiros... alguns monitores ambientais... e aí quando troca o grupo são outras pessoas... então tem sempre esse rodízio... eles compram produtos de ali mesmo... eles dão preferência pra comunidade... fazem rodízio das pessoas que eles compram. Ivaporunduva é uma comunidade com mais de 100 famílias... com bastantes jovens... jovens empreendedores e jovens que estudam... moram ali... voltam pra sua cidade... está acontecendo o contrário do êxodo rural (Especialista em turismo).

Atualmente persiste a discussão em relação à sustentabilidade do turismo de base comunitária. Como modelo de desenvolvimento, enfrenta críticas sobre a geração de rendimento e emprego, sua dependência de ajuda externa em recursos e assessoria, apropriação de algumas elites dos benefícios e a falta de capacidade de gestão dos moradores locais dos projetos (CAÑADA, 2015). Outra crítica é o abandono do projeto logo que o acompanhamento termina. A escassa experiência dos moradores locais em empreendimentos turísticos requer, normalmente, da ajuda externa para sua implementação. No entanto, aparentemente, a assessoria não dura o tempo suficiente para empoderar os moradores no projeto.

O turismo é uma atividade nova para os moradores locais. Consequentemente a ajuda internacional tem sido a responsável, usualmente, pelos referidos empreendimentos, como uma maneira de garantir aos moradores locais a sobrevivência por terem sido afetados pela implementação de espaços protegidos em seus territórios e a consequente restrição de uso do solo e dos recursos naturais, sua fonte principal de rendimento (CAÑADA, 2015).

Daí a importância da associação local ABRISA, para orientar o desenvolvimento do turismo de base comunitária no Bairro Ribeirão dos Camargo através de capacitações, gestão de infraestrutura e comercialização ou criação de operadoras locais de turismo. Os primeiros passos já foram dados. No entanto a Associação ainda tem um longo caminho por percorrer para a instalação do turismo de base comunitária no Bairro.

5 A GESTÃO COMPARTILHADA DOS ESPAÇOS PROTEGIDOS

A relação entre Parque e comunidade tradicional mudou muito... antigamente nosso encontro era no fórum, na delegacia... hoje a gente senta numa reunião do Conselho... a gente se confraterniza num almoço... a gente faz oficinas... programas (Funcionário FF 13).

5.1 Antecedentes

A criação de áreas protegidas tem sido a estratégia mundial de ordenamento territorial mais usada frente à perda da biodiversidade (ANDRADE, 2009; HIMMELFARB, 2006; MEDEIRO, 2014; SANTOS, 2009; UDAYA, 2003; VEDEL et al., 2012). No país, a Lei do SNUC institui dois grupos de unidades de conservação (artigo 7º): as de proteção integral e as de uso sustentável. As primeiras visam à preservação da natureza, já as segundas buscam compatibilizar o uso dos recursos naturais e sua conservação. O PETAR se encaixa na primeira categoria, apesar de vários grupos humanos residirem no seu interior, entre eles o Bairro Ribeirão dos Camargo.

O debate sobre populações humanas e áreas protegidas adquiriu importância mundial a partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em 1992, conhecida como RIO-92, viabilizando a mudança nas políticas de criação de unidades de conservação no país (MARTINS, 2012; OLIVEIRA, 2004).

A partir da década de 1980 inicia-se já um processo de criação de unidades de conservação que permitissem a permanência e o uso dos recursos naturais por parte de populações tradicionais que dependem deles para reproduzir seu modo de vida, como é o caso das Reservas Extrativistas, RDS e Florestas Nacionais. Contudo, ainda existe controvérsia sobre a presença de populações humanas em unidades de conservação de proteção integral.

A Lei do SNUC surge como consequência das discussões sobre a permanência de comunidades tradicionais em áreas protegidas, de sua importância na conservação da biodiversidade e dos conflitos gerados pela criação de espaços protegidos com populações humanas no seu interior (BELLINASSI; PAVÃO; CARDOSO-LEITE, 2011; CALEGARE; HIGUCHI; BRUNO, 2014). Esta normativa possibilitou o estabelecimento de novas categorias de unidades de conservação,

organizar as classes existentes e melhorar o processo de seleção, criação e administração delas (MERCADANTE, 2001).

Anteriormente à RIO 92, apesar de algumas populações rurais apresentarem um modo de vida de baixo impacto ambiental (RODRIGUES; FREDRYCHO, 2013), sua contribuição na conservação da biodiversidade dificilmente era reconhecida pelo Estado (FERREIRA, 2013). Pelo contrário, comumente seu estilo de vida era ameaçado pelas políticas públicas de conservação ambiental e pela especulação imobiliária (especialmente nas áreas próximas do litoral). Parecia que as populações locais não existiam ou eram invisíveis para o poder público. Segundo Arruda (1999), isso é consequência das concepções ambientalistas biocêntricas reinantes no Estado.

Prejudicar, prejudicam [os moradores locais] não tem como não prejudicar, foge também completamente do objetivo principal da unidade a presença humana (Funcionário FF 12).

Nessa linha, no Brasil, a criação de unidades de proteção obedece à tendência mundial de excluir os moradores locais no interior delas. Adotou-se a concepção de área protegida criada nos Estados Unidos, aceita mundialmente nos anos 60, e observada até hoje (ARAUJO, 2007; ARRUDA, 1999; HIMMELFARB, 2006; MARQUES, 2014; MATTOS; NOBRE; ALOUFA, 2011; SANTILLI, 2012; SPÍNOLA, 2013;). Comumente, as populações humanas no interior de unidades de conservação de proteção integral são consideradas uma ameaça (DIEGUES, 1994; HOOGESTEGGER, 2013; MARQUES, 2014; OLIVEIRA, 2004; SANTILLI, 2012). Não se reflete sobre o papel de algumas comunidades que vêm conservado por longos períodos seu entorno de uma forma sustentável (FERREIRA, 2013; MARQUES, 2014).

O ser humano urbano imagina ao indivíduo como o grande problema na preservação da biodiversidade. O ser humano como o grande destruidor do ambiente. Portanto, a natureza precisa ser protegida de sua ação, isolando-a em unidades de conservação (KOLAH et al., 2014).

Tem alguns sítios de moradores antigos que são pessoas que estão ali já um tempo... geralmente eles têm cultivos, têm criações, alguns processos que não combinam com a parte de proteção de unidade de proteção integral (Funcionário FF 11).

Usualmente, a criação de áreas protegidas envolve decisões impostas à população local, sem considerar a reprodução de seu estilo de vida (CHAVES, 2008; FERREIRA, 2013; KOLAH et al., 2014). O Governo decide as áreas e a categoria de proteção unilateralmente (ARRUDA, 1999), originando-se assim muitos dos conflitos atuais.

A implantação de unidades de conservação com populações humanas em seu interior, causa conflitos políticos, econômicos, culturais, sociais e ambientais. Ainda mais quando várias delas foram criadas em gabinete, sem conhecimento prévio da área escolhida (SILVA; SOUZA, 2013).

O processo de criação de unidades de conservação no Brasil antigamente era muito, muito falho, na verdade né, então se escolhia uma área e criavam... não averiguavam que tinha lá dentro... era um processo meio complicado e nunca se trabalhou na questão vamos retirar o pessoal, vamos realocar, vamos indenizar, quem quer... nunca se trabalhou isso aqui no Brasil... pouco tempo que essas novas unidades aí já têm começado a ter esse cuidado maior de realmente conhecer a área né... para evitar essas questões... as vezes você insere uma comunidade inteira dentro de uma área... você vai criar dois problemas... um que você não poder ter aquilo lá dentro e outro que restringe o próprio direito que a comunidade tem (Funcionário FF 12).

De acordo com as diversas fontes consultadas, a criação do PETAR, em 1958, não foi uma exceção. Foi feita, como muitos outros parques, sem consultar os moradores que habitavam a região, entre eles os residentes do Bairro Ribeirão dos Camargo. Sua implantação em campo, em 1986, provocou que o acesso aos meios de subsistência da população do Bairro fosse ameaçado, gerando um conflito que persiste até hoje.

As divergências entre a população local e a administração das unidades de conservação diminuíram com a emissão da Lei do SNUC. Ela é a primeira normativa a considerar a presença de comunidades humanas em unidades de conservação de proteção integral e a possibilidade de uma gestão compartilhada³¹ o que facilitou a redução de desacordos entre os atores.

No entanto, a gestão das áreas protegidas enfrenta ainda uma série de empecilhos. Desde conflitos com as populações humanas locais até instabilidade política, passando pela deficiente regularização fundiária e o insuficiente orçamento para gerir as unidades de conservação.

³¹ O artigo 5º da Lei do SNUC estabelece que “O SNUC será regido por diretrizes que: [...] III. Assegurem a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação [...]”.

Em 2008 houve a mudança de gestão... entrou um outro Prefeito... ele trouxe um impacto extremamente negativo para o município... ele criou uma desestruturação dentro do município... então nós tínhamos operações integradas com a Prefeitura... a Prefeitura apoiava... tinha todo um processo de parceria que hoje não ocorre mais... então a gente tem um cenário municipal bastante ruim e que afetou diretamente (Funcionário FF 11).

A condição fundiária provavelmente é uma das principais causas de conflito na gestão dos espaços protegidos. A maioria das unidades de conservação de proteção integral não apresenta uma situação fundiária regularizada. A desapropriação não se cumpriu na sua totalidade. O *status* das populações locais no interior das unidades de conservação não foi resolvida. Ainda mais, agravou-se seu modo de vida decorrente da nova normativa ambiental que proibiu o livre uso agrícola do solo e o extrativismo (MARTINS, 2012) dificultando-se assim a administração dos espaços protegidos.

Segundo o WWF e ICMBIO (2012) a gestão das unidades de conservação federais no país se caracteriza como de eficiência média (48%). É interessante notar que as RDS são as que apresentam a mais alta efetividade (60,55%). Faria (2004), de uma amostra de 41 unidades de conservação de proteção integral no Estado de São Paulo, descobriu que 44% se encontravam em padrão inferior na qualidade de gestão, 10% em padrão muito inferior e 34% em padrão mediano. É oportuno citar que no caso das unidades de proteção de uso sustentável, não se encontrou nem uma com padrão muito inferior. Este fato poderia se atribuir à maior e mais efetiva participação das populações locais na gestão destes espaços protegidos.

Segundo Ferreira (2011), a elaboração de normas sem a participação das populações locais possibilita sua inobservância. A probabilidade de cumprimento é maior através de sua efetiva participação na elaboração conjunta de regras que assegurem a reprodução e manutenção de seu modo de vida e a conservação dos recursos naturais.

De acordo com Vodouhê et al. (2010), a efetividade da gestão das unidades de proteção depende da percepção dos moradores locais e determina o tipo de relação que estabelecem com ela.

Na qualidade de gestão das áreas protegidas nacionais, o deficiente planejamento é um tema recorrente. Contudo, ocasionalmente existe recurso financeiro disponível, mas seu investimento é maiormente direcionado para a instalação de infraestrutura e não para o planejamento conjunto com a comunidade

local, a resolução de conflitos ou a regularização fundiária. Magro (1999) estudando o Parque Nacional do Itatiaia, antes do regime militar, evidencia os recursos humanos e econômicos dispensados para instalação e manutenção de estruturas no Parque.

Nosso maior problema foi planejamento institucional... nós não tivemos nenhum... não adianta chegar o dinheiro do BID... para construir infraestrutura no Parque... milhões e milhões de dinheiro sendo que ninguém pensou em resolver o problema fundiário... para ter um pouquinho de terra para construir uma base de fiscalização num lugar de interesse... então assim, não adianta você ter 400 milhões do BID super bacana não sei que lá e o Estado não se mexer com relação à questão fundiária. Então... ninguém pensou em regularizar isso (Funcionário FF 11).

As unidades de proteção brasileiras refletem alguns dos problemas da administração pública: lentidão, formalismo, personalismo, concentração de poder (ARAUJO, 2007; FARIA 2004; GONÇALVES; BRANQUINHO; FELZENSZ WAL, 2011) e deficiência de funcionários e de recursos financeiros (GONÇALVES; BRANQUINHO; FELZENSZ WAL, 2011).

Araújo (2007) expõe alguns problemas próprios dos órgãos ambientais: carência de profissionais qualificados em administração pública, ausência de uma política de capacitação, falta de avaliação de desempenho e estímulo para o desenvolvimento dos funcionários, inexistência de um ambiente de excelência no cumprimento, omissão de processos de organização para melhorar o funcionamento e a atenção aos usuários, fragilidade política da organização, errônea missão institucional, falta de planejamento de curto, médio e longo prazo e desvalorização da importância da conservação da biodiversidade pelo Estado. Esta situação contribui para que o desempenho na gestão das unidades de conservação seja deficiente.

Como resultado ocorre a perda da memória institucional, do aprendizado organizacional, da clareza da missão e das políticas e orientações estratégicas da instituição. Somado à alta rotatividade dos gestores, todo esse quadro conduz à descontinuidade administrativa (ARAUJO, 2007).

Quando foi feito o Plano de Manejo do Parque todos os núcleos criaram seu Conselho Consultivo... aqui houve uma certa regularidade nesse Conselho... no que não houve regularidade foi no número de gestores do Parque... parece que isso comprometeu um pouco também a continuidade no trabalho do Conselho... houve uma rotatividade um pouco acelerada aí de gestores... o Conselho foi criado em 2007 agora estamos em 2015 nesse período passaram cinco gestores pela unidade (Funcionários FF 4 e 5).

Todos os elementos anteriormente enunciados, segundo Faria (2004), reafirmam o caráter burocrático e patrimonialista dos órgãos ambientais. Isto contribui para gerir conflitos constantes com os atores locais, agravado pela visão preservacionista dominante em suas esferas técnicas (GONÇALVES; BRANQUINHO; FELZENSZWAL, 2011).

Segundo Araujo (2007), o patrimonialismo determina que alguns dos quadros de direção das instituições ambientais estejam ocupados por diretores com deficiência técnica, gerencial e de liderança. A seleção da maioria desses cargos usualmente é baseada nas relações pessoais do candidato e não em sua capacidade.

Sendo a situação tão complexa, a Lei do SNUC considerou prudente estabelecer uma administração compartilhada através de um novo auxiliar para a gestão: o Conselho Consultivo. Um instrumento que amenizaria os conflitos surgidos com as comunidades locais e outros atores interagindo em uma área protegida.

Segundo o WWF e ICMBIO (2012), 53% das unidades de conservação federais de proteção integral no país, apresenta ocupação humana no seu interior. A Diretoria do Litoral Sul e Vale do Ribeira³² reporta ocupação humana em 83% dos Parques Estaduais e 50% em Estações Ecológicas sob sua administração.

Neste contexto, a gestão compartilhada é vital na administração das unidades de conservação. O Conselho Consultivo pretende a inclusão dos diferentes atores da sociedade civil e dos órgãos governamentais para conciliar os múltiplos interesses surgidos na administração de uma unidade de proteção. Deste modo, o Conselho constitui uma importante estratégia colaborativa na administração dos espaços protegidos (COHEN; SILVA, 2009).

A participação social no desenho, planejamento e demarcação de limites das unidades de conservação possibilita sua melhor fiscalização e proteção (WWF; ICMBIO, 2012). As redes sociais podem ser mais importantes que a existência de instituições formais para o cumprimento da normativa ambiental (BODIN; CRONA, 2009) e determinam as habilidades de seus membros para se adaptar às mudanças ambientais.

³² Ocupação em Unidades de Conservação. Diretoria do Litoral Sul e Vale do Ribeira. Versão atualizada em dezembro/2015 a partir das revisões dos gestores das unidades de conservação e gerências regionais.

Os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo têm-se adaptado a estas mudanças por mais de 150 anos. Esta capacidade poderia ser aproveitada pela administração do PETAR no que Bodin e Crona (2009) chamam de co-manejo adaptativo. Processo que surge em resposta às mudanças ambientais e à contínua aquisição de conhecimentos, um método que parece ser mais eficaz que o modelo tradicional de gestão.

Contudo, o sucesso da administração participativa está diretamente relacionado com a aptidão de negociação da comunidade, o tipo de conflito estabelecido e a capacidade técnica da administração da unidade de conservação (BELISSINI, 2012).

De acordo com os princípios de desenvolvimento sustentável, todos os interesses precisam ser considerados para resolver divergências (COHEN; SILVA, 2009). O Conselho Consultivo parece ser o foro ideal para isso. Com sua criação, se rompe o paradigma de resolução de conflitos unicamente através das instâncias judiciais estatais.

5.2 Conflitos ambientais

O parque já tinha entrado... estava muito proibitivo né... o pessoal saía para trabalhar... pertinho da guarita...os guardas era todo novo né... não sabia nem como que lidar com a situação... porque também nunca foram treinado, acho, para aquilo... o que é um parque novo... deram alarma para os cara, se alguém entra lá, proíba... acho que foi isso aí no começo... saía alguma coisa para trabalhar... não, você vai cortar palmito... você não é daqui... proibia a gente abrir mata né... para fazer uma rocinha né... para eles o pessoal era um estranho ali... para eles não morava gente (Morador 5).

A palavra conflito deriva do latim *conflictus* e *confligiere*, que significa combate, luta, briga. O conflito se manifesta pelo intercâmbio de hostilidades entre atores em desacordo. Aparece pela incapacidade de encontrar uma solução para essa divergência. Discordância esta originada, geralmente, pela distribuição dos recursos e iniciada pela mudança nas regras de seu uso e/ou acesso (BARRERA, 2002).

Cada pessoa realiza constantemente uma valoração e análise de sua situação. Quando percebe perdas ou desvantagens se criam espaços para o surgimento dos conflitos. No momento em que se manifesta uma inconformidade, direta ou indiretamente, é porque existe uma assimetria, real ou imaginária, para a

pessoa. O indivíduo iniciará processos para restabelecer o equilíbrio, instaurando-se assim a divergência (BARRERA, 2002).

Dentro da Sociologia Ambiental, a corrente realista trata os conflitos como entes objetivos com existência independente da maneira como são percebidos pelos atores sociais (GUIVANT, 2002 apud MARTINS, 2012). Já o pensamento construtivista prioriza as representações sociais. O que dá significado aos conflitos é a forma como eles são interiorizados pelos diferentes agentes sociais. Para os construtivistas, os conflitos são construções coletivas. O interessante é compreender como as pessoas atribuem significados ao mundo e como e por que surgem os conflitos. Não se busca unicamente resolver o conflito, como na visão realista, senão entender o porquê de seu surgimento na coletividade, dentro do contexto social, espacial e temporal em que acontecem.

Os conflitos têm um custo para a sociedade que está diretamente relacionado com a eficiência com que cada grupo o maneja. Isto implica seu reconhecimento, exame das causas, origem e desenvolvimento (BARRERA, 2002).

As disputas pela terra, por exemplo, constituem uma acumulação de reivindicações e processos em diversos níveis econômicos e políticos. A terra não é só um bem a mais da unidade familiar, senão que constitui a base sobre a qual se desenvolve seu sistema de vida e sua subsistência. Consequentemente, as ameaças ao acesso à terra têm graves repercussões sociais (HERRERA; PASSANO, 2005).

A terra no Brasil é considerada, geralmente, uma reserva patrimonial. A acumulação da terra não é feita visando sua produção. Consequentemente, várias áreas mantêm-se improdutivas. Segundo Oliveira (2001), a propriedade da terra pelas elites, usualmente, proporciona acesso às políticas de Estado, impossibilitando qualquer Reforma Agrária.

Os conflitos de terra se instauram na realidade agrária nacional ao final do século XX (OLIVEIRA, 2001) assim como o paradoxo entre a disputa pela terra e a criação de áreas protegidas. Confirma-se a deficiência da situação fundiária como a origem de muitos desses conflitos que, geralmente, acabam com expropriações e expulsões dos povoadores locais. Isto ocasionado pelas políticas preservacionistas nas unidades de conservação de proteção integral que ignoram as populações locais na tentativa de uma conservação sem pessoas (FERREIRA, 2013).

As políticas inadequadas de acesso à terra conduzem aos conflitos. Uma normativa apropriada teria que garantir os acordos preexistentes sobre a posse da terra e não colocá-los em perigo, como ocorre usualmente quando se cria uma unidade de proteção integral com presença humana no seu interior.

É inevitável o surgimento dos conflitos quando as pessoas vêm sua base de reprodução social afetada como ocorre no Bairro Ribeirão dos Camargo. Fenômeno também observado em Mumbuca, uma comunidade localizada no interior do Parque Estadual do Jalapão, que está impossibilitada de manter e reproduzir seu estilo de vida no exterior da unidade de conservação e no seu interior devido aos princípios de manejo de uma unidade de conservação de proteção integral (RODRIGUES; FREDRYCHO, 2013). Esta situação se repete em vários espaços protegidos do país.

Provavelmente o conflito ambiental teve sua origem nas posições contrárias das correntes de pensamento do antropocentrismo e do biocentrismo. Desconsiderando que a reprodução e manutenção do modo de vida tradicional nas unidades de conservação de proteção integral não implica, necessariamente, em degradação do ambiente.

As concepções biocêntricas provocam que as populações locais, residindo em uma unidade de conservação de proteção integral, apresentam desacordos com a administração da unidade sobre suas formas de manejo da natureza, ameaçando sua manutenção e reprodução econômica, social e cultural (RODRIGUES; FREDRYCHO, 2013).

Por outro lado, os órgãos ambientais ficam receosos de ceder o direito de uso da terra aos moradores locais no interior das unidades de conservação de proteção integral, em razão de que a história mostra que algumas famílias trasladam para terceiros as terras cedidas.

Soma-se à problemática o desejo de apropriação e uso do território de múltiplos e divergentes interesses. Diferentes atores buscando o domínio e a apropriação dos territórios de conservação. Nesse cenário, geralmente promove-se benefícios para os atores com maior poder político e econômico, gerando-se a injustiça ambiental para as comunidades locais, ocorre sua expulsão. Prevalece o interesse de atores com maior poder, o setor do turismo, por exemplo. É claro que o poder de negociação do setor turístico é maior que o das comunidades locais. São estas, geralmente, as mais danificadas, já que sua base de reprodução social é

afetada. Comumente os residentes locais são forçados a abandonar o território que ajudaram a conservar.

Os conflitos ambientais envolvem vários atores: o órgão gestor da unidade de conservação, prefeituras, proprietários, posseiros, polícia ambiental, empresas privadas e públicas, organizações não governamentais, setor imobiliário e turístico, os turistas, visitantes e moradores de veraneio e comunidades locais, entre outros. Originam-se relações de poder desiguais, o que tende a aumentar sua complexidade; comunidades locais versus latifundiários, comunidades locais versus empreendimentos imobiliários.

Essa questão especulativa é muito grande, aqui a renda, o dinheiro, fala muito mais alto... o poder econômico das pessoas é muito grande... então... construir um condomínio aqui na beira da praia é algo que ninguém vai esbarrar isso... ninguém vai impedir isso... e seja um lugar bom ou sem tratamento de esgoto, com água ou não (Funcionário FF 11).

Na tentativa de conciliar os múltiplos interesses na administração das áreas protegidas, a Lei do SNUC estabelece alguns mecanismos para a gestão das unidades de conservação.

5.3 Instrumentos para uma gestão compartilhada

Então temos que pensar estratégias e formas... nós estamos trabalhando uma gestão compartilhada com unidades de uso sustentável... temos proteção integral, mas tão importante como a proteção integral, são as unidades de uso sustentável também que estão no entorno do Parque... elas acabam sendo fiscais do Parque... isso é bacana... nós temos muito morador que são fiscais... não gostam de coisa errada... falam oh... está acontecendo isso, aquilo... nós temos muitos aliados... a pessoa que toma consciência o tradicional mesmo... ele tem mais ajudado que atrapalhar mesmo... pelo contrário vem a ajudar, soma força assim para a unidade... o importante é a questão de gestão compartilhada... você ouvir... saber ouvir... você ter esse momento de reunião... para a unidade ir bem, você tem que ter um Conselho funcionando... Conselho é uma das ferramenta tão importante quanto o Plano de Manejo... porque assim... está ali se ouvindo a voz do povo mesmo sabe? (Funcionário FF 13).

Segundo Pimbert e Pretty (2000) as unidades de conservação surgem a partir da necessidade de preservação das espécies, ignorando as condições sociais do lugar. Esta filosofia impossibilita a participação das comunidades locais, despreza a rede de relações tecidas por séculos entre ser humano e natureza. O paradigma da gestão ambiental isolada, anula tais interações. Nessa linha, a tentativa de preservação da natureza está condenada ao fracasso.

Na sociedade moderna o conceito de natureza é contraposto ao de cultura. O foco no objeto da conservação faz invisível os atores locais. Instaurando-se o conflito entre o ambiente como direito coletivo e os direitos humanos dos povoadores locais. A criação de unidades de proteção no modelo atual, traslada completamente a obrigação de conservação da natureza ao Estado, desvia o interesse da sociedade e enfatiza a incompatibilidade entre conservação e uso direto da natureza (ANDRADE, 2009).

Atualmente, cada vez é mais discutida a necessidade de se estabelecer uma gestão compartilhada com as comunidades locais. Outorgando-lhes inclusive o papel principal na consecução do objetivo de conservação (CALEGARE; HIGUCHI; BRUNO, 2014; MARQUES, 2014). O comprometimento das populações locais é reconhecido como essencial para a conservação (VODOUHÊ et al., 2010).

Partindo do fato que a administração de uma unidade de conservação está cheia de empecilhos, a Lei do SNUC contemplou diversos instrumentos de gestão para auxiliá-la, entre eles, o Plano de Manejo e o Conselho Consultivo.

O Plano de Manejo foi definido pela primeira vez no Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros, Decreto Nº 84.017 de 21 de setembro de 1979, no artigo 6º como “o projeto dinâmico que, utilizando técnicas de planejamento ecológico, determine o zoneamento de um Parque Nacional, caracterizando cada uma das suas zonas e propondo seu desenvolvimento físico, de acordo com suas finalidades”.

Posteriormente a Lei do SNUC, no artigo 2º, oferece uma definição de Plano de Manejo mais abrangente:

Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

Entre os objetivos do Plano de Manejo estão: o zoneamento da unidade de conservação, visando à proteção de seus recursos naturais e culturais; elaboração das normas e ações específicas necessárias para conciliar a presença das populações locais com os objetivos da unidade; preparar as normativas de uso na zona de amortecimento e da integração socioeconômica das comunidades do

entorno da unidade (INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, 2002).

Outro instrumento de gestão é o Conselho Consultivo. Estabelecido no artigo 29 da Lei do SNUC e ratificado novamente no artigo 22 da Lei do SIGAP. Estas normativas estabelecem que as unidades de conservação de proteção integral devem instituir um Conselho Consultivo, presidido pela administração da área protegida e constituído por representantes dos órgãos públicos, das organizações da sociedade civil e das populações locais, entre outros.

Segundo o artigo 23 da Lei do SIGAP os conselhos funcionam para fortalecer e legitimar a gestão participativa. Entre seus princípios está a busca de opções de desenvolvimento econômico sustentável na área.

O artigo 2º da Lei do SIGAP estabelece os objetivos e diretrizes do Conselho Consultivo:

[...] assegurar a participação das populações locais na criação, implantação e gestão das unidades de conservação; buscar que sejam respeitados, preservados e mantidos o conhecimento, as inovações e práticas das comunidades locais e populações com estilo de vida tradicional [...]; buscar formas para garantir meios de subsistência alternativos às populações tradicionais [...]; evitar o isolamento das unidades de conservação, criando condições para que estas participem dos processos socioeconômicos e culturais das regiões onde estão inseridas.

Apesar das múltiplas vantagens de contar com instrumentos de gestão para auxiliar a administração das unidades de conservação, no Estado de São Paulo, de 54 parques analisados³³ somente 20% contam com Conselho Consultivo e 37% com Plano de Manejo (Ver Tabela 5).

Tabela 5 - Percentagem de parques que contam com instrumentos de gestão no Estado de São Paulo

Instrumento de Gestão	Não	%	Sim	%
Conselho Consultivo	43	80	11	20
Plano de Manejo	34	63	20	37

Fonte: Cadastro Nacional de Unidades de Conservação 2016

São várias as razões pelas quais estes instrumentos não têm sido implantados em todas as unidades de conservação. Entre elas, provavelmente, a de

³³ Dados acessos no 30 de janeiro de 2016 no site do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. Disponível em <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-por-uc>.

maior peso é a falta de recursos humanos e financeiros que segundo o WWF e ICMBIO (2012), se encontra em uma situação crítica.

As pessoas [os funcionários] ficam na chuva... eu não consigo avançar com isso... não consigo resolver... estou comprando lona de meu bolso agora... para ver se eu faço uma cobertura... então eu gasto dinheiro constantemente aqui dentro de meu bolso... sem ressarcir, sem nada. Eu não posso parar a gestão por causa de uma impressora... eu não posso parar a gestão porque meu carro quebra e eu não tenho como arrumar... eu não posso parar a gestão porque quando chove entra água em toda minha sala... meu maior problema é a instituição... que não me dá as condições de eu seguir (Funcionário FF 11).

É importante notar que cinco parques contam com Conselho Consultivo, mas não com Plano de Manejo. É de supor que nestas unidades de conservação a participação dos atores tem que ser no mínimo, interessante.

a. O conselho consultivo

O Conselho Consultivo ajuda a gente a tomar decisões... por exemplo... a questão de roças o Conselho ajuda... a criar mecanismos né... aquela comunidade tem indícios de tradicionalidade ela precisa... o Conselho ajuda nisso... indicar ações que a gente tem que tomar como prioridade para a gestão da unidade... as decisões mais complexas a gente leva ao Conselho para ajudar... por exemplo definir o plano de metas 2015 (Funcionário FF 12).

Segundo Calegare, Higuchi e Bruno (2014), já nos anos 70 se discutia a participação dos moradores locais na gestão das áreas protegidas como forma de garantir sua subsistência e colaborar com os fins da conservação.

O Regulamento do SNUC, estabelece no artigo 17 que a unidade de conservação pode ter Conselho Consultivo ou Deliberativo, dependendo da categoria de manejo. Presidido, em ambos os casos, pelo gestor da área protegida (artigo 26 da Lei do SIGAP) quem designará os demais conselheiros. Por mandato legal tem que estar representado o setor científico, ONG ambientalistas presentes na área, população residente e do entorno da unidade de proteção e setor privado atuante no local, entre outros.

A finalidade do Conselho Consultivo é promover o debate, a compreensão e a apropriação de parte dos atores interagindo na unidade de conservação. Esse deve se constituir em um fórum permanente onde todos os atores discutem, constroem,

acordam, definem e articulam as ações e estratégias para viabilizar a administração da área protegida (BIM; FURLAM, 2013).

As competências do Conselho são estabelecidas no artigo 20 da Lei do SNUC: participar na elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo; avaliar o orçamento da unidade e propor diretrizes e ações para melhorar a relação com as populações locais, entre outras.

O PETAR, através da Portaria FF No 313/2013, teve estabelecido seu Conselho Consultivo para o período 2013-2015 presidido pelo gestor do Parque e integrado por representantes da sociedade civil e órgãos de governo (Ver Tabela 6).

Tabela 6 - Integrantes do Conselho Consultivo do PETAR 2013-2015

No.	Sociedade civil	Órgãos governamentais
1	Associação dos Artesãos do Alto Vale do Ribeira	Coordenadoria de Fiscalização Ambiental da Secretaria do Estado de Meio Ambiente
2	Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica	Instituto Florestal de São Paulo
3	Grupo Voluntário de Busca e Salvamento	Instituto Geológico
4	Associação de Comunidades Caboclas do Bairro Ribeirão dos Camargo	Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo
5	Associação dos Remanescentes de Quilombo do Bairro Bombas	Secretaria de Estado da Educação.
6	Associação do Bairro Caximba e Banhado Grande	Serviço Geológico do Brasil
7	Associação Ação Morro do Ouro	Prefeitura Municipal de Iporanga
8	Associação dos Moradores do Bairro Serra	Prefeitura Municipal de Guapiara
9	Associação de Pousadas e Camping de Iporanga	Prefeitura Municipal de Apiaí
10	Sociedade Brasileira de Espeleologia	Polícia Ambiental de Apiaí
11	Associação Serrana Ambientalista	Polícia Ambiental de Jacupiranga
12	Associação dos Monitores Ambientais e Culturais de Iporanga e Região	

Fonte: Administração do PETAR (2015)

Integram o Conselho Consultivo do PETAR, vinte e quatro membros em proporção paritária. Na verdade, a participação comunitária é um dos maiores desafios práticos. Raramente se dá de forma equitativa, por várias razões, entre elas, a diferença na capacitação formal de seus integrantes. Comumente os

funcionários dos órgãos governamentais e não governamentais têm uma preparação acadêmica de nível superior, o que lhes facilita a compreensão do contexto político, técnico e legal sob o qual funcionam as áreas protegidas. Além disso, contam com maiores recursos e conexões que apoiem sua permanência no Conselho. O contrário acontece com os moradores locais. Eles enfrentam problemas desde o deslocamento para assistir às reuniões até a compreensão do vocabulário, termos e documentos, geralmente técnicos, discutidos nelas.

É possível que os habitantes locais se vejam intimidados ante estas limitantes e assumam uma participação passiva recebendo informação unilateral e sem possibilidade de reagir adequadamente diante de diversas situações. Para atingir uma participação legítima das populações locais precisa-se de um processo de capacitação constante para os membros do Conselho, especialmente dos moradores locais.

Sem embargo, lograr a participação comunitária não será fácil. Os conselhos ainda não são completamente assumidos pelas comunidades locais. Isso promove o caráter técnico e parcial das discussões. Também convertem este fórum, em alguns casos, em um simples cumprimento de deveres legais (GONÇALVES; BRANQUINHO; FELZENSZVAL, 2011). Todavia, uma unidade de conservação precisa da legitimação dos moradores locais para se manter. Daí a importância de sua efetiva participação.

O Conselho Consultivo do PETAR tem reuniões bimensais em sua sede localizada no Núcleo Ouro Grosso do Parque. No Estatuto do Conselho se estabelecem seus objetivos, entre eles estão: procurar novas formas de participação das populações locais, a promoção do desenvolvimento socioeconômico e a conservação do ambiente.

Apesar da tentativa de estabelecer uma gestão compartilhada no PETAR, a situação atual no Bairro Ribeirão dos Camargo indica que esta não tem tido os resultados esperados. Os conflitos continuam. Esses devem-se, principalmente, ao fato dos objetivos do Parque impedirem a manutenção e reprodução do modo de vida dos moradores locais. A despeito de sua presença no interior do PETAR ser tolerada, suas atividades agropecuárias e extrativistas, necessárias para a reprodução de seu gênero de vida, não são reconhecidas. Atividades anteriormente habituais como a caça, a pesca, a criação de animais de pequeno porte, a colheita de recursos naturais, a construção ou modificação da casa, são atualmente

criminalizadas. Mas são solicitados a proteger e respeitar o ambiente. É claro que os conflitos são contínuos.

Vodouhê et al. (2010) afirmam que aquelas comunidades cuja sobrevivência dependa diretamente da terra e dos recursos naturais mostraram o maior conflito com a criação das áreas protegidas que limitam o livre uso do solo e o acesso aos recursos naturais. No seu estudo, 99% dos entrevistados mostram que a proibição do exercício de suas principais atividades econômicas no interior do Parque provocou um sentimento negativo para com ele e para com a conservação da biodiversidade nele contida. A obtenção de benefícios diretos gerados pela unidade de proteção, ao contrário, estimula uma atitude positiva.

Exemplos são as parcerias estudadas por Vodouhê et al. (2010) entre a Associação Comunal para o Manejo da Vida Silvestre da Reserva e a administração do Parque Pendjari em Benin, África e a pesquisada por Udaya (2003) na Reserva do Tigre em Sariska na Índia.

Para minorar os conflitos na gestão das unidades de conservação, a participação da sociedade civil é vital. Sarfati e Sano (2012) analisando a administração dos Parques Estaduais Intervales e Turístico de Alto Ribeira –PEI e PETAR- afirmam que o primeiro é mais conservado devido à coadministração com a comunidade local através de uma cooperativa que resolve o dilema econômico dos moradores dado que seu acesso ao solo para fins agrícolas e o extrativismo foi vetado pelas leis ambientais. No entanto, é provável que o êxito da coadministração do PEI se deva, principalmente, ao fato que são os funcionários da antiga Fazenda Intervales, gerenciada pelo BANESPA até o ano de 1986, os que atualmente estão dirigindo o Parque, com habilidades em administração diferentes daquelas dos moradores do PETAR.

Liu et al. (2014) pesquisando na China e Park et al. (2012) na Coreia encontraram que os benefícios econômicos promovem o comportamento conservacionista das comunidades rurais que se beneficiam das atividades do turismo. Além de facilitar a construção do capital humano e social.

Por outro lado, alguns estudos mostram que a presença das comunidades locais nos conselhos gestores das unidades de conservação não significa, necessariamente, o compartilhamento de poder e a diminuição de conflitos (MARTINS, 2012).

Quando o acesso a suas fontes de sobrevivência é ameaçado, os moradores locais, geralmente, não colaboram com a preservação da unidade de conservação. Desenvolvendo inclusive práticas ilegais de sobre-exploração no interior dela. A clandestinidade no aproveitamento de recursos no interior das áreas protegidas, ao redor do mundo, é um fato comum. Vedeld et al. (2012) reportaram aproveitamento ilegal dos recursos naturais no Parque Nacional Mikumi em Tanzânia.

Situação similar acontece no Bairro Ribeirão dos Camargo. Com a perda do controle do território, devido à implantação do PETAR, habitantes do entorno aumentaram as atividades de caça e de colheita de palmito Juçara. O território não é mais defendido pelos moradores locais e a administração do Parque não conta com os meios necessários para realizar uma fiscalização efetiva.

A questão aqui muito forte é a extração ilegal de palmito né que isso existe até hoje... algumas comunidades e alguns moradores internos pararam com isso... mais ainda existe uma pequena parcela que faz... tem muitas pessoas de fora que acabam trabalhando com isso né... entram na unidade sabem que a unidade é grande que a fiscalização é difícil e acabam entrando para pegar palmito (Funcionário FF 12).

Esse controle que a gente deveria ter não ocorre... e abre precedente para tudo... porque na medida que as pessoas entendem que a fiscalização não é eficiente eles seguem com tudo... chamam amigos, parentes... falam: podem vir, que não tem problema nenhum, o pessoal não está conseguindo fiscalizar... então... esse um processo bem ruim (Funcionário FF 11).

Os conflitos entre os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo e a administração do PETAR têm requerido a intervenção da Defensoria Pública do Estado de São Paulo em mais de uma ocasião. Em 10 de setembro de 2014, por exemplo, a Defensoria emite uma recomendação para o Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, aconselhando impedir abusos e irregularidades contra os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo. Nas considerações se lê:

[...] os moradores vivenciam há tempos sentimento de insegurança jurídica, omissão do poder público com relação à garantia de direitos sociais e, por outro lado, repressão intolerável dos órgãos de segurança, especialmente da polícia ambiental, que age muitas vezes de forma desproporcional e arbitrária.

Nesse mesmo documento, os moradores relatam casos de abusos e irregularidades cometidos por agentes da polícia ambiental ou por guarda parques do PETAR. Manifestando que em 2002 houve invasão de domicílio, frequentes

exibições de armas de fogo e proferição de ameaças, além disso, a imposição de multas por roça.

O caso relatado é apenas um exemplo das múltiplas vezes que os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo têm solicitado a intervenção da Defensoria Pública. Esse quadro gera um contínuo desgaste que contribui para a deterioração da relação Administração do PETAR–moradores locais.

O espírito da Lei do SNUC era implantar um modelo flexível de cogestão que fosse capaz de conciliar os interesses dos diferentes atores de maneira participativa e justa para com as comunidades locais. No entanto, persiste a ideia fortemente arraigada, em alguns dos funcionários da Fundação Florestal³⁴, que ser humano e natureza não podem coexistir em uma unidade de conservação de proteção integral. Isto provavelmente se origina do pensamento biocêntrico difundido mundialmente desde a fundação do primeiro Parque nos Estados Unidos e permeado no Brasil (ARAUJO, 2007; ARRUDA, 1999; MATTOS; NOBRE; ALOUFA, 2011; SPÍNOLA, 2013).

No mundo inteiro, em nome da preservação, tribos indígenas e populações tradicionais foram expulsas de seus territórios para constituir áreas protegidas (ANDRADE, 2009; SPÍNOLA, 2013; VEDELD et al., 2012) ignorando seus direitos. Vedeld et al. (2012) estimam que 55,7% das áreas protegidas na Tanzânia provocaram deslocamento das populações locais. Ainda hoje, elas ocorrem na expansão dos parques.

No Brasil a criação de algumas áreas protegidas ocasionou desapropriações, expulsões e deslocamento da população local para assentamentos. Isso gerou conflitos com os grupos locais e manifestações da sociedade civil em sua defesa (CALEGARE; HIGUCHI; BRUNO, 2014; FERREIRA, 2013; RODRIGUES; FREDRYCHO, 2013). Também provocou inúmeras confrontações que estão intimamente ligadas a outros movimentos políticos e ideológicos que acreditam na separação ser humano-ambiente (FERREIRA, 2013).

Segundo Calegare, Higuchi e Bruno (2014) as unidades de conservação foram criadas com o objetivo principal de preservar a natureza, desconsiderando o ser humano como parte dela. Logo depois que se dá a expulsão das comunidades

³⁴ Foram entrevistados treze funcionários e dois ex-funcionários da Fundação Florestal, entre eles seis gestores e quatro guarda parques de unidades de conservação de proteção integral do Estado de São Paulo.

locais das áreas protegidas e se estabeleceram conflitos sérios, iniciou-se a condenar o deslocamento dos moradores e a se valorizar seus conhecimentos para os objetivos da conservação. Finalmente, foram estabelecidos legalmente os direitos dos indígenas e das comunidades locais ao território e sua gestão, consequentemente ao uso dos recursos naturais.

O modelo de área protegida tradicional difunde a disputa entre ser humano e natureza. Supõe que as comunidades locais são incapazes de desenvolver um manejo adequado dos recursos naturais (ANDRADE, 2009; ARRUDA, 1999). Esse paradigma não funciona na maioria dos países em vias de desenvolvimento onde populações humanas se encontram presentes em quase todos os espaços, ainda naqueles mais remotos (ARRUDA, 1999).

Trata-se de um falso dilema, que confunde o povoamento prévio do território e seus direitos frente ao Estado e as necessidades de conservação atuais e futuras. Nos discursos ambientais oficiais geralmente se menciona os benefícios das áreas protegidas, mas não se discute a inequidade na distribuição dos custos e benefícios que a faz ineficaz e ilegítima na percepção dos afetados e aumenta a vulnerabilidade do modelo de conservação (ANDRADE, 2009; FERREIRA, 2013).

Essa incapacidade de ver a conexão entre ser humano e ambiente origina-se, segundo Marx, do fato que o sistema capitalista separou o ser humano da natureza ao convertê-lo em um empregado que transforma matéria prima em produtos de consumo para a sociedade moderna. O operário está afastado da terra. É obrigado a vender sua força de trabalho a um capitalista. No momento de desvinculá-lo da terra, provoca-se uma separação tal, que o homem não consegue enxergar mais a conexão que existe entre ele e a natureza (CECHIN, 2010).

Neste processo a natureza perde sua essência. É transformada em um simples recurso do ciclo produtivo. Serve unicamente para se converter em um objeto de consumo no mercado (SILVA; SOUZA, 2013).

Em consequência, concebe-se a natureza como algo alheio ao ser humano, excludente. A natureza, para ser preservada precisa ser isolada da ação antrópica (ANDRADE, 2009; ARRUDA, 1999).

Isto provoca que a visão do ser humano urbano seja preservar as áreas naturais livres da presença humana. Contudo, no país, existem exemplos bem-sucedidos de coexistência entre as populações tradicionais e o ambiente, tais como as Reservas Extrativistas e RDS contempladas no SNUC.

Na Inglaterra e na Austrália se permitem populações humanas em parques nacionais. Spínola (2013) relata que essa flexibilização funcionou em muitos dos parques por ele estudados, auxiliando na criação de modelos adequados às realidades locais que respeitassem a relação das populações tradicionais com o ambiente. Encontrou que, além do modelo tradicional norte-americano de gestão dos espaços protegidos, existem outras variantes de administração. Entre elas, os territórios indígenas administrados pelos nativos e as áreas protegidas em cogestão com comunidades locais.

Vodouhê et al. (2010) descobriram que o comportamento positivo das comunidades locais com relação ao Parque Nacional Pendjari na Índia, estava altamente relacionado com uma estratégia de coadministração efetiva com as populações locais. Fato parecido é reportado por Buta et al. (2014) no Parque Nacional Retezat na Romênia onde é permitido aos moradores locais o manejo de algumas zonas do Parque e usos extrativos o que facilitou conexões e atitudes mais positivas.

O modelo de cogestão pressupõe a participação ativa da sociedade junto à administração das unidades de conservação. Para que a participação seja realmente efetiva se precisa implementar processos de capacitação para os atores envolvidos. Principalmente naquelas comunidades com baixa instrução formal, assim como aprimorar as habilidades de gestão e resolução de conflitos dos gestores das unidades de conservação³⁵. Destrezas necessárias na administração dos espaços protegidos.

O gestor da unidade de conservação, na análise da relação moradores locais–área protegida, deve considerar a heterogeneidade dos habitantes e de seus diversos interesses. É claro que alguns estarão mais de acordo com os objetivos da unidade e outros estarão mais afastados, o que requer um tratamento diferenciado na aproximação da resolução de conflitos.

Cunha (2004) alerta sobre o perigo da romantização dos comuns onde se imagina as comunidades usuárias de recursos comuns como pequenas, homogêneas, cooperativas e inclinadas à solidariedade.

Por último, quando uma unidade de proteção é criada sem o apoio das populações locais, seu objetivo de conservação estará em perigo. Principalmente

³⁵ Segundo o WWF-ICMBO (2012) o tratamento da gestão de conflitos nas unidades de conservação federais é apenas de 47%.

quando não se oferecem opções econômicas viáveis para a sobrevivência e o desenvolvimento dos moradores locais (SPINOLA, 2013).

b. O plano de manejo

A facilidade de fazer... o Plano de Manejo do PETAR veio com isso... os grupos de espeleologia estavam dispostos a fazer os estudos de forma barata... a sociedade que se viu com as cavernas fechadas e perdeu a renda dos turistas... se viu desesperada para que aquilo saísse logo... então apoiou em tudo... tinha... monitores que eram extremos conhecedores das cavernas... conduzindo os grupos do IBAMA... mostrando para os espeleólogos aqui é o melhor lugar para vir com turista... daqui para cá a gente poderia estar voltando e tal... a USP apoiando com pesquisadores que diziam... olha aqui tem um animal troglóbio que é de um ambiente cavernícola e que eu não encontro em outro lugar... espécie raríssima... esse lugar não pode ter o turista... grupos de pesquisadores que diziam... olha o meu medidor aqui está dizendo que 20 pessoas nesse ambiente por mais de 15 minutos elas alteram a temperatura da caverna... conseguimos juntar pesquisador com turista com morador local... tudo mundo fez um grande mutirão para que as cavernas fossem liberadas rápido (Ex-funcionário FF 2).

O artigo 27 da Lei do SNUC estabelece que as unidades de conservação devem contar com Plano de Manejo. A função principal deste instrumento de gestão é guiar as ações para a implantação efetiva do espaço protegido, garantindo a participação real dos diferentes atores com interesse na área e fomentar a integração socioeconômica das comunidades do entorno com a unidade de conservação (artigo 14 da Lei do SIGAP).

O processo de planejamento da gestão de uma área protegida deveria ser contínuo, gradativo, flexível e participativo. No entanto, geralmente, ressalta a falta de realismo dos planos de manejo. Eles são pensados para um mundo ideal sem limitações de recursos humanos nem financeiros (ARAUJO, 2007).

O Plano de Manejo deve guiar todas as ações a se implementar em uma unidade de conservação. Daí a importância da participação dos moradores locais para garantir a inclusão de atividades que assegurem a reprodução e manutenção de seu modo de vida. No PETAR, sem um Plano de Manejo aprovado, o conflito entre as populações locais e a administração do Parque prossegue desde sua implantação.

No Estado de São Paulo existe um número muito grande de unidades de conservação... a maioria delas sem plano de manejo... muitas foram decretadas em períodos próximos né... é também porque são unidades grandes (Funcionário FF 6).

No PETAR, funcionários governamentais, populações locais, representantes de ONG preservacionistas, representantes de ONG de defesa dos direitos de comunidades tradicionais, governos locais e setor privado, todos eles discutem direitos de uso e ocupação do solo e dos recursos naturais, geralmente defendendo posições totalmente contrárias.

Por exemplo, a aplicação da normativa ambiental no Bairro Ribeirão dos Camargo é motivo de conflito. Ela impede manter a prática de agricultura de coivara e o extrativismo. Atividades essas, contrárias aos princípios de preservação do Parque, mas fonte principal de renda dos moradores locais. Daí a importância de contar com um Plano de Manejo que integre os interesses dos diferentes atores.

Uma das dificuldades, hoje assim, que eu tenho como gestor... a unidade não ter um plano de manejo... é um documento muito importante... ele vai te nortear... ele vai te orientar... vai te dar todas as diretrizes quanto à gestão... e assim para o morador também... ele vai estar bem ciente disso... um dos maiores problemas... hoje... é não ter plano de manejo (Funcionário FF 13).

O Plano de Manejo do PETAR ainda não tinha sido aprovado até a conclusão desta pesquisa em junho de 2016. Desde 2010 se encontra no Conselho Estadual do Meio Ambiente – CONSEMA para análise. Aparentemente, não tem sido autorizado por oposição do setor privado, motivado, principalmente, pelas restrições de uso do solo em sua zona de amortecimento. De acordo com o artigo 25 da Lei do SNUC, a Administração do Parque é a responsável de emitir normas de ocupação e de uso dos recursos naturais nesta zona.

Quando entrou para avaliação [o Plano de Manejo], a sociedade local começou a reclamar que a zona de amortecimento era muito grande... que existiam muitas restrições... que o desenvolvimento local estava prejudicado com aquela zona de amortecimento... aí a crise da zona de amortecimento se estabeleceu (Funcionário FF 6).

A zona de amortecimento proposta no Plano de Manejo 2010 era de uma extensão considerável, abrangendo inclusive a cidade de Iporanga. No entanto, ser prudente as áreas urbanas permanecerem distantes da zona de amortecimento pela possível expansão delas e a produção de resíduos e poluentes, entre outras ameaças à integridade da unidade de conservação.

A zona de amortecimento, de acordo com o artigo 2º da Lei do SNUC, é uma área no “[...] entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas

estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade”.

Toda unidade de conservação de proteção integral deve contar com uma zona de amortecimento (artigo 25 da Lei do SNUC e artigo 18 da Lei do SIGAP).

A extensão da zona de amortecimento das unidades de conservação foi primeiramente definida no artigo 27 do Decreto Federal N° 99.274 de 06 de junho de 1990. Posteriormente foi tratado na Resolução CONAMA N° 13 de 6 de dezembro de 1990 no artigo 2º que estabelecia que “nas áreas circundantes das Unidades de Conservação, num raio de dez quilômetros, qualquer atividade que possa afetar a biota, deverá ser obrigatoriamente licenciada pelo órgão ambiental competente” para finalmente ser revogada pela Resolução N° 428, de 17 de dezembro de 2010, que no artigo 1º inciso 2º estabelece uma faixa de 3 km como zona de amortecimento. Essa faixa mínima é estabelecida na criação da unidade de conservação e ela é válida enquanto a área protegida não conte com plano de manejo. A zona de amortecimento definitiva será estabelecida pelo mesmo.

Atualmente o Plano de Manejo do PETAR foi atualizado e apresentado novamente no CONSEMA para sua análise. Ao momento de escrever este documento ainda se estava na espera de sua aprovação.

A zona de amortecimento ela foi... ajustada em desenho e em normativa... porque antes a gente tinha apenas recomendações... agora a gente tem normativas... restrições explícitas apesar que a gente só está trabalhando com a legislação que já existe... eu acho que o texto está bem razoável... espero que agora ele seja aprovado (Funcionário FF 6).

5.4 O gestor de uma unidade de conservação

Essa aproximação com a sociedade ela poderia acontecer com um Estado chegando numa posição mais firme... então, desde uma infraestrutura onde você possa ser reconhecido até um posicionamento institucional um pouco mais forte... o maior desafio é aqui dentro... tenho pilhas de processos que eu não consigo responder por... falta de pessoas... falta de equipamento... falta de estrutura... a gente não tem respaldo nenhum da instituição... a gente fala pela gente mesmo... quando eu recebo um processo... eu respondo com medo... na hora que eu precisar que esta instituição assumir o papel dela e fale... “o que gestor falou está falado”... eu tenho medo de que isso não aconteça (Funcionário FF 11).

Segundo o artigo 26 da Lei do SIGAP, entre as principais funções do gestor estão: presidir o conselho da unidade e a coordenação, elaboração, implementação e divulgação do plano de manejo.

A administração de uma unidade de conservação de proteção integral é sumamente complexa, ainda mais com populações locais no seu interior. Provavelmente isto, somado à visão preservacionista do órgão ambiental, refletido no artigo 2º, inciso V, da Lei do SNUC que estabelece a preservação como o “conjunto de métodos, procedimentos e políticas que visem à proteção a longo prazo das espécies, habitats e ecossistemas, além da manutenção dos processos ecológicos, prevenindo a simplificação dos sistemas naturais” motive que na administração das áreas protegidas, as atividades de fiscalização ocupem o primeiro lugar das prioridades dos gestores entrevistados.

A gente precisa ter como área de proteção integral um corpo estruturado de fiscalização... você não pode esquecer o objetivo principal da unidade... que é a proteção mesma dos recursos naturais... você tem que trabalhar muito isso para você atender o objetivo mesmo de proteção integral (Funcionário FF 13).

Nós temos em torno de dez vigilantes por dia que saem em operações para fiscalizar... existem operações integradas com a polícia ambiental... um número razoável de pessoas que todos os dias se deslocam pelo município em busca de problemas (Funcionário FF 11).

Hoje nossa maior dificuldade é a fiscalização da área que a gente chama de zona de ocupação temporária... cinco famílias... mas dão trabalho... porque a gente faz a fiscalização né... para a gente... conseguir regularizar logo essa situação... para você ter uma ideia, esse ano não temos ocorrência... a gente não tem ocorrência... fiscalização efetiva... invasões não ocorrem por conta, eu acho, da fiscalização... dessa mentalidade que sempre teve de gestão... aqui a gente prioriza bastante a fiscalização (Funcionários FF 7 e 8).

A importância da fiscalização é decorrente também da cultura organizacional da instituição. A cultura organizacional constitui o conjunto de costumes, credos, valores e comportamentos, interações e relacionamentos característicos de cada instituição. A forma tradicional e costumeira de atuar e pensar, compartilhada por todos os integrantes da organização. Abarca inclusive as normas informais e não escritas que guiam o comportamento deles no cotidiano. A cultura organizacional influi nas decisões de seus membros e determina as recompensas e punições outorgadas, moldando seu comportamento (ARAUJO, 2007).

A cultura organizacional da Secretaria do Meio Ambiente, aparentemente, compartilha a impossibilidade da convivência humanos-natureza. As ações de seus funcionários refletem tal convicção. Essa atitude poderia mudar se se modificasse a filosofia institucional. E talvez então, seria possível uma relação mais harmoniosa e

livre de conflitos entre a administração de unidades de conservação e as povoações locais.

Essa cultura foi construída, eventualmente, devido a que várias entidades governamentais e não governamentais ambientais empregam grande número de profissionais das ciências naturais em cargos de direção. Consequentemente a visão biocêntrica é predominante nesses órgãos. A formação social e a abordagem de conflitos pelos profissionais nos quadros de direção são escassas. A visão homogeneizadora do que deveria ser uma unidade de conservação de proteção integral sem pessoas nestas instituições é dominante.

Esta perspectiva contradiz a definição mundialmente aceita de área protegida³⁶, promulgada no IV Congresso Mundial sobre Parques Nacionais e Áreas Protegidas em 1992 (DUDLEY, 2008); uma área de terra e/ou mar destinada especificamente à proteção e à manutenção da biodiversidade e dos recursos naturais e culturais associados, gerenciados através de meios legais ou outros meios efetivos. Na definição de unidade de conservação estabelecida no artigo 2º da Lei do SNUC os valores culturais somem:

[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.

A autora acredita que se estabelece assim, legalmente, a visão biocentrista do Estado. Esta foi a primeira vitória dos preservacionistas, que desse modo iniciam as extensas negociações, durante mais de uma década, com os socioambientalistas para a aprovação da Lei do SNUC.

Por outro lado, esse marco preservacionista organizacional, em ocasiões, causa conflito interno para o gestor das unidades de conservação no cumprimento de suas funções.

Eu estava percorrendo... de repente eu vi numa casa de um morador tradicional um monte de sacos... sacos... sacos... sacos... aí eu fui ver... eles estavam recolhendo do Parque, musgos... para venda, para final do ano... só que é ilegal... infelizmente... aí eu tive que fazer a atuação... só que você aí fica naquela... você vê a pessoa... você tem aquela sensação... mas eu não poderia também fazer vista grossa... eu tenho que cumprir a lei... ele

³⁶ “An area of land and/or sea especially dedicated to the protection and maintenance of biological diversity, and of natural and associated cultural resources, and managed through legal or other effective means”.

estava errado... eu tive que prender o produto... não foi multar nada... infelizmente ele perdeu todo o seu serviço... isso é uma dificuldade com gestão também... eu sou ser humano... tem hora que você faz... mas fica com dor (Funcionário FF 13).

Essas cinco pessoas que estão lá, tentando se apegar em alguma coisa... mas por outro lado, a gente também vê que é fundamental a conservação né... para a administração, machuca bastante... dói... os dois lados né (Funcionário FF 7).

Quando o gestor se defronta com a precariedade em que geralmente as comunidades locais vivem, sofre um choque frente às conceituações preservacionistas fortemente arraigadas na cultura organizacional dos organismos ambientais estatais.

A necessidade de uma mudança da visão dos órgãos ambientais é imprescindível para melhorar a gestão dos espaços protegidos nacionais. Similares comentários fazem Vedeld et al. (2012) sobre a administração do Parque Nacional Mukmi na Tanzânia, onde os funcionários não eram aceitos pelas comunidades locais devido a sua visão restritiva de uso dos recursos naturais.

Normalmente a importância dada à resolução de conflitos como uma habilidade necessária dos gestores de unidades de conservação de proteção integral é pouco ponderada nos órgãos ambientais. Dos gestores entrevistados somente um tem trabalhado nesse aspecto.

Eu vim da área um pouco diferente da questão ambiental... mas sempre trabalhei na área agrícola... eu trabalhei muito em regiões de conflito... aqui como existia esse número de moradores no Parque... isso foi uma das questões para me contratar né... porque a questão ambiental pela formação técnica eu ia aprendendo com o tempo ou retomando conhecimento e me adaptando... mas a questão de gestão de conflitos foi um dos fatores pelo qual fui contratado para atuar na gestão (Funcionário FF 13).

No PETAR, a falta de coordenação entre o interesse público e o interesse econômico das comunidades locais tem levado à prática de atividades ilícitas no interior do Parque. Além disso, a dependência do turismo, quase que exclusivamente dos atrativos do PETAR, especialmente do Núcleo Santana, somada à super oferta de monitores ambientais gera perigo de superexploração das cavernas. É possível que alguns monitores, com dedicação exclusiva de turismo, estejam transgredindo as normas de visitação do Parque para incrementar sua renda.

As tentativas de aproximação entre administração da unidade de conservação-moradores locais são escassas. Somente foram mencionadas por um gestor dos entrevistados.

Hoje nós estamos lidando com pessoas que moram dentro do parque, mas também convive com pessoas que estão no entorno... nas APA, nas RDS, esse convívio ficou bem assim... é intenso... é direito... nós temos uma vez por semana... toda quarta feira... a gente tem um atendimento ao público onde o morador tradicional vai até lá... ah eu preciso fazer uma roça... eu preciso fazer uma poda de uma árvore lá que está atrapalhando o caminho... eu preciso disto, preciso daquilo... vamos fazer uma autorização... vamos fazer uma vistoria... eu preciso reformar meu barraco... eu preciso mudar minha casa de lugar... então a gente tem essa possibilidade... ele chegar lá tem essa porta... chegou até mim, ofício da polícia ambiental... fulano de tal estava fazendo uma rocinha... não, essa pessoa foi autorizada, essa pessoa é morador tradicional... ela está lá desenvolvendo sua atividade de subsistência... então a relação hoje mudou muito... hoje estamos com pessoas trabalhando junto né... uma gestão compartilhada... eu tenho priorizado muito isso na gestão... uma gestão compartilhada com moradores (Funcionário FF 13).

Os funcionários da Fundação Florestal que têm um olhar diferente para o morador local são poucos, consequentemente, os conflitos estão sempre presentes nas unidades de conservação de proteção integral com presença humana no seu interior.

Morador tradicional é uma das pessoas mais importantes na conservação da unidade... porque se você comparar a agricultura que ele tem lá com outro sistema... você vai ver que ele preserva muito a questão ambiental né... a lavourinha dele... mas essa lavoura não traz danos... o sistema empregado pela agricultura tradicional ou agricultura de subsistência... é insignificante o dano... agora se você pega um grande pecuarista... bananeiros... ali sim o dano ambiental é terrível (Funcionário FF 13).

Como resultado das divergências no aproveitamento dos recursos naturais, se dá um investimento considerável de recursos na terceirização da fiscalização que poderiam ser investidos em outros programas. Isto contribui para a baixa efetividade da gestão das unidades de conservação brasileiras.

5.5 Avaliação rápida da gestão do Núcleo Casa de Pedra

O PETAR tinha seis bases que não podiam ser desatendidas... no entanto o suporte que o Estado dava para o atendimento dessas bases era insuficiente... a gente fazia um milhão de ajustes... dentro da legalidade... fazia um milhão de ajustes para que os funcionários pudessem dar conta de suprir essas bases... a situação de 60 funcionários... todo o modelo administrativo corroído que gerava um desgaste imenso nas pessoas que tentavam fazer gestão disso né... foi um desgaste imenso tentar fazer gestão dessa unidade complexa como era com os recursos e as precariedades que nos eram fornecidos (Ex-funcionário FF 2).

A presente avaliação foi feita como um exercício para medir o estado da gestão do Núcleo Casa de Pedra do PETAR. Não pretende qualificar em forma detalhada sua administração. Sua utilidade é meramente acadêmica e não para oferecer recomendações específicas de manejo para o gestor do PETAR.

A avaliação da efetividade na gestão, busca medir o desempenho das unidades de proteção na consecução de seu objetivo de conservação. Para subsidiar esta medição o WWF dedicou quatro anos à elaboração de um instrumento de avaliação. Sendo que em 2002 apresentou o Método RAPPAM.

No Brasil esta metodologia foi aplicada no Estado de São Paulo em 2004, avaliando a gestão de unidades de conservação de proteção integral (WWF; FUNDAÇÃO FLORESTAL; INSTITUTO FLORESTAL, 2004). Depois foi usado para avaliar 246 unidades de conservação federais. Já foi aplicado nos Estados do Acre, Amapá, Mato Grosso, Amazonas, Pará e Mato Grosso do Sul. Em 2010 foi usado para avaliar 94% das unidades de conservação federais. Considerando os níveis federais e estaduais, o Método Rappam já foi aplicado em 473 unidades de conservação.

O método usa um questionário que contem cinco elementos de gestão: contexto, planejamento, insumos, processos e resultados que se dividem em 16 critérios (Ver Tabela 7) que se subdividem em cinco indicadores cada um, à exceção do critério Resultados que se subdivide em dez (ERVIN, 2003).

Tabela 7 - Estrutura do Método Rappam para avaliação rápida da gestão de unidades de conservação

Elemento	Critério
Contexto	Perfil
	Pressões e ameaças
	Importância biológica
	Importância socioeconômica
	Vulnerabilidade
Planejamento	Objetivos
	Amparo legal
	Desenho e planejamento da área
Insumos	Recursos humanos
	Comunicação e informação
	Infraestrutura
	Recursos financeiros
Processos	Planejamento
	Processo de tomada de decisão
	Pesquisa, avaliação e monitoramento
Resultados	Resultados

Fonte: Ervin (2003)

A efetividade de manejo abrange quatro elementos: planejamento, insumos, processos e resultados. Planejamento e processos contêm três critérios, Insumos quatro e Resultados um. Posteriormente cada critério se subdivide em cinco indicadores com exceção de Resultados com 10. Cada indicador pode obter uma nota máxima de cinco pontos e uma mínima de zero. A unidade de conservação recebe uma pontuação entre 0 e 300 (Ver Tabela 8). De acordo com WWF, FUNDAÇÃO FLORESTAL e INSTITUTO FLORESTAL (2004) um resultado acima de 60% se considera alto, de 40 a 60% médio e baixo o resultado inferior a 40%.

Tabela 8 - Resumo do Método Rappam para avaliação rápida da gestão de unidades de conservação

Elemento	Critérios	Indicadores	Nota máxima
Planejamento	3	15	75
Insumos	4	20	100
Processos	3	15	75
Resultados	1	10	50
			300

Fonte: Ervin (2003)

Na avaliação da gestão realizada para Núcleo Casa de Pedra a nota obtida foi de 79 pontos (Ver Tabela 9).

Tabela 9 - Resultados da avaliação rápida pelo Método Rappam do Núcleo Casa de Pedra

Critério	Indicador	Nota
Planejamento	Objetivos	13
	Amparo Legal	10
	Desenho e Planejamento da Área	8
	Recursos Humanos	6
Insumos	Comunicação e Informação	3
	Infraestrutura	1
	Recursos Financeiros	3
	Planejamento	13
Processos	Processo de Tomada de decisão	13
	Pesquisa, Avaliação e Monitoramento	2
Resultados	Produtos	7
TOTAL		79

Fonte: Elaboração própria

Como se observa na Tabela 10 os âmbitos de Insumos e Resultados foram os que obtiveram os mais baixos resultados. O Âmbito Planejamento é o que melhor resultado obteve. Contradizendo o encontrado nas avaliações nacionais e estaduais de unidades de conservação onde este âmbito obteve um dos mais baixos resultados. Porém, o resultado no Âmbito de Insumos coincide com as avaliações de outras áreas protegidas onde a disposição de recursos humanos e financeiros constitui o elo mais fraco na gestão dos espaços protegidos nacionais.

Tabela 10 - Resumo dos resultados da avaliação rápida pelo Método Rappam do Núcleo Casa de Pedra

Elemento	Nota máxima	Nota obtida	Porcentagem
Planejamento	75	31	41
Insumos	100	13	13
Processos	75	28	37
Resultados	50	7	14
TOTAL	300	79	26

Fonte: Elaboração própria

De acordo com esta metodologia, a efetividade da gestão no Núcleo Casa de Pedra é considerado inferior.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

[A gente] trabalha no plano de manejo da roça... esse ano planta aqui... passa três quatro anos... a gente roça lá... depois volta aqui... mas isso está com quantos anos? Nunca tem um lugar que não crie mato... uma terra sendo ofendida... uma água sendo ofendida por esse tipo de lavoura que nós vive aqui... mas eles sempre embargam... e multam (Morador 10).

Dentro da problemática ambiental, um dos aspectos mais polêmicos é a contradição que existe entre a prioridade de conservar a natureza e as restrições de uso agrícola do solo e do extrativismo e a sobrevivência das populações locais que dependem do ambiente para reproduzir seu modo de vida.

A partir da década de 1970 a conservação em áreas protegidas tem apresentado uma grande expansão global (HIMMELFARB, 2006). Os espaços protegidos têm crescido de menos de 10.000 km² (0,19604% da superfície da Terra), em 1970, para aproximadamente 209 mil áreas protegidas, cobrindo, em 2014³⁷, 15,4% das terras e 3,4% dos oceanos.

A criação de unidades de proteção, geralmente, é o resultado do forte lobby de organizações preservacionistas internacionais como Conservação da Natureza (NC), Fundo Mundial de Vida Silvestre (WWF), Conservação Internacional (CI), Sociedade Mundial de Conservação (WCS) e Fundação Africana de Vida Silvestre (AWF), entre outras. Normalmente, os espaços protegidos se instituem e expandem com fundos de organismos internacionais como a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e a Agência Britânica de Desenvolvimento Internacional (DFID) (VEDELD et al., 2012).

O Brasil não é alheio à influência de organizações preservacionistas e de ajuda internacional em sua política ambiental. Ferreira (2011) reportou uma forte interferência de organizações não governamentais preservacionistas, sediadas em São Paulo, sobre os órgãos ambientais do Estado no processo de criação do Mosaico de Juréia-Itatins.

Somam-se a estas iniciativas, as empresas transnacionais interessadas em turismo. O setor turístico exerce pressão para incluir mais destinos naturais às alternativas atuais de uso público em espaços protegidos, visando incrementar as

³⁷ Disponível em:

http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/congresso_mundial_parques/?42522/Congresso-mundial-traa-futuro-para-reas-protegidas. Acesso em: 20 jun. 2016.

opções do crescente mercado turístico nas áreas conservadas. Segundo Irving (2015), o turista convencional normalmente procura áreas preservadas como destino.

Ao se descobrir um espaço natural atrativo, frequentemente se inicia uma série de ações para proteger aquele ambiente por meios legais. Usualmente isso significa limitar o acesso à terra e ao uso dos recursos naturais, sem considerar se as populações locais dependem dele para sua reprodução social. Aparentemente, o Estado acredita que a única opção de desenvolvimento local nas áreas protegidas é a implementação da atividade turística.

Por outro lado, as ações estatais se justificam pelo fato de que o histórico de turismo em áreas de beleza cênica no país, indica que normalmente ocorre a venda de propriedades dos habitantes locais para empreendimentos turísticos ou casas de veraneio e à sobre exploração do local ocasionando sua rápida degradação.

Seguindo à tendência internacional, a política ambiental do Brasil restringe a terra e o acesso aos recursos naturais às populações locais no interior das unidades de conservação de proteção integral (MARQUES, 2014; VEDELD et al., 2012). Esta política reflete as relações de poder entre os atores sociais com ingerência nos espaços rurais, apresentando diferentes padrões de benefícios e custos acumulados entre eles (VEDELD et al., 2012).

As unidades de conservação tendem a reproduzir as desigualdades econômicas entre a sociedade urbana e a rural. Gerando-se disputas entre grupos desiguais; moradores locais versus empresários do setor imobiliário, do setor turístico ou do setor da mineração (SANTOS, 2009).

O Estado, geralmente, está inclinado a favorecer aqueles setores que reportam maior geração de receita e aumento nas estatísticas oficiais (IRVING, 2015), em detrimento das comunidades locais e a reprodução de seu estilo de vida.

Esta política foi exemplificada pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo através do voto favorável da Emenda Aglutinativa Substitutiva N° 12, de 1º de junho de 2016, do Projeto de Lei N° 249 de 30 de abril de 2013. Esta normativa possibilitaria ao governo licitar o uso direto e indireto de 13 parques estaduais, entre eles o PETAR, cinco estações experimentais e seis florestas estaduais. Apesar de que a proposta afirme que devem ser respeitados os objetivos destas unidades de conservação e no artigo 3º, inciso 1º, se estipule a obrigação de favorecer o

desenvolvimento socioeconômico das populações locais, esta ação pode descaracterizar os fins destes espaços protegidos.

A legislação ambiental, principalmente a Lei do SNUC, contempla os múltiplos benefícios da cogestão e especialmente a gestão compartilhada com comunidades locais. Este mecanismo permitiria atingir maiores benefícios sociais para aqueles que foram limitados ao acesso dos recursos naturais com a implantação da unidade de conservação. No entanto, o Projeto de Lei Nº 249 anteriormente citado, parece ser direcionado a processos de concessão à iniciativa privada. Claro que organizações locais podem se apresentar nas licitações, mas a concorrência com empresas com expertise no ramo turístico, parece sumamente desigual.

Este fato demonstra como dificilmente as ações públicas consideram compensar os moradores locais pela perda de acesso aos recursos naturais e à terra decorrente da criação de unidades de conservação de proteção integral nos territórios que eles ocupam. Espaços que têm sido conservados por longos períodos graças às práticas de baixo impacto ambiental que os pequenos produtores geralmente usam na produção do alimento e no manejo da floresta.

Reconhecendo esta contribuição, Derkyi et al. (2013) propõem a implementação de uma política de pagamento aos moradores locais como guardiões da floresta, e possibilitar, concomitantemente, a reprodução de seu modo de vida compatível com a conservação da biodiversidade.

Apesar de que a Convenção sobre Biodiversidade, aprovada pelo Decreto Legislativo Nº 2 de 5 de junho de 1992, reconhece a íntima e costumeira relação comunidades locais-natureza e proclama a necessidade de uma distribuição justa e equitativa dos benefícios do uso e conservação da biodiversidade (artigo 1) para benefício das gerações presentes e futuras, isto não se concretiza nas ações preservacionistas do Estado.

Ferreira (2011), estudando o Mosaico de Juréia-Itatins, comprovou que apesar de vários documentos oficiais reconhecerem a importância da participação dos atores locais na gestão dos espaços protegidos esta é limitada pela visão preservacionista dos órgãos administradores das unidades de conservação e a influência de organizações não governamentais preservacionistas.

A consolidação da filosofia preservacionista no mundo foi incentivada, principalmente, pela revolução industrial (MARQUES, 2014), o excessivo consumo em massa e o crescimento econômico e demográfico (VEDELD et al., 2012). Fatores

que originaram um ritmo acelerado de degradação dos recursos naturais que colocaram em perigo inúmeras espécies de flora e fauna e alteraram drasticamente a paisagem natural.

No entanto, a maior parcela do ônus da conservação recai, geralmente, nos moradores locais que contribuíram para conservar a natureza e são precisamente aqueles que colaboraram com a deterioração dos recursos naturais, os beneficiados com os bens e os serviços fornecidos pelas unidades de conservação de proteção integral.

O ser humano urbano não depende diretamente do ambiente para sobreviver. A criação de uma unidade de conservação não afeta sua fonte de renda nem ameaça seu modo de vida.

O turista beneficia-se de um ambiente prístino e os habitantes do local perdem o controle sobre a terra e o acesso aos recursos naturais do território onde é implementada uma unidade de conservação de proteção integral.

O setor turismo demanda, usualmente, áreas intocadas para aumentar seus lucros. A presença de comunidades humanas, geralmente, é indesejada. Consequentemente, os moradores locais, comumente, percebem a conservação como uma imposição de leis ambientais restritivas e não como uma oportunidade de desenvolvimento local.

Numerosas comunidades africanas, por exemplo, além da exclusão dos espaços protegidos, sofrem danos em seus cultivos por ataque de animais silvestres (UDAYA, 2003) que são impedidos de caçar pela legislação ambiental. No entanto, em algumas destas unidades de conservação, fomentou-se a caça esportiva. Estas comunidades também sofreram a diminuição de seus rebanhos, por perda de acesso às áreas de pasto que passam a ser unidade de proteção. Aproximadamente 55,7% das unidades de conservação na Tanzânia, causaram expulsão das populações locais (VEDELD et al., 2012).

No Quênia, os Masái foram expulsos de suas terras para a implantação de um parque nacional. A criação do Parque Nacional Kruger, na África do Sul, também ocasionou a remoção das populações locais. No Brasil, a população local foi retirada para implantar a Estação Ecológica de Anavilhanas (AM) (SANTILLI, 2012).

É provável que a criação destes espaços protegidos tenha contribuído para um maior empobrecimento das populações locais, ao não lhes proporcionar uma fonte de renda alternativa (HIMMELFARB, 2006; VEDELD et al., 2012), e uma maior

dependência dos programas sociais do governo devido às restrições agrícolas de uso do solo e da prática do extrativismo, principais fontes de rendimento das comunidades locais, dificultando a reprodução de seu modo de vida (DERKYI et al., 2013).

Isto sucede em razão de que, frequentemente, os benefícios do turismo implantados com a visitação destes espaços protegidos, são apropriados pelos grandes empreendimentos e não distribuídos equitativamente entre os moradores locais.

Normalmente são os turistas estrangeiros ou de outras regiões do país que se beneficiam com a criação das unidades de conservação. Os habitantes locais escassamente visitam estas unidades de proteção.

No Parque Estadual do Itinguçu (SP), por exemplo, a criação da área protegida ocasionou a desintegração da comunidade por falta de opções econômicas para a população, principalmente para os jovens, causando o desemprego e a marginalização do local (PANZUTTI et al., 2013).

No Brasil, as políticas de Estado, ao longo da história, vêm favorecendo grupos economicamente privilegiados. Os pequenos agricultores esforçam-se para obter acesso à terra e reproduzir seu modo de vida, resistindo à expulsão e à expropriação (BOMBARDI, 2004; FERREIRA, 2013) enquanto alguns grupos poderosos acumulam terra como reserva de valor para trocar posteriormente por influência política. A situação fundiária nas unidades de conservação de proteção integral reflete nitidamente o interesse do capital de apropriação histórica da terra como reserva de valor (FERREIRA, 2013). Segundo Girardi (2008), o principal interesse da abertura de novas terras na Amazônia, é constituir uma reserva de valor para o agronegócio.

Perpetua-se o histórico conflito de classes sociais antagônicas, agravado pela deficiente regularização fundiária no país.

Para os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo a implantação do PETAR teve como primeiro efeito a divisão do Bairro em dois; os de dentro e os de fora do Parque. Quando a unidade de conservação foi criada, mais da metade das famílias ficaram no interior do PETAR. Isto marcou a diferença de interesses que seriam defendidos posteriormente pelos moradores do Bairro. Os habitantes do interior do PETAR enfocaram seus esforços em permanecer no que eles consideram seu

território, já os moradores do entorno, sem a ameaça da expulsão iminente, investem seu tempo em atividades que lhes permitam incrementar seu nível de vida.

Essa situação encontra-se nitidamente refletida nos objetivos que perseguem as duas organizações do Bairro. A primeira, localizada no entorno do PETAR, a ABRISA criada em 2013, objetiva “[...] melhorar a qualidade de vida dos produtores rurais, agricultores familiares, trabalhadores rurais e moradores do Bairro [...] melhorar as atividades econômicas, sociais e culturais de seus associados [...]”. Já a segunda, e mais antiga, a ACCBRC foi fundada, em 2010, com o fim de preservar o direito de reproduzir o modo de vida dos habitantes do Bairro no território disputado com o PETAR. Os residentes se opõem ao deslocamento da área argumentando que são moradores locais com práticas de uso do solo e do extrativismo de baixo impacto ambiental, auto proclamando-se aliados da conservação da natureza.

Os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo, mesmo aqueles empregados no governo, resistem a abandonar seu modo de vida anterior. Eles usualmente mantêm o sítio onde passam os fins de semana nas atividades próprias da agricultura familiar, na horta, ocupados em alguma plantação de milho, feijão, arroz ou mandioca.

A autora acredita que se os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo forem expulsos do PETAR, como as leis ambientais estabelecem, a probabilidade de se descaracterizar como agricultores familiares é alta. Devido à problemática agrária nacional, acessar à terra, para conseguirem reproduzir seu modo de vida tradicional em outro local, é altamente improvável.

É importante ressaltar que alguns dos grupos humanos morando em unidades de conservação de proteção integral constituem segmentos da população com maior vulnerabilidade social e comumente alheios às políticas de desenvolvimento nacional. A retirada destas populações dos espaços vivenciados poderia conduzir a consequências graves para sua sobrevivência.

Panzutti et al. (2013) afirmam que o objetivo principal dos movimentos pelo acesso à terra no Brasil visa manter e reproduzir sua identidade como agricultores, permanecer no campo e manter seu modo peculiar de interação com o ambiente.

Para os pequenos agricultores, na terra está a moradia, o trabalho, a família a renda e a reprodução social. A terra e a natureza determinam a dinâmica do modo de vida camponês. O tempo do camponês depende do tempo da natureza (NABARRO, 2014).

Ao serem expulsos do PETAR, os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo passariam a engrossar as longas filas nacionais para ter o direito de reproduzir seu estilo de vida em outro local. Haveria uma ruptura com o que é conhecido, com o sítio, com a roça. Deixar-se-ia o espaço natural vivenciado, para se inserir em um ambiente artificialmente construído, alheio e hostil, onde a experiência do rural não se aplica à lógica urbana, onde o mutirão, a reciprocidade, o compadrio não têm sentido algum. Perder-se-ia toda a identidade socialmente construída por séculos.

Os conflitos das populações humanas morando em unidades de conservação de proteção integral no Vale do Ribeira são múltiplos. Isso se deve, principalmente, ao fato de que várias delas foram criadas de forma autoritária, durante o regime militar (FERRERIA, 2011), sem consultar as populações locais. Atualmente, com a emissão da Lei do SNUC, os habitantes locais são consultados sobre a criação de um espaço protegido o que possibilita a diminuição de divergências entre os atores sociais envolvidos.

A Estação Ecológica de Juréia-Itatins, por exemplo, quando criada, 23 comunidades habitavam na área, o que levou posteriormente à sua recategorização. Quando foi declarada, a população foi notificada que podia permanecer na área. No entanto, as atividades para reproduzir seu modo de vida foram proibidas. Ficaram sem o alimento, sem a roça de subsistência, sem a pesca, sem poder consertar suas casas, sem poder limpar as trilhas (PANZUTTI et al., 2013).

Estas restrições descaracterizam os pequenos agricultores, impedindo-lhes a reprodução e manutenção de seu modo de vida tradicional. São obrigados a se converter em empregados de empreendimentos turísticos, a migrar para as grandes cidades e aumentar as filas de desempregados ou entrar na clandestinidade da extração de recursos naturais ou atividades predatórias de outro tipo. Isto tudo repercute na degradação da área que antes, com a prática das atividades tradicionais, se mantinha estável.

Derkyi et al. (2013), estudando a Reserva Florestal Tano Offin em Gana, reportam que 33% dos entrevistados admitiram o aproveitamento ilegal da floresta e do solo.

A tentativa de separar o ser humano da natureza, nas unidades de conservação de proteção integral, tem acontecido numerosas vezes no passado. Geralmente, a intervenção do ser humano urbano nas dinâmicas das áreas naturais conservadas por atividades tradicionais que se encontram em equilíbrio sofre de

grande instabilidade quando são protegidas por meios legais. Exemplos disto são abundantes na criação de parques nacionais e internacionais.

A intervenção do ser humano urbano, ainda que com boas intenções, em determinadas ocasiões, tem graves repercussões para as populações locais que não se encaixam exatamente nas categorias propostas para sua proteção.

Ferreira (2011), por exemplo, expôs o caso dos caiçaras da Estação Ecológica de Juréia-Itatins que expressavam seu temor de não serem considerados tradicionais pelo fato que alguns deles tinham incorporado a sua estratégia de vida o estabelecimento de algum bar ou camping para atender ao crescente turismo na área.

Isto conduz à reflexão sobre a dinâmica das comunidades tradicionais e o perigo de se elaborar categorias que permanecem estáticas ou se modificam a uma velocidade menor que da evolução da sociedade.

O ser humano urbano imagina que as comunidades tradicionais não estão sujeitas às pressões do mundo ocidental, do consumo. Que vão permanecer eternamente naquela imagem idealizada construída para caracterizá-las.

As comunidades tradicionais estão expostas, como qualquer população urbana, à pressão do mundo ocidental para adquirir produtos de mercado. Não é possível, ingenuamente, acreditar que se subtraíram aos atrativos do mercado (FERREIRA, 2011)

Quando o ser humano urbano decide que as áreas conservadas por populações locais devem ser protegidas legalmente, e cria unidades de conservação de proteção integral, esquece que estas têm como premissa a expulsão daqueles que ajudaram a conservar a floresta. Esta é uma franca demonstração do conhecimento parcial da relação de interdependência entre natureza e ser humano e do papel que cabe ao ser humano rural na construção do que hoje se reconhece como biodiversidade.

Este desconhecimento está plenamente exemplificado na interpretação que a Secretaria do Meio Ambiente faz do artigo 42, inciso 2º da Lei do SNUC, que ordena “[...] compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações [...]” traduzido pela Secretaria na autorização da agricultura de subsistência para os moradores locais.

Não obstante, o estilo de vida do morador do Bairro Ribeirão dos Camargo engloba uma série de estratégias para sua reprodução social: agricultura de coivara e a horta, para a provisão dos grãos, verduras e legumes que a família e a criação precisa; a caça e a pesca, como fonte de proteína animal; a criação de suínos e aves de curral, como complemento de renda; produtos da floresta, como reserva de recurso monetário imediato em casos de escassez ou de emergência; materiais naturais para a construção e reparação de vivendas e demais infraestrutura; material para artesanato, lenha, plantas medicinais e alimentícias, entre outros.

Exemplos do desconhecimento do ser humano urbano da dinâmica da natureza e do modo de vida do ser humano rural são múltiplos. Um caso foi evidenciado no ecossistema marinho na região de Barra do Una. Sem conhecer a dinâmica do ecossistema, uma área de mar foi declarada RDS, mas a área de praia era Estação Ecológica, se por acaso a rede do pescador fosse parar na praia, ele não poderia recuperá-la. Linhas retas delineavam diferentes categorias de unidades de conservação marinha (FERREIRA, 2011). Qualquer pescador saberia que essa não era a melhor divisão, que os cardumes não seguem retângulos, mas sim correntes marinhas que dificilmente se apresentam em formas regulares.

O ser humano urbano intelectual, ao construir a definição de comunidade tradicional, com a intenção de proteger às comunidades locais que usam práticas de baixo impacto ambiental, não considerou que vários agricultores familiares tradicionais, apesar de exercerem as mesmas práticas, não se enquadrariam exatamente nesta definição. Isto propiciou a desproteção do Estado e a negação do direito de acesso à terra aos pequenos produtores.

É difícil para a maioria das pessoas urbanas entender o indivíduo como parte do ecossistema natural. O ser humano rural nem sequer imagina viver afastado da natureza, tal o grau de dependência que criou por séculos com a terra e os recursos naturais. Para ele, a produção de alimento é prioritária. Consequentemente, é possível que passe mais tempo se relacionando com a natureza que com seus congêneres. Para o ser urbano tal convivência é alheia e inconcebível.

As percepções do ser humano urbano e do ser humano rural são completamente distintas. Para o ser humano urbano a natureza é movida por uma dinâmica que ele não entende completamente, enquanto o ser humano rural, vivendo em uma interação contínua com a natureza, conhece, compreende,

interpreta e até prediz o comportamento dos elementos naturais, vegetais e animais. Cada sinal é decifrado e integrado com todos os elementos vivos e inertes do ecossistema natural.

Este conhecimento não surge pelo acaso, é produto de longas observações feitas pelos ancestrais que são transmitidas de progenitor para filho que as reinterpreta e reconstrói de acordo com as mudanças observadas por ele mesmo. Manter esse saber parece vital para atingir uma gestão adequada dos espaços protegidos. Esse saber complementa o conhecimento científico que pela sua vez pode aportar ferramentas valiosas para aprimorar as práticas de uso do solo e do extrativismo das populações locais.

O conhecimento da natureza dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo é dinâmico e se enriquece devido às percepções individuais irem se compartilhando e modificando conforme aumentam as observações e as experiências práticas de seus membros. Isso confere um olhar para a natureza característico do Bairro. Refere-se a valores e atitudes compartilhadas e reproduzidas desde tempos antigos, quando os primeiros desbravadores povoaram a área.

O entendimento do modo de vida dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo é fundamental para a administração do PETAR. Sua internalização, pelos funcionários do Parque, conduziria à sua aceitação, valorização, respeito e enriquecimento. Isso contribuiria para melhorar a relação Parque-população local e atingir um novo patamar na gestão da unidade de conservação. Tal procedimento subsidiaria estabelecer um acordo para conservar a integridade da área protegida e possibilitar a reprodução do modo de vida dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo. Enquanto esse acordo não for alcançado seguirão os conflitos, as ameaças à biodiversidade e o risco dos moradores do Bairro não conseguirem manter sua relação com o ambiente. Sua identidade como agricultores familiares pode acabar. Perder-se-ia assim uma série de conhecimentos úteis para a interação ser humano-ambiente além de uma rica agrobiodiversidade.

A compreensão da percepção dos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo sobre os problemas que eles enfrentam e o conhecimento das ações da Secretaria do Meio Ambiente no que lhes compete, poderia aproximar o gestor do PETAR com o que a população entende por sua realidade e a encontrar os vazios ou ambiguidades no modelo de gestão do Parque.

O gestor do PETAR teria que entender que cada contexto pertence a diversas realidades que se inter-relacionam sem necessariamente se excluírem. A forma como ele percebe a realidade pode ser muito diferente de como o morador o faz, em razão de que cada um interpreta a realidade como uma representação, muitas vezes, coletivamente construída, influenciada pela cultura, história, religião e classe social, entre outros.

O PETAR poderia contribuir para conservar a agricultura familiar e consequentemente a agrobiodiversidade. Isto parece interessante em um país como o Brasil que dirige-se rumo à monocultura e ao império dos transgênicos. A agricultura familiar é vital em oposição à hegemonia do capitalismo que transforma o gênero de vida tradicional. Apesar de que o desaparecimento do pequeno produtor foi preconizado várias vezes, ele ainda persiste (NABARRO, 2014).

O país é o principal consumidor de agrotóxicos do mundo. Entre 1995 e 2000, o uso de agrotóxicos no Brasil foi superior à média mundial (PORTO; MILANEZ, 2009). Isto é derivado da consolidação do modelo agroexportador que se expande pelo território nacional e ameaça as áreas florestadas e as unidades de proteção.

Para o capitalismo a existência do pequeno produtor, do agricultor familiar, é inconveniente. Ele resiste a entrar na economia do mercado, em se tornar consumista, que é a base do capitalismo. Sua existência prova que pode se viver fora do consumismo, sem depender totalmente do mercado.

De acordo com Brandão (2007) e Nabarro (2014) o pequeno produtor é, provavelmente, o único a não obedecer às regras do capitalismo. O objetivo de seu trabalho é sustentar a família e à criação, não o lucro no mercado.

A gestão das unidades de conservação é uma situação na qual o poder público estatal e local, setor privado, produtores rurais, pequenos produtores agrícolas, pesquisadores, organismos de defesa do ambiente, instituições de defesa de populações tradicionais, entre outros, cada qual com suas lógicas, olhares e interesses, convivem, definem e disputam seus rumos. Segundo Bim e Furlan (2013) o desequilíbrio das forças destes atores conduziu à invisibilidade das comunidades locais e à criminalização de suas atividades tradicionais.

No PETAR, a disputa pela definição do uso do espaço na zona de amortecimento, gerou uma situação em que o Plano de Manejo, apresentado em 2010, não tinha sido aprovado até junho de 2016, ao término desta pesquisa.

Assim, as maiores dificuldades enfrentadas pelos moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo, referem-se às restrições de uso do solo para fins agrícolas e o acesso aos recursos naturais. As quais têm sido causa dos inúmeros conflitos com a administração do PETAR com desenlace, em várias ocasiões, na imposição de multas para os moradores locais.

Aparentemente, o conflito pelo domínio do território será cada vez mais frequente, devido ao acesso desigual aos recursos naturais e à privatização e mercantilização do ambiente (FERREIRA, 2013).

No Brasil, a concepção do modelo de parque sem moradores foi contraposta pelo socioambientalismo (MARQUES, 2014). Existe evidência empírica de que o atual crescimento econômico é ambientalmente insustentável e socialmente injusto, intensificando os conflitos socioambientais (PORTO; MILANEZ, 2009).

Na década de 1980, os socioambientalistas defendiam que o Estado incluísse as comunidades locais, possuidoras de conhecimentos e práticas de manejo de baixo impacto ambiental, nas políticas públicas de desenvolvimento (MATTOS, NOBRE; ALOUFA, 2011; SANTILLI, 2012).

Este movimento pretendia mudar o pensamento preservacionista, produto da hegemonia dos Estados Unidos de América, que anula a interação ser humano-natureza. As políticas ambientais da maioria dos países de América Latina respondem a essa doutrina. Desconsideram que as políticas públicas deveriam ser resultado do equilíbrio entre os interesses do Estado, a sociedade e as comunidades locais.

A clássica criação de áreas protegidas, sem presença humana, segue a filosofia da Teoria da Tragédia dos Comuns de Hardin (1968), que argumenta que o comportamento usual da pessoa, no uso dos recursos comuns, é procurar seu benefício máximo, negligenciando o prejuízo que possa ocasionar aos outros usuários. Cada indivíduo atuando sob esta filosofia, levaria à extinção dos recursos comuns. As únicas opções viáveis para restringir o livre acesso aos recursos naturais comuns e lograr sua conservação, seriam privatizar ou estatizar as terras comuns. No entanto, Ostrom (1990) provou que isto não é necessariamente certo, que pode haver um governo dos comuns, que as pessoas podem se organizar com regras que definam direitos e deveres daqueles que compartilham os recursos comuns. Ela propôs os já famosos oito princípios para o governo dos comuns que

segundo Cunha (2004), têm sido amplamente observados na gestão dos recursos ao redor do mundo.

O paradigma clássico da administração das unidades de conservação de proteção integral é uma concepção que precisa ser repensada, sobretudo nos espaços com populações humanas morando no seu interior. O modelo atualmente adotado, dificilmente se aplica em vários países latino-americanos nos quais o ser humano rural ainda convive diariamente com a natureza e guarda uma estreita relação de dependência com ela. Sob estas condições, esse modelo tende a colapsar ao isolar o ambiente do indivíduo e negar o acesso à terra e aos recursos naturais às populações locais que dependem diretamente deles para reproduzir seu modo de vida.

Irving (2015) acredita que não é mais possível conceber uma unidade de conservação como “área blindada”, isolada do indivíduo.

As áreas protegidas deveriam ser concebidas e administradas como parte de um processo mais amplo de ocupação racional do espaço e do desenvolvimento socioeconômico local, desempenhando o papel vital que lhes cabe. As unidades de conservação devem ser implantadas com o objetivo de contribuir para melhorar a qualidade de vida das gerações presentes e futuras. No entanto, elas seguem sua própria dinâmica, isoladas do ser humano, e os resultados sociais são pobremente alcançados.

Os espaços protegidos, como uma política de preservação da biodiversidade, não têm tido os resultados esperados. A maior parte de seu orçamento é dedicada ao controle das ameaças à degradação da natureza. Aparentemente, o regime policial é considerado a única opção plausível (VEDELD et al., 2012).

Com a implantação do modelo clássico de conservação, a dinâmica socioeconômica local normalmente se vê afetada e o ritmo de crescimento sofre uma desaceleração.

Na percepção coletiva, o PETAR causou uma diminuição do crescimento econômico local. Provavelmente os empreendimentos turísticos implantados no Bairro da Serra sejam a exceção. No entanto, grande parte do capital acumulado nesse Bairro pertence a investidores que residem em São Paulo.

O perigo do estabelecimento da atividade turística, como principal fonte de renda, é descaracterizar a população local. De mateiro, agricultor familiar, criador de suínos, artesão, passa a ser motorista, cozinheiro, guarda noturno, servente, entre

outros. A comunidade entra no sistema capitalista e perde sua identidade. As festas religiosas são esquecidas, o mutirão já não é mais necessário, as práticas de reciprocidade desaparecem. O ser humano livre do campo some, para se converter em um empregado do mercado do trabalho com necessidades criadas por um sistema que distancia cada vez mais o ser humano da natureza. Os conhecimentos acumulados por séculos e a interação cotidiana com a natureza se perdem.

O sistema de gestão de unidades de conservação de proteção integral clássico desconsidera que o comportamento das diferentes culturas pode contribuir para a resiliência ecológica, mostrando práticas que incrementem a biodiversidade e que evitem a sobre-exploração (FOLKE et al., 1998). Numerosas comunidades locais têm contribuído para a proteção da natureza através de suas práticas agrícolas e manejo da floresta (FERREIRA, 2013).

Para mudar o atual paradigma da conservação seria necessário reconhecer que a terra, por seu interesse social, se diferencia dos outros bens sujeitos a apropriação privada. A terra constitui a base para a vida humana e por isso sua posse legítima deve ser atribuída àqueles que cumpram com seu papel social, principalmente, os pequenos agricultores familiares (GIRARDI, 2008).

Provavelmente o maior erro na adoção da estratégia de criação de áreas protegidas para preservar a biodiversidade seja considerar que este é o único mecanismo de conservação da natureza. Tal circunstância é continuamente contestada pelos vários casos de comunidades tradicionais que têm construído seus próprios modelos de manejo do ambiente sem degradá-lo.

O problema surge quando se considera ao ser humano e à natureza como entes separados. O ser humano visto como sendo apenas uma perturbação no ecossistema natural, esquecendo a relação ser humano-ambiente mantida por séculos por comunidades locais.

Esta visão coadjuva a apropriação da natureza pelo ser humano urbano que, na maioria dos casos, desconhece o papel das populações rurais na construção dessa biodiversidade.

A administração das áreas protegidas sob essas premissas é uma tarefa difícil. Durante muito tempo têm-se criado uma série de instrumentos para a gestão dos espaços protegidos. Desde leis proibitivas até incentivos econômicos, todos eles com resultados pouco alentadores (LÓPEZ-GUNN, 2012). Isto em razão de que

normalmente a intervenção do Estado ocasiona a perda de mecanismos locais de uso e acesso aos recursos naturais conduzindo à sua degradação.

Em diversas ocasiões as leis ambientais têm ignorado a dinâmica dos ecossistemas naturais. Ferreira (2011) proporciona vários exemplos de manejo do recurso marinho pelos caiçaras do Mosaico de Juréia-Itatins que mantinham o ecossistema em equilíbrio. Com a implantação da unidade de conservação e a proibição da colheita de mariscos se gerou um desequilíbrio tal que o recurso marinho esteve com risco de desaparecer.

A ingerência governamental se dá, comumente, devido a uma mal-entendida presunção de inexistência ou inadequado manejo dos recursos naturais por parte das comunidades locais (HIMMELFARB, 2006; PRETTY; WARD, 2001). O Estado precisa de tais premissas para justificar a expulsão das populações do local.

A apropriação dos espaços públicos ocasiona a exclusão dos moradores locais da terra e dos recursos naturais. Incentiva-se assim, múltiplas manifestações da sociedade civil cujos direitos fundamentais foram prejudicados (PORTO; MILANEZ, 2009).

A implantação clássica de áreas protegidas causa mudanças nas relações de poder e na apropriação material e simbólica da natureza. Gera inúmeros conflitos com as populações que dependem do ambiente para manter e reproduzir seu estilo de vida (SANTOS, 2009).

A declaração de unidades de conservação de proteção integral em áreas com populações locais que têm conservado a floresta não faz sentido. É precisamente a presença destes povoados e o uso das práticas de baixo impacto ambiental que têm contribuído para que a natureza persista nesses locais. O mais razoável seria aprimorar algumas de suas práticas do uso do ambiente e não a expulsão da área que eles têm contribuído para manter. Isto estaria mais de acordo com o estipulado no artigo 8, inciso “j” da Convenção da Biodiversidade que recomenda:

[...] respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica e incentivar sua mais ampla aplicação com a aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento, inovações e práticas [...]

Contudo, as comunidades humanas no interior e no entorno das unidades de conservação têm sido obrigadas a mudar seu modo de vida através do turismo, da

comercialização da floresta, da mercantilização da terra, têm sido pesquisados, discriminados, criminalizados, expulsos, têm sido tudo, só não têm sido consultados para decidir seu futuro.

Não é suficiente uma aparente participação através dos Conselhos Consultivos. Os moradores locais aspiram o reconhecimento de seu direito de decidir seus destinos e garantir suas fontes de renda.

Normalmente, as oportunidades de ocupação, incentivadas por agentes externos, vão desde empregos no ramo turístico até a exploração comercial de produtos da floresta. O objetivo de tais empreendimentos, usualmente, é inserir a população local ao mercado, é mercantilizar a floresta. A natureza, que até então estava devidamente conservada, passa a ser objeto de apropriação mercantil. O papel que lhe cabia como eixo central na reprodução do modo de vida do pequeno produtor se perde. O ambiente passa a ser visto como provedor inesgotável de dinheiro para adquirir produtos de mercado. A carreira consumista começou (ZENTENO et al., 2013).

Usualmente o ser humano urbano almeja mudar o modo de vida tradicional. Integrar as comunidades rurais no mercado. Conduzi-las a um modo de vida urbano, a o que se considera desenvolvimento, ao consumismo, ao descartável. Ele acredita que unicamente a vida urbana merece ser vivida, os outros estilos de vida aparecem como selvagens, incivilizados, atrasados, arcaicos.

Vários intelectuais urbanos precisam reelaborar conceitos e paradigmas que até então funcionavam adequadamente e que foram esquecidos e substituídos pelos do ocidente urbano-industrial.

O capitalismo requer homogeneizar saberes, práticas, valores, modos de vida, controlar e inserir todos os homens no consumismo. Essa ideologia hegemônica visa controlar o estilo de vida e direcionar o pensamento, o comportamento e o que se consome (NABARRO, 2014).

E o Estado é o maior aliado do sistema capitalista através das políticas públicas e normas legais que sanciona. No sistema educativo, por exemplo, se apregoam os valores urbanos e consideram-se os saberes tradicionais como atrasados. Desvaloriza-se as práticas sociais comunitárias e sua ideologia (NABARRO, 2014). Como resultado o modo de vida camponês começa a ser não desejado pelo estudante em idade jovem e o sistema se encarrega de reforçá-lo com o transcurso de sua formação formal nos centros educativos oficiais.

O pensamento científico é considerado pela cultura ocidental como o único válido. Pretende-se ensinar ao ser humano rural como conservar a natureza, como se ele não tivesse mantido uma relação de mútua interdependência com ela e coevoluído por séculos. Pretende-se substituir saberes tradicionais pelos modernos que, em ocasiões, não têm sido suficientemente provados nas condições locais.

Segundo Lévi-Strauss (1908), cada sociedade normalmente superestima o objetivo de seu pensamento. Comumente o ser humano ocidental tende a considerar o ser humano rural como exclusivamente dirigido por suas necessidades orgânicas ou econômicas, enquanto para o ser humano rural seu raciocínio está mais bem equilibrado que o do ocidental urbano-industrial. Existem numerosos exemplos do profundo e amplo conhecimento botânico e zoológico de comunidades indígenas ao redor do mundo. Assim como sua facilidade de tecer relações, de reconhecer causas e efeitos no mundo animal, vegetal e inanimado.

Ferreira (2011) apresenta inúmeros episódios durante a discussão para elaborar o Plano de Manejo do Mosaico Juréia-Itatins em que alguns dos técnicos participantes menosprezaram os saberes tradicionais dos caiçaras. Fato comum nesse tipo de oficinas.

Alguns técnicos ignoram que existem modos diferentes de pensamento científico. Não etapas desiguais do desenvolvimento humano, mas diferentes níveis estratégicos em que a natureza se deixa abordar pelo conhecimento científico. Um aproximadamente ajustado ao da percepção e ao da imaginação e o outro delas deslocado. Como se as relações necessárias, objeto de toda ciência, neolítica ou moderna, pudessem ser atingidas por dois caminhos diferentes: um muito próximo da intuição sensível e outro mais distanciado (LÉVI-STRAUSS, 1908).

A relação do agricultor familiar com a natureza, por exemplo, se baseia no respeito. Ele não deve forçar a terra, através da aplicação de agroquímicos, a dar aquilo que ela não é capaz de produzir (WOORTMAM apud NABARRO, 2014). Para o capitalismo o mais importante é o lucro, em tal sentido o uso de qualquer prática que incremente sua utilidade é aplicada, sem considerar o dano, em ocasiões irreversível, que se causa aos recursos naturais, principalmente à terra e à água.

Dois saberes e duas racionalidades distintas. Esta pesquisa pretendia lograr o entendimento que ao proteger o modo de vida do agricultor familiar se conserva a natureza como um todo integrado e se prova a convivência possível ser humano-ambiente no interior de unidades de conservação de proteção integral. Perseguia

oferecer ao leitor uma nova perspectiva que considere ao ser humano rural como um elemento a mais do ecossistema natural.

Desejava provocar no Estado uma ação imediata, porque se continuar o êxodo rural dos jovens do Bairro Ribeirão dos Camargo, a descaracterização será inevitável. Passariam de homens e mulheres livres, que tecem seu destino, a dependentes do mercado do trabalho, proletários das grandes massas urbanas.

É importante assinalar que a autora não pretende afirmar que o manejo comunitário dos recursos naturais garante, em todos os casos, seu manejo sustentável. Esta pesquisa almejava unicamente abrir a possibilidade de considerar que os moradores do Bairro Ribeirão dos Camargo possuam conhecimentos e práticas de manejo do solo e da floresta que possam-se aprimorar para possibilitar sua permanência no PETAR e garantir a conservação da biodiversidade do Parque.

Vários dos entrevistados expressaram, mas a pesquisadora se nega a acreditar, que a estratégia do Estado é tolerar a presença das comunidades locais, mas dificultar o acesso, a prestação de serviços básicos e o exercício das atividades tradicionais de geração de renda, com a intenção de desmotivar sua permanência ou ao menos encorajar os jovens a abandonarem a área. Os velhos, logo morrerão e ao fim tudo virará floresta.

REFERÊNCIAS

- ADAMS, C. As roças e o manejo da Mata Atlântica pelos caiçaras: uma revisão. **Interciência**, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 143-150, 2000.
- ADAMS, C.; MUNARI, L.CH.; VAN VLIET, N.; MURRIETA, R.S.; PIPERATA, B.A.; FUTEMMA, C; PEDROSO JR. N.N.; TAQUEDA, C.; CREVELARO, M.A.; SPRESSOLA-PRADO, V.N. Diversifying incomes and losing landscape complexity in quilombola shifting cultivation communities of the Atlantic Rainforest (Brazil). **Human Ecology**, New York, v. 41, n. 1, p. 119–137, 2013.
- ALBERIGI, S. **Avaliação da exposição ao ²²²Rn nas cavernas do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR)**. 2006. 65 p. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Nuclear) - Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- ALBUQUERQUE, U.P. de; ANDRADE, L.H. Conhecimento botânico tradicional e conservação em uma área de caatinga no Estado de Pernambuco, Nordeste do Brasil. **Acta Botânica**, São Paulo, v.16, n.3, p. 273-285, 2002.
- AMARAL, E.; MONTEIRO, V. Avaliação de impacto das condicionalidades de educação do Programa Bolsa Família (2005 e 2009). **DADOS**, Rio de Janeiro, v. 56, n. 3, p. 531-570, 2013.
- ANDRADE, A. Indicadores de sustentabilidade na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Piranha, Manacapuru, Amazonas, Brasil. **Acta Amazônica**, Manaus, v. 37, n. 3, p. 401-412, 2007.
- ANDRADE, G.I. ¿El fin de la frontera? Reflexiones desde el caso colombiano para una nueva construcción social de la naturaleza protegida. **Estudios Sociales**, Bogotá, v. 32, n. 48, p. 48-59, 2009.
- ARAUJO, M. **Unidades de conservação no Brasil**: da república à gestão de classe mundial. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007. 272 p.
- _____. O início do pensamento em torno do turismo de base comunitária: estudo de caso na comunidade de Galileia, município de Caparaó, Minas Gerais, Brasil. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 238-276, 2011.
- ARRIAGADA, I. (Ed.). **Aprender de la experiencia**: el capital social en la superación de la pobreza. Santiago de Chile: CEPAL, 2005. 228 p.
- ARRUDA, R. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 79-92, 1999.
- ATRIA, R.; SILES, M.; ARRIAGADA, I.; ROBISON, L.J.; WHITEFORD, S. (Comp.). **Capital social y reducción de la pobreza en América Latina y el Caribe**: en busca de un nuevo paradigma. Santiago de Chile: CEPAL, 2003. 590 p.

BARRERA, Y. **Negociación y transformación de conflicto**: reto entre escasez y bienestar. Guatemala: Olympus, 2002. 190 p.

BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária**: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Brasília: Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo; Rio de Janeiro: Nova Letra e Imagem, 2009. 506 p.

BELLINASSI, S.; PAVÃO, A.C.; CARDOSO-LEITE, E. Gestão e uso público de unidades de conservação: um olhar sobre os desafios e possibilidades. **Ecoturismo**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 274-293. 2011.

BERKES, F.; FOLKE, C. A systems perspective on the interrelations between natural, human-made and cultural capital. **Ecological Economics**, Amsterdam, v. 5, n. 8, p. 1-8, 1997.

BIM, O.; FURLAM, S. Mosaico do Jacupiranga - Vale do Ribeira/SP: conservação, conflitos e soluções socioambientais. **Agrária**, São Paulo, n. 18, p. 4-36, 2013.

BITHER-TERRY, R. Reducing poverty intensity: what alternative poverty measures reveal about the impact of Brazil's Bolsa Família. **Latin American Politics and Society**, Miami, v. 56, n. 4, p. 143-158, 2014.

BODIN, O.; CRONA, B.I. The role of social networks in natural resource governance: what relational patterns make a difference? **Global Environmental Change**, Stockholm, n. 19, p. 366-374, 2009.

BOLAÑOS, O. Indigenous ethnicities: the arapium and jaraqui peoples of the lower Amazon, Brazil. **Latin American Research Review**, Pittsburgh, v. 45, n. 3, p. 63-86, 2010.

BOMBARDI, L.M. O bairro rural como identidade territorial: a especificidade da abordagem do campesinato na geografia. **Agrária**, São Paulo, n. 1, p. 55-95, 2004.

BORSANELLI, F.A.; LOBO, H.A.S. Impactos causados à comunidade local com o fechamento das cavernas turísticas do PETAR em 2008 na visão dos stakeholders envolvidos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ESPELEOLOGIA, 33, 2015, Eldorado. **Anais...** Campinas: Sociedade Brasileira de Espeleologia, 2015. p. 719-727.

BORTOLETO, E. Identidade, território e pertencimento: a comunidade pomerana em Pancas/ES e a unidade de conservação nos Pontões Capixabas. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais...** Campinas: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2015. p. 1-11

BRANDÃO, C. R. Tempos e Espaços nos Mundos. **RURIS**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 37-64, 2007.

BRANDÃO, C.R. A comunidade tradicional In: COSTA, J.B.; OLIVEIRA, C. (org.) Cerrado, Gerais, Sertão: comunidades tradicionais nos sertões roseanos. Montes Claros, Brasil: Unimontes, 2012. p. 367-380.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº 13, de 06 de dezembro de 1990**: dispõe sobre o licenciamento ambiental no entorno de Unidades de Conservação. Brasília, 1990.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.html>. Acesso em: 15 jan. 2014.

_____. Constituição (1891). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.html>. Acesso em: 15 jan. 2014.

_____. **Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943**: aprova a consolidação das leis do trabalho. **Diário Oficial**, Brasília, 09 ago. 1943. Seção 1, p. 11937.

_____. **Decreto Federal nº 99.274, de 06 de junho de 1990**: regulamenta a Lei Nº 6.902, de 27 de abril de 1981, e a Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 07 jun. 1990. Seção 1, p. 10887.

_____. **Decreto nº 19.924, de 27 de abril de 1931**: dispõe sobre as terras devolutas. **Coleção de Leis do Brasil, 1931**, Brasília, v. 1, p. 521.

_____. **Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002**: regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza-SNUC, e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 23 ago. 2002. Seção 1, p. 9.

_____. **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**: institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial**, Brasília, 08 fev. 2007. Seção 1, p. 316.

_____. **Decreto nº 60.302, de 27 de março de 2014**: institui o Sistema de Informação e Gestão de Áreas Protegidas e de Interesse Ambiental do Estado de São Paulo – SIGAP e dá providências correlatas. **Diário Oficial**, Brasília, 28 mar. 2014. Seção 1, p. 3-5.

_____. **Decreto nº 659, de 19 de dezembro de 2011**: declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, as áreas que especifica e dá outras providências. **Diário Oficial Poder Executivo**, São Paulo, 03 jan. de 2012. Seção 1, p. 75-76.

_____. **Decreto nº 750, de 10 de fevereiro de 1993**: dispõe sobre o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica, e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 11 fev. 1993. Seção 1, p. 1801.

_____. **Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979:** aprova o Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros. **Diário Oficial**, Brasília, 21 set.1979. Seção 1, p. 13785.

_____. **Decreto nº 32.283, de 19 de maio de 1958:** cria o Parque Estadual do Alto Ribeiro. **Diário Oficial**, Brasília, 20 maio 1958. Seção 1, p. 2.

_____. **Decreto nº 6.660, de 21 de novembro de 2008:** regulamenta dispositivos da Lei Nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. **Diário Oficial**, Brasília, 24 nov.2008. Seção 1, p. 1.

_____. Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Regional Vale do Ribeira. Unidade de Registro. Núcleo Especializado de Combate à Discriminação, Racismo e Preconceito. Referente ao Procedimento Administrativo de Tutela Coletiva. **Portaria nº 04/14/PATC/CD/DPVR/UR. Recomendação nº 02/2014.**

_____. **Lei Estadual nº 12.406, de 12 de dezembro de 2006:** altera a Lei Nº. 5.649, de 28 de abril de 1987, que criou a Estação Ecológica da Juréia-Itatins, exclui, reclassifica e incorpora áreas que especifica, institui o Mosaico de Unidades de Conservação da Juréia-Itatins, regulamenta ocupações. **Diário Oficial**, Brasília, 13 jun. 2007. Seção 1, p. 1-4.

_____. **Lei Estadual nº 12.810, 15 de maio de 2013:** altera os limites do Parque Estadual de Jacupiranga, criado pelo Decreto-lei Nº 145, de 8 de agosto de 1969, e atribui novas denominações por subdivisão, reclassifica, exclui e inclui áreas que especifica, institui o Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 16 maio 2013. Seção 1, p. 1.

_____. **Lei Estadual nº 8.510, de 29 dezembro de 1993:** altera a Lei Nº 3.201, de 23 de dezembro de 1981, que dispõe sobre a parcela, pertencente aos municípios, do produto da arrecadação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte interestadual e intermunicipal e de Comunicação – ICMS. **Diário Oficial**, Brasília, 30 dez. 1993. Seção 1, p. 1-2.

_____. **Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006:** dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 26 dez. 2006. Seção 1, p. 1.

_____. **Lei nº 12.042, de 16 de setembro de 2005:** exclui área do perímetro do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira -PETAR, e anexa outra, na forma que especifica. **Diário Oficial**, Brasília, 17 set. 2005. Seção 1, p. 1.

_____. **Lei nº 3.201, de 23 de dezembro de 1981:** dispõe sobre a parcela, pertencente aos municípios, do produto da arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias. **Diário Oficial**, Brasília, 24 dez. 1981. Seção 1, p. 5.

_____. **Lei nº 5.973, de 28 de novembro de 1960:** denomina "Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira" ao "Parque Estadual do Alto Ribeira", criado pelo Decreto nº 32.383. **Diário Oficial**, Brasília, 30 nov. 1960. Seção 1, p. 1.

_____. **Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993:** dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **Diário Oficial**, Brasília, 26 fev.1993. Seção 1, p. 2349.

_____. **Lei nº 9.393, de 19 de dezembro 1996:** dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural –ITR, sobre pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 20 dez. 1996, Seção 1, p. 27744.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990:** Estatuto da criança e do adolescente. **Diário Oficial**, Brasília, 16 jul.1990. Seção 1, p. 13563.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Decreto Legislativo nº 2, de 5 de junho de 1992:** aprova o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro, no período de 5 a 14 de junho de 1992. **Diário Oficial**, Brasília, 04 fev. 1994. Seção 1, p. 1693.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000:** institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 18 jul. 2000, Seção 1, p. 1.

_____. **Projeto de Lei nº 249, 30 de abril de 2013:** autoriza a Fazenda do Estado a conceder o uso de áreas públicas inseridas em Unidades de Conservação da Natureza que especifica, bem como dos imóveis localizados nos Municípios de Itirapina e Cajuru, e dá providências correlatas. Parecer Nº 847, de 2016, da Comissão de Justiça e Redação.

_____. Secretaria do Meio Ambiente. **Resolução SMA-027, de 30 de março de 2010:** dispõe sobre procedimentos simplificados de autorização para supressão de vegetação nativa, a que se referem os artigos 33 e 34 do Decreto Federal Nº 6.660, de 21 de novembro de 2008, para pequenos produtores rurais e populações tradicionais visando a agricultura sustentável nas áreas de regeneração inicial da Mata Atlântica e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, 31 mar. 2010. Seção 1, p. 105.

_____. Secretaria do Meio Ambiente. Resolução SMA-029, de 30 de março de 2010: dispõe sobre estudos técnicos para subsidiar alteração de limites e mudança de categorias de manejo de unidades de conservação, bem como sobre termos de compromisso a serem celebrados com os ocupantes de unidades de conservação até sua definitiva regularização fundiária, e dá outras providências. **Diário Oficial**, Brasília, de 31 de mar. 2010, Seção 1, p. 105-106.

CALDAS, M.; WALKER, R.; ARIMA, E.; PERZ, S.; ALDRICH, S.; SIMMONS, C. Theorizing land cover and land use change: the peasant economy of Amazonian deforestation. **Annals of the Association of American Geographers**, Washington, v. 97, n. 1, p. 86-110, 2007.

CALEGARE, M.G.; HIGUCHI, M.I.; BRUNO, A.C. Povos e comunidades tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 115-134. 2014.

CAÑADA, E. La comercialización del turismo comunitario en América Latina. **Anuario de Estudios Centroamericanos**, San José, n. 41, p. 159-189, 2015.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 1964. 234 p.

CARTER, M. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) e a democracia no Brasil. **Agrária**, São Paulo, n. 4, p. 124-164, 2006.

CASTELO, P.; SILVEIRA, B. Florestas e lutas por reconhecimento: território, identidades e direitos na Mata Atlântica brasileira. **Campos**, Curitiba, v. 11, n. 2, p. 95-112, 2010.

CASTRO, J.A. de; MODESTO, L. (Org.). **Bolsa família 2003-2010**: avanços e desafios. São Paulo: IPEA, 2010. v. 2, 344 p. 2010.

CAVALCANTI, D.; COSTA, E.; SILVA, J. Programa Bolsa Família e o Nordeste: impactos na renda e na educação, nos anos de 2004 e 2006. **Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 99-128, 2013.

CECHIN, A. **A natureza como limite da economia: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen**. São Paulo: EDUSP, 2010. 264 p.

CHAVES, D.M. Conflitos em unidades de conservação. **PRACS**, Macapá, n. 1, p. 1-12, 2008.

COELHO NETO, A. Componentes definidores do conceito de território: a multiescalaridade, a multidimensionalidade e a relação espaço poder. **Geographia**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 29, p. 23-52, 2013.

COHEN, M.; SILVA, J. Implantação da gestão participativa em unidades de conservação do tipo parque na cidade do Rio De Janeiro: do conflito à colaboração. **Economia e Gestão**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 81-92, 2009.

COSTANZA, R.; DALY, H. Natural Capital and Sustainable Development. *Conservation Biology*, Washington, v. 6, n. 1, p. 37-46, 1992.

CUNHA, L.H. da. "Tragédia dos comuns" à ecologia política: perspectivas analíticas para o manejo comunitário dos recursos naturais. **Raízes**, Campina Grande, v. 23, n. 1/2, p. 10-26, 2004.

CUNHA, M. da; ALMEIDA, M.W.B. de. Indigenous people, traditional people, and conservation in the Amazon. **Daedalus**, Boston, v. 129, n. 2, p. 315-338, 2000.

DERKYI, M.; ROS-TONEN, M.A.F.; KYEREH. B.; DIETZ, T. Emerging forest regimes and livelihoods in the Tano Offin Forest Reserve, Ghana: Implications for social safeguards. **Forest Policy and Economics**, Amsterdam, v. 32, p. 49–56, 2013.

DIEGUES, A. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1994. 162 p.

_____. Etnoconservação da natureza: enfoques alternativos. In: _____.
Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo:

Hucitec, 2000. p. 1-46.

DOMINGOS, M.; CALIJURI, M.; BENASSI, S.; DORIA, G. Impactos socioculturais e econômicos do turismo no Bairro da Serra, Iporanga-SP, destino espeleoturístico de São Paulo. **Tourism and Karst Areas**, Campinas, v. 5, n. 1, p. 7-23, 2012.

DUARTE, T. A possibilidade da investigação a 3: reflexões sobre triangulação (metodológica). CIES, Lisboa, v. 60, p. 1-24. 2009.

DRUMMOND, J. Natureza rica, povos pobres? Questões conceituais e analíticas sobre o papel dos recursos naturais na prosperidade contemporânea. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 5, n. 10, p. 1-24, 2002.

DUDLEY, N. (Ed.). **Guidelines for applying protected area management categories**. Gland: IUCN, 2008. 86 p.

DURSTON, J. **El capital social campesino en la gestión del desarrollo rural**. Díadas, equipos, puentes y escaleras. Santiago de Chile: CEPAL, 2002. 156 p.

ERVIN, J. **Metodologia para avaliação rápida e a priorização do manejo de unidades de conservação (RAPPAM)**. Gland: WWF, 2003. 70 p.

ESTIMA, D.; MARTINS, F.M.C.P.F.; RABINOVICI, A.; VENTURA, M.A. A atuação das organizações não-governamentais ambientalistas no turismo em ilhas: o caso de Fernando de Noronha (PE). **Ecoturismo**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 153-170, 2013.

ESTUDO para subsidiar a proposta de criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Caboclas do Bairro Ribeirão dos Camargo (Iporanga, Vale do Ribeira-Sp) como parte do Mosaico de Paranapiacaba. Iporanga, 2014. 76 p.

FARIA, H.H. de. **Eficácia de gestão de unidades de conservação gerenciadas pelo Instituto Florestal de São Paulo, Brasil**. 2004. 401 p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Planejamento Ambiental) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2004.

FERNANDES, L.; COELHO, A.; FERNANDES, E.A.; LIMA, J.E. Compensação e incentivo à proteção ambiental: o caso do ICMS Ecológico em Minas Gerais. **Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 49, n. 3, p. 521-544, 2011.

FERREIRA, G.H. Regularização fundiária e as unidades de conservação no Brasil: um desencontro histórico. **Agrária**, São Paulo, n. 18, p. 76-113, 2013.

FERREIRA, L.E. **Que os parques possam ser a nossa casa**: a luta pela recategorização da Estação Ecológica da Juréia-Itatins. 2011. 201 p. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2011.

FERREIRA, M.; CHRISTOPOULOS, T. A influência do Programa Bolsa Família sobre o comportamento de consumo da baixa renda. **Administração Pública e Gestão Social**, Viçosa, v. 4, n. 2, p. 202-220, 2012.

FOGAÇA, I. Estudo das transformações da estrutura física do Bairro da Serra, entorno do PETAR, em decorrência da atividade turística. **Pesquisas em Turismo e Paisagens Cársticas**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 29-42, 2008.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. Tradução de M. Manoel. Campinas: UNICAMP, 2001. 221 p.

FONSECA, J.; LIMA, I. Processos de incubação de grupos associativos, assistência técnica e extensão rural: o caso da Associação dos Jangadeiros do Pontal de Maracaípe, em Pernambuco. **Razón y Palabra**, Monterrey, v. 19, n. 91, p. 1-29, 2015.

FREDERICO, M. Impacto e sustentabilidade do turismo comunitário: estudo de caso de Ka Madjadjane Lodges em Maputo. **GeoUSP**, São Paulo, n. 29, p. 145-168, 2011.

GEZELIUS, S. Exchange and social structure in Norwegian agricultural communities: how farmers acquire labor and capital. **Sociologia Ruralis**, Aberdeen, v. 54, n. 2, p. 206-226, 2014.

GIRARDI, E.P. **Atlas da questão agrária brasileira**: uma análise dos problemas agrários através do mapa. Presidente Prudente: UNESP, 2008. 38 p.

GONÇALVES, M.; BRANQUINHO, F.; FELZENSZWAL, I. Uma análise contextual do funcionamento efetivo e participação popular em uma unidade de conservação: o caso da área de proteção ambiental de Petrópolis (Rio de Janeiro, Brasil). **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 23, n. 2, p. 323-334, 2011.

HADDAD, C. **A tutela da diferença no direito socioambiental pós-moderno**: estudo de caso sobre a prática de agricultura de corte e queima pela comunidade quilombola de Ivaporunduva. 2012. 160 p. Tese (Doutorado em Ecologia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Centro de Energia Nuclear na Agricultura, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2012.

HALLEY, B. Bairro rural/bairro urbano: uma revisão conceitual. **GeoUSP**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 577-593, 2014.

HARDIN, G. The tragedy of the commons: the population problem has no technical solution; it requires a fundamental extension in morality. **Science**, Washington, v. 162, p. 1243-1248, 1968. Disponível em: <<http://science.sciencemag.org/>>. Acesso em: 07 maio 2016.

HERRERA, A.; PASSANO, G. da. **Manejo alternativo de conflictos de tierra**. Roma: FAO, 2005. 140 p.

HIMMELFARB, D. **Moving people, moving boundaries**: the socio-economic effects of protectionist conservation, involuntary resettlement and tenure insecurity on the Edge of Mt. Uganda: Elgon National Park, 2006. 13 p.

HOOGESTEGER, J. Transforming social capital around water: water user organizations, water rights, and nongovernmental organizations in Cangahua, the Ecuadorian Andes. **Society and Natural Resources**, Texas, n. 26, p. 60-74, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Roteiro metodológico de planejamento**: Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica. Brasília, 2002. 136 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000**: características da população e dos domicílios. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/senso2000/default.shtm>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

_____. **Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

IRVING, M. Turismo, áreas protegidas e inclusão social. Uma triangulação necessária em planejamento, no caso brasileiro. In: IRVING, M.; RODRIGUES, C.; RABINOVICI, A.; COSTA, H. (Org.). **Turismo, áreas protegidas e inclusão social**. Diálogos entre saberes e fazeres. Rio de Janeiro: Aquarius, 2015. p. 51-79.

ITABORAHY, N. A Geografia, o conceito do território e os processos de territorialização das comunidades quilombolas: primeiras aproximações. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16., 2010, Porto Alegre. **Anais...** São Paulo: Associação de Geógrafos do Brasil, 2010. p. 1-10.

KJERSTI, T. Social-ecological changes in a Quilombola community in the Atlantic Forest of southeastern Brazil. **Human Ecology**, New York, v. 42, n. 6, p. 913-927, 2014.

KOLAH, M.; SAKAI, T.; MORIYA, K.; YOSHIKAWA, M.; ESMAILI, R. From paper parks to real conservations: case study of social capital in Iran's biodiversity conservation. **Environmental Research**, Amsterdam, v. 8, n. 1, p. 101-114, 2014.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A.M. O sujeito coletivo que fala. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 10, n. 20, p. 517-524, 2006.

LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. Tradução de T. Pellegrini. 8. ed. Campinas: Papirus, 1989. 320 p.

LIMA, D. A construção histórica do termo caboclo: sobre estruturas e representações sociais no meio rural amazônico. **Novos Cadernos**, Belém, v. 2, n. 2, p. 5-32, 1999.

LINDNER, M. A organização do espaço sob o olhar das ruralidades. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, Santa Maria, v.16, n. 3, p. 19–36, 2012.

LIU, J.; QU, H.; HUANG, D.; CHEN, G.; YUE, X.; ZHAO, X.; LIANG, Z. The role of social capital in encouraging residents' pro-environmental behaviors in community-based ecotourism. **Tourism Management**, Hong Kong, n. 41, p. 190-201, 2014.

LOBO, A. **Estudo da dinâmica atmosférica subterrânea na determinação da capacidade de carga turística na Caverna de Santana (PETAR, IPORANGA-SP)**. 2011. 392 p. Tese (Doutorado em Planejamento e Gestão do Meio Físico) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

LÓPEZ-GUNN, E. Groundwater governance. **Geoforum**, London, v. 43, p. 1140-1151, 2012.

MACÊDO, E.; RAMOS, R. O desenvolvimento do turismo em Barra Grande, Piauí (Brasil) e seu significado para a comunidade local. **Turismo**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 89-107, 2012.

MACHADO, J.A.; ANDRADE, M.L. Cooperação intergovernamental, consórcios públicos e sistemas de distribuição de custos e benefícios. **Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 695-720, 2014.

MAGRO, T.C. **Impactos do uso público em uma trilha no planalto do Parque Nacional do Itatiaia**. 1999. 135 p. Tese (Doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental) Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Carlos, São Carlos, 1999.

MALINOWSKI, B. Introdução: o assunto, o método, e o objetivo desta investigação. In: DURHAM, E.R. (Org.). **Malinowski**. Campinas: Ática, 1986. p. 24-48.

MARQUES, D.B. A influência do preservacionismo americano sobre as comunidades tradicionais no Brasil. **Amazônia em Foco**, Castanhal, n. 3, p. 43-60, 2014.

MARTINS, A. Conflitos ambientais em unidades de conservação: dilemas da gestão territorial no Brasil. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 17, n. 989, p. 125-150, 2012.

MARTINS, R.; VAZ, J.C.; CALDAS, E. A gestão do desenvolvimento local no Brasil: (des) articulação de atores, instrumentos e território. **Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 559-90, 2010.

MATTA, J.R.; ALAVALAPATI, J.R.R. Perceptions of collective action and its success in community based natural resource management: an empirical analysis. **Forest Policy and Economics**, Amsterdam, v. 9, p. 274-284, 2006.

MATTA, R. da; O ofício de etnólogo, ou como ter “anthropological blues”. In: NUNES, E. (Org.). **Aventura sociológica**. Rio Janeiro: Zahar, 1978. p. 7-17,.

MATTOS, P.; NOBRE, I.; ALOUFA, M. Reserva de desenvolvimento sustentável: avanço na concepção de áreas protegidas? **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 23, n. 3, p. 409-422, 2011.

MEDEIRO, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. In: LIMA, G.; ALMEIDA, M. de; RIBEIRO, G.A. (Org.). **Manejo e conservação de áreas protegidas**. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2014. p. 9-39.

MERCADANTE, M. Democratizando a criação e a gestão de unidades de conservação da natureza: a Lei 9.985, de 18 de julho de 2000. **Direitos Difusos**, São Paulo, v. 5, p. 557-586, 2001.

MONTE, M.; LOPES, M. Análise do repasse do ICMS Ecológico aos municípios do Estado de Minas Gerais. **CERNE**, Lavras, v. 15, n. 4, p. 391-397, 2009.

MUNARI, L. **Memoria social e ecologia histórica**: a agricultura de coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da Mata Atlântica local. 127 p. Dissertação (Mestrado em Ecologia: Ecossistemas Terrestres e Aquáticos) - Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MURILLO, E. **Estudo toponímico do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, PETAR**: historicidade e etnicidade nos aspectos conceituais dos nomes de lugar. 2013. 249 p. Tese (Doutorado em Semiótica e Linguística Geral) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

NABARRO, S.A. **Modo de vida e campesinato no capitalismo**: contribuições, limites e a construção de um entendimento do campesinato como modo de vida. 2014. 240 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

NATRIELLI, A.; GUIMARO, O. **Manual das associações**: como constituir e administrar uma associação. Piracicaba: Linha Impressa Gráfica, 2011. 53 p.

OLIVEIRA, A. de. A implantação de unidades de conservação em áreas de ocupação humana. **Pós**, São Paulo, n. 16, p. 68-80, 2004.

OLIVEIRA, A.U. de. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

OSTROM E. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. 295 p.

PALÁCIO, D. Redes de parentesco y entorno natural: apuntes para un diagnóstico ambiental participativo. **Trabajo Social**, Bogotá, n. 11, p. 71-86, 2009.

PANZUTTI, N.P.M.; CHABARIBERY, D.; MONTEIRO, A.V.V.M.; ETTIR, H.V. Organização sociopolítica em área de preservação ambiental. **Cadernos CERU**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 49-64, 2013.

PAOLIELLO, R. As comunidades tradicionais no Vale do Ribeira: da reprodução camponesa às ressignificações dos patrimônios territoriais. **Agrária**, São Paulo, n. 3, p. 58-82, 2006.

PARK, D.; LEE, W.; CHOI, H.; YOON, Y. Factors influencing social capital in rural tourism communities in South Korea. **Tourism Management**, Hong Kong, n. 33, p. 1511-1520, 2012.

PEDROSO JÚNIOR, N.N.; MURRIETA, R.S.; ADAMS, C. A agricultura de corte e queima: um sistema em transformação. **Ciências Humanas**, Belém, v. 3, n. 2, p. 153-174, 2008.

PEDROSO JÚNIOR, N.N.; MURRIETA, R.S.; TAQUEDA, C.; NAVAZINAS, N.; RUIVO, A.; BERNARDO, D.; NEVES, W. A casa e a roça: sócio economia, demografia e agricultura em populações quilombolas do Vale do Ribeira, São Paulo, Brasil. **Boletim Museu Paranaense Emílio Goeldi**, Belém, v. 3, n. 2, p. 227-252, 2008.

PERRELLI, M.A. Conhecimento tradicional e currículo multicultural: notas com base em uma experiência com estudantes indígenas Kaiowá/Guarani. **Ciência & Educação**, São Paulo, v.14, n. 3, p. 58-94, 2008.

PETERSEN, T. Individual, collective, and systems rationality in work groups: dilemmas and solutions. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 98, n. 3, p. 469-510, 1992.

PIMBERT, M.P.; PRETTY, J.N. Parques, comunidades e profissionais: incluindo “participação” no manejo de áreas protegidas. In: DIEGUES, A.C. (Org.). **Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza**. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 183-223.

PINHEIRO, A. Contradições da política ambiental por meio de incentivos financeiros: os casos do ICMS Ecológico nos municípios do Quadrilátero Ferrífero (Minas Gerais, Brasil). **Revista Árvore**, Viçosa, v. 37, n. 6, p. 1083-1092, 2013.

PORTO, M.F.; MILANEZ, B. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.14, n. 6, p. 1983-1994, 2009.

PRETTY, J.; WARD, H. Social capital and the environment. **World Development**, Amsterdam, v. 29, n. 2, p. 209-227, 2001.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório do desenvolvimento humano 2013**: a ascensão do Sul; progresso humano num mundo diversificado. New York, 2013. 224 p.

PRUGH, T. **Natural capital and human economic survival**. Boca Raton: Lewis Publ., 1995. 198 p.

PUTNAM, R. Bowling alone: America's declining social capital. **Democracy**, Baltimore, v. 6, n. 1, p. 65-78. 1995.

_____. **Comunidade e democracia**: a experiência da Itália moderna. Tradução de L. A. Monjardim. 5. ed. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2007. 260 p.

RENTERÍA, C.; DELGADO-SERRANO, M. Social capital formation in Mexican ejidos land decisions after the article 27 constitutional reform. **Sociología**, Córdoba, v. 72, n. 1, p. 9-33, 2014.

RODRIGUES, C.; GODOY, L. Atuação pública e privada na gestão de unidades de conservação: aspectos socioeconômicos da prestação de serviços de apoio à visitação em parques nacionais. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 28, p. 75-88, 2013.

RODRIGUES, W.; FREDRYCHO, T. O dilema das comunidades tradicionais em unidades de conservação: o caso da comunidade Mumbuca no Parque Estadual do Jalapão (TO). **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 33, n. 3, p. 407-423, 2013.

SABOURIN, E. Teoria da reciprocidade e sócio antropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 27, p. 24-51, 2011.

SANTIAGO, H. Dinheiro, liberdade, democracia (conceitos da bolsa família). **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, São Paulo, n. 25, p. 166-189, 2015.

SANTILLI, J. A distribuição socialmente injusta dos ônus gerados pelas políticas de criação e implantação de unidades de conservação ambiental em áreas ocupadas por populações tradicionais: a visão crítica do socioambientalismo e as tentativas de superação de tais discriminações sociais através de mecanismos jurídicos criados pela Lei do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza). In: ENCONTRO ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POS GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 6., 2012, Belém. **Anais...** Belém: Universidade Federal do Pará, 2012. p. 1-23.

SANTOS, F.A. **Influência da criação do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira, no desenvolvimento de Iporanga, cidade do Vale do Ribeira-SP**. Rio Claro: UNESP, 2011. 15 p.

SANTOS, L. dos. Trilhas da política ambiental: conflitos, agendas e criação de unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 133-150, 2009.

SANTOS, M. dos; GOUVEIA JUNIOR, A.; OLIVEIRA, P.R. de; MELO, D.R. de; SOUZA, W.A. de. A voz do beneficiário: uma análise da eficácia do Programa Bolsa Família. **Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 6, p. 1381-1405, 2014.

SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente. Fundação Florestal do Estado de São Paulo. Núcleo Planos de Manejo. **Plano de Manejo do PETAR**. São Paulo, 2010. 845 p.

SARFATI, G.; SANO, N. Estudo comparado da gestão das visitas nos Parques Estaduais Turísticos do Alto da Ribeira (PETAR) e Intervalos (PEI). **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 207-237, 2012.

SAUQUET, A.; MARCHAND, S.; FERES, J.G. Ecological fiscal incentives and spatial strategic interactions: the case of the ICMS-E in the Brazilian state of Parana. **HAL**, Clermont, n.19, p. 1-35, 2012.

SCHMITZ, H.; MOTA, D.M. da; SILVA JÚNIOR, J.F. da. Gestão coletiva de bens comuns no extrativismo da mangaba no nordeste do Brasil. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 273-292, 2009.

SHILOH, S.; TYNON, J.F.; WESTERN, D. Rangeland privatization and the Maasai experience: social capital and the implications for traditional resource management in southern Kenya. **Society and Natural Resources**, Texas, v. 25, p. 483–498, 2012.

SILVA, M. da. Parentesco e organização social na Amazônia: um rápido esboço. **Anuário de Estudos Americanos**, Sevilla, v. 61, n. 2, p. 649-679, 2004. Disponível em: <http://estudiosamericanos.revistas.csic.es/index.php/estudiosamericanos/article/view/136/140>. Acesso em: 15 set. 2015.

SILVA, M.S. da; MELO, R. Territórios protegidos e arenas de conflito nas unidades de conservação de uso sustentável em Sergipe, Brasil. **Scripta Nova**, Barcelona, v. 17, p. 445-462, 2013.

SIMMONS, C. The political economy of land conflict in the eastern Brazilian Amazon. **Annals of the Association of American Geographers**, Washington, v. 94, n. 1, p. 183-206. 2004.

SOUSA, I. de; FERREIRA, L.E.; MAGINI, C.; ABESSA, D.M. Percepção ambiental, perfil socioeconômico e uso e ocupação do solo pela comunidade residente no Núcleo Pedro de Toledo –Parque Estadual da Serra do Mar– SP. **O Mundo da Saúde**, São Paulo, v. 30, n. 4, p. 570-580, 2006.

SOUZA, G. ICMS ecológico: conceito e repercussões na conservação ambiental do município de Uberlândia, Minas Gerais. **GeoTextos**, Salvador, v. 10, n. 2, p. 75-97, 2014.

SPÍNOLA, C. Parques nacionais, conservação da natureza e inserção social: uma realidade possível em quatro exemplos de cogestão. **Turismo, Visão e Ação**, Itajaí, v. 15, n. 1, p. 71–83, 2013.

SPÍNOLA, J.; TEIXEIRA, C.; ANDRIGUETTO FILHO, J.M. Desafios à cogestão: os impactos da Via Expressa Sul sobre o extrativismo na RESEX Marinha do Pirajubaé. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 32, p.139-150, 2014.

UDAYA, N. Local people's attitudes towards conservation and wildlife tourism around Sariska Tiger Reserve, India. **Environmental Management**, Amsterdam, v. 69, p. 339-347, 2003.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. **World urbanization prospects: the 2014 revision**. New York, 2015. 368 p.

VEDELD, P.; JUMANE, A.; WAPALILA, G.; SONGORWA, A. Protected areas, poverty and conflicts: a livelihood case study of Mikumi National Park, Tanzania. **Forest Policy and Economics**, Amsterdam, v. 21, p. 20–31, 2012.

VODOUHÊ, F.G.; COULIBALY, O.; ADÉGBIDI, A.; SINSIN, B. Community perception of biodiversity conservation within protected areas in Benin. **Forest Policy and Economics**, Amsterdam, n. 12, p. 505-512, 2010.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE; INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Efetividade de gestão das unidades de conservação federais do Brasil: resultados 2010**. Brasília, 2012. 43 p.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE; FUNDAÇÃO FLORESTAL; INSTITUTO FLORESTAL. **Rappam: implementação da avaliação rápida e priorização do manejo das unidades de conservação do Instituto Florestal e da Fundação Florestal de São Paulo**. WWF, Programa de Preservação da Mata Atlântica, Instituto Florestal de São Paulo, Fundação Florestal, Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. São Paulo, 2004. 42 p.

ZENTENO, M.; ZUIDEMA, P.A.; JONG, W. de; BOOT, R. G.A. Livelihood strategies and forest dependence: new insights from Bolivian forest communities. **Forest Policy and Economics**, Amsterdam, v. 26, p. 12-21, 2013.